

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



TESE DE DOUTORADO

RECURSOS HÍDRICOS, AÇÃO DO ESTADO E
REORDENAÇÃO TERRITORIAL: O PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM E DO DISTRITO DE
IRRIGAÇÃO DE PONTO NOVO NO ESTADO DA BAHIA -
BRASIL.

Apresentada por:

Onildo Araujo da Silva.

Dirigida por:

Dr. Rubén Camilo Lois González.

Dr. Antonio Thomaz Júnior.

Santiago de Compostela, 17 dezembro de 2008.

DR. RUBÉN CAMILO LOIS GONZÁLEZ

Professor Titular.

Departamento de Geografia.

Universidade de Santiago de Compostela.

DR. ANTONIO THOMAZ JÚNIOR

Professor Assistente.

Departamento de Geografia.

Universidade Estadual Paulista.

FAZEM CONSTAR

Que a memória intitulada **Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia - Brasil**, foi realizada por **D. Onildo Araujo da Silva** sob nossa direção no Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, e constitui a Tese que apresenta para obter o grau de Doutor em Geografia.

Santiago de Compostela, 17 de dezembro de 2008.

Assinado: Rubén Camilo Lois González
Diretor da Tese

Assinado: Antonio Thomaz Júnior
Co-diretor da Tese

Assinado: Onildo Araujo da Silva
Doutorando

*A minha família: Altamira (In Memorian),
Marialva, Nusia, Oriana, Raquel e Rebeca.
Passado, presente e futuro num constante
refazer da vida cotidiana.*

AGRADECIMENTOS

Pesquisar, ler, redigir... eis um universo com o qual estou suficientemente envolvido para afirmar que essas são tarefas que, se voltadas para a atividade acadêmica, não se concretizam sem o precioso auxílio de outras pessoas. Portanto, em cada trabalho, está impresso não apenas o esforço do autor, mas também o esforço colaborativo de pessoas e instituições, que auxiliam das mais diferentes maneiras e são, assim, dignas de nota e de agradecimento.

Entre as instituições agradeço à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), à Universidade de Santiago de Compostela (USC), ao Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento de Galícia (IDEGA), à Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia – SRH/Ba e ao Distrito de Irrigação de Ponto Novo.

Registro também meu agradecimento especial aos agricultores relocados e reassentados no Perímetro de Irrigação de Ponto Novo. Ainda no município de Ponto Novo meu sincero agradecimento a Nelson Maia Júnior, a José Adilson, a seu Osmar e a seu Arthur Paiva, pessoas que colaboraram com informações, contatos, dados e auxílio no trabalho de campo.

Aos companheiros do Programa de Doutorado em Geografia do Departamento de Geografia da USC e aos professores, uma saudação especial, fica aqui registrada a importância do aprendizado obtido com o contato com todos e a receptividade para com um estrangeiro em terras galegas.

Aos professores que orientaram esse trabalho: Rubén Camilo Lois Gonzáles e Antonio Thomaz Junior, sinceros agradecimentos não apenas pela lição que melhora, pela crítica sempre construtiva, pela sugestão de mudança e não pela imposição da mesma, mas também pelas palavras de incentivo e pelo crédito na minha capacidade de realizar esse trabalho.

Aos amigos Manolo, Emílio e Román, pela constante boa vontade em auxiliar um brasileiro na Galícia. Em momentos difíceis estiveram presentes, sempre bem dispostos, ajudaram a criar para mim um ambiente seguro para viver e pesquisar em Santiago.

Aos professores Sylvio Bandeira, Dinane, Ricardo, Tânia, Humberto, Ângelo, Mario, Raquel, Dora e Telma, agradeço as constantes palavras de incentivo e a colaboração em Santiago e no Brasil.

A Oriana e a Nusia agradeço a leitura dos originais, correção ortográfica e gramatical e as sugestões sobre vários aspectos do trabalho.

A minha família e, em especial, a Nusia, pela paciência de estar sempre presente, seja no dia-a-dia, seja estando distante. Em qualquer situação é gente de casa, que se pode contar sempre.

*A crítica decidirá se a obra
corresponde ao intuito e,
sobretudo se o operário tem
jeito para ela.*

(Machado de Assis)

SUMÁRIO

Lista de quadros

Lista de mapas

Lista de figuras

Lista de tabelas

Lista de siglas

1. Introdução	19
1. 1 O processo geográfico de investigação	27
1.2. As trilhas da investigação.....	37
 2. Intervenção estatal, gestão do uso da água, barragens e organização espacial	40
2.1 A ação do Estado	44
2.2 Ação estatal e gestão do uso da água	51
2.3 A água na natureza e a política de recursos hídricos do estado da Bahia	55
2.4 Barragens e represas no contexto das intervenções humanas no ciclo hidrológico	72
2.5 As relações entre o Estado, a ONU, o Banco Mundial e sua influência para a gestão do uso da água na Bahia	79
 3. Gestão do uso da água e reordenação territorial	86
3.1 A ação e a ordem do território	89
3. 2 Técnica, território e ação estatal	105
3.3 Percepção e organização espacial	114
 4. Legislação sobre recursos hídricos no Brasil e na Bahia	121
4. 1 Legislação nacional e estadual sobre recursos hídricos	124
4. 2 O PROÁGUA/Semi-árido	138
4. 3 O Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH/Ba)	145

5. A bacia do rio Itapicuru no contexto da gestão do uso da água no Nordeste brasileiro	156
5.1 A gestão do uso da água no Nordeste brasileiro	158
5.2 A bacia do rio Itapicuru	172
5.3 O Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH – Itapicuru)	184
5.4 As intervenções reguladas pelo PGRH na bacia do rio Itapicuru	197
 6. O município de Ponto Novo	 203
6.1 A dinâmica da população municipal e o perfil da mão-de-obra disponível	211
6.2 A dinâmica econômica e o perfil empresarial	218
6.3 Os aspectos sociais	224
 7. A construção da barragem de Ponto Novo	 229
7.1 O suporte jurídico e técnico da ação do Estado	231
7.2 Projetos derivados da construção das barragens: o distrito de irrigação de Ponto Novo	244
7.2.1 O projeto de reassentamento da 1ª etapa fase 1	252
7.2.2 O projeto de reassentamento da 1ª etapa fase 2	272
7.2.3 O projeto de implantação de lotes empresariais	276
7.3 Usos secundários da água	284
 8. A ação do Estado no município de Ponto Novo	 286
8. 1 A perspectiva dos representantes da comunidade de Ponto Novo	288
8. 2 A perspectiva dos pequenos agricultores	307
8. 3 A percepção: imagens e valores sobre a represa e o uso da água para os representantes das instituições do município de Ponto Novo	314
8.4 As contradições na ação do Estado, territorialidade e reestruturação espacial	324
 Considerações Finais	 341
Referências	351
Anexos	363

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Bahia. Principais barragens, represas e açudes. 2006.	76
Quadro 2. Síntese das Ações do PROÁGUA na Bahia - Brasil. 2006.	141
Quadro 3. Estrutura do PGRH/Ba. 1997.	149
Quadro 4. Caracterização da bacia e dos recursos hídricos. Bacia do rio Itapicuru. Bahia. Brasil. 2005.	173
Quadro 5. Proposições para aproveitamento dos recursos hídricos – Ações de desenvolvimento. PDRH-Itapicuru – Documento Síntese. SRHSH/SRH/Ba. 1995.	188
Quadro 6. Áreas prioritárias para irrigação – Plano setorial de irrigação. PDRH-Itapicuru – Documento Síntese. SRHSH/SRH/Ba. 1995.	192
Quadro 7. Principais ações realizadas no PGRH – Bacia do rio Itapicuru. Bahia. Brasil. 2006.	198
Quadro 8. Características Fundamentais. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2007.	206
Quadro 9. Município de Ponto Novo no contexto das regionalizações adotadas na Bahia entre 1999 a 2007.	208
Quadro 10. PGRH - Bacia do rio Itapicuru. Barragens existentes e propostas. Bahia. 1996.	232
Quadro 11. PGRH - Bacia do rio Itapicuru áreas irrigáveis nas proximidades das represas. Bahia. 1996.	233
Quadro 12. SRH - Superintendência de Recursos Hídricos. PGRH - Projeto de gerenciamento dos recursos hídricos do Estado da Bahia. Bacia do rio Itapicuru. Priorização das ações propostas.	239
Quadro 13. PGRH - Bacia do rio Itapicuru. Áreas propostas para irrigação - ordem de prioridade. Bahia. 1996.	241
Quadro 14. Projetos de irrigação em operação. Bahia. 2006.	245
Quadro 15. Lotes empresarias. Projeto de Irrigação de Ponto Novo. 2ª etapa. Município de Ponto Novo. 2005.	279
Quadro 16. Posição dos representantes entrevistados com relação ao uso da água e relações de poder. Município de Ponto Novo. 2007.	297

Quadro 17. Posição dos representantes entrevistados com relação a conflito pelo uso da água. Município de Ponto Novo. 2007.	298
Quadro 18. Justificativa dos representantes entrevistados com relação a decisão acertada do Estado de implantar a barragem. Município de Ponto Novo. 2007.	300
Quadro 19. Motivos que justificam a importância da barragem para o município de Ponto Novo de acordo com os representantes entrevistados. Município de Ponto Novo. 2007.	305
Quadro 20. Representações do Município de Ponto Novo para representantes das instituições selecionadas. 2007.	317

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Município de Ponto Novo no contexto da Bahia - Brasil. 2006.	22
Mapa 2. Bacias Hidrográficas do estado da Bahia. Brasil. 2006.	63
Mapa 3. Regiões administrativas das águas. Estado da Bahia - Brasil. 2006.	66
Mapa 4. Intervenções do PROÁGUA/OBRAS no estado da Bahia. 2006.	139
Mapa 5. Bacias Prioritárias do PGRH. Bahia. 2006.	153
Mapa 6. Intervenções do PGRH na Bahia. 2006.	154
Mapa 7. Região Nordeste do Brasil. 2007.	159
Mapa 8. Delimitação do semi-árido de acordo com o Ministério da Integração Nacional. Brasil. 2006.	164
Mapa 9. Estado da Bahia. Açudes e represas. 2007.	169
Mapa 10. Estado da Bahia. Principais projetos de irrigação. 2006.	171
Mapa 11. Área da bacia do rio Itapicuru. Bahia. Brasil. 2006.	175
Mapa 12. Climas predominantes na bacia do rio Itapicuru segundo classificação de Thornthwaite. Bahia. Brasil. 2006.	176
Mapa 13. Bacia do rio Itapicuru. Principais cidades e vias de circulação. Bahia. Brasil. 2006.	178
Mapa 14. Bacia do rio Itapicuru. Principais Açudes e Represas. Bahia. Brasil. 2006.	180
Mapa 15. Bacia do rio Itapicuru. Principais Projetos de Irrigação. Bahia. Brasil. 2006.	181
Mapa 16. Assentamentos de reforma agrária. Bahia. Brasil. 2006.	182
Mapa 17. Intervenções estruturais do PGRH na bacia do rio Itapicuru.	200
Mapa 18. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2006.	205
Mapa 19. Município de Ponto Novo no contexto da Região Econômica Piemonte da Diamantina. Bahia. Brasil. 2007.	210
Mapa 20. Perímetro de irrigação de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2007.	249

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esquema da estrutura da investigação.	24
Figura 2. Água doce e salgada no mundo. 2004.	57
Figura 3. Distribuição mundial de água doce. 2004.	57
Figura 4. Distribuição de água doce superficial no mundo. 2004.	60
Figura 5. Distribuição de água doce superficial no continente americano. 2004.	60
Figura 6. Ciclo da água: esquema simplificado.	61
Figura 7. Representação do ciclo hidrológico, mostrando grandes e pequenos pontos de intervenção humana.	69
Figura 8. Número de barragens e represas com capacidade de acumulação superior a 100.000 m3, por bacia hidrográfica. Bahia. 2006.	75
Figura 9. População residente. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1991-2006.	213
Figura 10. População residente segundo domicílio. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1991-2000.	213
Figura 11. Mão-de-obra ocupada por setor de atividade. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.	215
Figura 12. Ocupações que mais admitiram trabalhadores. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2003-2007.	215
Figura 13. Ocupações que mais admitiram trabalhadores na zona rural. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2003-2007.	216
Figura 14. Rendimento médio das ocupações que mais admitiram trabalhadores na zona rural. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005-2007.	217
Figura 15. Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1999-2005.	220
Figura 16. PIB municipal. Estrutura setorial. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 1999-2005.	220
Figura 17. Produção agrícola - área plantada. Culturas tradicionais escolhidas. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1990-2004.	222
Figura 18. Produção agrícola - área plantada. Fruticultura - Culturas escolhidas. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1990-2004.	222

Figura 19. Pecuária - quantidade de animais. Tipos escolhidos. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1990-2004.	225
Figura 20. Efetivo dos rebanhos. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.	225
Figura 21. Índice de Desenvolvimento Humano. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1991/2000.	226
Figura 22. Matrícula inicial na rede escolar por nível de ensino. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.	226
Figura 23. Atividades produtivas exercidas antes e depois de reassentados. Produtores rurais do projeto de irrigação de Ponto Novo - 1ª Etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2006.	256
Figura 24. Evolução da área cultivada. Principais Culturas Perenes. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2004.	263
Figura 25. Evolução da área cultivada. Principais Culturas Perenes. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.	263
Figura 26. Evolução da área cultivada. Principais Culturas Anuais. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2004.	264
Figura 27. Evolução da área cultivada. Principais Culturas Anuais. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.	264
Figura 28. Valor da Produção. Principais Culturas Perenes e Anuais. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2004-2005.	266
Figura 29. Volume da Produção. Principais Culturas Perenes e Anuais. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2004-2005.	268
Figura 30. Evolução da área irrigada. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.	268
Figura 31. Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 1999-2000.	331

Figura 32. Evolução da arrecadação municipal. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 1999-2006.	331
Figura 33. Evolução do repasse do Fundo de Participação dos municípios. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 1997-2006.	333
Figura 34. Repasse do governo federal aos municípios do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 1997-2006.	333

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Nova região semi-árida. Número de municípios, área e população. Brasil. Março de 2005.	165
Tabela 2. Número de propriedades no entorno da barragem de Ponto Novo e proprietários interessados em irrigar. 1999.	253
Tabela 3. Número de residentes e trabalhadores por propriedade. Reassentamento de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2006.	260
Tabela 4. Métodos de irrigação por área plantada. Reassentados do Projeto Ponto Novo 1ª Etapa. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2004-2005.	268
Tabela 5. Mecanização agrícola. Reassentamento do Projeto Ponto Novo 1ª Etapa. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2005.	270
Tabela 6. Sua vida e de sua família melhorou com o reassentamento? Por quê? Reassentados do Projeto Ponto Novo 1ª Etapa. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2006.	309

LISTA DE SIGLAS

ABIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
AIR – Adicional do Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza
ANA – Agência Nacional de Águas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APP – Área de Proteção Ambiental
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA – Centro de Divulgação Ambiental
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
CERB – Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CIRH – Conselho Institucional do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COFIEEX – Comissão de Financiamentos Externos
COMUA - Comissões de Usuários de Água
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
COREH – Comitê Coordenador
CRA – Centro de Recursos Ambientais
CTGA – Comissão Técnica de Garantia Ambiental
DDF – Diretoria de Defesa Florestal
DESAGRO – Associação Para o Desenvolvimento da Agronomia
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNDICOT – Asociación Interprofesional de Ordenación del Territorio

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEGA – Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento de Galicia

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INTERBA – Instituto de Terras da Bahia

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

IPVA – Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITD – Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Qualquer Bem ou Direito

ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

JBCI – Japan Bank for International Cooperation

MI – Ministério da Integração Nacional.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NEA – Núcleo de Educação Ambiental

ONU – Organização das Nações Unidas

PDRH – Planos Diretores de Recursos Hídricos

PECS – Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PFL – Partido da Frente Liberal

PGRH/Ba – Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bahia

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

PROÁGUA – Subprograma de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAAs – Regiões Administrativas da Água

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RPA – Regiões de Planejamento da Água

SAA – Sistema de Abastecimento de Água

SAAAs – Sedes Administrativas da Água

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI - Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SEINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura
SEMARH/Ba – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SFC – Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidade de Conservação
SFI – Sociedade Financeira Internacional
SIAA – Sistema Integrado de Abastecimento de Água
SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISPLAC – Sistema de Planejamento, Coordenação e Implantação
SRH/Ba – Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UGP – Unidade de Gerenciamento de Projetos
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S. A.
USC - Universidade de Santiago de Compostela

Capítulo 1

Introdução

A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. [...] Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz intersecções com sua própria trama.

Michel Foucault

A água é, sem sombra de dúvida, o elemento natural de maior importância no mundo contemporâneo, tanto por sua indiscutível essencialidade para a vida, quanto por sua distribuição desigual e possibilidade eminente de escassez.

Os debates sobre o uso da água giram em torno de uma diversidade espantosa de aspectos como: apropriação individual e coletiva; poder de definir o controle de mananciais; uso para produção de energia; importância no contexto das políticas de saúde e saneamento básico; importância da água para a prevenção de doenças; impactos, no meio ambiente, das intervenções de represamento, retificação de canais e dragagem de leitos; políticas de abastecimento urbano e rural; políticas de planejamento territorial; organização de mecanismos de fiscalização e controle do uso; movimentos de usuários e organização de comitês gestores de bacias; possibilidades de conflitos pela água, tanto na esfera dos Estados Nacionais quanto em suas relações internacionais, gestão do uso da água, entre outros.

Não é uma questão simples, e torna-se ainda mais complexa quando constatamos que a falta de água é um tema correlato que também guarda uma série de outras dimensões. É, portanto, um tema-problema muito atual e presente na pauta das universidades, dos organismos internacionais, das empresas e do poder público.

A investigação que aqui apresentamos está centrada na relação entre a gestão do uso da água e a ação do Estado, focada a partir da capacidade técnica desse mesmo Estado de intervir na organização do espaço geográfico, influenciando a constituição de novos territórios. Atenta também para os condicionantes das normas, ou seja, das regras legais e das regras impostas pelas práticas cotidianas de dispor da água para diversos fins.

Foca a gestão do uso da água, numa perspectiva que a relaciona diretamente com a gestão do território e com o uso da imagem da seca, principalmente pelo Estado, para legitimar ações de base territorial. O Estado, nesse caso representado pelo governo do estado da Bahia, tem sua ação investigada porque ela foi capaz de mover outros agentes, como empresários, pequenos produtores rurais, comerciantes, proprietários de terras e representantes de associações e sindicatos, no sentido de também agir em prol de uma ampla modificação em um município baiano.

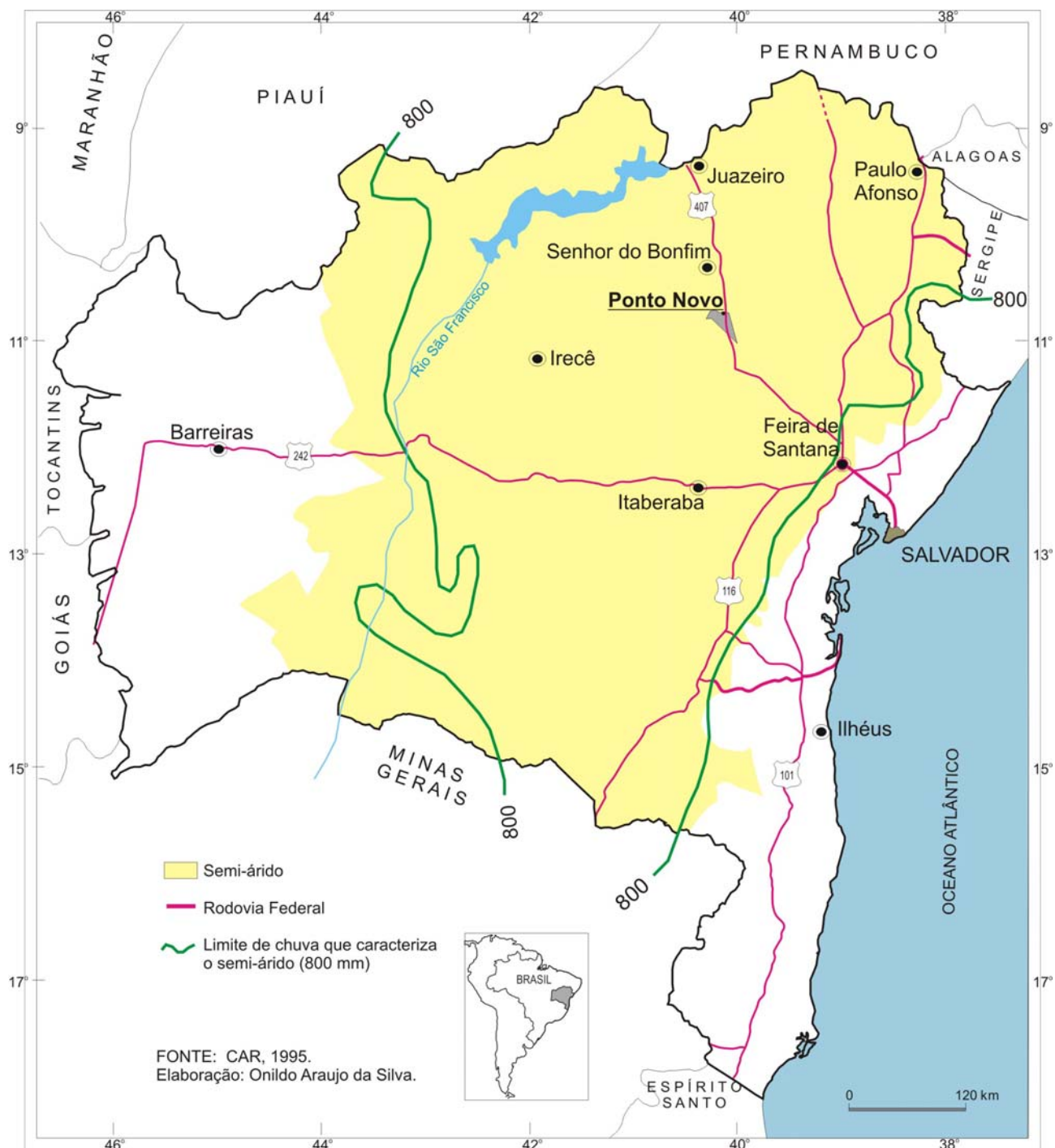
Portanto, o espaço delimitado para esse estudo localiza-se no município de Ponto Novo, no estado da Bahia (Brasil), que está sob domínio de clima semi-árido, como podemos verificar no mapa 1. Logo, faz parte do semi-árido baiano, espaço onde, em função da escassez de água, da história recente repleta de programas de intervenções estatais e da forma como o uso da água sempre condicionou as práticas políticas, sociais e territoriais, os problemas relacionados à seca e água são evidentes e atuais.

A gestão do uso da água é investigada a partir da construção da barragem de Ponto Novo, pela ação planejada do governo do estado da Bahia, que origina, com a água disponível da represa, um amplo processo de reordenação territorial do município, a partir da implantação de um pólo de agricultura irrigada, envolvendo a disponibilização de terra, tecnologia e infraestrutura para a agricultura empresarial, com a intenção de irrigar 4.200 hectares de terras. Vale salientar que é um projeto em parceria com o Banco Mundial e que envolveu, também, a relocação ou indenização dos antigos proprietários da terra, ou seja, o Estado relocou pessoas, firmas, instituições, capital e trabalho, numa tentativa de clara reestruturação produtiva.

Assim, focamos a investigação na ação do governo do Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado de Democratas, que elaborou o projeto de implantação da barragem, executou e vinha gerenciando os projetos derivados dessa ação, até sair derrotado na eleição de 2006. Portanto, nosso estudo foca essa ação entre os anos de 1991 até 2006.

No entanto, em função da importância que dedicamos, nesse trabalho, à gestão do uso da água e suas relações com a gestão do território, pesquisamos, com maior ênfase, os programas institucionais executados a partir da implantação do Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PGRH/Ba), porque esse projeto está articulado a uma nova política estadual na esfera da água e é, também, o projeto que define a construção da barragem.

Mapa 1
Município de Ponto Novo no contexto da Bahia - Brasil. 2007.



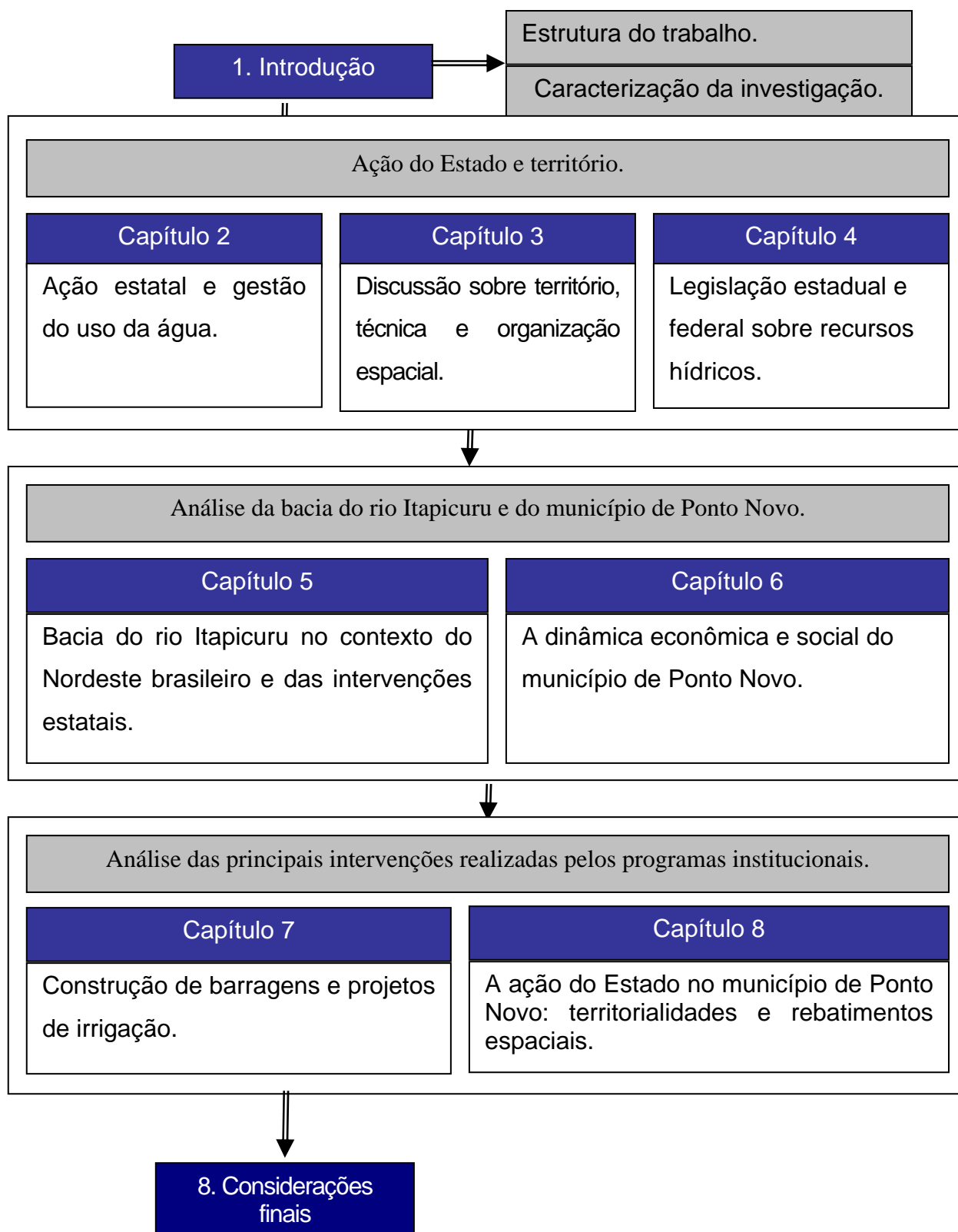
No que se refere a sua estrutura (figura 1), esta tese traz, já na introdução, um tópico que aborda a questão do processo de investigação em geografia, onde apresentamos os principais condicionantes das escolhas efetivadas ao longo do nosso trabalho de investigação, com destaque para uma pequena retrospectiva sobre métodos utilizados pelos geógrafos no contexto da história do pensamento geográfico, utilizada como um suporte para delimitar e justificar as escolhas metodológicas.

No capítulo 2 a ênfase é sobre a ação do Estado e suas inter-relações com a gestão do uso da água. Esclarecemos nosso posicionamento sobre o Estado moderno, demarcando suas características e sua forma de agir. Apresentamos estatísticas sobre a água na natureza, caracterizamos o ciclo hidrológico e as interferências que a sociedade organizada acaba por realizar em sua dinâmica, com destaque para as barragens e represas, e dedicamos algumas linhas à visão que a ONU e o Banco Mundial têm das questões relacionadas à água, em função da influência que essas organizações possuem na ação do Estado no Brasil.

O capítulo 3 é dedicado à discussão dos conceitos de espaço, território e territorialidade e suas articulações com as técnicas, a ação, a norma, a percepção e a organização espacial. Defendemos a idéia de que é o território uma porção do espaço geográfico apropriado a partir das relações de poder e que a gestão de territórios sob a hegemonia de um agente como o Estado está muito influenciada pela sua ação e capacidade técnica de fazer atuar outros agentes importantes como as empresas, sindicatos e demais instituições. O território é o conceito chave da investigação, mas é, ao mesmo tempo, uma via para a leitura do espaço, considerado como sistema indissociável de objetos e ações.

No que se refere à ação do Estado da Bahia, numa sociedade democrática e tipicamente ocidental como a brasileira, argumentamos que é uma ação diretamente normatizada e regulamentada por leis constituídas no contexto da sociedade que fiscaliza a ação estatal. Portanto, essa ação está sempre previamente definida em projetos e programas de governo que são os principais elementos de expressão das políticas públicas adotadas em cada mandato.

Figura 1. Esquema da estrutura da investigação.



Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

São essas leis, projetos e programas que apresentamos no capítulo 4, com ênfase para a legislação federal e estadual sobre os recursos hídricos, para o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/Ba), o Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (PGRH/Ba) e o PROÁGUA semi-árido.

O capítulo 5 tem o objetivo de situar o leitor no contexto de uma discussão relativamente conhecida no Brasil, mas não muito conhecida por prováveis leitores que não convivem diariamente com os problemas brasileiros. Trata-se de situar nossa investigação com relação às clássicas discussões sobre a região Nordeste do Brasil, sobre o semi-árido nordestino e as históricas ações de combate à seca desde a época do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além disso, caracterizamos o semi-árido baiano e a bacia do rio Itapicuru. Com referência à bacia do Itapicuru, apresentamos também uma análise do Plano Diretor da Bacia e das intervenções que foram reguladas pelo PGRH.

No capítulo 6 caracterizamos o município de Ponto Novo, apresentando as regionalizações que o incluem e a importância dessas regionalizações para nortear a ação do Estado. Analisamos a dinâmica da população municipal e o perfil da mão-de-obra empregada; a dinâmica econômica com destaque para o PIB e o perfil empresarial municipal; os aspectos sociais, com destaque para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

No capítulo 7 analisamos a ação do Estado na construção da barragem de Ponto Novo e na implantação do Distrito de Irrigação de Ponto Novo, com destaque para o suporte jurídico e técnico utilizado nessa ação. Identificamos e analisamos os projetos que estão diretamente articulados ao uso da água enquanto aspecto central da gestão do território, com destaque para a implantação da agricultura irrigada da 1ª etapa - fase 1 e 2 - e dos lotes empresariais.

A forma como os representantes das entidades mais significativas de Ponto Novo, assim como de órgãos públicos estaduais e municipais, cooperativas, associações e sindicatos, percebem e analisam a ação do Estado, além de um estudo sobre as imagens projetadas a partir das

reestruturações efetivadas, compõem o capítulo 8. É nesse capítulo que enfatizamos a fala dos representantes e dos produtores rurais relocados, evidenciando seus posicionamentos com relação às ações empreendidas em Ponto Novo e como elas influenciam as relações de base territorial.

Além disso, o capítulo 8 apresenta nossas considerações sobre a forma como as relações entre os agentes envolvidos nessa investigação se efetiva. Evidenciamos os principais aspectos da territorialidade implícita no processo de reestruturar um espaço sob a hegemonia do Estado, destacando a forma como modificou o espaço, reestruturou o território e o colocou a serviço dos interesses das grandes empresas, que, em última instância, traduzia os seus interesses enquanto Estado neoliberal abertamente assumido pelo governo que ficou no poder durante os 16 anos nos quais os processos que investigamos foram efetivados.

Nas considerações finais, buscamos uma análise que reintegrasse os vários aspectos que estudamos, como, por exemplo, as influências das questões nordestinas para um município do semi-árido, as relações de um Estado neoliberal com agências como o Banco Mundial ou mesmo a ratificação de conclusões que já tínhamos estabelecido no contexto dos capítulos desse trabalho.

Em anexo, apresentamos os instrumentos da pesquisa, como roteiros de entrevistas, questionário e lista dos principais documentos consultados. Colocamos também um conjunto de fotos de Ponto Novo e de fotos representativas dos vários aspectos que investigamos, não apenas para ilustrar, mas para fazer da fotografia uma memória da execução das ações, de momentos dos processos e de captação da paisagem como a expressão visual de referência do espaço que investigamos.

Essa tese apresenta uma verdade contextual, ou seja, uma versão sobre a realidade, elaborada com rigor científico, onde os posicionamentos estão embasados em fatos, depoimentos, documentos, mas não são a expressão pura e válida dessa mesma realidade, pois se trata de uma análise que sofre a influência das crenças e valores do investigador, de sorte que está posta como conhecimento que deve ser criticado para que melhore e cumpra sua função de refazer-se na contradição que aparentemente carrega.

1. 1 O processo geográfico de investigação

Essa tese de doutorado resulta de um amplo trabalho de investigação iniciado há 10 anos, quando realizamos nossa primeira pesquisa sobre a questão da seca no semi-árido nordestino. Nessa ocasião, se tratava de realizar uma pesquisa para a obtenção do título de Especialista em Geografia do Semi-Árido Brasileiro, junto à Universidade Estadual de Feira de Santana. Dessa investigação, intitulada “A Geografia e a Imagem do Nordeste Brasileiro: Construção ou Desconstrução no Espaço Escolar?” (SILVA, 1999), resultou o desejo de aprofundar os estudos na esfera da gestão dos recursos hídricos, seus usos e articulações com o território e com o exercício do poder.

Já naquele trabalho defendíamos a existência de um uso político da seca, que gera, em contrapartida, um discurso específico sobre a água, principalmente a relação entre escassez e intervenção estatal. No semi-árido brasileiro a questão da água se reveste de contornos muito particulares, que sempre foram alvo de pesquisas em diversas universidades no Brasil e no exterior, como podemos constatar nos trabalhos de Neto (1986), Castro (1992), Pinto (1997) e Valiente (1999).

Esses estudos discutem idéias relacionadas à existência efetiva de um uso político da seca e do uso da água como moeda de troca nas relações sociais no espaço nordestino, principalmente o uso da água pelas elites locais e forâneas, que também se utilizam da mesma prática discursiva e da mesma ação, como mecanismo de controle dos trabalhadores, de manutenção de privilégios eleitorais e de construção de um discurso de justificação da miséria e das desigualdades sociais.

Há um bom tempo esse fenômeno foi definido como “indústria da seca” e ganhou opinião pública, explicando muito bem a complexidade da engrenagem que é implementada: o “jogo” de favores, os esquemas de cooptação de funcionários públicos, enfim, toda uma rede que faz do acesso aos recursos públicos o diferencial, no mesmo espaço, de construções territoriais distintas. Ter ou não acesso à água, por exemplo, está, na maioria das vezes, na dependência de como as pessoas se posicionam diante dessas práticas efetivadas pela “indústria da seca”.

A partir do ano 2000, com a oportunidade de realizar um mestrado na área de mídia e conhecimento, passamos a estudar os condicionantes da ação do Estado para o desenvolvimento tecnológico. Desse trabalho, resultou a idéia de que o Estado tem papel fundamental na indução do desenvolvimento tecnológico e na viabilização da reprodução ampliada do capital, em todas as dimensões requeridas, e também exerce papel fundamental como organismo regulador da ação deste mesmo capital, porém, com tendência a estar a serviço deste, em detrimento dos trabalhadores. A técnica, em nossa dissertação de mestrado, foi trabalhada como sendo produto e condição do desenvolvimento de uma dada sociedade, não como determinante, mas como condicionante da forma como um grupo se beneficia de seu uso.

Terminado o mestrado, percebemos que a questão da água passa também pela questão do desenvolvimento tecnológico, em função já do amplo aparato técnico disponível para suprir com água espaços com escassez. A partir da idéia de que é possível verificar as relações entre técnica e uso da água, realizamos um Trabalho de Investigação Tutelada, para a obtenção do Diploma de Estudos Avançados, que é um pré-requisito para a realização da fase de tese, já no Programa de Doutorado em Geografia da Universidade de Santiago de Compostela (USC).

Esse trabalho intitulado “Políticas públicas, recursos hídricos e reorganização espacial no semi-árido baiano: o caso da barragem de Ponto Novo, na bacia do rio Itapicuru – Bahia – Brasil”, defendido em 2006, analisa a ação da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (SRH/Ba), a partir da construção da barragem de Ponto Novo, que gerou uma série de reordenações territoriais, como o reassentamento de 83 famílias de agricultores, a relocação de mais 54 famílias e a delimitação de 63 lotes para agricultura empresarial, além da disponibilização de água, tecnologia de irrigação, assistência técnica e indução de processos participativos de gestão de recursos hídricos.

Verificamos com esse trabalho, que a ação do Estado, através de políticas públicas específicas, pode mesmo reordenar o território, porém, com a concretização desse estudo, surgiram outras questões. Foram esses questionamentos, associados a outros dos trabalhos anteriores de

especialização e mestrado, que deram origem ao problema investigado pela pesquisa que resultou na tese que ora apresentamos.

Assim, esse trabalho resulta de uma pesquisa que foca o tema da água, de extrema importância e relevância social, uma vez que a sociedade ocidental moderna tem constatado a possibilidade de uma generalizada falta de água. Dessa forma, a gestão de recursos, o uso de tecnologias e as opções dos governos, são aspectos altamente relevantes que necessitamos desvelar por meio das nossas pesquisas.

Deste modo, o tema desse trabalho, seus objetivos e metodologia, são produtos de uma construção cumulativa, uma verticalização do processo de aprendizagem possibilitado pelas pesquisas anteriores que, esperamos, tenha resultado no aprofundamento do conhecimento geográfico sobre a ação do Estado em suas relações com o território no que se refere à gestão do uso da água.

Ao longo do trabalho acadêmico, uma inquietude nos acompanhou com relação ao uso dos métodos na geografia e quais pressupostos adotar. Entendemos que uma via para nos situarmos sobre essa questão é realizar um olhar retrospectivo sobre aquilo que foi produzido no contexto da geografia, apresentando algumas, entre as várias formas possíveis de sintetizar esse olhar sobre o passado da nossa ciência.

Sobre as possibilidades de síntese do pensamento geográfico encontramos várias abordagens, das quais, gostaríamos de destacar algumas. Em CLAVAL essa síntese insiste que:

[...] duas grandes concepções de geografia foram imaginadas entre o final do século XVIII e os anos 70. A primeira insistia nas relações entre natureza e sociedade. A segunda se preocupava com o papel do espaço no funcionamento dos grupos humanos (CLAVAL, 2002, p. 11).

A primeira concepção o autor denomina de enfoque naturalista e a segunda de enfoque funcionalista, reconhecendo que esses enfoques obtiveram resultados consideráveis e que a geografia deve continuar se beneficiando daquilo que por eles foi produzido. Porém, reconhece que hoje se

critica não os benefícios produzidos, mas sim os procedimentos utilizados para adquirir o conhecimento.

Ao conjunto de posicionamentos que criticam esses enfoques geográficos e que se propõem a realizar um repensar da geografia atual o autor denomina de enfoque pós-funcionalista. De acordo com CLAVAL (2002), o meio humanizado é definido, para a geografia naturalista, como *produto da evolução*, para a geografia funcionalista como *resultado da história* econômica e social. Já nos enfoques pós-funcionalistas, com destaque para o enfoque cultural, o espaço:

[...] não é mais concebido como um mosaico de meios naturais ou humanizados; ele não aparece mais como suporte folheado e organizado das atividades humanas. Constitui um teatro onde as pessoas se oferecem a um espetáculo (p. 33).

Assim, essa síntese nos remete a uma passagem gradativa de uma geografia naturalista e funcionalista para uma geografia pós-funcionalista, já que segundo CLAVAL (2002) as duas primeiras se interessavam “[...] *pelos seres e pelas coisas somente se esses revestiam formas sensíveis. É o que explica a resistência ostentada durante muito tempo para com as representações. O sagrado era, quanto a ele, totalmente ocultado*” (p. 35). Já o enfoque cultural, pós-funcionalista, “[...] *se interessa pela maneira como as realidades são percebidas e sentidas pelos homens*” (p. 35).

Outra possibilidade de síntese que gostaríamos de destacar é aquela apresentada por Gomes (1996). Segundo esse autor a história da geografia pode ser contada a partir dos dois pólos epistemológicos da modernidade: o racionalista e o anti-racionalista. Ou mesmo a partir da oposição modernidade x pós-modernidade. Dessa forma, o autor destaca que os movimentos modernistas, muito mais amplos do que a própria ciência:

[...] pressupunham o papel mediador da razão e da lógica na representação das significações e dos conteúdos, enquanto na proposta pós-moderna as significações devem ser fluidas, mutantes e permanentemente reatualizadas. Sua estrutura se aproxima dos

mitos, onde os dramas, a cada vez revividos, são significações sempre em mutação (GOMES, 1996, p. 21).

Na ciência também ocorreu esse embate razão x anti-racionalismo e o resultado moldou o caminho principal trilhado pelos cientistas ocidentais, uma vez que a razão:

[...] se transformou em instituição no final do século XVIII, ela se transformou em ciência, constituída por modelos experimentais, segundo os princípios galileanos. [...] A razão é a fonte de toda generalização, da norma, do direito e da verdade. A ordem, o equilíbrio, a civilização, o progresso são noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como a única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano (GOMES, 1996, p. 25).

Já no contexto do movimento pós-moderno a oposição mais importante à modernidade ocorre com relação a essa primazia da razão onde a negação da razão é o *único princípio legítimo da cultura e do saber*. Para GOMES (1996) no movimento pós-moderno “a valorização do particular, do desconstrucionismo, das noções de caos e de anarquia, e das estruturas míticas se inscreve em uma rede coerente de oposição ao sistema unificador da racionalidade moderna” (p. 25).

É importante destacarmos que a geografia, na síntese apresentada por Gomes (1996), aparece como sendo uma ciência moderna e inserida dentro desse debate de crise da modernidade, crise de paradigmas e constante repensar dos pressupostos básicos que sustentam o fazer científico. Segundo o autor, na modernidade o discurso geográfico busca ser um discurso científico e moderno, daí que está alinhado com todo o movimento da ciência ocidental.

Após caracterizar os movimentos racionalista e anti-racionalista na ciência, o autor argumenta que a geografia nasce ciência moderna, com Ritter e Humboldt, mas com forte influência do pensamento grego, principalmente Ptolomeu e Estrabão. Desse momento em diante, a geografia se organiza cientificamente a partir do determinismo geográfico, sendo Ratzel o pensador em destaque e pelo debate aberto com os seguidores de Vidal de La

Blache, no que conhecemos como debate entre determinismo e possibilismo, no contexto da geografia que chamamos de tradicional. Como um debate inserido no contexto da ciência moderna os princípios metodológicos do determinismo, segundo GOMES (1996), são:

[...] a verificabilidade, ou a capacidade de demonstração; a generalidade, ou a condição de abstração; a positividade, que consiste no poder de afirmar qualquer coisa investido de uma legitimidade metodológica; e a objetividade, proveniente do fato de que só apreendemos da realidade suas manifestações regulares e gerais (p. 176).

Já com relação ao pensamento de Vidal de La Blache podemos identificar que “[...] *influências diversas foram conjugadas para produzir uma nova concepção da geografia, de acordo com os pontos de vista aceitos na época*” (p. 206). [...] “*O método vidaliano é caracterizado por três proposições: observação (descrição), comparação e conclusão*” (GOMES, 1996, p. 209).

Assim, a geografia que chamamos de tradicional se efetivou como forma de fazer geografia ao longo do século XIX e meados do XX, com a ênfase dada às monografias regionais, sendo que os movimentos de crítica e contestação vão se efetivar a partir do final da segunda guerra mundial. De acordo com Gomes (1996), começa a partir desse momento a renovação crítica na geografia. Nessa renovação crítica o autor destaca o papel de Sauer, de Hartshorne e do artigo *The Nature of Geography* de Schaefer. O primeiro propondo o método morfológico, o segundo propondo a diferenciação regional e o terceiro com uma crítica a Hartshorne no que se refere à natureza da geografia.

Para GOMES (1996) esses três autores são importantes porque “*eles encarnam três reações críticas e, ao analisar o desenvolvimento da geografia da época, propuseram vias originais para a sua renovação*” (p. 229). Além disso, [...] “*o artigo de Schaefer marca uma transformação na história do pensamento geográfico. [...] Considera-se, geralmente, que este artigo marca o fim de uma época, a da geografia clássica*” (p. 245).

Verificamos que, do ponto de vista metodológico, e de seus principais trabalhos e objetivos, a geografia clássica cumpriu um papel

importante para a consolidação da geografia enquanto ciência moderna no contexto do mundo ocidental. Mesmo que consideremos seus métodos e princípios superados pela crítica posterior, não devemos deixar de revisita-la, como forma de confronto com nossas práticas geográficas atuais, em busca de responder se elas são realmente diferentes e críticas ou não passam de mera repetição.

Ainda segundo Gomes (1996), após, a geografia clássica, nossa ciência viveu os tempos da supervalorização do horizonte lógico-formal, da crítica radical e do horizonte humanista.

O primeiro horizonte ficou conhecido como Nova Geografia ou Geografia Quantitativa e propõe a visão sistêmica, a utilização de modelos e a submissão à lógica matemática, tendo como precursores os trabalhos de Christaller e Losch. A partir daí vários modelos foram aplicados a geografia, como os de Von Thunen, Weber, e Reilly. A Nova Geografia foi também marcada pela opção neopositivista, pela revolução teórica e pelo uso do raciocínio lógico matemático na busca da formulação de uma explicação racional para os fenômenos geográficos, com o mérito de inserir, pela primeira vez, uma discussão sobre o espaço e suas funcionalidades.

O segundo horizonte - o da crítica radical - critica principalmente as opções positivistas e neopositivistas, defendendo a inserção de uma nova forma de fazer geografia. Propõe assim, a inserção do materialismo histórico na geografia, a dialética como método fundamental e as categorias essenciais do marxismo.

Nesse percurso a geografia crítica viveu momentos distintos: o da crítica radical e o do repensar suas próprias proposições à medida que criticava o positivismo e o neopositivismo das correntes anteriores. Nesse contexto, Gomes (1996) destaca os trabalhos de Yves Lacoste, como um precursor na França, de Henri Lefèbvre, para a constituição de uma transformação que restaura o papel da produção do espaço na construção social da realidade e David Harvey que abandona uma visão ortodoxa do marxismo, conduzindo seu pensamento e trabalho do marxismo ao pós-modernismo.

Já o terceiro horizonte, o humanista, é caracterizado, segundo Gomes (1996) por reunir uma enorme diversidade de concepções, sendo difícil encontrar nesse movimento uma uniformidade filosófico-metodológica. Há, no

entanto uma uniformidade em reconhecer que a forma e o conteúdo da ciência geográfica praticada até os anos setenta são inadequados.

Do ponto de vista metodológico considera-se que o método lógico e analítico trabalha com abstrações artificiais e propõe-se, no contexto do humanismo crítico, a hermenêutica. Além disso, buscou novas referências como o existencialismo ou a fenomenologia. Também devemos destacar que no horizonte humanista podemos situar as perspectivas que trabalham o espaço vivido e o humanismo fenomenológico, cujo trabalhos de Relph e Yi-FU Tuan são exemplares.

Mais recentemente passou-se a denominar de geografia cultural os novos trabalhos com enfoques anti-racionalistas. No Brasil a geografia cultural tem congregado importantes trabalhos. De acordo com Corrêa e Rosendahl (2003) a geografia cultural ficou muito tempo vinculada às idéias da Escola de Berkeley, passando, a partir da década de 1970 por uma renovação. Esse processo resultou de múltiplas influências, que é uma característica básica desse movimento.

No processo de renovação e revalorização da geografia cultural diversas influências se fazem presentes. De um lado, a própria tradição saueriana e o legado vidalino. De outro, a influência das filosofias do significado, especialmente da fenomenologia, e do denominado materialismo cultural de Raymond Williams (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003, p. 12).

Logo, a geografia cultural abre não apenas uma possibilidade, mas diversas vias para a organização da pesquisa geográfica. Tanto a valorização de temas como cultura, religião, gênero, língua, representações, etc., quanto a inserção de novas possibilidades metodológicas que resultaram em procedimentos distintos daqueles usados pela geografia crítica, ampliam o instrumental do geógrafo.

Assim, compreendemos que a geografia participou, com veemência, de todo o processo constitutivo da ciência ocidental, moderna para alguns, funcionalista para outros, ou ainda, pós-moderna ou pós-funcionalista. Assim, na atualidade, está a disposição do geógrafo, grande diversidade de opções metodológicas, desde os métodos indutivo, dedutivo ou hipotético-

dedutivo, valorizados no contexto da influência do positivismo e do neopositivismo na geografia, passando pelas possibilidades da dialética no contexto do materialismo histórico até a hermenêutica e a fenomenologia das perspectivas humanistas.

Resta ao pesquisador se situar nesse processo tomando partido dos pressupostos e posicionamentos que entender adequado, guardando sempre a idéia de que podemos até mesmo considerar que um ou outro está temporalmente superado, mas todos têm igual valor do ponto de vista de sua contribuição para a constituição da geografia. De nossa parte, gostaríamos de destacar a opção marxista, como um capítulo à parte na construção metodológica da geografia.

Diante da diversidade de perspectivas devemos assumir partido de uma delas, colocando seus fundamentos a serviço da construção das nossas pesquisas, sempre, é claro, atentando para a possibilidade de crítica e autocrítica à medida que praticamos o que está teoricamente recomendado.

Assim, diante da diversidade, nos posicionamos defendendo a idéia de que a geografia de base positivista está superada porque não oferece instrumentos úteis ao nosso tempo, ela cumpriu seu papel no contexto do século XIX, sendo superada pela crítica aos seus métodos, objetivos e procedimentos de trabalho. São procedimentos, portanto, limitados para explicar os processos de que se ocupa a geografia atual sendo ampla a bibliografia que aborda o tema, como os trabalhos de Broek (1967), Johnston (1986), Moraes (1993), Costa (1996), entre outros.

Também a geografia neopositivista, fundamentada em modelos e dados estatísticos derivados de princípios do positivismo lógico, já não atende as necessidades do geógrafo que está diante da tentativa de entender um mundo complexo, articulado, ao mesmo tempo globalizado e fragmentado. Os dados, ainda hoje utilizados, e aqui não abrimos mão de contar com várias séries estatísticas, são acessórios à análise, e são já produto de uma forma específica de quantificar, que não é em si a verdade e sim mais uma visão sobre essa. Por conseguinte, não podem ser o centro do processo investigativo.

Deste modo, a discussão mais atual no contexto da ciência geográfica tem apresentado, a nosso ver, duas possibilidades: a geografia

dialético marxista e a geografia cultural. A primeira é produto de uma visão racional de mundo, portanto objetiva, e derivada da ampliação gradativa da discussão acadêmica sobre o pensamento lógico, sendo, deste modo, discussão típica da modernidade; e a segunda é, de base anti-racional, centrada nos processos subjetivos dos sujeitos das pesquisas. Porém, essas perspectivas não são mutuamente excludentes.

No entanto, optamos, nessa investigação, por buscar referências no universo da geografia marxista, considerando que houve um marxismo ortodoxo e tentando empreender um trabalho baseado nos pressupostos do repensar o marxismo na geografia atual.

De acordo com Moraes e Costa (1984) no interior do que denominamos marxismo existe uma pluralidade de concepções e orientações e não um empobrecedor monolitismo de concepções, e isso gera profundos debates, fazendo com que haja dinamicidade no corpo do movimento. Porém, o marxismo ancora-se num sistema filosófico próprio que tem *na relação entre teoria e prática sua pedra angular*. Ainda de acordo com MOREAS e COSTA (1984):

[...] para o marxismo, só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo, só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais, só a inserção no movimento propicia seu entendimento (p. 35).

Porém, desde Marx até aqui, o que conhecemos por marxismo foi revisado, repensado, reestruturado, relido, muitos debates foram realizados e muitas investigações consolidaram as opções marxistas e outras resultaram na sua crítica radical. Para GOMES (1996):

[...] o marxismo afirma que o sujeito do conhecimento, historicamente determinado e contextualizado socialmente, é capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais (p. 282).

Essas categorias marxistas foram utilizadas na geografia, mas foram também repensadas, de forma que é preciso uma releitura adequada ao nosso tempo. Além disso, essas categorias são essenciais para o trabalho de investigação que realizamos, pois a ação do Estado foi investigada, com relação à gestão do uso da água, no contexto de sua relação com a reprodução do capital.

O Estado foi capaz de reestruturar relações de propriedade, de troca e de consumo, resultando numa reestruturação do território para colocá-lo a serviço das empresas do setor agrícola. Entretanto, do ponto de vista metodológico, a intensa busca pelas contradições dos processos, a estruturação de uma visão dialética, é sempre um desafio ao qual temos que ter cuidado ao nos lançarmos.

1.2. As trilhas da investigação

No campo do estudo do processo histórico de reapropriação territorial consideramos como agentes: as pessoas, as firmas e as instituições. Nesse caso o Estado é considerado como o agente que induziu um conjunto amplo de relações, uma vez que, a partir do momento que decidiu construir a barragem de Ponto Novo, provocou:

- novas relações de produção, com a tentativa de transformar pequenos trabalhadores rurais em pequenos “empresários rurais”, e abrindo um espaço que antes não existia para a grande empresa rural;
- novas relações de trabalho, ao criar novas possibilidades de assalariamento e de contratação temporária, precarizando as relações de trabalho;
- novas formas de comunicação e circulação do capital, do trabalho e das mercadorias, disponibilizando novas redes, materializadas com a construção de estradas, sistemas de abastecimento de água, sistemas de energia elétrica, etc;
- novas formas de representação ao induzir a reconstituição de imagens e valores sobre o espaço que agiu para modificar.

A ação inicial do Estado, foi produto de um processo derivado da implantação de políticas públicas específicas, envolveu a ação de agricultores, de empresários rurais, de políticos, representantes sindicais e de associações, de técnicos e demais pessoas relacionadas com a gestão do uso da água, que passaram a ser, assim, os sujeitos da nossa investigação.

Portanto, queremos explicitar que elaboramos uma opção metodológica capaz de estudar o espaço dinâmico e organizado a partir da valorização do estudo da organização espacial e da gestão do território. No entanto, sem deixar de atentar para os sujeitos que estão inseridos nesses mesmos espaços como construtores ativos e históricos. Esse espaço é, ao mesmo tempo, espaço subjetivo de vivência e espaço social, onde podemos apreendê-lo como objetivo, dinâmico e organizado.

O objetivo geral dessa investigação é analisar os rebatimentos da ação do Estado para a reordenação territorial do município de Ponto Novo – Bahia, a partir da construção da barragem de Ponto Novo, no rio Itapicuru, e da conseqüente gestão do uso da água armazenada no lago que antes não existia. Essa ação do Estado envolve outros agentes como agricultores, empresários rurais e demais usuários da água armazenada, de sorte que para alcançar esse objetivo investigamos a ação das pessoas, firmas e instituições envolvidas na implantação da barragem e dos projetos derivados, caracterizamos a legislação que norteia a ação do Estado e analisamos as principais intervenções públicas que provocaram reordenação espacial no município de Ponto Novo a partir da construção da barragem.

Para a efetivação da investigação delimitamos procedimentos como: o levantamento de dados secundários, principalmente sobre o município de Ponto Novo e sobre a bacia do rio Itapicuru, além de dados estatísticos oficiais; questionário e entrevistas semi-estruturadas direcionadas para representantes de firmas e instituições que congregam grupos sociais bem definidos, como trabalhadores rurais, comerciantes, funcionários públicos e, principalmente, pessoas diretamente envolvidas no processo de construção e utilização da barragem de Ponto Novo; a observação a partir da nossa inserção no contexto do lugar, em períodos diferentes e estratégicos, vivenciando a dinâmica de uso do território e investigando seus condicionantes; e a

construção de uma base cartográfica para representar os fenômenos estudados e localizá-los.

Efetivamos entrevistas semi-estruturadas, fundamentais para a concretização da investigação, que foram realizadas com: gestor público, técnicos envolvidos com a construção da barragem, agricultores, usuários da água, representantes das empresas envolvidas na reestruturação induzida pelo Estado, representantes de sindicatos, de associações, de igrejas e movimentos sociais de base.

A pesquisa também requereu nossa permanência por vários dias no município, para conversar com as pessoas, participar de eventos e registrar fatos relevantes que contribuíssem para o entendimento das questões centrais estabelecidas para a investigação. Também nos dedicamos às visitas específicas aos setores diretamente relacionados com a gestão do uso da água, como:

- visitas à área da barragem e aos reassentados da 1ª e 2ª etapas do projeto de irrigação de Ponto Novo;
- visita à Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia para coleta de dados e conversar informalmente com técnicos do setor;
- visita ao centro de gerenciamento da barragem de Ponto Novo;
- visita à Sede Administrativa da Água (SAA) de Senhor do Bonfim;
- visita ao Distrito de Irrigação de Ponto Novo; e
- visita às empresas rurais.

Coletamos um conjunto expressivo de dados quantitativos e qualitativos que nos permitiram as análises e interpretações que compõem o eixo central dessa tese.

Capítulo 2

Intervenção estatal, gestão do uso da água, barragens e organização espacial

Aplauso, quando os não fundamenta o mérito, afagam certamente o espírito e dão algum verniz de celebridade; mas quem tem vontade de aprender e quer fazer alguma coisa, prefere a lição que melhora ao ruído que lisonjeia.

Machado de Assis

A ação do Estado e suas relações com a gestão do uso da água, com a gestão de barragens e com a reorganização espacial são fundamentais para a concretização dos processos que geraram, em Ponto Novo, um território requalificado pela dinâmica imprimida por um agente hegemônico. Partimos do princípio de que o agente fundamental na indução das modificações espaciais e territoriais no município de Ponto Novo foi o Estado, pela via da ação do governo do estado da Bahia, de forma que é necessário esclarecer como esse processo está se materializando.

Para isso, caracterizamos o uso da água com destaque para o ciclo hidrológico, para a água como integrante do ambiente físico, justamente porque é a partir da interação com a água no ambiente natural que a sociedade organizada construiu intervenções no rio Itapicuru, sob a indução do Estado, através de barragens, sistemas de irrigação, adutoras e estações elevatórias, por exemplo.

A visão da ONU e do Banco Mundial com relação à água é também um aspecto chave, precisamente porque o Banco Mundial teve participação decisiva no fomento das ações que geraram a barragem de Ponto Novo e o Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bahia (PGRH/Ba). O banco não somente financiou parte dos recursos investidos, pela via do empréstimo ao Estado, como participou ativamente da tomada de decisão junto aos órgãos governamentais que construíram e geriram as ações executadas no contexto do projeto.

A gestão do uso da água, com destaque para a ação do Estado e suas relações com organizações multilaterais é um assunto fundamental. Vale salientar que, no caso de Ponto Novo, já havia uma demanda municipal por água para a irrigação, uma vez que existiam agricultores irrigantes que estavam na dependência das cheias do rio Itapicuru e das chuvas numa área de clima semi-árido. O Estado atendeu essa demanda, mas atendeu de um jeito direcionado pelos programas de governo implementados; foi essa ação que gerou os processos que nos ocupamos em estudar, por isso optamos por caracterizar a ação do Estado relacionando-a a gestão do uso da água.

Nossa investigação considera que a geografia é uma ciência focada no estudo do espaço geográfico em suas múltiplas dimensões. Ciência social que valoriza o estudo da relação da sociedade com a natureza, da *forma*

como a sociedade recria o espaço social, cotidianamente, e de como o indivíduo *percebe* esse espaço.

Nessa perspectiva, a geografia analisa o espaço partindo do princípio de que o homem interage com a natureza e aqui não importa a polêmica da existência de uma segunda natureza, porque admitimos que o homem é um elemento da natureza, que interage com os demais elementos naturais, e também porque o espaço é construído sobre espaço preexistente, visto que todo o planeta está economicamente e politicamente apropriado. Essa interação ocorre através da mediação do trabalho, que foi sendo historicamente organizado, até tornar-se trabalho social.

Do trabalho social resulta um produto da ação humana que chamamos de espaço geográfico. Esse é um processo histórico, de acumulação sucessiva, de diferenciação e, ao mesmo tempo, de homogeneização e resistência à homogeneização capitalista pela via da fragmentação, da força do lugar. Nesse processo social destacamos cinco dimensões que devem compor a base da investigação que se propõe a entender a sociedade pela via da espacialidade:

- a **ação**, que pode ser caracterizada como objetiva e capaz de originar um produto visível. É condicionada pela capacidade racional de quem age, pela observância de normas sociais pré-estabelecidas e pela conjunção entre a força do agente e sua capacidade de mobilizar os outros dentro de um dado contexto social. Mas também é condicionada por desejos, costumes, tradições, representações e percepções individuais e coletivas sobre o próprio processo de agir;
- a **técnica**, aqui compreendida não apenas como os instrumentos utilizados na concretização da ação, mas também como meio social, que carregam consigo elementos da imaginação, da capacidade criativa do indivíduo e da competência da sociedade de colocar dada capacidade técnica à sua disposição;

- a **norma**, que é um conjunto de regras que regula a ação e tem uma face visível facilmente identificada nas páginas escritas das leis ou em placas de trânsito, por exemplo; possui uma face invisível que é um processo de internalização das normas pelos seres humanos. Portanto, também na norma está articulada a racionalidade da regra com a percepção individual de cada sujeito, sendo que na norma coletiva a aplicação está na dependência, contraditoriamente, da relação entre indivíduos;
- a **percepção**, que é uma construção subjetiva do sujeito ao participar de todo esse processo de construção do espaço social, percepção tanto do próprio espaço quanto de si como integrante do mesmo. Essa é uma dimensão subjetiva, sem possibilidade de ser visualizada diretamente pelo pesquisador, que para captá-la deve recorrer a procedimentos do campo das representações;
- a **organização** que é um produto da ação normatizada e possui uma face visível, onde distinguimos formas, redes, funções e estruturas, podendo ser objetivamente analisada, e uma face invisível que a mantém por um dado período. Mas a organização se mantém temporariamente na dependência da conjunção da ação, da técnica, da norma e da percepção, ou seja, a organização é a expressão do processo, por isso podemos partir dela para estudar as demais dimensões, ou ao contrário, estudar as outras dimensões para dar conta da sua configuração. O importante é que apenas a identificação e caracterização da organização espacial não são suficientes para explicar, compreender e interpretar o espaço geográfico. É preciso ir além, ao campo da análise da territorialidade produzida pela ação dos agentes envolvidos e de como percebem o processo no qual estão inseridos.

Claro está que outras dimensões podem ser identificadas e que o estudo de um determinado processo de reorganização espacial pode assumir

outros contornos no contexto da geografia acadêmica, por isso mesmo é que estamos preocupados em esclarecer que a investigação que realizamos partiu da idéia de que o processo de reorganização espacial se dá a partir da ação de agentes específicos e essa ação é compreendida quando a relacionamos com a norma, a técnica, a percepção e a organização.

No entanto, esclarecemos que buscamos estudar o espaço geográfico valorizando, de um lado, o processo histórico de sua construção e reconstrução ou mesmo sua reapropriação, e de outro, a percepção que os indivíduos têm desse mesmo processo.

Além disso, é a ação do Estado, no que se refere à intervenção para disponibilizar água e a conseqüente gestão do uso dessa água disponibilizada, o foco principal de análise, de sorte que apresentamos, a seguir, uma abordagem teórica sobre intervenção estatal e sobre outros aspectos a ela relacionados, como a influência da forma como a sociedade interage com a natureza com ênfase para formas de apropriação e conservação, como a influência de organismos externos com destaque para a ONU e para o Banco Mundial e as possibilidades de gestão do uso da água a partir de múltiplas referências.

2. 1 A ação do Estado

Nossa preocupação em focar a ação do Estado não significa minimizar o papel das empresas e de outras formas de organização social no que se refere à gestação e indução do uso de tecnologias para acessar e armazenar água e a conseqüente reorganização espacial. Trata-se de um recorte para fins de pesquisa, pois a partir da ação do Estado esperamos investigar, também, a ação dos demais agentes envolvidos.

Partimos do princípio de que a ação do Estado é suficiente, porém não necessariamente exclusiva, para fomentar um amplo processo de interação entre pessoas, firmas e instituições com o objetivo de requalificar um dado espaço geográfico. E isso verificamos em Ponto Novo, onde o governo do estado da Bahia planejou um conjunto de intervenções que envolveram agricultores, empresários, sindicalistas, representantes de associações e habitantes tanto do município de Ponto Novo quanto de outros municípios no

entorno da barragem e que foram envolvidos diretamente com a construção de adutoras e implantação de pólo de irrigação.

Outro aspecto relevante, e que devemos demarcar, é que nos referimos ao Estado moderno, historicamente forjado pelas sociedades ocidentais desde a Idade Média e atualmente inserido num processo de globalização, comandada pela marcha capitalista de sucessivas modernizações.

Segundo Bedin (1999) o Estado moderno emergiu de uma ruptura com o que se poderia chamar de organização política medieval, e tem mais ou menos cinco séculos de existência. No entanto, para Senellart (2007) os governos precedem o Estado, estando a gênese da noção moderna de governo na transformação das práticas de governar, situadas desde os regimes medievais. Para Senellart é no século XVI que começa a se aprofundar a diferença entre Estado e governo, de sorte que:

No início do século XVI, o governo se confundia com o Estado: *stato* e *governo*, em Maquiavel, são na maioria das vezes intercambiáveis e designam o poder efetivo do príncipe. Reinar é governar, e vice-versa. Na metade do século XVII, as duas noções se separam uma da outra, inserindo-se num sistema de oposições binárias: direito/deveres, teoria/prática, constituição/conservação, etc. Chegou o momento em que se poderá dizer, eventualmente, que o rei reina e não governa (SENELLART, 2007. p, 41).

Fazer a distinção entre Estado e governo é muito pertinente, pois o Estado, apesar de ser posterior ao governo tornou-se uma instituição, com certa estabilidade histórica, desde sua gênese até aqui, o que se sucede, portanto, é o governo.

Assim, BEDIN (1999) assinala que, ao contrário da medieval, a organização política moderna:

[...] começa por afirmar a especificidade do fenômeno político e, conseqüentemente, a necessidade de separação do poder político do poder religioso. Outro pressuposto inicial importante é a busca da superação dos poderes locais e o estabelecimento de uma administração centralizada e alicerçada sobre o conceito de

soberania do rei (Bodin, 1992), o qual (o rei) será considerado legítimo quando o seu poder resulte do consenso – revelado na forma de contrato social – dos vários indivíduos que constituem o Estado (Hobbes, 1988). Além disso, não podemos esquecer que o Estado moderno pressupõe também a liberação dos indivíduos de suas vinculações com a terra, com os seus senhores e com os seus lugares predeterminados no mundo (p. 127).

A história da constituição do Estado é marcada, segundo Senellart (2007), por um contínuo transformar-se da própria idéia de governo, e segundo Bedin (1999), por uma transformação do homem medieval, aprisionado à terra pela religião, em indivíduo livre e solitário do ponto de vista simbólico, novo alicerce da sociedade moderna. Logo, BEDIN (1999) acrescenta que o Estado moderno consolidou-se *“como Estado centralizado, soberano e absoluto. Em outras palavras, como Estado absolutista, típico dos séculos XVI e XVII”* (p. 127).

Claro está que o Estado, alvo da pesquisa que nos ocupamos em proceder, não é esse típico do momento de sua consolidação. Até porque uma vez consolidado o Estado passou por intensas reformas, até chegar aos dias atuais como Estado neoliberal. É mais uma vez Bedin que sintetiza muito bem esse processo ao afirmar que:

Vencida essa fase de afirmação do Estado moderno, caminha-se para uma nova etapa dessa organização política, na qual a dimensão absolutista passará a ser questionada e, num momento seguinte, refutada, sendo, finalmente abandonada. Dessa luta emerge, no século XVIII, o Estado moderno em sua versão liberal [...] O século XIX, em especial as duas últimas décadas, com a revolução industrial, a emergência da classe trabalhadora como força política e o surgimento dos movimentos socialistas, estabelece novos desafios ao Estado moderno. [...] Assim, os referidos desafios transformam o Estado moderno em um Estado intervencionista [...] Surge, desta maneira, uma nova versão do Estado moderno: o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* (BEDIN, 1999, p, 127-128).

Nesse processo, eventos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, modificaram a forma ocidental de viver e produzir. Dos

ideais de liberdade, igualdade e fraternidade retiramos lições úteis na consolidação do Estado moderno, sempre associado à idéia teórica de democracia, apesar da história ter registrado sucessivas ditaduras, nazismo, fascismo e duas grandes guerras mundiais, o Estado, enquanto organização política, estava consolidado. Porém, o Estado de Bem-Estar Social também enfrentou crises que foram minando suas bases de sustentação, até chegar, segundo BEDIN (1999), *“a perder sua sólida legitimidade com as rupturas políticas do final dos anos 80 e início dos 90”* (p, 128). A partir daí, assistimos a emergência dos discursos contra o Estado intervencionista e a defesa, por alguns setores da sociedade ocidental moderna, de retorno ao liberalismo, ou seja, a emergência do Estado neoliberal.

Aqui, importa abrir um parêntese para o caso brasileiro, onde, diferente da maioria dos Estados europeus, não se pode demarcar uma fase do típico Estado de Bem-Estar Social. Passamos de uma ditadura militar de 20 anos (1964-1984) a uma abertura política controlada pelas próprias elites que já se encontravam no poder, de sorte que as eleições diretas para presidente, com ampla divulgação dos princípios democráticos, só ocorreram a partir de 1989. Importante também salientar que essa primeira eleição colocou frente a frente dois projetos: o do Partido dos Trabalhadores, com a liderança de um trabalhador que se apresentava como legítimo representante da esquerda, como representante dos ideais de um Estado socialista, contra um legítimo representante das elites que pregava um Estado liberal. Venceu o projeto das elites e até hoje, mesmo com as duas últimas vitórias do Partido dos Trabalhadores, o Brasil continua neoliberal.

Importa salientar que neoliberal ou não, o Estado se consolidou como uma instituição legítima na qual a organização política de uma dada nação se legitima diante das demais. Essa legitimidade teórica se impõe, no plano prático, na constituição dos países e na defesa da soberania de cada um deles.

Além disso, atualmente (2007), não podemos deixar de demarcar a influência da globalização para o Estado moderno. Segundo Santos (1996) vivemos mesmo a emergência de um mundo globalizado, uma ordem universal que inseparavelmente se relaciona com uma ordem local. Já BEDIN (1999) nos lembra que *“a configuração do mundo como um sistema global é o mais*

significativo acontecimento político, econômico e social das duas últimas décadas” (p. 134).

Para FIORI (2007), apesar de identificar certa imprecisão na definição do termo globalização, esse é um processo que *“inova ou altera radicalmente a ordem econômica e política internacionais, criando, de fato, uma nova ambientai para o exercício soberano dos governos nacionais” (p. 7).*

Logo, os questionamentos sobre o poder e a soberania dos Estados, em tempos de globalização, se fazem importantes e pertinentes. No entanto, defendemos que os Estados não desaparecerão por sucumbir a um mundo dito globalizado, ao contrário, as experiências vividas em contexto de globalização estão requalificando a ação dos Estados e a percepção que a sociedade tem deles. Ora a afirmação da soberania se faz necessária, ora o ato de ceder em favor de um movimento mais forte acaba prevalecendo, não se descartando os processos de formação de “associação” entre Estados com interesses específicos.

Devemos lembrar do papel da imposição, pelos países hegemônicos, de modelos de gestão e de forma de controle, sempre em associação com elites locais específicas, de formas de coação aos países pobres e dependentes ou mesmo da intervenção militar direta, como as efetivadas pelos estadunidenses, em vários casos apoiados por organismos “ditos” multilaterais.

Assim, a ação do Estado moderno deve ser focada compreendendo que ele é uma organização política inventada no contexto da sociedade ocidental, reinventado constantemente e sobrevivente de crises e desafios. Por sua natureza, o Estado é regulado por convenção entre seus membros, hoje expressas na forma de lei: um contrato social cuja constituição é a expressão maior.

O caso brasileiro merece destaque, já que o Brasil se declara, no artigo 1º da sua constituição de 1988, um *“Estado Democrático de Direito e tem como fundamento: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político” (BRASIL, 1988. p. 7).*

Portanto, um Estado não muito diferente dos demais Estados do mundo ocidental moderno, forjado por uma histórica batalha teórica e prática

entre idéias diversas, que colocou frente a frente, ditadores e democratas, conservadores e reformadores, socialistas e liberais, enfim, um Estado produto da história de um povo.

A constituição também é inspirada em ideais de liberdade, igualdade, fraternidade, bem-estar, pluralismo e exercício de direitos sociais e individuais e na solução pacífica das controvérsias, como expressa claramente o seu preâmbulo. No entanto, como uma constituição relativamente recente ela estabelece, no Título I: Dos Princípios Fundamentais, que: *“a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural com os povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988. p. 8).*

Ou seja, o Estado brasileiro já visualiza que sua função não é apenas garantir a soberania, sobreviver enquanto instituição legítima entre os Estados do mundo, mas também participar desse novo processo de reinclusão mundial gestado em tempos de globalização, definindo como estratégia a união com seus vizinhos latino-americanos.

Além disso, o Estado brasileiro é, enquanto República Federativa, uma união indissolúvel de Estados Federados, Municípios e do Distrito Federal, estando as competências de cada uma das unidades administrativas especificadas constitucionalmente. Assim, o Estado brasileiro é formado pela União – esfera federal; Estados Federados – esfera estadual; e municípios – esfera municipal. Cada qual com suas leis e atribuições específicas e com níveis diferenciados de autonomia, a depender de qual aspecto se aborda.

Demarcar essa diferença é importante porque esse trabalho de pesquisa foca a ação do Estado Federado da Bahia num município específico, porém, essa ação está condicionada e sofre a influência e parceria da União. Logo, a articulação entre União, Estado Federado e Município é fundamental para o desvelar dos problemas levantados.

A ação do Estado pode se dar, portanto, em três esferas: federal, estadual e municipal, de forma que devemos sempre precisar, quando falamos de ação estatal, a qual esfera estamos nos referindo, além de demarcar as relações entre essas esferas.

Outro aspecto a destacar é o fato de a ação do Estado ocorrer a partir de mecanismos institucionalizados que comandam a definição do como

fazer e do que fazer, de acordo com os objetivos de cada governo, de sorte que governos diferentes, com inspirações políticas divergentes, teriam atuações teoricamente diferentes. Ou seja, é de se esperar que um governo de inspiração socialista tenha uma ação diferente de um governo de inspiração neoliberal. A forma de captarmos a inspiração de cada governo está na observância, não apenas de um programa ou projeto de governo específico, mas sim do conjunto de políticas públicas que adota.

Assim, é o estudo desse conjunto de projetos e programas que permitirá afirmar se um governo é, por exemplo, neoliberal ou não, justamente porque importa o conjunto de ações e não simplesmente as ações localizadas. Por exemplo, o caso da ação do governo do estado da Bahia, no município de Ponto Novo, é interessante porque, ao visitar um reassentamento de pequenos produtores que foram relocados de suas terras em função da execução dos projetos do governo, teremos a impressão de que o objetivo do governo era atendê-los. No entanto, investigando um pouco melhor, descobrimos que o governo não estava interessado em fomentar a pequena agricultura, mas sim em reestruturar o uso do solo para dispor de grandes lotes para a agricultura empresarial.

Como hoje não é mais aceitável, no Brasil, que os pobres sejam “afogados à própria sorte pelas águas da represa”, e o próprio Banco Mundial também não aceita, o governo estadual foi obrigado a relocá-los, mas em contrapartida, deu a opção de uma indenização, de modo que a quantidade de relocados foi reduzida. Na verdade o objetivo era dispor do uso do solo para a iniciativa privada atuar, um objetivo claramente neoliberal, mas escondido por detrás de uma ação que parece cuidar dos mais pobres.

A ação do Estado é, portanto, uma ação norteadas pelas políticas públicas de cada governo. Essas podem ter continuidade com a mudança de um partido político no poder, mas, quase sempre, no Brasil, ao mudar o partido mudam as políticas públicas, de forma que podemos reclamar da falta de políticas de Estado, aquelas de longo prazo, instituídas e legalizadas para sobreviver às mudanças dos governantes, como uma diretriz da sociedade, que regula a ação estatal. Essas políticas seriam as mais adequadas para tratar as questões relacionadas aos recursos hídricos, por sua natureza interativa com as questões ambientais e com o compromisso, cada vez mais

crescente em todo o mundo, de pensar nas gerações futuras, revendo o atual modo de desenvolvimento, e até, quem sabe, o próprio modo de produção.

2. 2 Ação estatal e gestão do uso da água

Gerir o uso da água, eis um grande desafio para as sociedades contemporâneas. Além disso, gerir o uso da água já num contexto em que as questões ambientais vieram à tona, onde boa parcela da população mundial já não aceita a apropriação indiscriminada da natureza, transformada em recurso econômico pelo capitalismo, enfatizando a necessidade de preocupação com as gerações futuras.

Óbvio que a marcha capitalista rumo à degradação do planeta Terra continua firme, principalmente com as ações das grandes empresas nos países onde o Estado tem pouco interesse de regular fortemente a apropriação, penalizando os poluidores e exigindo o cumprimento de leis ambientais. Mas a novidade é o crescente interesse de parcela significativa das pessoas, em todo o mundo, pela execução de ações que resolva problemas ambientais chave, como a questão da água, do aquecimento global e da degradação dos solos. Em última instância tem crescido o interesse por um tema que não é novo, mas encontra-se revigorado: a nossa própria capacidade de autodestruição.

Portanto, a gestão dos recursos hídricos já se insere nesse contexto. Aliás, é uma idéia que deriva, também, da própria inserção da temática ambiental na agenda social. Machado (2004), ao enfatizar as leis brasileiras que se referem aos recursos hídricos, enfatiza que elas já se inserem nessas novas perspectivas, destacamos que os recursos hídricos são agora considerados como bem coletivo, finito e economicamente estratégico, o que torna o conceito bastante abrangente. Além disso, argumenta que o uso da água envolve uma interação conflituosa entre um conjunto significativo de interesses sociais.

Já Rebouças (2004) argumenta que a lógica do poder costuma considerar como recurso hídrico a parcela de água que flui nos rios, mas as leis brasileiras definiram as águas como públicas e de domínio da União, de modo

que o grande desafio brasileiro não é a legislação, mas a prática dos princípios, como o da descentralização.

Especificamente sobre a gestão, MACHADO (2004) argumenta que:

[...] a gestão passou a ser o operador conceitual através do qual se confrontam os objetivos de desenvolvimento econômico e de organização territorial, bem como aqueles relacionados à conservação da natureza ou à manutenção ou recuperação da qualidade ambiental (p. 10).

Portanto, não se trata simplesmente de gerir o uso da água, mas pensá-lo de uma forma integrada, de acordo com sua articulação com os demais aspectos do uso do território. Porém, o mesmo autor chama atenção para as possibilidades de um reducionismo econômico por parte do gestor e para as relações que se estabelecem entre as finalidades do sujeito da gestão e as formas de apropriação e domínio do objeto da gestão.

Já para Rebouças (2004) a gestão integrada da água por bacia é a grande novidade no Brasil, a partir dos novos marcos regulatórios que instituem o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH).

Nesse caso, argumentamos que gerir é muito mais complexo do que parece porque se trata da gestão integrada do uso dos recursos naturais. Se for o Estado o principal gestor ele tem uma dupla responsabilidade: resolver os conflitos e entender a natureza como um patrimônio que deve ser transmitido às gerações futuras.

A gestão da água, segundo Goldenstein e Salvador (2005), espelha questões mais amplas de cada sociedade, não tendo origem apenas nas definições hidrológicas, ecológicas ou de engenharia, ela se articula com conflitos de interesses, com a dinâmica das forças políticas e econômicas, com a legitimidade dos governos e das instituições diante das populações por elas governadas.

Essa visão ampla da gestão permite racioná-la com a gestão do território, com a efetivação de ações conflituosas, que necessitam serem

arbitradas, fundamentalmente pelo Estado, legitimado para isso pela sociedade que o constitui.

Além disso, Goldenstein e Salvador (2005) aponta algumas premissas básicas a serem consideradas no processo de gestão:

- a gestão da água não pode ser dissociada dos contextos políticos, econômicos e sociais nos quais está inserida;
- a água possui um caráter estratégico para a sociedade: o de bem público;
- deve haver participação da sociedade na gestão da água, pois essa participação torna a tomada de decisão mais legítima e transparente.

Logo, falar de gestão integrada da água significa falar de gerir um verdadeiro patrimônio da humanidade, no qual a participação social deve ser encorajada, as decisões unilaterais devem ser refutadas e a sociedade possa definir os usos de acordo com os interesses da maioria. Acontece, porém, que devemos considerar que vivemos num mundo capitalista e a execução desse processo é extremamente contraditório, pois nem sempre o Estado está a serviço de todos, nem sempre o poder de mobilização social vence o poder do dinheiro que está a serviço dos interesses de grupos restritos. A gestão integrada é um grande desafio, mas é, também, uma possibilidade para o enfrentamento da exclusão do uso da água de milhares de seres humanos em todo o planeta.

O exemplo brasileiro, com relação ao debate sobre a gestão do uso da água não está muito distante do que ocorre em outros países ocidentais. Segundo Klink (1999), na Espanha se está finalizando um período que ele qualifica como “economia expansionista del agua”, caracterizado por estar centrado na construção de obras hidráulicas. Contudo, o crescente processo de fornecimento de água em quantidade suficiente para atender a demanda e a mudança da própria estrutura social e econômica do país permitiu uma requalificação do debate.

Essa requalificação do debate permite referir-se a três aspectos centrais: a água como fator de produção, como ativo financeiro e como ativo eco social. Os que lêem as questões da água como fator de produção:

[...] destacan solo una de las diferentes dimensiones de este recurso natural, concretamente la que está más directamente relacionada com las actividades productivas y com su capacidad para generar um valor monetario, identificando así lo monetário com lo econômico” (KLINK, 1999, p. 52).

Certamente essa é uma perspectiva que não dá conta de ler as questões relacionadas à água em todas as suas dimensões, portanto, não satisfaz amplamente os objetivos de ampliação do debate, ao contrário, contribui para um reducionismo da nossa visão acerca do tema aqui em foco.

Já na segunda perspectiva, água como ativo financeiro, os economistas a consideram como recurso esgotável, por isso é um ativo financeiro em que:

[...] la gestión adecuada (el agotamiento óptimo), desde el punto de vista del propietario-extractor de este tipo de activo, seria aquella que permitiese la obtención de una rentabilidad similar a la de otros activos financieros que suportasen el mismo tipo de riesgo (KLINK, 1999, p. 52).

Assim, se o processo não é lucrativo deveria o extrator mudar de investimento ou esgotar o recurso. Essa perspectiva está centrada numa racionalidade econômica que ignora o contexto social e ambiental em que está inserida, portanto, também não contempla a ampliação do debate, mas sim privilegia os discursos tecnocráticos e que supervalorizam a função do mercado.

Os economistas que consideram a água como um ativo eco social valorizam a idéia de que ela é capaz de satisfazer um amplo conjunto de necessidades, não apenas econômicas, mas também social e ambiental. Essa perspectiva se preocupa com a gestão da água de forma integrada e sistêmica.

Trata-se de gerir não só a água, mas o conjunto do ciclo hidrológico. De acordo com Klink (1999) as idéias derivadas dessa perspectiva levam a duas implicações fundamentais:

- não existe uma apropriação nem mesmo uma gestão de recursos, mas sim de ecossistemas; portanto, a gestão do ciclo da água “[...] exige una gestión ambiental integrada del territorio, es decir, no hay gestión del agua sin gestión del territorio” (KLINK, 1999. p. 54);
- o reconhecimento dessa necessidade de gestão integrada do território representa uma mudança significativa na hora de decidir-se qual é o marco institucional adequado para essa mesma gestão.

Deste modo, trata-se de pensar a gestão dos recursos hídricos como sistêmica e integrada à gestão territorial, evitando-se as perspectivas que supervalorizam as “leituras” que focam apenas as questões dos usos e dos custos, ou seja, significa que pensar a construção de uma barragem, por exemplo, deve ir além da definição da relação custo-benefício e da possibilidade de retorno do investimento, temos que pensar essa ação considerando os impactos ambientais, sociais e culturais que cada projeto traz consigo.

Essa perspectiva se aproxima da idéia de que a água já faz parte, ao ser focada como ecossistema e não apenas como recurso, do espaço geográfico. Deste modo, a gestão do uso da água e a gestão integrada de bacias devem estar em consonância com a gestão ambiental, e todas estas fazem parte, em última instância, da gestão territorial.

Ao relacionar uso da água e reorganização do espaço geográfico e sua conseqüente faceta de reapropriação territorial, estamos focando o tema da água de acordo com os debates mais recentes no contexto da ciência ocidental moderna. Gestão integrada do uso da água, gestão integrada do meio ambiente e gestão do território se articulam e se inserem, assim, nos aspectos fundamentais da construção do espaço geográfico, entendido enquanto sistema indissociável de objetos e ações. Tudo isso contribui para a

ampliação da visão de que o planeta Terra é mesmo um grande sistema, que necessita ser zelado em benefício, não apenas da fauna e da flora, mas da própria humanidade. Por mais utópica que seja a idéia de uma sociedade menos injusta e desigual, é a utopia que nos faz caminhar rumo ao futuro.

2. 3 A água na natureza e a política de recursos hídricos do estado da Bahia

Se considerarmos que gerir o uso da água se insere, em última instância, num amplo processo de gestão do território, devemos considerar os aspectos ambientais como fundamentais, e não como meros coadjuvantes do foco nos aspectos econômicos e sociais. Daí a necessidade de entendermos também o ciclo da água e seus condicionantes e quais as principais intervenções que socialmente efetivamos nesse ciclo.

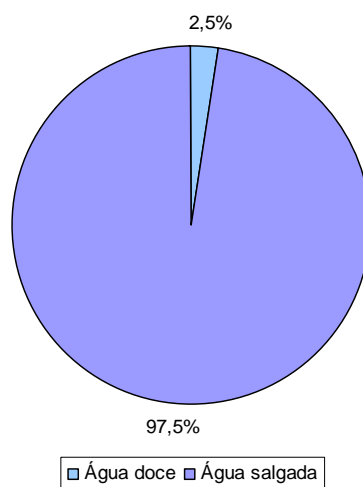
Do ponto de vista estatístico, os dados demonstram que 97,5% da água terrestre está nos oceanos, que se constitui na principal fonte global de evaporação e influencia decisivamente no clima terrestre. Além disso, por suas características físico-químicas, uma provável utilização dessa água requer custoso trabalho e avançado aparato tecnológico.

A água doce disponível, apenas 2,5% do total da água terrestre (figura 2), perfazendo 93.000 m³, também não está diretamente acessível. A figura 3 demonstra que desses 2,5%, a maior parte (68,9%) está nas geleiras polares e coberturas permanentes de neve; 29,9% em águas subterrâneas; 0,9% em diversas fontes como pântanos, umidade do solo e placas de gelo flutuantes, e 0,3% é a água doce disponível em rios e lagos. Essa água doce é a que está em constante processo de renovação.

Desses números retiramos a conclusão de que a água no planeta não é, como parece, inesgotável. Principalmente água limpa ou potável que seja capaz de suprir as necessidades humanas de forma geral.

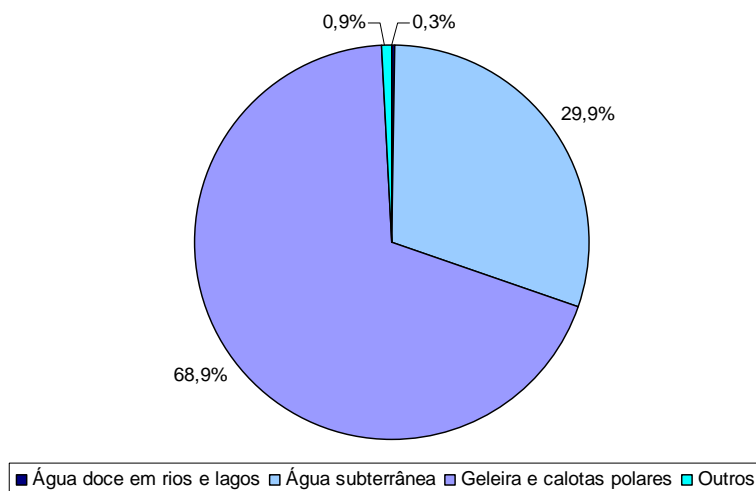
Além disso, do ponto de vista espacial, há uma distribuição desigual dessa água potável, de sorte que nas zonas úmidas, como nas áreas das bacias dos rios Amazonas ou Congo, por exemplo, há disponibilidade todo o ano, o que não acontece nas regiões áridas e semi-áridas.

Figura 2
Água doce e salgada no mundo. 2004.



Fonte: Agência Nacional de Água – ANA (Brasil). Com base em Igor Shiklomanov. In: World Fresh Water Resource. www.ana.gov.br - Acesso em 02 de março de 2004.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 3
Distribuição mundial de água doce. 2004.



Fonte: Agência Nacional de Água – ANA (Brasil). Com base em Igor Shiklomanov. In: World Fresh Water Resource. www.ana.gov.br - Acesso em 02 de março de 2004.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

No caso das regiões semi-áridas verifica-se um ciclo irregular de chuvas e, frequentemente, rios intermitentes. Os rios perenes têm, normalmente, uma alimentação proveniente de seus afluentes de áreas mais úmidas, ou mesmo do fato de nascerem em áreas onde as chuvas são melhor distribuídas.

O caso baiano é exemplar. Ocorre escassez no semi-árido, mas esse mesmo semi-árido recebe rios com nascentes em áreas mais úmidas, como é o caso do rio São Francisco e do rio Itapicuru, por exemplo. De acordo com a ONU essa distribuição desigual da água tem reflexo importante porque “[...] *las tierras áridas y semiáridas del mundo reciben sólo el 2% de la escorrentia global aunque ocupan aproximadamente 40% de la superficie terrestre*” (ONU, 2002, p. 109).

Portanto, nas regiões semi-áridas a água doce disponível está relacionada a açudes, lagos, lagoas e represas, ou mesmo à água subterrânea. A existência de águas subterrâneas em abundância está na dependência direta da composição geológica, do clima e da forma como o ciclo hidrológico de uma dada área define a dinâmica de escoamento e infiltração.

Porém, o fato dos números constatarem que 29,9% da água doce disponível está em reservas subterrâneas já é um indicador do potencial que essa fonte preserva. Inclusive como alternativa à construção de barragens, que é atualmente a principal forma de intervenção para armazenar água no semi-árido baiano, por exemplo.

Assim, a questão da água, do ponto de vista natural, só pode ser entendida se trabalhada de uma forma sistêmica. Padrões globais podem ser estabelecidos, mas a articulação desses padrões com os condicionantes regionais e locais são fundamentais para entendermos a dinâmica hídrica.

Do ponto de vista da distribuição espacial, as figuras 4 e 5 apresentam a proporção de água doce disponível nos continentes. Verificamos que a América possui 42,7% da água doce do planeta, da qual 11% situa-se em território brasileiro. Isso significa que, a priori, existe água para suprir as necessidades básicas do continente, desde que geridas adequadamente.

Porém, há diferenças regionais importantes, o que leva à necessidade da construção de uma infra-estrutura hídrica para reequilibrar a distribuição de água em função da localização dos grandes centros urbanos e

parques industriais, aumentando a necessidade de gestão integrada dos recursos hídricos numa perspectiva regional.

Na América do Sul constatamos que 25,9% da água doce disponível está no Brasil e 45,4% nos demais países sul-americanos, perfazendo um total de 71,3% do total do continente. Nesse contexto destacam-se, no Brasil, as bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Paraná, Tocantins e São Francisco.

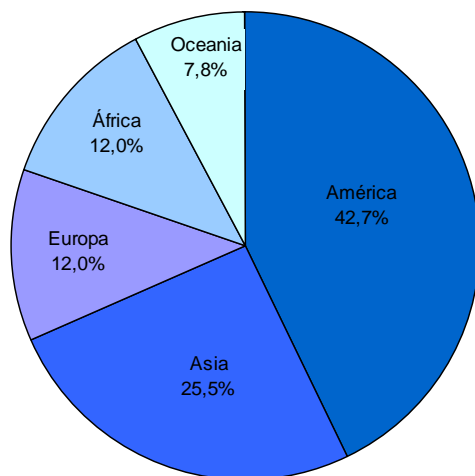
Para além dos dados apresentados, que permitem visualizar um panorama da necessidade de gestão, em função, não necessariamente da escassez, mas sim da distribuição espacial desigual, devemos situar os principais problemas a partir da integração entre disponibilidade e uso, atentando sempre para o uso de tecnologias e para as políticas públicas que definem as prioridades. Ou seja, a compreensão do fenômeno água do ponto de vista físico é um suporte indispensável para a análise dos usos que geram os reordenamentos territoriais que são objetos desse trabalho.

No contexto das regiões semi-áridas esse aspecto é ainda mais importante em função da necessidade de intervir para armazenar a água, suprimindo assim o desequilíbrio na distribuição temporal da disponibilidade. No caso brasileiro, por exemplo, os estudos comprovam que há água suficiente para armazenamento, a grande questão é a implementação de ações que sejam eficientes e ambientalmente corretas.

O ponto de partida para a compreensão da dinâmica da água no planeta Terra é mesmo o ciclo hidrológico (figura 6). Como demonstram os números anteriores, o oceano é a fonte fundamental de água, sendo a energia solar o motor primeiro da evaporação que faz girar, de forma sistêmica, a água disponível no planeta.

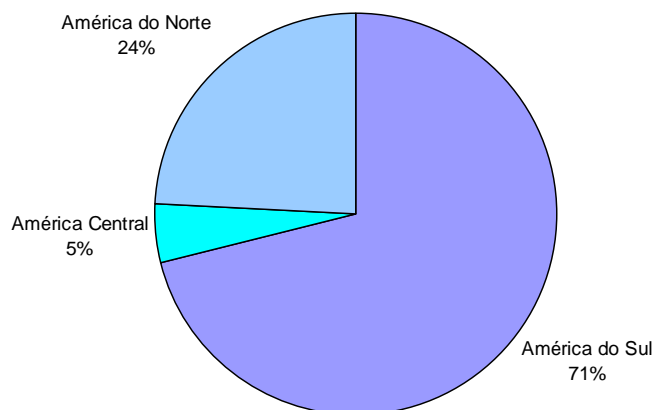
Uma análise simples do ciclo hidrológico permite apreendermos que a água em estado líquido evapora na presença do calor. Uma vez na atmosfera a água é movida pelas correntes de ar e, no formato de nuvens, chega até as áreas continentais onde, dada as condições físicas necessárias, precipita na forma de chuva, gelo ou neve.

Figura 4
Distribuição da água doce superficial no mundo. 2004.



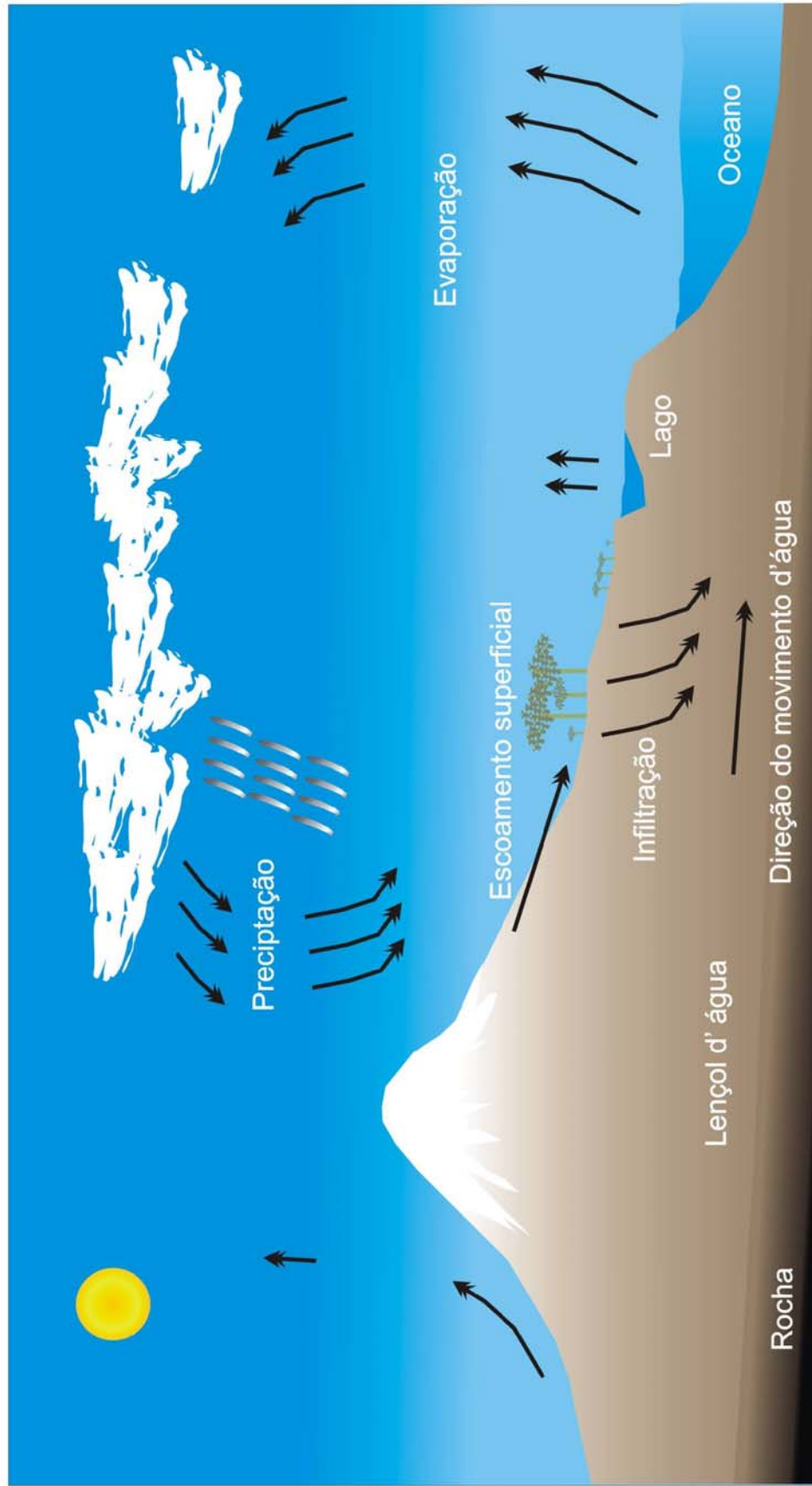
Fonte: Agência Nacional de Água – ANA (Brasil). Com base em Igor Shiklomanov. In: World Fresh Water Resource. www.ana.gov.br - Acesso em 02 de março de 2004.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 5
Distribuição da água doce superficial no continente americano. 2004.



Fonte: Agência Nacional de Água – ANA (Brasil). Com base em Igor Shiklomanov. In: World Fresh Water Resource. www.ana.gov.br - Acesso em 02 de março de 2004.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 6
Ciclo da água: esquema simplificado.



Fonte: Adaptado de Rebouças, 2006. Shiklomanov (IHP/UNESCO, 1998).
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

A partir daí a água demarca, em interação com os demais elementos naturais, dois caminhos possíveis: a infiltração e o escoamento. No primeiro caso forma lençóis subterrâneos que podem originar aquíferos ou nascentes de rios, no segundo constitui cursos d'água com formas e naturezas diferenciadas. Esse processo, quando delimitado por unidades de relevo, origina as bacias hidrográficas com formas e dinâmicas variadas.

Além disso, ainda com relação ao percurso da água no planeta, percebemos que, em interação com o solo, o relevo, a vegetação, as rochas, etc, ela tende a buscar um retorno cíclico ao oceano. A esse processo denominamos ciclo hidrológico e estimamos quantidades, definimos padrões regulares que são previsões da ação da natureza. De acordo com LIMA (2003):

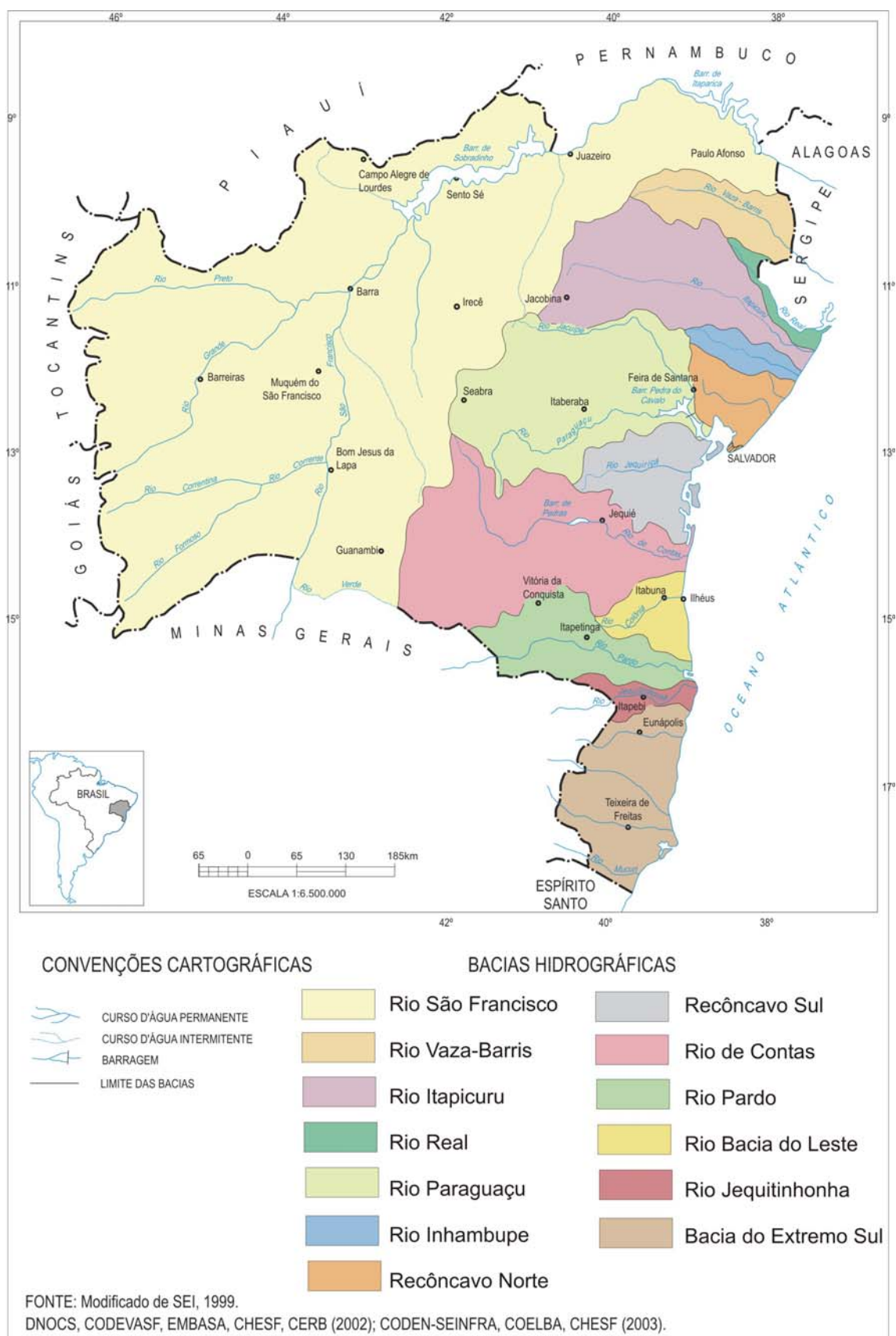
[...] uma boa parcela da água que cai sobre os continentes toma diversos rumos no ciclo. Parte (25.000 km³/ano) escoia muito rapidamente e logo retorna ao mar. A parcela que se precipita como neve nas calotas polares (9.000 km³/ano), torna-se aprisionada por milhares de anos nas camadas glaciais. Outra parte (14.500 km³/ano), percola através dos solos e rochas poropermeáveis e contribui para o armazenamento dos reservatórios subterrâneos (p. 394).

Portanto, o que interessa de imediato no ciclo hidrológico é que ele contribui para a definição de um padrão global da circulação da água. Entender esse padrão tem significado maior capacidade de dispor da água doce terrestre, tanto no processo contraditório de sua apropriação como de sua preservação.

No caso do estado da Bahia esse ciclo gera uma ampla rede hidrográfica que conta com 13 bacias, com destaque para a bacia do rio São Francisco. Gera também um amplo conjunto de reservatórios subterrâneos, com destaque para o aquífero de Tucano. Ainda com relação às bacias do estado da Bahia (mapa 2) podemos identificar a existência de bacias que avançam por outros Estados, como a do rio São Francisco, por exemplo, e de bacias inteiramente estaduais, como a do rio Itapicuru.

Mapa 2

Bacias Hidrográficas do estado da Bahia. Brasil. 2006.



A bacia hidrográfica do rio São Francisco é a mais importante do estado da Bahia não apenas em função da sua dimensão. Como verificamos no mapa 2 ela abrange o oeste baiano, parte do sudoeste, do norte e do nordeste. Ao longo do rio, que corta parte do semi-árido baiano, são desenvolvidas atividades econômicas de grande vulto gerando pólos produtivos, como o perímetro de irrigação de Juazeiro-Petrolina que se especializou na fruticultura. Além disso, nessa bacia estão localizadas grandes represas, como as de Sobradinho e Itaparica, por exemplo, e um complexo importante de geração de energia elétrica.

Outra bacia que merece destaque é a do rio Paraguaçu, justamente por atravessar o semi-árido na sua porção leste. Suas águas, represadas na barragem de Pedra do Cavalo, abastecem Feira de Santana e Salvador, atualmente as duas maiores cidades do estado da Bahia.

No sul do estado da Bahia identificamos bacias hidrográficas menores, cujo o rio principal tem uma função relativamente limitada e não é a base para grandes empreendimentos. São as bacias do Extremo Sul, dos rios Jequitinhonha, Pardo e a bacia do Leste.

No sudoeste do estado predomina a bacia do rio de Contas e no recôncavo a bacia do Recôncavo Sul. A primeira tem uma importância regional associada à própria história de ocupação daquela porção do estado que banha, com destaque para o trecho na porção sul da Chapada Diamantina, em função de sua importância ambiental e para a atividade turística. Já a segunda é uma bacia menor cujo destaque é o vale do rio Jequiriçá.

Já no litoral norte encontramos quatro bacias, a do Recôncavo Norte, do rio Inhambupe, do rio Real e uma porção menor da bacia do rio Itapicuru. São rios pequenos mas perenes e já incorporados a ampliação do turismo de sol e praia, onde seus estuários têm sido utilizados como alternativa a ampliação das possibilidades de lazer e entretenimento, principalmente no verão e em plena articulação com o turismo de Salvador.

Além disso, verificamos que a bacia do rio Itapicuru nasce no interior do Estado e desagua no oceano Atlântico, cortando três unidades morfoclimáticas distintas no contexto do estado da Bahia, porém os empreendimentos estudados na nossa pesquisa estão localizados na porção da bacia que está sob o domínio morfoclimático semi-árido.

São, portanto, bacias diferenciadas do ponto de vista geoambiental, normalmente suas áreas se estendem por mais de um domínio morfoclimático baiano, a exemplo da própria bacia do rio Itapicuru, que se expande por unidades sub-úmida, semi-árida e úmida, de forma que a água disponível num setor da bacia depende daquilo que ocorre num outro setor à montante. Isso implica uma maior preocupação com o conhecimento da bacia do ponto de vista físico com o intuito de melhor gerir o uso e amenizar os conflitos.

Além disso, o Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (PERH/Ba) define uma estratégia de gestão até 2020, com intervenções planejadas para as 13 bacias, a partir da delimitação de 17 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas e 19 Regiões Administrativas das Águas (RAAs), demonstradas no mapa 3.

Um olhar mais atento para o mapa 3 permite identificar que a lógica que delimita uma região administrativa da água não está subordinada a configuração física de cada bacia hidrográfica ou mesmo a extensão. No caso da bacia do rio São Francisco ocorre a sua subdivisão em 6 regiões administrativas: a do rio Corrente, a do rio Grande, a dos rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaúba de Dentro, a da margem direita do lago Sobradinho, a da margem esquerda do Lago Sobradinho e a do sub-médio São Francisco. Ou seja, são setores com características diferenciadas em cada área da bacia, não do ponto de vista simplesmente físico, mas da complexidade dos aspectos ligados a apropriação e uso das águas e que precisam ser gerenciados individualmente.

Já no sul do Estado a opção foi a de fazer a fusão de áreas de bacias hidrográficas diferentes numa mesma região administrativa, fato que resultou na região administrativa do Extremo Sul, rios Jequitinhonha, Pardo e Leste. Mesma lógica que, no norte do estado, reuniu as bacias dos rios Itapicuru, Real e Vaza Barris numa mesma RAA.

Mapa 3
Regiões administrativas das águas. Estado da Bahia - Brasil. 2006.



O Plano Estadual de Recursos Hídricos utilizou uma lógica que focou o uso da água não apenas do ponto de vista da dinâmica hídrica definida pela articulação dos aspectos naturais predominantes no estado da Bahia, mas já inclui os aspectos associados à apropriação das áreas por diversos agentes, resultando numa idéia de gestão integrada.

Para obter êxito com a gestão pretendida, o plano define 24 programas, em eixos como o desenvolvimento institucional; planejamento, gestão e desenvolvimento tecnológico; preservação ambiental; gestão da oferta hídrica; gestão das demandas hídricas e comunicação social e educação ambiental.

Verificamos uma preocupação com o conhecimento das bacias e a constituição de esquemas de monitoramento do comportamento da água na natureza, com a identificação das possibilidades de oferta, além de uma preocupação mais específica com o semi-árido baiano.

Portanto, muitos estudos já estão disponíveis, como aqueles dos Planos Diretores de Bacias. Existe um plano de fato, o problema é retirá-lo do papel, principalmente quando nos referimos à preservação e recuperação de áreas degradadas, pois não tem sido, mesmo constando dos planos, uma prioridade do governo baiano.

Além disso, é no ciclo hidrológico que interferimos com a nossa ação de produzir o espaço geográfico de acordo com determinadas normas dos processos sociais. A intervenção tende a gerar uma artificialização dos processos antes eminentemente naturais e conta, sempre, com o uso de técnicas diversificadas, como, por exemplo, a retificação de canais de fluxo de escoamento, a transposição de água de uma bacia a outra e a construção de barragens de regularização de fluxo.

Hoje as intervenções são muito significativas, de forma que é difícil encontrarmos locais onde o percurso do ciclo hidrológico não tenha sofrido intervenção. De acordo com a UNESCO (2003):

[...] el ser humano extrae un 8% del total anual de agua dulce renovable y se apropia del 54% de las aguas de escorrentía accesibles. El control que la humanidad ejerce sobre las aguas de

escorrentía es ahora global y el hombre desempeña actualmente un papel importante en el ciclo hidrológico (p. 8).

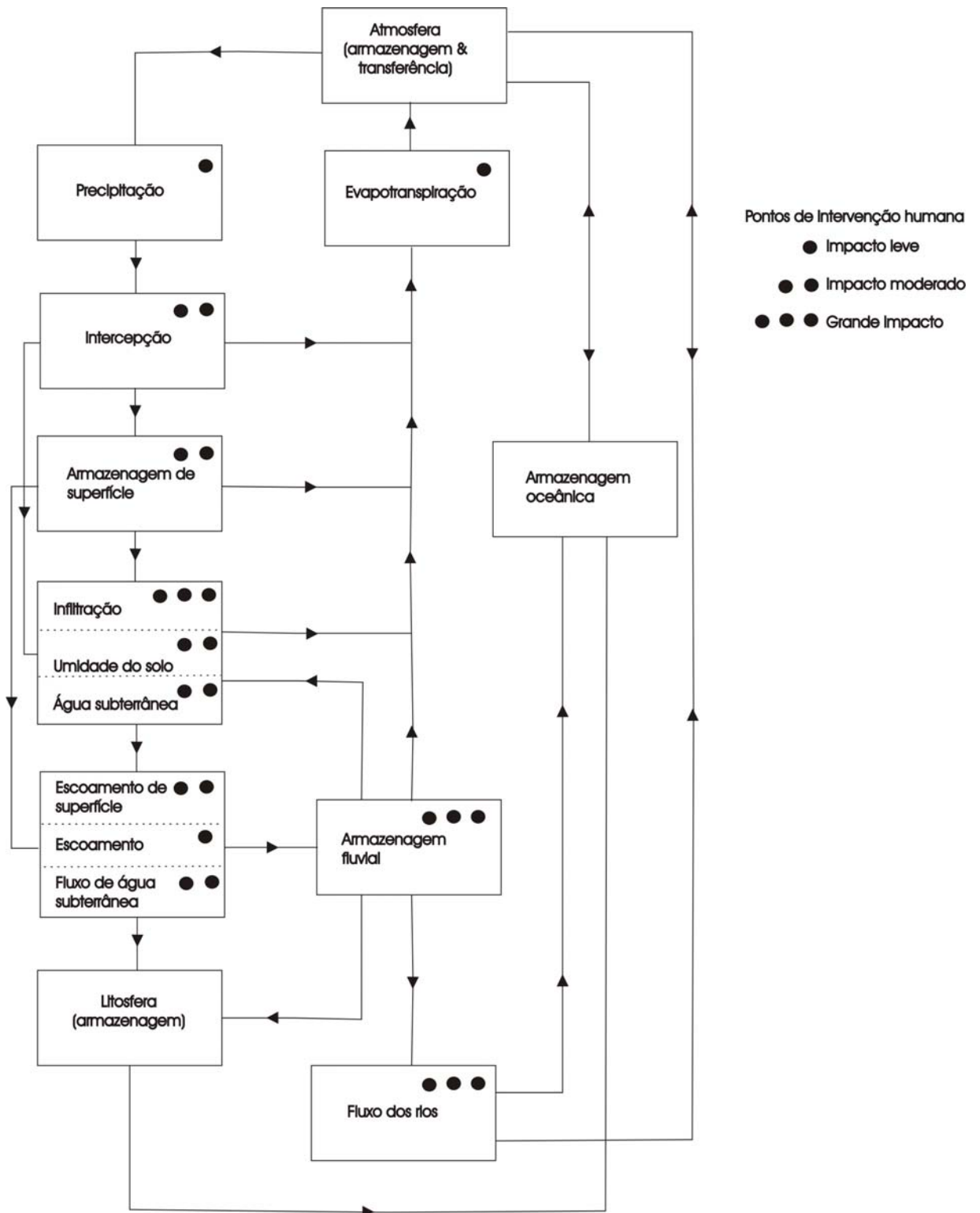
Outro fator deve ser enfatizado: se o movimento da água é sistêmico, uma intervenção num dado ponto ou elemento do mesmo acarreta mudanças na totalidade do sistema, ou seja, a construção de uma barragem num rio interfere na dinâmica de escoamento, evaporação e infiltação. Caso o rio atravessasse dois ou mais países ou mesmo regiões diferentes de um mesmo país, temos a ampla possibilidade de um conflito de interesses. Esse aspecto torna a problemática da água ainda mais relevante: quantas guerras já foram travadas pelo domínio de mananciais? Quantas ainda estão por vir?

Portanto, os impactos que causamos quando intervimos no ciclo hidrológico devem ser pensados à luz de uma consciência global de utilização da água. De acordo com Drew (1994), as fases do ciclo hidrológico têm sido diferentemente atingidas pela ação humana global no que se refere à intensidade. Na figura 7 esse autor estima o impacto leve, moderado ou grande que a ação social tem causado no ciclo hidrológico.

As fases de menor impacto são a precipitação e a evapotranspiração, justamente porque temos, ainda, pouca possibilidade de modificar os padrões globais de chuva e ação das plantas. No primeiro caso existem experiências como a nucleação de nuvens que investem para alterar as precipitações a partir da inserção de micropartículas sólidas nas nuvens do tipo cumulus. Esse é ainda um processo caro e pouco eficiente. Já no segundo caso a situação se agrava a cada dia com o curso do desmatamento, que é uma intervenção indireta.

As etapas em que os impactos são considerados moderados são a interceptação, a armazenagem superficial, a umidade do solo, a água subterrânea e seu fluxo. Essas fases são modificadas principalmente pela construção de poços e açudes.

Figura 7
Representação do ciclo hidrológico, mostrando grandes e pequenos pontos de intervenção humana.



Fonte: DREW, 1994.

A armazenagem superficial merece especial atenção no semi-árido brasileiro, pois foi a principal forma de intervenção, fundamentalmente no contexto da política nacional de recursos hídricos, implantada nas décadas de 1980 e 1990, com a construção de grandes açudes e represas. O açude foi, por décadas, a única fonte de água para os pequenos municípios e para as comunidades rurais, só perdendo a função primordial de abastecimento com a construção de adutoras a partir do fim da década de 1990. Finalmente, a figura 7 destaca que os maiores impactos são mesmo sobre a infiltração e sobre os rios (fluxo e armazenagem).

Com referência à infiltração destacamos a impermeabilização do solo nos centros urbanos e a alteração das camadas superficiais dos solos pela agricultura. Já os rios, responsáveis fundamentais pela maior parte do escoamento do ciclo, são certamente os mais atingidos pelas grandes obras de engenharia desde os primórdios da humanidade. Represas, barragens, hidroelétricas, canais artificiais, entre outros, têm modificado a dinâmica natural de forma que não podemos negligenciar a possibilidade de uma reorganização regional do ciclo hidrológico pela intervenção humana.

Vale salientar, que na área de estudo desse trabalho, as intervenções principais são justamente a construção de represas nos rios da bacia do Itapicuru. Essas intervenções estão contidas no ciclo hidrológico e influenciam na disposição do escoamento superficial e subsuperficial que forma a bacia hidrográfica e o lençol freático, reorganizando a dinâmica natural e, certamente, acarretando custos ambientais.

As bacias hidrográficas são subsistemas regionais no contexto do ciclo hidrológico e tem sido assumidas como unidade de estudo, planejamento e aplicação de políticas públicas específicas. No Brasil essas unidades têm sido gerenciadas por uma experiência relativamente recente que é o comitê de bacias hidrográficas que deve contar com ampla participação da comunidade que vive na área da bacia.

Os rios estão sendo modificados de forma intensa, esse é o tipo de intervenção de grande impacto no ciclo hidrológico. De acordo com DREW (1994) a função natural dos cursos de água é a transmissão da água provinda de várias fontes para o nível de base regional; os rios são primordialmente mecanismos de transferência com limitada capacidade de armazenagem.

Assim: *“a intervenção humana em sistemas hidrográficos normalmente tem a ver com um ou mais dos seguintes motivos: regularização da descarga, armazenagem da água, aumento do fluxo total, extração de água ou alteração do canal dos rios”* (p. 104).

Essas intervenções se relacionam com o uso de diversas técnicas que resultam na reorganização do ciclo da água com fins pré-determinados. Portanto, considerar a água do ponto de vista natural é tão importante quanto considerá-la do ponto de vista do seu uso social. Dessa forma:

[...] a técnica mais comum de regularização do caudal consiste na construção de represas nas cabeceiras de um rio. As águas armazenadas no reservatório assim formado podem então ser liberadas em quantidade suficiente para manter o fluxo mínimo a jusante. Quanto maior a flutuação sazonal do débito do rio, mais úteis serão os reservatórios reguladores. [...] Aliás, há raríssimos rios no mundo que ainda tem um regime inteiramente “natural”, inalterado pela ação do homem (DREW, 1994, p. 104).

Portanto, as intervenções realizadas na bacia do rio Itapicuru, com a construção das barragens de Ponto Novo, Pindobaçu e Pedras Altas, está em compasso com a tendência mundial do uso dos recursos hídricos. Os dois objetivos fundamentais são a regularização do fluxo de rios intermitentes e a armazenagem de água para fins diversos. Intervenções técnicas de altíssimo impacto no ciclo hidrológico, devem ser avaliadas à luz dos impactos ambientais, custos e benefícios sociais. Até porque intervenções dessa natureza podem, ao invés de contribuir para o desenvolvimento social, provocar desastres de alto custo social e ambiental.

Outro aspecto que devemos levar em consideração, quando abordamos o tema da intervenção humana no ciclo hidrológico, é o problema global da contaminação da água por diversos tipos de agentes poluentes nas várias fases de seu percurso. Principalmente a água doce disponível, que é renovável, mas pode não suportar a velocidade atual da contaminação gerada pelo modelo produtivo atualmente dominante. De acordo com a UNESCO (2003), destacamos que:

[...] los recursos de agua dulce se ven reducidos por la contaminación. Unos 2 millones de toneladas de desechos son arrojados diariamente en aguas receptoras, incluyendo residuos industriales y químicos, vertidos humanos y desechos agrícolas (fertilizantes, pesticidas y residuos de pesticidas). Aunque los datos confiables sobre la extensión y gravedad de la contaminación son incompletos, se estima que la producción global de aguas residuales es de aproximadamente 1.500 km³. Asumiendo que un litro de aguas residuales contamina 8 litros de agua dulce, la carga mundial de contaminación puede ascender actualmente a 12.000 km³. Como siempre, las poblaciones más pobres resultan las más afectadas, con un 50 % de la población de los países en desarrollo expuesta a fuentes de agua contaminadas (p. 9).

Assim, se considerarmos o ritmo da poluição e a contínua falta de vontade política de resolver o problema, principalmente nos países onde governos conservadores tratam as questões ambientais como secundárias, podemos estar diante do maior problema do século XXI. Mais uma vez é preciso destacar que os pobres são e serão no futuro os mais afetados. Para o capitalismo ocidental os pobres são um mal necessário?

2. 4 Barragens e represas no contexto das intervenções humanas no ciclo hidrológico

Uma barragem é sempre uma intervenção humana na configuração do escoamento definido pela dinâmica natural do ciclo hidrológico. Essa intervenção é uma invenção milenar e visa suprir com água necessidades básicas como a dessedentação, a agricultura ou os afazeres domésticos diários ou ainda, com a invenção de tecnologias mais complexas, a geração de energia e a regularização de fluxo com prevenção de enchentes. Para além da sua utilidade prática a construção de barragens gera uma série de modificações que impactam a tudo e a todos que estão ao redor, justamente por isso os projetos para represar água sempre foram polêmicos.

Com o desenvolvimento de técnicas de construção, as barragens passaram a regular o fluxo de grandes rios em todo o mundo, a gerar lagos gigantescos, como o de Sobradinho no Nordeste brasileiro, que resultaram na

inundação de grandes áreas de terras, em conflitos com os ribeirinhos e demais pessoas que tiveram suas vidas afetadas pelas construções. Enfim, a construção de barragem só pode ser entendida e avaliada se pensada como integrante das estratégias de desenvolvimento de cada nação, seja na esfera dos recursos hídricos, seja no setor energético.

Não existe consenso sobre a idéia de que uma barragem trará sempre benefícios pois as intervenções provocam transformações espaciais que cobram sempre seu preço, seja ambiental, social, econômico, político ou cultural. A construção normalmente coloca frente a frente interesses de grupos diversos mediados por um agente hegemônico. De acordo com o relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000) estima-se a existência de 45.000 grandes barragens em todo o mundo, sendo a China o país que mais investiu nesse tipo de intervenção com 22.000 barragens construídas. Os Estados Unidos da América aparece em segundo lugar com 6.575 barragens e a Índia em terceiro com 4.291. O Brasil possui 1% das grandes barragens mundiais com 594.

Importa destacar que existe um amplo debate sobre a utilidade das barragens, sua vida útil, custos e benefícios derivados, o que gerou um grupo que é contra a ampliação desse tipo de intervenção, argumentando que os benefícios não são suficientes para justificar os custos ambientais, sociais e de impacto na vida de pessoas e cidades inteiras que são deslocadas para dar lugar ao lago da barragem. Porém, técnicos de diversos setores como os de energia elétrica e irrigação por exemplo, são responsáveis por uma visão que defende a continuidade desse tipo de intervenção justificando que são fundamentais para o processo de desenvolvimento de um determinado país.

De nossa parte não se trata de estar contra ou a favor a priori, mas sim de perguntar sempre: benefício para quem? prejuízo para quem? Ou seja, se trata de entendermos a barragem como uma intervenção de base territorial que não pode ser planejada e implantada alheia às formas de reapropriação do território que certamente acarretará.

Se por um lado os críticos da construção de barragens estão certos ao defender que não se deve deslocar à força comunidades inteiras para atender ao interesse de pequenos grupos, por outro não podemos concordar que a construção de uma barragem trará sempre mais prejuízos que

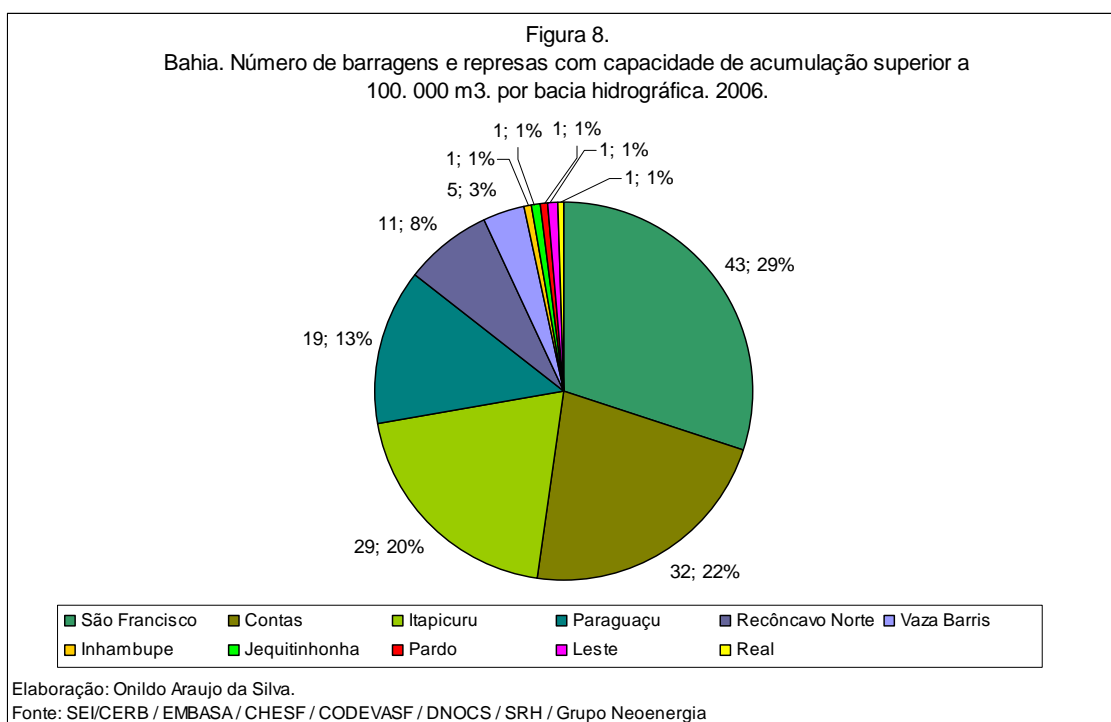
benefícios. A questão é a requalificação do debate para uma discussão mais ampla sobre beneficiários e prejudicados em cada projeto.

No estado da Bahia, como em todo o Brasil, as barragens fizeram e fazem parte das estratégias de desenvolvimento, principalmente para a produção de energia elétrica e para a acumulação de água para irrigação e abastecimento humano. O histórico de construção dessas barragens gerou uma grande quantidade de pessoas excluídas de suas terras, deslocadas, não indenizadas e insatisfeitas, a ponto de existir o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que é uma organização que luta para defender os interesses daqueles cuja a construção de barragens e demais intervenções derivadas acabou por piorar as condições de vida.

Na Bahia, de acordo com a figura 8, verificamos existir 144 barragens com volume de acumulação superior a 100.000 m³. Dessas, 29% estão localizadas na bacia hidrográfica do rio São Francisco, com destaque para Sobradinho (quadro 1) cuja capacidade de 34.116.000.000 de m³, a inclui entre as maiores represas do mundo. Porém, sua implantação não se fez sem grandes conflitos gerados pela sua imensa capacidade de reestruturar o espaço ao seu redor.

Em seguida, com 22% das barragens aparece a bacia do rio de Contas, a bacia do rio Itapicuru com 20% e a bacia do rio Paraguaçu com 13%. As demais bacias têm um percentual reduzido, abaixo dos 10%, justamente porque são bacias menores e que não cortam grandes áreas semi-áridas.

Ou seja, as barragens se concentram nas grandes bacias que cortam o semi-árido baiano em função da necessidade de armazenar água para utilizá-la nos períodos de longa estiagem, mas principalmente em função das políticas federais e estaduais de combate à seca das décadas de 1970, 1980 e 1990. Existiu uma crença generalizada de que a barragem era a solução principal, mesmo que isso tenha acarretado em fortes custos ambientais e, em muitos casos, piorado a situação de vida das comunidades ribeirinhas.



Interessa ainda ressaltar que as barragens da bacia do rio Itapicuru, ao contrário da bacia do rio São Francisco, não estão destinadas à geração de energia elétrica, mas sim para abastecimento humano e animal e para projetos produtivos nas áreas de irrigação e piscicultura.

Além disso, as barragens principais, Ponto Novo, Pindobaçu e Pedras Altas, foram construídas recentemente, já no contexto de implantação do PGRH/Ba, como veremos nos capítulos posteriores. De qualquer forma, foram intervenções que geraram modificações espaciais importantes e requalificaram os usos do território.

As barragens são objetos técnicos diferenciados em função da ampla capacidade de gerar intervenções associadas, como projetos de irrigação e geração de energia, por exemplo, que, em conjunto sempre reconfiguram o espaço imediato na qual estão inseridas.

Logo, a opção pela construção de uma barragem envolve a participação de amplos setores da sociedade e requer, necessariamente a ação efetiva de um agente hegemônico de estruturação de um dado território.

Quadro 1
Bahia. Principais barragens, represas e açudes. 2006.

Barragens, represas e açudes		Bacia hidrográfica	Localização	Capacidade (1000m³)
1.	Sobradinho	São Francisco	Rio São Francisco	34.116.000
2.	Itaparica	São Francisco	Rio São Francisco	10.782.000
3.	Moxotó	São Francisco	Rio São Francisco	1.281.000
4.	Alto Fêmeas	São Francisco	Rio das Fêmeas	185.000
5.	Mirorós	São Francisco	Rio Verde	158.000
6.	Cova da Mandioca	São Francisco	Riacho Cova da Mandioca	126.000
7.	Zabumbão	São Francisco	Rio Paramirim	76.000
8.	Estreito	São Francisco	Rio Verde Pequeno	76.000
9.	Ceraíma	São Francisco	Rio Carnaíba de Dentro	58.000
10.	Poço do Magro	São Francisco	Riacho Poço do Magro	37.000
11.	Delfino	São Francisco	Riacho do Morim	23.107
12.	Macaúbas	São Francisco	Riacho Sapecado	20.900
13.	Pinhões	São Francisco	Rio Curaçá	15.216
14.	Baixão do Cecílio	São Francisco	Riacho do Cecílio	3.750
15.	Caatinga do Moura	São Francisco	Rio Caatinga do Moura	3.000
16.	Landulfo Alves	São Francisco	Riacho Vereda Jacaré	2.800
17.	Mandiroba II	São Francisco	Rio Mandiroba	1.900
18.	Maravilha	São Francisco	Rio Verde	1.875
19.	Ibititá	São Francisco	Riacho do Bonito	1.840
20.	Riacho do Peixe	São Francisco	Riacho do Peixe	1.627
21.	Caldeirão	São Francisco	Rio Caldeirão	1.080
22.	Barra do Mendes	São Francisco	Rio dos Milagres	1.000
23.	Gangorra	São Francisco	Riacho Poço de Fora	1.000
24.	Mata do Milho	São Francisco	Rio Jacaré	982
25.	Tamboril	São Francisco	Rio Salitre	935
26.	Alagoinha do Barreiro	São Francisco	Riacho Alagoinha	525
27.	Mutum	São Francisco	Rio Mutum	900
28.	Barreiro Grande	São Francisco	Riacho Santo Onofre	880
29.	Rio da Caixa	São Francisco	Rio da Caixa	782
30.	Baixão do Fantino	São Francisco	Riacho Baixão do Fantino	600
31.	Curral Queimado	São Francisco	Rio da Caixa	600
32.	Tauá	São Francisco	Riacho Tauá	600
33.	São Lourenço	São Francisco	Riacho Água Quente	500
34.	Cabeceira do Brejo	São Francisco	Aproveitamento de encosta	480
35.	Caraíbas	São Francisco	Riacho das Caraíbas	450
36.	Mateus	São Francisco	Riacho de Mateus	440
37.	Morrão	São Francisco	Córrego Morrão	420
38.	Tanque Novo	São Francisco	Riacho da Rapadura	420
39.	Barreiro Vermelho	São Francisco	Riacho de Santana	364
40.	Canudos	São Francisco	Rio Canudos	320
41.	São Desidério	São Francisco	Rio São Desidério	300
42.	Paulo Afonso	São Francisco	Rio São Francisco	...
43.	Antas	Vaza Barris	Rio Vaza -Barris	360
44.	Cocorobó	Vaza Barris	Rio Vaza Barris	245.375
45.	Adustina	Vaza Barris	Rio Velho	13.430

Continua

46.	Rodeador	Vaza Barris	Riacho Mairi	1.200
47.	Santana	Vaza Barris	Rio Vaza Barris	1.000
48.	Jacurici	Itapicuru	Rio Jacurici	146.820
49.	Araci	Itapicuru	Rio Pau a Pique	65.839
50.	Ponto Novo	Itapicuru	Rio Itapicuru-Açu	40.000
51.	Pedras Altas	Itapicuru	Rio Itapicuru-Mirim	38.450
52.	Sohen	Itapicuru	Riacho Jaguarari	14.860
53.	Andorinha II	Itapicuru	Riacho Olhos D'Água	13.681
54.	Serrote	Itapicuru	Riacho Inchu	10.780
55.	Rio do Peixe	Itapicuru	Rio do Peixe	8.323
56.	Quicé	Itapicuru	Riacho Cariacá	4.232
57.	Cariacá	Itapicuru	Riacho Cariacá	3.093
58.	Monteiro	Itapicuru	Riacho Monteiro	3.007
59.	Tapera	Itapicuru	Riacho Mulungu	2.404
60.	Riacho da Onça	Itapicuru	Riacho da Onça	2.287
61.	Aipim	Itapicuru	Rio Aipim	2.280
62.	Pedra Riscada	Itapicuru	Riacho Araticum	1.300
63.	Curral Falso	Itapicuru	Riacho do Bengó	1.268
64.	Baixa do Governo	Itapicuru	Riacho do Tingui	1.263
65.	Genipapo	Itapicuru	Riacho do Jenipapo	1.000
66.	Poço das Colheres	Itapicuru	Rio Itapicuru	1.000
67.	Rio da Prata	Itapicuru	Rio da Prata	900
68.	Riacho do Sítio	Itapicuru	Riacho do Sítio	896
69.	Pedra	Itapicuru	Riacho da Pedra	800
70.	Laginha	Itapicuru	Riacho Garrote	703
71.	Coité	Itapicuru	Riacho do Jenipapo	483
72.	Caldeirão Grande	Itapicuru	Riacho do Monteiro	400
73.	Boa Vista	Itapicuru	Riacho Tingui	380
74.	Melancia	Itapicuru	Riacho do Limoeiro	323
75.	Pedregulho	Itapicuru	Riacho Araçá	300
76.	Pindobaçu	Itapicuru	Rio Itapicuru-Açu	16.428
77.	Heliópolis	Real	Riacho do Saco	1.500
78.	Pedra do Cavalo	Paraguaçu	Rio Paraguaçu	4.650.000
79.	São José do Jacuípe	Paraguaçu	Rio Jacuípe	357.000
80.	Bandeira de Melo	Paraguaçu	Rio Paraguaçu	111.590
81.	Apertado	Paraguaçu	Rio Paraguaçu	108.900
82.	França	Paraguaçu	Rio Jacuípe	24.200
83.	Riacho dos Poços	Paraguaçu	Riacho dos Poços	9.150
84.	Juracy Magalhães	Paraguaçu	Riacho Piranhas	4.630
85.	Valente	Paraguaçu	Riacho Coxó	4.640
86.	Angico	Paraguaçu	Rio Várzea Dantas	3.200
87.	São Domingos	Paraguaçu	Riacho Tombador	1.966
88.	Arroz	Paraguaçu	Riacho do Arroz	1.840
89.	Quinji	Paraguaçu	Riacho Mocambo	1.400
90.	Rocinha	Paraguaçu	Riacho Cochó	716
91.	Cotia	Paraguaçu	Riacho Cochó	700
92.	Cedro	Paraguaçu	Rio Jacuípe	579
93.	Miguel Calmon	Paraguaçu	Riacho Grande	500
94.	Macaco	Paraguaçu	Rio Macaco	400
95.	Gavião	Paraguaçu	Rio Ribeirão	350
96.	Saracura	Paraguaçu	Rio Saracura	350

97.	Juraci	Paraguaçu	...	345
98.	Itamira	Inhambupe	Rio das Pedras	250
99.	Santa Helena	Recôncavo Norte	Rio Jacuípe	241.000
100.	Joanes II	Recôncavo Norte	Rio Joanes	129.000
101.	Ipitanga I	Recôncavo Norte	Rio Ipitanga	6.000
102.	Ipitanga III	Recôncavo Norte	Rio Ipitanga	5.900
103.	Joanes I	Recôncavo Norte	Rio Joanes	5.500
104.	Ipitanga II	Recôncavo Norte	Rio Ipitanga	4.600
105.	Pituaçu	Recôncavo Norte	Rio Pituaçu	3.000
106.	Cobre	Recôncavo Norte	Rio do Cobre	2.340
107.	Mata Escura	Recôncavo Norte	Rio Camarujipe	540
108.	Prata	Recôncavo Norte	Rio da Prata	136
109.	Cachoeirinha	Recôncavo Norte	Rio Cachoeirinha	130
110.	Pedra	Contas	Rio de Contas	1.690.000
111.	Anagé	Contas	Rio Gavião	255.630
112.	Brumado	Contas	Rio Brumado	106.000
113.	Riacho do Paulo	Contas	Rio do Paulo	53.800
114.	Funil	Contas	Rio de Contas	53.000
115.	Truvisco	Contas	Rio do Salto	38.950
116.	Tremedal	Contas	Ribeirão da Ressaca	23.751
117.	Várzea de Dentro	Contas	Rio Taquari/Vereda	10.000
118.	Rio do Antônio	Contas	Rio do Antônio	9.500
119.	Jurema	Contas	Rio Taquari/Vereda	9.000
120.	Champrão	Contas	Rio Condeúba	5.982
121.	Jacaré	Contas	Rio Jacaré	5.500
122.	Morrinhos	Contas	Rio das Mulheres	3.110
123.	Divino	Contas	Riacho São José	2.862
124.	Patos	Contas	Rio Taquari/Vereda	2.500
125.	Tabua II	Contas	Rio Jiquitaí	2.006
126.	Saco de Barro	Contas	Rio Taquari/Vereda	2.000
127.	Comocoxico	Contas	Riacho Paiol	1.500
128.	Pau d'Água	Contas	Rio Taquari/Vereda	1.500
129.	Crisciúma	Contas	Rio Preto de Crisciúma	1.406
130.	Umbuzeiro	Contas	Córrego do Pereira	1.387
131.	Gameleira	Contas	Riacho P. Gameleira	900
132.	Mocambo	Contas	Rio do Antônio	850
133.	Barreiro	Contas	Riacho do Barreiro	830
134.	Jardim	Contas	Riacho do Engenho Velho	800
135.	Maetinga	Contas	Santo Antônio	700
136.	Panela	Contas	Riacho Panela	650
137.	Mergulhão	Contas	Riacho Mergulhão	630
138.	Cipó	Contas	Riacho Cipó	450
139.	Guajeru	Contas	Riacho Riachão	420
140.	Lagoa do Barro	Contas	Lagoa do Barro	350
141.	Barreiro	Contas	Riacho Vereda Silva	340
142.	Itapebi	Jequitinhonha	Rio Jequitinhonha	163
143.	Água Fria II	Pardo	Rio Água Fria	6.500
144.	Iguape	Leste	Rio Iguape	6.000
Fonte: SEI/CERB / EMBASA / CHESF / CODEVASF / DNOCS / SRH / Grupo Neoenergia				
Nota: Barramentos com volume de acumulação superior a 100.000 m³.				

Grandes barragens, como no caso do Brasil e da China, por exemplo, foram construídas sob o comando territorial do Estado ditador, seja a ditadura brasileira entre 1964 e 1984, seja a ditadura chinesa disfarçada de socialismo. Nesses casos não verifica-se negociação que gera um território sob domínio estatal, mas sim violência e dominação.

No Brasil esse processo gerou ainda mais excluídos e empobrecidos, pessoas que ainda hoje lutam por uma reparação, pois perderam não apenas suas terras, mas também suas identidades territoriais e de vivência, como no caso clássico da construção de Sobradinho que inundou cidades inteiras, como Remanso, Casa Nova e Sento Sé.

No caso do Brasil democrático já verificamos a intervenção de movimentos populares na ação do Estado, que passa a ter que negociar suas intervenções. A ampliação dos mecanismos da democracia tem permitido um debate mais intenso entre governo e sociedade civil organizada, sendo o caso da barragem de Ponto Novo um exemplo da forma como esse processo tem ocorrido.

No entanto, os conflitos continuam intensos em função da tendência dos governos de ratificarem projetos que interessam mais ao grande capital privado, tanto nacional quanto estrangeiro, do que projetos que interessam a maioria das comunidades que acabam sofrendo os impactos dos projetos. Mais uma vez, como veremos nos capítulos posteriores, o caso de Ponto Novo nos ajuda a entender esses mecanismos.

2. 5 As relações entre o Estado, a ONU, o Banco Mundial e sua influência para a gestão do uso da água na Bahia

Esse tópico privilegia a visão da ONU e do Banco Mundial sobre a água em função da influência dos acordos internacionais nas políticas públicas adotadas no Brasil e, particularmente, na Bahia e em função da influência direta do Banco Mundial na definição das políticas públicas para o setor de recursos hídricos. De acordo com Castro e Scariot (2005) a água já é um fator limitante para o desenvolvimento de várias regiões do planeta e é um tema importante na agenda de desenvolvimento do milênio. Para esses autores, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud):

[...] a água é um ponto de partida catalítico nos esforços para ajudar os países em desenvolvimento na luta contra a fome e a pobreza, na salvaguarda da saúde humana, na redução da mortalidade infantil e na gestão e proteção dos recursos naturais (CASTRO; SCARIOT, p. 102, 2005).

A Declaração do Milênio, subscrita por 191 países reunidos pela ONU durante a Conferência do Milênio de 2000, fixa oito objetivos, dezoito metas e mais quarenta indicadores, dentre os quais a questão da água é peça chave. Entre as metas podemos citar a meta 10 que visa reduzir pela metade, até 2015, a população mundial sem água potável.

CASTRO e SCARIOT (2005) enfatizam que no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio “[...] a água tem um papel central devido à sua importância para promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza, propiciar segurança alimentar, melhorar as condições da saúde ambiental e proteger os ecossistemas” (p. 103).

Interessante percebermos que a ONU não fala em acabar definitivamente com a miséria, com a mortalidade infantil ou mesmo suprir a todos com água de qualidade. Sempre fala em reduzir, ratificando a idéia de que os pobres são necessários e fazendo com que os países mais ricos sintam uma sensação de dever cumprido porque doaram algum dinheiro para, de forma paliativa, a ONU combater a miséria.

A sensação que temos é aquela da frase do professor Milton Santos com relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI): “eles combatem a fome (e nesse caso poderíamos acrescentar sua coirmã sede) no varejo e produzem no atacado”. Ou seja, a ONU muito escreve e fala da questão da água, mas sabemos que o problema é sistêmico, ou mesmo típico do modo capitalista de produzir e do modo de desenvolvimento até aqui adotado nos países ocidentais, que, aliás, a ONU e o FMI são fiéis defensores. A ONU, através da UNESCO, enfatiza a questão da água a partir da possibilidade de escassez.

Verificamos que a ONU admite que os atuais modos de produção e seus respectivos modos de desenvolvimento, a saber, o capitalismo e o estatismo, seja com predominância do industrialismo ou informacionalismo

(Castells, 1999), não têm sido capazes de suprir a humanidade com água de qualidade e ideal para a vida, enfatizando que vivemos uma *crise de água*. Ora, se concordamos com a idéia de existência de uma crise precisamos caracterizá-la bem. Crise para quem? A própria ONU considera que o efeito da crise atual da água não é igual para todos, de forma que:

La verdadera tragedia de esta crisis, sin embargo, es su efecto sobre la vida cotidiana de las poblaciones pobres, que sufren el peso de las enfermedades relacionadas con el agua, viviendo en entorno degradados y a menudo peligrosos, luchando por conseguir una educación para sus hijos, por ganarse la vida y por solventar a sus necesidades básicas de alimentación (UNESCO, 2003, p. 4).

Ou seja, existe crise de água para os pobres, massa de reversa do capital, incluídos pela exclusão seletiva e necessária à manutenção equilibrada do sistema. Assim, o mesmo documento da ONU reconhece que não se trata de um problema simplesmente físico, mas necessariamente um problema social. *“En realidad, se trata fundamentalmente de un problema de actitude y de comportamiento, problemas en su mayoría identificables (aunque no todos) y localizables”* (UNESCO, 2003, p. 4).

Em última instância se trata da forma como nos apropriamos do espaço construído, cujos elementos dos sistemas de uso da água são apenas um aspecto. O que se enfatiza é a crise da água, mas o que está realmente por trás dessa calamidade aparente é o inevitável resultado da atual forma de apropriação do espaço social sob égide do capitalismo ou do estatismo: pobreza sistêmica que mantém em equilíbrio a base sólida de exploração do homem pelo homem.

Ou seja, para além da superação de chavões históricos dos movimentos de contestação do capitalismo, importa demarcar que necessitamos de um novo padrão civilizatório, que considere as formas fundamentais de apropriação social do espaço, tornando essa apropriação menos desigual, onde efetivamente seja possível realizar a gestão integrada do uso da água atendendo ao princípio de que é bem público e patrimônio da humanidade. Caso isso ocorra estaremos resolvendo não apenas a crise da

água, mas a crise ambiental, da fome crônica, da mortalidade infantil e da miséria generalizada do mundo dito subdesenvolvido.

Não se trata de, com ingenuidade, pregar um mundo perfeito, mas sim de ratificar que socialmente construímos o espaço e o apropriamos de modo desigual, mas podemos transformar nossa ação, transformando ao mesmo tempo o espaço social e as formas de desigual apropriação.

No entanto, a água carrega consigo um outro aspecto que deixa em alerta mesmo os ricos do planeta: *ela faz parte do sistema*. Inclusive pode transmitir doenças que não conhecem barreiras sociais, podem provocar grandes epidemias e uma grande pressão sobre os diversos governos em todo o mundo. Por isso uma preocupação, as vezes até pertinente, das agências que representam o poder hegemônico mundial, com produzir um discurso e uma imagem da existência de uma crise de água, pressionando os países pobres a fazerem aquilo que os ricos deveriam ter feito e não fizeram: cuidar de suas fontes primordiais de água, inserindo-as no sistema como um ativo eco social e não como mero recurso a serviço da ampliação do capital.

Já o FMI se posiciona com relação à questão com uma receita aparentemente simples: uma vez constatado problemas de atitude dos usuários e mesmo dos Estados com relação ao uso indiscriminado da água, que é considerado um recurso com valor econômico, deve-se impor a cobrança pela água utilizada como forma de pressionar um uso mais consciente. Com relação a esse aspecto REBOUÇAS (2004) é enfático ao afirmar:

Desta forma, tanto o Banco Mundial quanto as Nações Unidas, consideram que o princípio da cobrança pelo direito de uso da água, poderia ser uma medida indutora de seu uso mais racional, de combate aos desperdícios e degradação da sua qualidade, cujos níveis já alcançados nunca foram imaginados. Estes cenários vêm sendo estudados desde a década de 1980 pelos estrategistas do mercado global, que passaram a pressionar – por meio do FMI e Banco Mundial, principalmente – a criação de mecanismos que possibilitassem a cobrança, nos termos do usuário/pagador ou do poluidor/pagador, das águas dos rios, das nascentes, dos poços, das águas de reciclagem ou de reuso das águas (p. 59).

Logo, está evidente que o papel da ONU e do FMI é mais o de resguardar os interesses dos estrategistas do mercado global do que zelar pelas populações pobres do mundo. Esse mecanismo de cobrança torna a água não mais um bem da humanidade, onde todos têm o mesmo direito ao uso, mas sim uma mercadoria capitalista básica que anima os mercados locais e globais. Ora se já há dificuldade de acesso à água pelos pobres sendo ela utilizada sem cobrança, imagine com o estabelecimento dos mecanismos de cobrança.

Portanto, a ação do governo do estado da Bahia está influenciada pelos princípios impostos pelo Banco Mundial, que financia os projetos e tem a capacidade de interferir na delimitação dos seus objetivos. Como vamos verificar no tópico sobre projetos e programas, o Estado modifica inclusive objetivos delimitados nos planos na hora da execução de determinados projetos, para atender as demandas dos acordos internacionais, mas que também atende a interesses específicos de parte das elites locais.

Outro fator fundamental para pensarmos a gestão do uso da água é a consideração dos principais aspectos relacionados a como, nas sociedades ocidentais modernas, a água se torna um recurso e, portanto, uma mercadoria. A ampliação da noção de bem econômico estratégico tenta impor a todos nós a idéia de que se não existe água para todos e é preciso racionalizar o uso, é preciso fazer com que cada pessoa economize para que sobre água para as demais e que, como defendem aqueles que se alinham com as idéias neoliberais, a solução é impor uma cobrança pela água, como uma espécie de punição àqueles que são péssimos usuários.

Na verdade esse discurso esconde outros fatores que normalmente não estão bem explicitados: a transformação da água em mercadoria, como uma garantia de que quem pode pagar terá sempre água de boa qualidade e a manutenção de uma taxa de retorno efetiva do dinheiro aplicado pelos grandes capitalistas em projetos que dizem combater a falta d' água, mas que na verdade tem a finalidade de dispor de produtos a preços compatíveis com o mercado internacional.

Ou seja, é preciso entender que nem sempre a água é vendida na forma de água. No caso das áreas irrigadas do Nordeste brasileiro, por exemplo, a intervenção estatal teve a finalidade primeira de viabilizar grandes

projetos de fruticultura irrigada para exportação. E aqui encontramos uma chave importante nesse processo: em última instância vendemos nossa água de qualidade através dos milhares de quilos de uva, manga, banana, etc., que enviamos regularmente para o mercado internacional, principalmente o mercado europeu e estadunidense. Vendemos água de qualidade quando a utilizamos no formato de água potável nas diversas indústrias e ficamos com a água poluída gerada na industrialização. Isso gera um passivo que não entra na conta da empresa, mas é repartido pela sociedade enquanto conjunto.

Logo, a gestão do uso da água requer considerar mais que demanda e oferta, requer considerar as finalidades de cada projeto, de cada uso, sendo que toda a sociedade deve estar atenta para as opções de cada país ou Estado em dado momento.

Sobre os aspectos da privatização e da mercantilização da água, CAUBET (2006) argumenta que:

As duas maiores companhias de captação, tratamento e distribuição da água, no mundo, a multinacional francesa Vivendi, que opera em mais de cem países, e o conglomerado energético alemão RWE, compartilham em torno de 40 % do mercado da água existente. [...] Essas empresas não atuam sem o eficiente amparo, direto ou indireto, das grandes corporações financeiras universais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e dos agrupamentos de pessoas, geralmente constituídas como pessoas jurídicas, que coordenam os esforços de organismos oficiais dos Estados, das companhias privadas e de muitos organismos do sistema das Nações Unidas. Apesar da aparente falta de objetivos e da neutralidade dos debates, é impossível negar o eficiente papel que todos esses esforços consubstancial em prol da privatização e da mercantilização da água (p. XXV).

Ou seja, se concordamos com o autor citado, assumimos que existe uma ação coordenada, a nível mundial, que atua no sentido de gerar um mercado de água e de privatizar ações que organizem a oferta desse produto, agora encarado como escasso e com necessidade de gestão do uso.

Ora, garantir água para consumo humano e animal, provavelmente o mais nobre de todos os usos possíveis, deixa gradativamente de ser uma prioridade pois vivemos num mundo onde a maioria é pobre e não pode pagar. A própria ONU, como vimos anteriormente, reconhece que os pobres serão mais uma vez os mais afetados por uma provável crise de água, mas trabalha no sentido inverso, no sentido de excluí-los ainda mais, apesar de sustentar um discurso de inclusão. Daí, que a reação da sociedade é fundamental para dizer não a uma gestão do uso da água que privilegie o mercado e o capital, em detrimento do direito universal de todos a terem acesso à água de qualidade.

Aliás, esse processo foi colocado em pauta pelo governo do PFL, com a tentativa de privatizar a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. (EMBASA). Com a privatização a gestão do uso da água no estado da Bahia passaria para a iniciativa privada, mas a reação da sociedade baiana foi forte o suficiente para dizer não à privatização. Em um amplo movimento que envolveu líderes religiosos, políticos, de associações e comunidades locais, a sociedade baiana fez frente à proposta do governo que, sem respaldo político, não conseguiu privatizar a EMBASA. Assim, a gestão do uso da água continua pública e pode traçar prioridades diferentes daquelas que só se norteiam pelos princípios neoliberais.

Dessa forma, a leitura da ação das organizações ditas multilaterais deve propor perguntar sempre: a quem isso vai beneficiar no final das contas? No caso da água não vislumbramos vantagens, para a maioria dos cidadãos em todo o mundo, de sua transformação em mercadoria. Daí que devemos contrapor as idéias que trabalham na perspectiva dos recursos econômicos àquelas que enfatizam o viés eco social.

Capítulo 3

Gestão do uso da água e reordenação territorial

[...] el territorio lo hacen los agentes, no los tecnócratas.

Asociación Interprofesional de
Ordenación del Territorio (FUNDICOT)

Ação do Estado, território e tecnologia são os três principais aspectos que focamos na nossa busca por entender as reestruturações espaciais e territoriais no município de Ponto Novo. São esses os aspectos pelos quais visualizamos a dinâmica do espaço geográfico, principalmente o processo de reorganização, ou seja, o processo pelo qual a sociedade reconstrói o espaço a partir de espaços preexistentes. Além disso, assumimos a idéia de que esse processo provoca um outro diretamente a ele articulado: o de reapropriação territorial. Portanto, espaço e território são conceitos chave no nosso processo de investigação.

Para Milton Santos o espaço é, antes de qualquer coisa, um híbrido. Após um sucessivo esforço conceitual, iniciado na década de 70, e após trabalhar idéias como as de estrutura, processo, função e forma (Santos, 1985), ampliando gradativamente e reforçando a necessidade de explicitação das categorias geográficas básicas, o autor finalmente propõe, em 1996, que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996, p. 51).

Nesse conceito de espaço estão presentes idéias fundamentais do materialismo histórico dialético como as de processo e de contradição. Mais ainda, um pouco adiante o autor argumenta: *“Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção”* (SANTOS, 1996, p. 52).

Além disso, argumentamos que o processo de construção do espaço sobre espaço preexistente é atualmente intimamente articulado à técnica, e ao contexto de aplicação da ciência para a geração da informação que é a principal fonte de produtividade nesse nosso mundo informacional, como argumenta Castells (1999); ou ainda o espaço é eminentemente espaço

tecnificado que, segundo Santos (1998), é típico do período técnico-científico-informacional.

Assim, a pesquisa que realizamos focou a ação do Estado a partir da sua condição de intervir disponibilizando um aparato técnico que antes não existia, amplificando a importância da relação entre Estado e técnica, uma vez que o primeiro dispõe de aparato institucional e de recursos capazes de influenciar nos rumos tecnológicos de uma determinada sociedade. Porém, essa relação não é de simples determinação.

Do ponto de vista constitucional o Estado brasileiro é governado por representantes eleitos pelo voto direto, sendo escolhidos, a cada quatro anos, governos com competências executivas exclusivas para cada município, cada estado federado e para a União. A democracia, que começou a ser reinstituída com o fim da ditadura militar em 1984, vem sendo fortalecida a cada nova eleição.

No entanto, importa demarcar que são os partidos políticos que têm direito de apresentar candidatos e a formarem os governos em qualquer uma das três esferas executivas. Esses partidos representam interesses particulares e de grupos, ideologias, defendem pontos de vista divergentes, de modo que nos chamados programas de governo, normalmente apresentados à população antes das eleições, expressão aquilo que pretendem enquanto prováveis governos. É justamente essa arte de apresentar propostas que congreguem os anseios da maioria da população, associada às modernas estratégias de fazer a política partidária que define qual grupo estará governando a cada quatro anos.

As políticas públicas adotadas são também resultados do universo de valores e concepções dos grupos que estão no comando do Estado e, numa sociedade democrática, esses valores são socialmente ratificados através do voto, pelo menos esse é o princípio fundamental de controle da ação do Estado pela nação que lhe dá vida e o alimenta. Os rumos da relação entre Estado e técnica são então, definidos, em última instância, pela vontade da maioria expressa através do voto. E não é o voto o resultado das relações sociais que legitimam conceitos, imagens e valores?

Portanto, esse capítulo apresenta as principais contribuições teóricas sobre o território, sobre a ação do Estado e sobre as técnicas,

discutidas com um interesse específico em relacioná-las com os aspectos fundamentais do processo de gestão do uso da água. Esclarecemos nosso posicionamento sobre território, territorialidade, gestão da água e do território e ação estatal.

3.1 A ação e a ordem do território

A ação de construir o espaço geográfico é eminentemente uma ação social que reconhece, na necessidade de transformar a natureza, a gestação de um múltiplo conjunto de relações: a relação do homem com outros homens e uma imediata relação desses com a natureza. A geografia tem pesquisado o espaço geográfico, enquanto aspecto privilegiado de suas preocupações, a partir de conceitos importantes como os de lugar, território, paisagem e região.

Portanto, a geografia, na perspectiva que defendemos, preocupa-se com uma relação fundamental entre o conjunto da sociedade, seu aparato tecnológico disponível, e a forma como transforma a natureza ao seu redor, além da forma como constrói o espaço sobre o espaço pre-existente. Essa dinâmica gesta, também, formas específicas de apropriação do espaço, a partir do poder de definir usos específicos para o espaço produzido.

O uso da água é fundamental na construção da relação histórica do homem com a natureza. Não poucas vezes as diversas sociedades tiveram que organizar amplas intervenções, de caráter engenhoso e tecnicamente apurado, para dispor de água na medida das necessidades específicas. Assim, a construção social do espaço e os usos dos territórios foram, e ainda o são, fortemente influenciados por essas intervenções, o que permite analisar a relação do uso da água com a produção do espaço pela via do território e da territorialidade.

O espaço socialmente produzido é resultado da ação de diversos agentes. Entre esses podemos destacar as empresas, as organizações não governamentais, os proprietários de terras e incorporadores imobiliários, as associações e cooperativas e o Estado. É justamente a capacidade do Estado de intervir junto aos demais agentes sociais para direcionar a organização do

espaço e a ordenação do território que interessa nesse trabalho. Partimos do princípio de que o Estado é um indutor e ao mesmo tempo agente da produção e organização espacial.

A capacidade do Estado de direcionar a ação social é definida pela força e convicção das políticas públicas implantadas em cada governo e pelo poder constitucional que possui em cada país. Essa ação pode ser mais ou menos democrática, mais ou menos autoritária, ser centralizada ou não, entre outros aspectos. O importante é que a consideramos legítima quando resulta do processo democrático representando uma nação que tem poder de gerir um território.

Admitimos que a ação do Estado é capaz de reestruturar a relação social com o espaço e gerar territorialidades específicas. Não entendemos o território como simplesmente o espaço sob a jurisdição de um determinado Estado, como esclareceremos a seguir, mas entendemos essa ação como legitimada pela força social, outorgada pela nação, ao governo que escolhe.

Portanto, a ação de políticas públicas específicas pode reorganizar o espaço reformulando relações de poder que definem os usos do território. Não apenas porque o Estado pode, constitucionalmente, dispor do seu território nacional e nele implantar as ações que entender convenientes, reclamando sempre a autonomia de jurisdição do espaço sob seus limites, mas porque ele dispõe de um conjunto significativo de recursos capazes de mover os demais agentes sociais no sentido de concretizarem planos e programas de governo.

As ações estudadas na nossa pesquisa são exemplos desse processo. Delas resultam grandes obras da engenharia moderna que dependeram de recursos, de esforços de vários setores da sociedade que, sob o comando de um programa de intervenções públicas, se prestaram ao trabalho de reorganizar a dinâmica de um rio de importância estadual. Ou seja, construir as represas, adutoras, redes de energia elétrica, reassentar trabalhadores rurais e reestruturar o uso do solo rural, são ações de grande porte, realizadas em função da capacidade do Estado de gerir o uso do território.

O território é, então, uma chave para a compreensão dos processos estudados. Ao longo da história do pensamento geográfico o território sempre esteve presente enquanto importante categoria de análise da geografia, ora figurando como centro dessas análises, ora como elemento secundário, de modo que já é significativa a produção sobre esse tema, a partir de autores como Roncayolo (1986), Raffestin (1993), Sousa (1995), Gomes (1996), Haesbaert (2002), Orea (2002), entre outros.

O território, enquanto uma categoria de análise geográfica é fundamentalmente definida a partir das relações de poder. No entanto, demarcamos que poder, adotado aqui na perspectiva de Arendt (2005), é diferente de controle e dominação, ou seja, o poder deriva de um consenso construído no contexto de uma dada relação social e nunca da submissão. *“Poder corresponde a la capacidad humana, no simplemente para actuar, sino para actuar concertadamente. El poder nunca es propiedad de un individuo; pertenece a un grupo y sigue existiendo mientras que el grupo se mantenga unido” (ARENDT, 2005, p. 60).*

Aliás, a confusão entre poder, dominação, controle e violência, é um aspecto fundamental na crítica que devemos fazer às principais abordagens sobre o território, como enfatiza Brito (2002).

Assim, a idéia de controle sobre determinados espaços e da possibilidade de decidir sobre seu uso não pode ser abordada, pela via do estudo do território, se essa decisão resulta de um processo autoritário de dominação, mas apenas resulta de efetivo poder legitimado pelo consenso entre os agentes envolvidos. Isso insere uma perspectiva de análise na esfera política que se relaciona com outras esferas, como a cultural e a econômica e, no caso do nosso estudo, uma relação imediata com a idéia de governo como contrária à de dominação.

Estudos clássicos da geografia trabalharam a questão do território a partir da estreita relação entre o conceito e a apropriação do espaço pelo Estado ou por outras unidades administrativas. É importante frisar que muitas críticas já foram elaboradas a essa perspectiva. Roncayolo (1986) lembra a crítica de Lucien Febvre a Ratzel, ao afirmar:

Lembremos a crítica dirigida a Ratzel por Lucien Febvre [1922], em que lhe reprova a esquematização excessiva dos laços entre Estado e a sua base territorial: <<O solo era, por assim dizer, o solo vazio, o solo puro, o solo independente da sua cobertura viva... Era o solo chão, o solo suporte, o solo extenso tecido rígido no qual os estados tinham demarcado os seus domínios. Segundo que contornos?>> (trad. It. p. 66). Esta concepção, perigosa na medida em que forneceu argumentos a uma geopolítica de utilidade (teoria do espaço vital, Lebensraum), tem pelo menos o mérito de chamar atenção – ao contrário do conceito mais ambíguo de região – para o princípio de organização, que é de natureza e de origem social, e para a relação entre território e poder (p. 262).

Destacamos dois elementos fundamentais a partir da citação acima: primeiro a preocupação histórica da geografia com o território no contexto da geografia tradicional, onde Ratzel insere uma discussão que se mantém ao longo de toda a história do pensamento geográfico. Em segundo lugar a imediata associação entre território e Estado, relacionando a idéia de território a controle de uma determinada área, com limites e fronteiras.

A geografia superou, através da crítica aos clássicos, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, essa associação direta entre Estado e território considerando um equívoco confundir os limites políticos com a constituição do território, pois nem sempre um determinado Estado é capaz de exercer poder efetivo sobre todo o espaço que se encontra dentro dos seus limites administrativos, como ratifica ANDRADE (1995) ao afirmar que:

[...] o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (p. 19).

Não existe, portanto, na perspectiva apresentada pelo autor, uma relação direta entre território e limites político-administrativos, ao contrário, é a

partir da idéia de poder, de gestão de uma dada área que se define um território.

O conceito é assim, gradativamente, libertado da clausura inicial forjada no contexto da sua associação direta com o Estado. É interessante perceber, no entanto, que a idéia de relação entre território e poder é mantida e ampliada. Agora se considera o poder das grandes empresas e suas possibilidades de ultrapassar fronteiras no contexto de globalização da economia.

Ainda Andrade (1995) argumenta que o Brasil possuía extensa área, até iniciar a ocupação do oeste pelo governo Vargas, no Estado Novo. Porém, essa área não estava apropriada, não sendo, portanto, parte do território. Esse processo exemplifica e ratifica a idéia de não correspondência entre limites administrativos e território, reafirmando a definição do conceito a partir da idéia do poder efetivo sobre uma dada porção do espaço.

Libertado o conceito da íntima relação com a idéia de território nacional, ele tornou-se mais rico e operacional, servindo de suporte para trabalhos geográficos em escalas diferentes da nacional.

Assim, a apropriação do território é hoje um tema discutido em várias escalas, desde as relações micro, que se circunscrevem na esfera do espaço da casa ou da rua, até as relações globais, como, por exemplo, os blocos econômicos.

É importante lembrar que muitos autores elaboraram uma revisão da forma como a idéia de território foi trabalhada ao longo da história do pensamento geográfico. HAESBAERT (2002), por exemplo, destaca que é possível identificar duas grandes vertentes interpretativas: a naturalista e a etnocêntrica. Segundo esse autor a vertente naturalista:

[...] vê o território num sentido físico, material, como algo inerente ao próprio homem, quase como se ele fosse uma continuidade do seu ser, como se o homem tivesse uma raiz na terra – o que seria justificado, sobretudo, pela necessidade de território, seus recursos, para a sua sobrevivência biológica (p. 118).

Já a concepção etnocêntrica se situaria no outro extremo, como se o território pudesse mesmo prescindir de toda sua base natural. Assim, tanto uma vertente como outra acabaram sofrendo críticas diversas, permitindo um repensar e uma revalorização do território enquanto categoria da geografia.

HAESBAERT (2002) ainda enfatiza que, na atualidade, é importante a análise do território a partir de sua articulação com redes as mais diversas, um conjunto articulado de fixos e fluxos que animam as ações, que ligam os diversos territórios nas mais variadas escalas. Em busca de sintetizar uma idéia de território ele afirma que:

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (p. 121).

Aqui percebemos que, mesmo fazendo uma releitura da idéia de território, o autor continua utilizando as idéias de controle e domínio como se fossem sinônimos de poder. De acordo com a crítica elaborada por Brito (2002) essa confusão obscurece mais do que esclarece a idéia de território, pois se definido como fração do espaço apropriado a partir das relações de poder, não cabe falar de dominação, pois o poder resulta do consenso entre agentes.

Portanto, na perspectiva de Haesbaert (2002) a idéia de domínio ou controle se mantém, a novidade é a ênfase dada à apropriação simbólica e ao jogo contraditório e desigual que definirá quem domina determinado espaço. O autor ainda chama atenção para o fato da relação, estabelecida no conceito, variar conforme os grupos culturais, as classes sociais e as escalas geográficas que estivermos analisando, inserindo a idéia de que, no mundo contemporâneo, vivenciamos múltiplos territórios.

Nessa perspectiva, a rede surge como elemento central no entendimento do território, sendo instrumento para compreendermos a relação entre diferentes territorialidades. De acordo com HAESBAERT (2002):

[...] não podemos separar território de rede, a não ser como instrumentos analíticos. A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras) (p. 123).

Essa idéia, de indissociabilidade entre redes e territórios, é muito cara à análise que propõe articular técnica e território, uma vez que é possível trabalhar com a idéia de redes técnicas e redes sociais. É possível, então, articular a idéia de território enquanto resultante das relações de poder, e não do domínio e controle do espaço, e sua apropriação simbólica com a utilização de um conjunto de técnicas específicas para produzi-lo.

Ou seja, as intervenções estatais, por exemplo, normalmente constroem novas redes ou reestruturam redes existentes, dando condição para a modificação das relações de poder que definem os territórios. Os sistemas de abastecimento de água, sejam para abastecimento urbano, sejam para irrigação ou outros fins, associados às intervenções como barragens, por exemplo, são redes que se articulam às demais redes num dado território. Quando um agente como o Estado ou uma empresa atua reconstruindo essas redes ou introduzindo novas, recria as condições de reapropriação territorial.

Na área da bacia do rio Itapicuru verificamos um processo de intervenções estatais para a disponibilização de redes técnicas que não existiam e que influenciaram a recriação de redes sociais capazes de reestruturar as formas de apropriação do território, como, por exemplo, a formação do comitê gestor da bacia, de associações de produtores rurais ou de usuários da água. Portanto, a intervenção estatal origina o processo que reestrutura as redes e os territórios.

É necessário atentarmos para a questão da escala e sua relação com o território e com as redes, porque um determinado território pode estar vinculado a uma rede que se configura numa escala mais ampla, como um município que pode fazer parte de uma rede nacional ou mundial.

Assim, a idéia de território torna-se mais dinâmica, oferece instrumentos mais complexos de análise, permite relacionar escalas variadas, espaciais e temporais, se adequa melhor aos problemas da contemporaneidade, reanimando os pesquisadores a focarem seus estudos na esfera da análise territorial.

Outro estudo que queremos registrar é o trabalho realizado por SOUZA (1995) segundo o qual “o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir da **relação de poder**” (p. 78) (*grifo do autor*). Sendo necessária, portanto, uma discussão acerca de quem decide sobre aquele determinado espaço.

No entanto, o território tem múltiplas funcionalidades e temporalidades distintas, ou seja, pode um mesmo espaço ser dominado por agentes diferentes em tempos distintos. Porém, Brito (2002), reconhece a contribuição conceitual desse estudo, mas faz uma crítica à forma como o conceito foi aplicado, pois Souza (1995) oferece como exemplo de território as materializações do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o que evidencia uma associação direta com controle e dominação, jamais com o poder, entendido como resultante de um consenso entre agentes.

Para BRITO (2002) o território é uma fração do espaço geográfico, “na qual determinados agentes sociais se relacionam com o intuito de reproduzi-las segundo seus próprios interesses (condição que manifesta o uso do território), mediante consensos estabelecidos tácita e/ou formalmente” (p. 12). Além disso, os territórios apropriados num processo de gestão implementado por um agente específico apresenta as características determinadas por esse agente.

Essa idéia de território pode ser diretamente aplicada à ação do governo do estado da Bahia no município de Ponto Novo, pois a ação resultou de um amplo consenso produzido pela capacidade do Estado de articular vários agentes, sob sua coordenação, resultando numa apropriação territorial amplamente articulada aos interesses do Estado, que está a serviço do grande capital.

Além disso, BRITO (2002) define a territorialidade:

[...] como conjunto de relações possíveis entre os distintos agentes sociais (Estado, empresas, instituições... cidadãos), mediadas pelo poder e pela sua capacidade de produzirem e/ou organizarem sistematicamente os territórios, segundo um projeto concebido por um agente hegemônico (p. 13).

Mais uma vez o conceito é adequado aos nossos propósitos de investigação pois constatamos que o Estado é o agente hegemônico e executou um amplo projeto que gerou territorialidades específicas no espaço geográfico do município de Ponto Novo.

Além desses estudos inspirados no pólo racionalista da ciência geográfica, destacamos também o crescimento dos estudos que possuem uma inspiração humanista. Para Claval (2002), esse movimento, freqüentemente denominado de cultural, provoca uma ruptura com a modernidade e passa a reinterpretar as temáticas geográficas sobre novas bases epistemológicas. Nesse contexto, o conceito de território é também foco de interesse. O espaço aparece mais como um palco, ou palcos, onde os atores passam a atuar e o território resulta do lugar que toma a forma de um tecido de lugares carregados de sentido para toda uma população, tornando-se território.

Assim, o território ganha uma nova característica, não sendo mais definido somente a partir das relações de poder, mas também a partir de um processo subjetivo, onde os atores, que estão em cena, vão atribuindo significados aos lugares, gestando um conjunto de referências, que desembocam na esfera do sentimento de segurança.

O espaço transformado em território oferece aos grupos uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem isso. Faz nascer um sentimento de segurança. As paisagens que o caracterizam, os monumentos que nele se encontram tornam sensível à história coletiva e reforçam a sua força. O território constitui um dos componentes essenciais das identidades (CLAVAL, 2002, p. 33).

Definido sobre essas bases, o território passa a figurar como derivado do processo de atribuição de significados aos lugares que, enquanto tecido, tornam-se territórios da identidade, da estabilidade e do sentimento de

segurança. Portanto, ele não pode existir independente dos atores de cada palco, independente das realidades vividas e das subjetividades dos sujeitos.

Entendemos que essa perspectiva, denominada por Claval (2002) de pós-funcionalista, apesar da diferente base epistemológica, não é mutuamente excludente com a relação à perspectiva marxista, que define o território de uma forma mais objetiva, a partir das relações de poder. No entanto, é sobre a idéia de território definido objetivamente a partir das relações de poder que baseamos a investigação que resultou nessa tese.

Portanto, a idéia de território é adequada à problemática proposta, uma vez que, no semi-árido baiano, existe um espaço em constante reconstrução, em que relações de poder definem formas de uso do mesmo. Como a água é fator limitante, a sua disponibilidade ou não, gera um conjunto de relações territoriais: quem detém a tecnologia de acesso e uso da água, já se transforma, em grande medida, em um poderoso definidor de territorialidades. Nesse caso específico, verificamos que é o poder público, seja na esfera federal ou estadual, quem tem organizado formas de gerar e disponibilizar tecnologias de acesso à água, mesmo que para isso conte com a parceria de empresas ou da sociedade civil organizada e que esteja, em última instância, a serviço do capital.

Outro aspecto importante, e que também queremos destacar é a idéia de ordenar o território, que é ampla na literatura sobre o tema de tal forma que buscamos traçar um panorama dos principais argumentos elaborados neste âmbito.

Do ponto de vista conceitual boa parte da bibliografia sobre o tema do território parte do princípio de ordenação territorial, numa tendência de pensar esse princípio de forma aplicada ao planejamento. Por exemplo, OREA (2002) argumenta: “basicamente, ordenar un território significa identificar, distribuir, organizar y regular las actividades humanas en ese territorio de acuerdo con ciertos criterios y prioridades [...] (p. 29).

A idéia exposta na citação acima, de inserir uma ordem, de organizar e regular as atividades humanas pode pressupor um conjunto de perguntas, tais como: Quem e como organiza? Com quais finalidades? Quais são as atividades humanas que vão estar no foco dessa ordenação? Também

podemos perguntar: quem estabelece e como são estabelecidos os critérios e as prioridades?

Normalmente o foco dos trabalhos, nessa perspectiva, tem sido o de ordenar as infra-estruturas, de adequar a forma como se usa o território ao conjunto de normas estabelecidas, como as normativas de uso de solo, meio ambiente e urbanística, por exemplo. Isso significa que o trabalho do geógrafo foca a ordenação pela via da institucionalização da ação, via elementos legais de regulação.

Portanto, OREA (2002), ao trabalhar os marcos conceituais e legais da ordenação do território passa a relacioná-la diretamente com a elaboração de planos de ordenação e defende que:

La ordenación territorial puede concebirse como un proceso secuencial e iterativo que, orientado hacia objetivos a largos plazos, se desarrolla en ciclos de tres fases: análisis territorial, planificación territorial y gestión territorial. [...] En este sentido la ordenación del territorio se materializa a través de la elaboración y ejecución de un conjunto de planes (instrumentos legales para la ordenación territorial), que pueden ser específicos de la ordenación del territorio o corresponder a otros campos [...] (p. 107).

Nesse sentido, planificar o território é uma ação que deve partir da análise territorial, ou seja, de um olhar sobre o território que se deseja planificar numa perspectiva de entendê-lo em seus condicionantes espaciais e temporais. Planejar e gerir supõe um poder efetivo sobre uma dada parte do espaço. Esse poder efetivo está demarcado pelo conjunto de leis e de normas que regulam as formas sociais de apropriação.

O Estado, em suas diversas escalas, a partir da definição das políticas públicas de cada governo numa determinada época, é o principal agente ordenador do território, porém, verificamos nas sociedades democráticas e capitalistas, uma ampliação desse exercício planificador por diversos outros agentes sociais, principalmente as grandes empresas, as organizações não governamentais e os fortes movimentos sociais.

No documento síntese do III Congresso Internacional de Ordenação do Território, a ordenação apareceu já diretamente articulada à idéia de intervenção e regulação, a saber:

La ordenación del territorio aparece como una disciplina científica capaz de integrar las perspectivas ambientales, sociales, económicas, infraestructurales y dotacionales que caracteriza a un espacio determinado, y útil para proponer mecanismos de intervención y regulación que posibiliten, de forma practica, el camino hacia un desarrollo mas sostenible y la prevención de riesgos de inundación o la reducción de las consecuencias de catástrofes para cada territorio concreto (FUNDICOT, 2001, p. 34).

Por essa perspectiva o território é um espaço concreto, sobre o qual é possível agir para impor uma racionalidade específica para se atingir fins pré-determinados. Esse é um processo que deve considerar as múltiplas dimensões desse espaço pré-determinado e elaborar uma síntese final que permita a ação. Nessa mesma perspectiva BAHILLO (2004) define ordenação do território como:

[...] la acción y la practica de disponer con orden, a través del espacio de un país y con una visión prospectiva, los hombres, las actividades, los equipamientos y los medios de comunicación que ellos pueden utilizar, tomando en consideración las limitaciones naturales, humanas, económicas o incluso estratégicas (p. 111).

Esse autor também ressalta a idéia de regular o uso do solo e das atividades, dando à ordenação um fim de melhorar a qualidade de vida e favorecer as atividades produtivas. Aqui, encontramos, então, uma forte vinculação entre políticas públicas e ordem territorial, uma vez que é o Estado o agente legítimo de ordenação em cada país.

Aceitar a idéia de que o território é passível de ser ordenado, regulado e reestruturado através de planos de ação não é um problema. Muitos territórios já foram alvos desse processo, principalmente aqueles submetidos à modernização capitalista, à ação pública intensiva ou mesmo à ação de outros setores da sociedade civil como as associações ou cooperativas. O problema é

que essa idéia apresenta um território produto, em muitos casos aparece a forma como o território está organizado e regulado sem, no entanto, enfatizar que são as relações de poder estabelecidas na sociedade que, em última instância, estabelecem a dinâmica do território.

Também apresenta o território como algo a ser organizado como se existissem territórios desorganizados. A questão central aqui é definir: ordem, sim, mas a partir de qual perspectiva? A ordem na perspectiva do governo brasileiro do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não foi, nem de perto, a ordem demandada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou do Movimento dos Sem Teto de São Paulo, bem como a ordem estabelecida pela política neoliberal do governo Lula não é a que reivindica os pequenos proprietários de terra, pequenos comerciantes, aposentados e funcionários públicos. Ou seja, não podemos fazer a síntese dos aspectos sociais, econômicos e infra-estruturais apenas a partir das normativas, mas também através das práticas territoriais de cada agente de construção de um dado espaço geográfico.

Defendemos que todo território, definido a partir das relações de poder, já está ordenado de acordo com a lógica das pessoas, firmas e instituições que compartilham o poder de decidir sobre os usos territoriais e que é possível sim que um agente hegemônico promova uma reordenação, desde que tenha efetivo poder para isso. Não acreditamos no paradigma da ordenação como um processo pensado do ponto de vista da lei e da regulação administrativa, apesar de que é preciso estar atentos para elas. Entendemos haver uma contradição entre “ordem” e “desordem provisória”, lei e subterfúgio legal, planejamento e ação, onde os agentes sociais fazem e refazem cotidianamente múltiplos usos do espaço que territorializam.

Assim, analisar o território, mesmo do ponto de vista da ordenação, suscita analisar a ordem territorial estabelecida identificando qual a ótica de quem a estabeleceu. Ou seja, num mesmo território conflitam lógicas diferentes, às vezes antagônicas, às vezes complementares. Cada uma estabelece a sua ordem que pode ser a desordem na lógica do outro. Por exemplo, como já ilustramos anteriormente, a lógica do Estado pode não estabelecer uma ordem desejada pela empresa ou pela associação de moradores de um dado lugar. Nesse caso, a desordem de uma empresa, na

aparente lógica do Estado, é de fato, a ordem de sua relação territorial com o espaço.

Do ponto de vista da possibilidade de uma leitura de síntese da história global de expansão do capitalismo podemos enfatizar que há, atualmente, uma lógica territorial do capital financeiro internacional que tenta impor sua ordem aos demais agentes desse mesmo processo como os Estados Nacionais, os consumidores, etc. Porém, isso não significa dizer que exista uma mão invisível chamada capital que impõe uma lógica global. Por trás de cada decisão com rebatimento territorial há um agente, uma pessoa. Há uma lógica que pode não ser mero produto de uma racionalidade extrema, mas também da percepção, da emoção, do ser cultural de cada sujeito que decide, individual e coletivamente.

Ordenar o território pode, então, significar definir, no amplo conjunto de relações sociais, como o espaço social é utilizado, consumido, fragmentado, segregado ou contraditoriamente complementado.

Las actuaciones en el territorio encaminadas a su desarrollo y cohesión social deben contar con la participación activa de los agentes que intervienen en él. Involucrar a los habitantes del territorio en las actuaciones públicas es fundamental: su participación en la elaboración de planes estratégicos de desarrollo sostenible, los Programas de Gestión de desarrollo en zonas rurales, etc. La toma de decisiones debe hacerse desde abajo, el territorio lo hacen los agentes, no los tecnócratas (FUNDICOT, 2001, p. 71).

Assim, existe a possibilidade, de acordo com a citação acima, de que a ordenação seja um exercício de pensar o território desde a base que lhe dá vida e movimento e não como simples conjunto de planos externos elaborados pelo Estado ou tecnocratas alheios ao viver territorial de cada sujeito social que ocupa um dado espaço. Essa perspectiva se aproxima da idéia de território como um espaço definidor por e a partir das relações de poder, que é a idéia de território que norteia todo esse trabalho.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que o estudo do território, enquanto um fragmento do espaço deve partir da idéia de que o espaço

geográfico é, enquanto sistemas de objetos e sistema de ações, resultado das relações sociais definidas pela ação humana normatizada.

A ação é pensada, ela deriva de um esquema já previamente definido pelos sujeitos envolvidos nos processos sociais e está cada vez mais guiada pelas normas de convívio social, sejam elas aquelas escritas nas leis ou aquelas construídas em acordos coletivos de determinados grupos, estando implícitas no imaginário de cada indivíduo que participa do processo. De acordo com SANTOS (1996):

[...] a ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito requer sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à idéia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem (p. 64).

Desse modo, focar a atuação de um determinado agente na produção do espaço significa compreender uma determinada prática como inserida num conjunto de normas que a regulam. É, pois, o Estado, alvo principal dessa pesquisa, um agente que possui sua atuação extremamente regulamentada. Num país democrático os princípios constitucionais são a base de regulamentação da ação. As normas daí resultantes são leis que norteiam o planejamento público ou privado no que se refere à obtenção de determinados objetivos. Mesmo que verifiquemos distorções aqui ou ali, esses princípios legais tendem a se impor ao contexto social.

Outro fato relevante é que, no Brasil, a normatização da atuação, das pessoas, firmas e instituições, no que se refere aos recursos hídricos, está fortemente vinculada a leis específicas, com inspiração na idéia de gestão integrada de bacias hidrográficas. Sobre esse aspecto trataremos em tópico específico.

Além disso, a ação normatizada está passível de ser influenciada, e certamente influencia em contrapartida, pelas normas, denominadas por Milton Santos, de informais. Em nossa perspectiva essas são as normas estabelecidas no convívio cotidiano e resulta das representações compartilhadas entre os sujeitos e estão mais reguladas pelo hábito que pela

palavra escrita. Daí que é a percepção que cada indivíduo tem da interrelação entre a norma escrita e a norma percebida que definirá a sua ação regulada pelo convívio social.

Por exemplo, é norma, no Brasil, a devolução de embalagens de agrotóxico pelo agricultor, de forma que esse deve lavar as embalagens, perfurar e devolver nos pontos específicos de coleta. Também é obrigatório, para o pecuarista, vacinar o gado bovino contra febre aftosa. Mas não é, na maior parte das áreas rurais do país um hábito generalizado, nem vacinar, nem devolver as embalagens; a maioria o faz por medo da multa, e não porque entende a razão e a necessidade da norma, portanto, tendem a burlá-la sempre que a fiscalização não for efetiva. A percepção da norma resulta, nesse caso, da imposição de um grupo social sobre outro. Por isso prevalece a norma informal de não cumprir a norma formal estabelecida. Ou seja, a existência em si da norma, mesmo que na forma da lei não a garante como norma, mas sim sua apropriação no campo simbólico, à medida que passa a fazer parte do universo de valores preestabelecidos.

Segundo Santos (1996), citando I. Braun e B. Joerges, existem três tipos de agir: técnico, formal e simbólico. O primeiro supõe interações requeridas pelas técnicas; o segundo supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos; e o terceiro compreende formas afetivas, emotivas e rituais, determinadas pelas representações. Além disso, o autor argumenta que existe, paralelamente a esses tipos de agir, uma ordem da forma técnica, uma ordem da forma jurídica e uma ordem do simbólico, de modo que o cotidiano se daria mediante essas três ordens.

Portanto, se admitimos que é possível identificar uma dada organização espacial, resultado fundamental da articulação entre ação, norma e percepção, devemos compreender que cada tipo de agir está relacionado com formas específicas de normas e que, para os sujeitos, firmas e instituições, elas não existem de forma indissociada; a separação é um recurso de método, e deve buscar, imediatamente, sua inteira rearticulação.

A análise da ação de um agente específico, como o Estado, por exemplo, deve atentar para o fato de que as territorialidades constituídas resultam da ação, que é normatizada, mas influenciada pelo agir técnico, formal e simbólico. No caso específico do Estado, argumentamos que é um

agente que tem a ação determinada pelo agir técnico, uma vez que sua ação resulta de projetos e programas elaborados com uma racionalidade técnica que supõe justificar, perante a sociedade, a necessidade daquela dada ação; e pelo agir formal, uma vez que o aparato jurídico de regulação do Estado é o principal mecanismo de controle dos governos pela sociedade.

Assim, pensar o território a partir da ação do Estado requer investigar sua condição técnica e jurídica, o que realizamos ao estudar os projetos e programas efetivados pelo governo do estado da Bahia na esfera dos recursos hídricos.

3.2 Técnica, território e ação estatal

O papel da técnica é fundamental no nosso argumento que sustenta a idéia de que o uso da água não está na dependência pura e simples dos aspectos naturais que definem o ciclo hidrológico terrestre e, conseqüentemente, das disparidades da disponibilidade hídrica por país ou região. Ou seja, o uso da água, na atual conjuntura das sociedades ocidentais modernas, está inserido num ciclo que envolve a interação entre a natureza e a sociedade, que é, fundamentalmente, realizado com a mediação da técnica.

Não basta que a água esteja disponível nos rios, lagos, ou por freqüentes precipitações, é necessário armazená-la, distribuí-la e coletar a água servida. Daí a importância da ação do Estado como capaz de mobilizar a sociedade para a concretização desse ciclo que pretende suprir com água as necessidades, tanto de água potável para consumo humano, quanto para as atividades econômicas, estando as barragens como o meio mais utilizado no armazenamento.

As formas de concretização do ciclo de armazenamento e uso da água estão, assim, intimamente relacionadas com a capacidade técnica de uma dada sociedade. Essa capacidade técnica é desigual, originada fundamentalmente pela inserção da ciência moderna nos processos de produção e gestão. A capacidade técnica depende do potencial de pesquisa e de absorção dos resultados obtidos pelos empreendimentos de cada país ou região. Verificamos que num mesmo país determinadas regiões estão à frente

nesse processo, enquanto em outras ocorre atraso tecnológico, como se vivêssemos distintas temporalidades inseridas na mesma data que conta o tempo no mundo cristão.

Portanto, interessa demarcar posição com referência a essa idéia de que o aparato técnico de uma dada sociedade está influenciado pelas políticas públicas adotadas em determinados períodos e para isso apresentamos algumas perspectivas teóricas.

A palavra técnica está hoje incorporada ao cotidiano dos brasileiros e demais pessoas do mundo ocidental. Não é raro escutarmos que toda espécie de problema pode ser resolvida chamando um técnico. Desde os técnicos em telefonia, passando pelos técnicos de futebol, até os técnicos em informática, e em mais uma outra infinidade de áreas, a sensação é a de que não conseguiríamos viver sem eles. Esse exemplo ilustra como incorporamos um jeito de viver extremamente dependente da nossa relação com o aparato técnico produzido em nossa sociedade e, na maioria das vezes, as mudanças técnicas são responsáveis por pequenas e grandes transformações nos diversos setores sociais.

A importância da técnica na sociedade resultou numa ampla gama de estudos e formulação de conceitos. Apresentamos, a seguir, os estudos e conceitos que entendemos dar conta de suprir bases teóricas para a tese que ora apresentamos.

Podemos argumentar que *“as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”* (SANTOS, 1996, p. 25). Importante destacar, nessa idéia de Milton Santos, que a técnica é, de imediato, concebida como conjunto de meios, ou seja, não devemos focar uma técnica isoladamente, por que ela resulta de uma construção histórico-social e surge imersa num conjunto de relações que a condicionam.

Enquanto conjunto de meios a técnica permite a interação do homem com a natureza; como somos seres essencialmente sociais intervimos através do trabalho socialmente organizado, o que permite afirmar que a base da vida comum é construída na relação sociedade x natureza mediada pela técnica. Além disso, os meios são instrumentais (objetos materiais dos mais diversos) e sociais (conjunto de relações que estabelece determinadas

normas), possibilitando, entre outras coisas, criar espaço, espaço esse que denominamos de geográfico, morada do homem, condição para a vida e sua reprodução.

Numa abordagem próxima da acima apresentada, Pierre Lévy destaca a técnica como uma criação humana ao considerar que:

[...] a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sócio-técnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria” (p. 22). [...] De fato, as técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variados. Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos (p. 23) [...] Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo *condicionada* não *determinada*. Essa diferença é fundamental (LÉVY, 1999, p. 25).

É importante destacar a relevância de compreendermos as técnicas como produto de “dentro de uma cultura”, não apenas focando os instrumentos, mas também todo o universo de valores, regras sociais e princípios morais, que permitiram, num dado momento histórico, que uma sociedade desenvolvesse determinado aparato técnico. Por esse princípio podemos argumentar que não existe uma marcha rumo ao desenvolvimento tecnológico utilizando o modelo europeu como referência.

Portanto, não existe sociedade avançada, subdesenvolvida ou mesmo em desenvolvimento. Existem sim contextos sociais em que determinadas transformações e permanências ocorreram ou estão ocorrendo. Vejamos um pequeno exemplo: o Brasil é considerado um país imerso na sociedade informacional (Castells, 1999). Segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), em 2006, foram 22,1 milhões de usuários da Internet residencial e o país possui o maior tempo médio de navegação em todo o mundo (19h e 30 min). Sem contar com uma infinidade de locais de acesso coletivo, como universidades, escolas, cyber comerciais e terminais públicos e privados; a informatização é uma realidade em vários

setores da estrutura empresarial e estatal, de bancos a cartões magnéticos para pagar benefícios dos programas de transferência de renda, mas existem, ao mesmo tempo, milhões de pessoas na miséria.

Ora, uma sociedade desenvolvida do ponto de vista da geração e uso de tecnologia informacional não conseguiu resolver problemas básicos de grande parte da população. Daí o nosso argumento de que não é o instrumento técnico em si que é capaz de provocar transformações e rupturas, mas a associação entre o instrumento e as regras sociais capazes de fazê-lo funcionar.

Em nosso último trabalho de pesquisa (Silva, 2006) verificamos que alguns agricultores do semi-árido baiano até possuíam modernos sistemas de irrigação, a maior parte doada pelo governo do estado da Bahia, mas não eram capazes de gerir o uso da água com esses sistemas, não eram capazes de fazê-los lucrativos num contexto de economia de livre mercado, ou seja, falta a esses agricultores aquilo que faz com que a técnica seja efetivamente apropriada: conhecimento para elaborar um projeto de uso que considere todas as dimensões do fenômeno técnico que existe para além do objeto em si.

Outro aspecto que não podemos esquecer é que não concordamos que a técnica determine as relações sociais e de trabalho, elas não são simples mecanismos de determinação. Dessa forma, partimos do princípio, já estabelecido em nossa dissertação de mestrado, que a técnica simplesmente não determina a organização social. Imbricada num contexto constante de refazer-se pelo uso cotidiano, ela condiciona atitudes, valores e o jeito de produzir a vida material. Por isso, é no homem, que constrói e usa as técnicas, que devemos buscar as respostas (Silva, 2002).

Portanto, nossa investigação foca mais que os instrumentos, foca as relações produzidas no uso cotidiano das técnicas disponíveis e está demarcada tanto do ponto de vista temporal quanto espacial.

Destacamos também o fato de as técnicas terem sido alvo de uma série de estudos ao longo da história da ciência. Milton Santos (1996) apresenta, em seu livro *a Natureza do Espaço*, um inventário dos estudos empreendidos sobre técnica. Portanto, achamos desnecessário fazer o mesmo nessa tese, já que certamente não faríamos com a mesma competência apresentada por esse autor. No capítulo intitulado “a negligência com as

técnicas”, ele destaca os estudos clássicos que tiraram proveito da noção de progresso técnico como os de Vidal de La Blache, Lucien Febvre e Albert Demangeon, destacando que esses autores são considerados “*entre os pioneiros da produção de uma geografia vinculada às técnicas*” (SANTOS; 1996, p. 27).

Esse livro traz, também, um passeio pelas áreas consideradas por Milton Santos como fundamentais para o estudo da técnica, citando estudos de Adam Schaff, Barre & Papon, M. Mauss, Philip Wagner, Pierre George, Pierre Gourou, Maximilien Sorre, Joan-Eugeni Sánchez, Ruy Moreira, entre vários outros estudiosos, o que permite termos uma dimensão importante de como as técnicas têm sido alvo de trabalhos diversificados ao longo da história acadêmica ocidental. Após a apresentação desses trabalhos, e de defender que os geógrafos negligenciaram o papel das técnicas ao realizarem a maioria dos seus estudos, o autor argumenta que:

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção de tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. **Como meio operacional**, presta-se a uma avaliação **objetiva** e **como meio percebido** está subordinado a uma avaliação **subjetiva**. Mas o mesmo espaço pode ser visto como terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Na realidade, o que **há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido**. Ambos têm a **técnica como origem** e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma **síntese** entre objetivo e subjetivo (grifo nosso) (SANTOS; 1996, p. 45).

Há nessa citação alguns aspectos chaves que interferem reforçando o argumento central desse nosso trabalho. Primeiro a idéia de que o espaço pode, e deve ser pesquisado como meio operacional, onde objetivamente é possível a análise da sua dinâmica, da atuação dos agentes

que o produzem, numa perspectiva de sistemas de objetos e ações. Nesse caso focamos as barragens, adutoras, sistemas de irrigação, formas de uso do solo agrícola, inter-relações entre o mundo urbano e o mundo rural, dentre outros aspectos relevantes. Segundo, ele pode ser focado como meio percebido, e aqui começamos a preencher a lacuna deixada pela leitura super objetiva do real, que desconsiderava emoção e percepção, sem considerar que no espaço está inserido um homem que sente, se emociona e constrói representações. Essa análise objetiva foca o espaço como um binóculo de uma lente só.

Assim, é possível estudar também as representações, as imagens e valores individualmente produzidos e coletivamente compartilhados, como, por exemplo, a imagem de Nordeste (Silva, 1999), a percepção da paisagem gerada por um conjunto de intervenções técnicas, os valores atribuídos à disponibilidade ou não de água, etc.

Em terceiro lugar SANTOS (1996) argumenta que é possível a leitura do espaço de uma forma que não dicotomize os focos objetivo e subjetivo quando afirma que “*o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido*” (p. 45). Ou seja, isso reforça, em nossa perspectiva, a idéia de que geografia dialética e geografia da percepção são faces de uma mesma moeda.

Com relação ao espaço Milton Santos vai além, afirmando que tanto o meio operacional quanto o percebido têm a técnica como origem, o que pode possibilitar que a avaliação efetivada por um trabalho geográfico possa ser uma síntese entre objetivo e subjetivo. É justamente essa a proposta do nosso trabalho, investigar, a partir do fenômeno técnico, essas duas dimensões do espaço geográfico, propondo uma síntese que considere formas de organização social do espaço e dimensões de sua apropriação imaginária.

Logo, defendemos que o uso da água, no semi-árido, contém aspectos políticos e ideológicos que superam a lógica da simples articulação entre atividades econômicas e disponibilidade hídrica e, situa-se, pois, no contexto histórico de construção das relações que definiu aspectos como a propriedade da terra, a exploração do trabalhador pelo capital e a vinculação entre as imagens projetadas em função da escassez de água e as políticas públicas brasileiras.

Nesse processo, a técnica tem papel fundamental, de forma que *“a inserção de um novo aparato técnico para a modificação dos sistemas de uso da água gera, inevitavelmente, reorganizações espaciais que têm imediato rebatimento social, político, econômico e cultura”* (SILVA, 2005, p. 21).

Ainda com relação aos estudos sobre técnica e tecnologia queremos destacar a idéia de Kim Vicente (2005) de que a técnica não se refere somente à coisa física, aos materiais e suas configurações. Segundo o autor podemos usar a palavra tecnologia com um sentido amplo:

[...] que inclui não só a coisa física mas também a não física, que podemos encontrar nos sistemas tecnológicos complexos [...] elementos “mais soft”, tais como horários de trabalho, informação, responsabilidades coletivas, organização dos funcionários de uma empresa e até mesmo regulamentações jurídicas (VICENTE, 2005, p. 31-32).

Destacamos as regulamentações jurídicas, o conjunto de normas de uso que também fazem parte do fenômeno técnico visto sob uma perspectiva sistêmica. Ou seja, as técnicas carregam consigo materialidade (objetos técnicos), possibilidades de intervir no imaginário individual e coletivo (percepção) e aparato que regula as relações, seja legalmente instituído ou gerado como código de conduta moral (normas e leis). Logo, o estudo pela via das técnicas permite investigar as outras quatro dimensões do processo de reorganização do espaço que destacamos no capítulo 2: a ação, a norma, a organização e a percepção.

Ampliando o nosso universo conceitual, identificamos em Santalla (1997), a busca por compreender uma dada história das técnicas, de sorte que se preocupa com as relações entre homem e máquina e detecta três níveis históricos com os quais classifica as máquinas:

- nível muscular-motor: agrega um conjunto de máquinas musculares que vem substituir a força física do homem, como também propiciar a mecanização da locomoção. O uso dessas máquinas é acentuado, a partir da Revolução Industrial.

- nível sensorio: as máquinas desse nível também ganharam expressão, a partir da Revolução Industrial. *“Trata-se das máquinas que funcionam como extensões dos sentidos humanos especializados, quer dizer, extensões do olho e do ouvido de que a câmara fotográfica foi inaugural”.* (SANTALLA, 1997, p. 25).
- nível cerebral: com a invenção do computador, surgem máquinas que processam símbolos. *“Com o computador digital deu-se por inventado um meio para imitação e simulação de processos mentais”* (SANTALLA, 1997, p. 26).

Ou seja, as máquinas são objetos técnicos, que estão para além e através das técnicas, pois uma máquina deriva de um processo de invenção, típico de um dado período, com dadas condições históricas. Assim, enxada e trator são objetos técnicos de tempos distintos, mas que convivem lado a lado, influenciando e sendo influenciado pela capacidade da sociedade de colocá-los em condições de uso. Se é verdade que, atualmente, vivemos num mundo de máquinas de nível cerebral, é também verdade que essas máquinas não são realidade para grande parte da população mundial.

É justamente por isso que um objeto técnico é apenas uma parte da técnica disponível, no objeto em si estão representadas regras de uso, valores, formas de agir, que dificultam a sua simples apropriação. O que acontece se colocarmos um taco de baseball diante de um sertanejo que nunca assistiu uma partida desse esporte? Certamente ele não o utilizará para bater numa bola, mas provavelmente procurará refuncionalizá-lo, inventando um outro uso específico. Ou seja, um objeto só é técnico quando inserido num contexto de invenção e uso, quando a sociedade sabe o que fazer com ele e como fazer.

Essa classificação de Santalla (1997) é importante no sentido de demonstrar como a invenção de objetos técnicos está articulada à própria capacidade do homem de entender a si mesmo, e colocar esse entendimento a serviço da construção de artefatos, que passam a carregar não apenas sua função em si, mas todos os elementos imbricados no seu próprio processo de invenção e construção.

Portanto, consideraremos o fenômeno técnico como gerador de possibilidades para a leitura do espaço, do tempo e do ser social. Do espaço como sistema de objetos e sistema de ações, do tempo como possibilidade de recorte, de empirização (Santos, 1999), e do ser social como sujeito individual e coletivo que percebe. Dessa forma, esperamos estar contribuindo para uma leitura do real pela via do espaço, que é, entre outras coisas, espaço técnico, espaço constantemente recriado, mas com permanências, temporalidades distintas, lugar e território, onde cooperação e conflito, poder e decisão, são a base comum da realização da vida cotidiana de cada um de nós.

As técnicas também não determinam a ação estatal ou é simplesmente determinada por essa mesma ação. Concordamos com SANTOS (1996), quando assegura que a técnica é importante elemento na constituição das diversas sociedades porque: *“É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”* (p. 25).

A relação sociedade e técnica, através da legitimação institucional, é fundamental para a definição dos rumos de uma determinada sociedade. O Estado tem grande poder de induzir processos que reelaboram o aparato tecnológico disponível e subsidiar a iniciativa privada para gerar processos de reconstituição da base tecnológica.

Ainda com relação ao mútuo condicionamento técnica e sociedade Castells argumenta:

[...] que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo (CASTELLS, 1999, p. 25).

Falar então de padrão interativo significa buscar entender os condicionantes da interação, não apenas constatar a inter-relação em si. Dessa forma, fica evidente que o determinismo tecnológico não é uma boa alternativa para entendermos o papel da tecnologia na sociedade.

Podemos afirmar que o Estado não determina o conjunto de técnicas adotadas; pode ser decisivo, porém não determinante na gestão de tecnologias. Logo, com relação a essa ação do Estado, Castells (1999) defende que a sociedade pode sufocar o desenvolvimento técnico, porque pela intervenção estatal é possível acelerar ou atrasar o processo de criação e uso de novas tecnologias. Além disso, destaca que cada sociedade pode, a depender da sua habilidade de dominar a tecnologia disponível, em cada momento histórico, incorporar grande capacidade de transformação.

Ou seja, podemos argumentar que a ação do Estado com relação à tecnologia se insere num conjunto maior de sistemas de ações definidos pelas normas socialmente estabelecidas.

É em função de relações tão complexas do Estado com a tecnologia e com o desenvolvimento social que devemos refletir sobre as opções de cada país. A ação estatal pode ser decisiva na retomada de um crescimento, que gere desenvolvimento social, mesmo considerando as dificuldades de inserção de um país na sociedade informacional. Paralelo a isso, os órgãos estatais podem funcionar como locus de inovação, influenciando na definição das formas de aplicação das tecnologias e na forma de distribuição dos excedentes gerados.

O Estado é, então, decisivo, não porque pode retardar ou impulsionar o domínio das técnicas disponíveis num determinado período, mas porque governos diferenciados, podem gestar diferentes caminhos para a reestruturação da sociedade. Além disso, a sociedade organizada pode mudar o governo e determinar novas formas de relação do Estado com a tecnologia.

3.3 Percepção e organização espacial

A percepção, que pode ser investigada por diversas vias, é aqui adotada como sendo um processo resultante de uma construção individual do sujeito e integrante de um amplo esquema de interação, de forma que está inserida naquilo que denominamos de representação social. Ou seja, é fundamental, para a interpretação da percepção espacial, a identificação das imagens e valores individuais que são coletivamente construídas e apropriadas.

O agir leva à construção de uma identidade individual que se coletiviza. A construção coletiva desta identidade resulta na formulação e difusão de imagens sobre determinados espaços, que passam a ser socialmente percebidos e até condicionados. Esse aspecto ao mesmo tempo em que é resultado da ação de construção do espaço, passa a condicionar a percepção individual e coletiva sobre ele, que por sua vez, influencia o próprio ato de construir. Além disso, essa percepção pode ainda condicionar a manutenção da organização espacial dada, ou mesmo provocar uma reorganização, em sentido oposto e/ou complementar.

Portanto, reafirmamos existir uma imagem social de determinados aspectos do espaço geográfico e também desse enquanto conjunto. Imagem formulada na relação do indivíduo com o processo de agir, seja agir sobre um sistema de objetos, seja inserir essa ação num sistema de ações. Essa imagem resultante faz parte das representações sociais (Moscovici, 1986).

O ser social não apenas constrói espaço, faz parte dele, já que não existe espaço sem a vida que o anima (Santos, 1997). Assim, identifica-se com ele e atribui, individual e coletivamente, valores aos elementos espaciais. Os valores resultam em imagens apropriadas a partir da representação social.

O mundo atual é pleno de representações, uma vez que vivemos numa sociedade informacional (Castells, 1999), onde o ícone é cada vez mais utilizado em substituição da palavra escrita; ter certo controle do mundo da significação é pré-requisito para agir na lógica do mundo capitalista em que estamos inseridos. Ou seja, não basta ao indivíduo saber ler e escrever, mas interpretar ícones de todo tipo, em que a imaginação, no sentido de conjunto de conexões entre coisas aparentemente desconexas, está presente no cotidiano que realiza a vida. Hoje, mais do que no passado, a face física do espaço, está repleto de ícones, derivados das representações.

Porém, a representação pode ser construção individual ou coletiva, mas suas preconcepções, imagens e valores precisam, no entanto, serem comunicadas, ganhando legitimidade. E é a ciência, desse período técnico-científico-informacional (Santos, 1998), a principal legitimadora das imagens formuladas; como exemplo podemos citar a teoria da evolução e a teoria da criação, ambas são discursos sobre um real que imaginamos; é o

mundo filho de Deus ou de Darwin? A resposta depende, para cada sujeito, da forma como se apropriou das representações coletivizadas no seu grupo social. Além disso, é o cotidiano, rico em ação, outra fonte fundamental de legitimação de imagens.

Logo, se um indivíduo é capaz de agir e reagir ante uma representação social, podemos dizer que a representação não está dada, assim como o espaço geográfico nunca está pronto e acabado, a cada nova ação de construção/reconstrução espacial, novas representações podem ser elaboradas e outras negadas. A cada nova representação produzida, seus elementos condicionam modificações espaciais importantes ou até mesmo reproduzem ações novas na interação processual de construção do espaço enquanto morada do homem.

Representações preexistentes resultam em imagens, que não são “verdades” ou “mentiras”, mas sim, posicionamentos de grupos sociais articulados. Toda imagem resultante de representação social, precisa ser lida por cada sujeito num processo de apropriação e reelaboração. Esse sujeito é um sujeito ativo e social, capaz de criar e recriar conceitos e imagens.

A representação social do espaço geográfico tende a generalizar a imagem porque é a partir da obtenção de códigos específicos que o sujeito se habilita para ler imagens projetadas.

Logo, defendemos que existem representações sociais sobre o espaço geográfico, tanto associadas ao plano dos conceitos quanto ao das percepções. O que efetivamente se generaliza é a imagem relacionada a este ou aquele espaço geográfico, já que nas nossas relações cotidianas, utilizamos uma lógica que ultrapassa a nossa lógica conceitual, que acaba sendo refletida pela imagem.

A imagem é ao mesmo tempo tributária: expressão e negação das nossas preconcepções espaciais. Mesmo que o conceito seja formulado e acabe figurando cientificamente como válido, ou seja, apreciado pelo sujeito e internalizado como conhecimento útil, ele não vai aparecer cotidianamente nas relações entre sujeitos. Coletivamente aparece a imagem, uma vez que imagem e conceito apresentam-se como duas faces intercambiáveis do mesmo processo de assimilação/representação da realidade.

É a imagem que se associa diretamente ao plano das percepções. Assim, a imagem está diretamente imbricada no processo de ação que mobiliza objetos a partir de normas e regras sociais, de modo que ocorre uma associação entre o sujeito, o real e sua produção imaginária, fruto das percepções que têm do mundo ao seu redor, resguardando a idéia de que o que está ao redor do sujeito, numa sociedade informacional, é mais que seu lugar cotidiano. Além disso, a relação visual é a mais forte no reconhecimento/leitura das imagens produzidas.

Vale ressaltar que o conceito de imagem, como apresentado por Joly (1996), não pode simplesmente ser confundido com a imagem da mídia, com a televisão ou com a publicidade. A imagem não é apenas o que é veiculado pela televisão, rádio e mídia em geral, mas sim uma criação/recriação do sujeito, articulada ao plano do simbólico/preconcepções. Entendemos a imagem na perspectiva da teoria semiótica, onde ela é abordada sob o ângulo da significação, sendo uma subcategoria do ícone, que por sua vez, corresponde à classe de signos cujos significantes mantêm uma relação de analogia com o que representa, isso é, com o seu referente.

Nosso argumento é o de que existe uma imagem do espaço geográfico que não é o espaço geográfico em si, mas uma analogia. Uma idéia firmada, de acordo com um contrato social não explícito, a partir da semelhança com o espaço real e que é capaz de produzir, coletivamente, uma referência visual em cada indivíduo, e ao mesmo tempo, capaz de sobreviver socialmente, independente dele. Segundo Joly (1996), as imagens como representações, se são compreendidas por outras pessoas, além das que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural.

De acordo com as referências até aqui apresentadas, podemos concordar que a imagem acaba representando um sistema de idéias e valores produzidos através da percepção individual e/ou coletiva, sobre determinados espaços geográficos, que são comunicadas aos demais membros do grupo social que age e reage diante de cada imagem/representação.

Como a imagem é produzida em função de uma analogia com o que representa, pode ser gestada a partir de um aspecto particular do conjunto total que passa a figurar como totalidade. Ou seja, argumentamos que a imagem de um “lugar” pode se transformar na imagem do espaço total na qual

esse lugar se insere; ou ainda, um elemento da dinâmica da paisagem pode ser tomado como a imagem total do espaço geográfico, a partir do momento que se assemelha à realidade.

O caso do Nordeste brasileiro é exemplar. Existe uma imagem, sobre essa porção do espaço brasileiro, que se generaliza como se fosse real, mas não passa de uma analogia com uma parte que lhe integra: o semi-árido. O semi-árido nordestino é um espaço diferenciado, e argumentamos que essa diferenciação se dá muito mais em função da imagem do que em função da dinâmica climática que apresenta.

Ou seja, parte do Nordeste brasileiro está sob domínio de um clima semi-árido e historicamente ocupado pelo grande latifúndio para a pecuária extensiva. Ao longo de décadas a exclusão de milhares de trabalhadores rurais dos processos de apropriação do território gerou uma massa de miseráveis. Para explicar o imperativo da miséria nordestina, a elite abastada construiu um discurso que projetou uma imagem em analogia com o real, difícil de ser negada porque é difícil, na maioria das vezes, negar o que o olho vê, ou seja, realmente em alguns períodos, a caatinga se resseca da água, mas seu ciclo natural lhe permite sobreviver na condição climática predominante. O gado, porém, morre. Algumas pessoas migram, outras passam fome.

Mas até que ponto o homem e a caatinga teriam condições de sobreviver de acordo com as condições climáticas predominantes? É o clima capaz de determinar a ação humana? Essa já é uma questão acadêmica superada pela geografia. Além disso, a situação de seca generalizada é apenas um momento da dinâmica total, ou seja, é apenas um aspecto da dinâmica da paisagem semi-árida. Na presença da água tudo se refaz.

Ocorre, porém, que aquele dado momento (o da seca) projeta-se como se fosse a dinâmica total. Ou seja, a imagem se define pela analogia (semelhança) com o real. Se tomarmos apenas este aspecto como totalidade, podemos produzir imagens irreais, que são ao mesmo tempo, para aqueles que não possuem os instrumentos básicos para ler essas imagens, verdades absolutas e intransponíveis, capazes de nortear ações cotidianas e práticas espaciais generalizantes.

Argumentamos anteriormente que o espaço se define na ação humana. A seca pode limitar ou facilitar, depende da qualidade da interação humana com a natureza. O efetivo problema que se coloca é o da imagem produzida (e transmitida), para condicionar essa ação. No caso do Nordeste semi-árido, argumentamos que a imagem é decisiva (Silva, 1999).

Portanto, não é fácil explicar que a seca de nada tem há ver com a miséria, a imagem está legitimada, em alguns casos usando o centenário discurso geográfico determinista, dando certa legitimidade científica à representação, mesmo que seja ciência teoricamente superada, é usada, pois está adequada para um contexto onde esconder o real, pelo engano causado pelo imaginário recriado para atender a interesses específicos, é mais importante que criar um discurso de inclusão social.

Consolidada a substância de determinada imagem, ela pode passar a fazer parte do imaginário social, quando é comunicada à maioria dos sujeitos sociais, passando a nortear ações desses mesmos sujeitos. Essas ações são geográficas se consideramos o agir e o interagir para a construção do espaço coletivo de vivência.

Propomos investigar a percepção utilizando a via da representação social, onde a imagem está diretamente articulada com o real imediato que representa. A ação, chave para o processo de construção do espaço, condiciona e é condicionada pela identidade, mesmo admitindo que, em última instância, o que se generaliza é a imagem. Por isso, a imagem condiciona a ação e é por ela condicionada. Não se trata de dicotomizar processos que, em essência, são indissociáveis, mas estudá-los utilizando um esquema de individualização que permita a imediata reestruturação de um todo que não seja a mera soma das partes.

Além disso, a percepção individual é assim elaborada num processo de agir e interagir, sendo, ao mesmo tempo, única e coletiva. Percebemos de forma preconcebida, pois, nossas imagens e valores, condicionam nosso olhar. As imagens são também, produtos de reelaboração e não seria possível considerar um desejo, uma emoção, como algo dissociado da construção coletiva na qual o sujeito está inserido.

Quando Milton Santos subintitula seu livro *A Natureza do Espaço*, com as palavras técnica e tempo, razão e emoção, não o faz para

simplesmente separar, mas sim para buscar uma perspectiva geográfica que entenda o espaço em sua totalidade. Compreender como se percebe não significa retirar do ser uma emoção estática, mas sim exercitar a capacidade de focar uma ação numa atitude não racional, tão humana quanto aquelas que fundamentaram a ciência cartesiana, e, assim, extremamente importante para o entendimento do espaço do qual se ocupa a nossa geografia.

Capítulo 4

Legislação sobre recursos hídricos no Brasil e na Bahia

Sinal dos tempos e das frustrações que resultam das omissões do Estado de direito, os júris populares costumam aparecer quando a demanda difusa pela justiça não é atendida.

Christian Caubet

De acordo com os recortes estabelecidos para a nossa investigação realizamos uma análise das leis, decretos, projetos e programas que regem a execução das ações de apropriação e gestão dos recursos hídricos no Brasil e no estado da Bahia. Focamos o estudo nas normas que regulam a ação do Estado, das firmas, das pessoas e das instituições envolvidas com o uso da água, de sorte que a investigação abrange:

- a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- a Constituição do Estado da Bahia de 1989;
- a Lei Federal nº 9433/97 que rege a política nacional de recursos hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- a Lei Estadual nº 6.855/95 que estabelece princípios e normas que regem a política, o gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- os Decretos Estaduais nº 6.295/97 e nº 6.296/97;
- o PROÁGUA/Semi-árido;

A lei é a norma escrita básica que regula a ação social sobre o espaço geográfico; mesmo a norma não se restringindo a essas leis, visto que, cotidianamente outras normas, necessariamente não escritas ou escritas mas sem força de lei, também se impõem nos processos de tomada de decisão sobre os usos do território.

Segundo Pompeu (2004), no exame das disposições constitucionais brasileiras, no que se refere aos recursos hídricos, é imprescindível considerarmos a repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ou seja, é necessário considerarmos as características da República Federativa do Brasil onde, mesmo com uma força maior da União com relação à capacidade de decisão, constitucionalmente são os Estados que possuem maior capacidade de legislar sobre essa matéria. *“Como técnica de repartição de competências, pode-se afirmar que, extraída as outorgadas à União e aos Municípios, aos Estados cabem todas as demais, independentemente de qualquer enumeração” (POMPEU, 2004, p. 40).*

Independente da repartição é a essa instituição chamada Estado, no caso brasileiro, uma República Federativa composto por 26 Estados Federados, 5.507 Municípios e 1 Distrito Federal, que a sociedade credita poder para regular a vida em todas as suas esferas. Esse é um processo que merece destaque. Milton Santos, ao se perguntar que forças são capazes de produzir eventos que incidam num mesmo momento sobre áreas extensas conclui:

A primeira delas é o Estado, pelo seu “uso legítimo da força”, encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares (SANTOS, 1996, p. 120).

Não queremos afirmar que o Estado determina todas as ações, e Milton Santos também não afirma isso, estamos sim demarcando que, no mundo atual, o Estado ainda é o principal agente de definição das normas, sendo amplamente capaz de gerir com autonomia um território. O Estado democrático é o legítimo representante de um povo, aliás, de uma nação, disso deriva o seu poder, sobretudo territorial, o que lhe confere a possibilidade de ser reconhecido pelos demais como um agente que possui autonomia.

No Brasil, apesar das dificuldades das últimas décadas, tem aumentando a crença na solidez das instituições públicas, com o discurso generalizado, por parte do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da consolidação da democracia e de todo aparato estatal que a anima.

Portanto, cabe uma análise da legislação, não porque acreditamos na força da lei pura e simplesmente, mas porque é a partir dela e de sua interpretação, que o Estado regula a relação entre todos os agentes que fazem e refazem, cotidianamente, o espaço geográfico, inclusive as suas próprias relações internas e externas.

Além disso, o estudo das leis, dos projetos e programas de governo na esfera dos recursos hídricos nos permitiu entender as prioridades do Estado, os objetivos e os principais procedimentos utilizados para colocar à disposição dos vários setores sociais os mecanismos de apropriação dos recursos hídricos no espaço que investigamos.

4. 1 Legislação nacional e estadual sobre recursos hídricos

Considerando a natureza já explicitada da República Federativa do Brasil, passamos à análise da constituição de 1988, lei maior da República e alvo de críticas e intensos debates. É preciso ressaltar que foi uma constituição elaborada com a consolidação da democracia, uma vez que a ditadura militar perdurou por cerca 20 anos, entre 1964 e 1984, ano que se inicia um lento processo de transição.

A Constituição de 1988 é importante no sentido de reafirmar princípios democráticos, mesmo que possamos direcionar críticas a vários dos seus aspectos. Sob esse prisma vale citar o Art. 1º, que define a República Federativa do Brasil como união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito onde fundamentos como a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, são os pilares da organização social.

Além disso, segundo a lei “[...] *todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição*” (BRASIL, 1988, p. 7). Logo, o nosso exercício cotidiano não é mais constituir um Estado Democrático de Direito, mas sim aperfeiçoar as instituições para o cumprimento da lei e execução das ações de acordo com os princípios que, coletivamente, estabelecemos.

No que se refere aos recursos hídricos, como já destacamos, a repartição de poder entre União, Estados e Municípios é a base da ação estatal no Brasil. Em trabalho anterior já ressalvávamos que “[...] *no Brasil a competência de legislar sobre as águas está, constitucionalmente, com a União. Aos Estados cabe, nas leis decorrentes, tratar de políticas, diretrizes e critérios de gerenciamento de recursos hídricos*” (SILVA, 2006, p. 73).

Ratificamos essa constatação quando lemos, na Constituição de 1988, no Art. 22, que “*competete privativamente à União legislar sobre: [...] IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão*” (BRASIL, 1988, p. 22).

Entre os vários elementos sobre os quais compete à União estabelecer as leis, de forma privativa, fornecendo certa autonomia com relação aos Estados, está a água. Isso permitiu o estabelecimento de uma política nacional de recursos hídricos que condiciona as diretrizes estaduais. Foi o que verificamos ao estudar a atual legislação do estado da Bahia: um direcionamento para os princípios estabelecidos na política nacional.

Segundo Pompeu (2004) a Constituição de 1988 estabelece, com relação aos recursos hídricos, três tipos de competências entre União, Estado e Municípios: a competência legislativa privativa, a competência legislativa concorrente e a competência legislativa comum. Com relação à competência concorrente o autor destaca que as matérias do campo hídrico com esse tipo de legislação são: “*a defesa dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o controle da poluição*” (BRASIL, 1988, p. 23). Já com relação à competência comum o autor destaca que a constituição confere competências nos campos da proteção do meio ambiente, do combate à poluição e da melhoria de saneamento básico.

Portanto, esses aspectos são fundamentais para a compreensão da forma como União, Estados e Municípios cooperam e divergem no momento de agirem sobre as águas sob seu domínio, uma vez que constitucionalmente o pertencimento das águas está assim definido:

Art. 20. São bens da União:

[...] III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II (p, 20); [...].

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes, e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II – as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros (BRASIL, 1988, p, 24).

Portanto, capacidade de legislar e domínio sobre as águas são dois aspectos bem definidos na constituição brasileira. Pompeu (2004) faz, também, uma análise das constituições brasileiras anteriores, a saber, as de 1934, 1937, 1946 e 1967, além das emendas constitucionais anteriores e atuais e conclui:

[...] a Constituição Federal atribui águas à União e aos Estados. Em relação à primeira, foi mantido o domínio constante das cartas anteriores, ou seja, os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham. Foram-lhe conferidos, da mesma forma, os potenciais de energia hidráulica. No tocante aos Estados, houve considerável ampliação do domínio hídrico, passando a incluírem-se entre os seus bens as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvada, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União (POMPEU, 2004, p 48).

Interessa ressaltar, também, que a bacia do rio Itapicuru, com seus rios totalmente incluídos em território do estado da Bahia é, assim, de domínio do referido estado. Porém, os programas e projetos elaborados para regular a intervenção estatal na bacia, já foram pensados considerando a legislação federal e a política nacional de recursos hídricos.

Além disso, não podemos deixar de fazer referência ao Código de Águas de 1934, importante instrumento que foi inspirador da legislação brasileira no setor hídrico, sendo ainda citado nas atuais leis para o setor. Segundo Pompeu (2004) o código filia o Brasil ao sistema de direito romano-germânico sendo considerado como uma das mais completas entre as leis de águas já produzidas mundialmente. Mesmo assim, o código não foi

complementado pelos regulamentos nele previstos, abrindo uma lacuna normativa e caminho para seu descumprimento por leis extravagantes que causaram retrocesso no campo legislativo brasileiro para o setor. Dessa forma, o instrumento legal mais importante no Brasil, em matéria de recursos hídricos, é mesmo a Lei nº 9.433/97.

Justamente por esse motivo, é importante apresentar aqui uma síntese da Lei Federal nº 9.433/97, porque ela rege a política nacional de recursos hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), sendo de fundamental importância para o estabelecimento da normativa que embasa a política nacional de recursos hídricos da República Federativa do Brasil. Um estudo da lei permite afirmar que:

- estabelece como fundamentos da política nacional de recursos hídricos a idéia de que a água é um bem de domínio público; é um recurso natural limitado e dotado de valor econômico;
- determina que, em situação de escassez, o uso prioritário é o consumo humano e dessedentação de animais;
- estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação das políticas públicas e para o gerenciamento dos recursos, definindo que a gestão deve ser descentralizada e contar com participação popular.

Esses fundamentos, por si, direcionam vários aspectos da ação do Estado. Seja na esfera federal, estadual ou municipal, qualquer ação sobre recursos hídricos deve observar que a gestão tem que ser, por força da lei, centrada na participação popular e na idéia de integração entre ações em uma mesma bacia hidrográfica. Esse aspecto é fundamental pois abriu o caminho para a gestão integrada de bacias e para a constituição dos comitês de bacias, principal mecanismo de participação popular na gestão dos recursos hídricos.

Além disso, ao estabelecer os objetivos da política nacional de recursos hídricos, a Lei Federal 9.433/97 destaca a necessidade de assegurar água com padrões adequados de uso para a atual e futuras gerações, o que

implica que devemos pensar em termos de preservação para demandas futuras, de utilização racional e integrada e de prevenção e defesa contra eventos hidrológicos naturais ou provocados pelo uso inadequado dos recursos naturais.

Outro aspecto a destacar é que, no capítulo da Constituição que trata das diretrizes gerais de ação, a lei define a integração e a articulação de diversos aspectos diretamente e indiretamente relacionados ao uso da água, como a gestão sistemática da água sem dissociar aspectos como qualidade e quantidade, a adequação da gestão dos recursos hídricos a diversidades geográficas de cada região do país, a integração entre gestão de recursos hídricos e gestão ambiental e sua imediata articulação com a gestão do uso do solo e a articulação do planejamento do uso dos recursos hídricos com o planejamento regional, estadual e nacional.

Logo, argumentamos que esses são aspectos que nos remetem, em última instância, à idéia de que o Estado deve criar os mecanismos não para a gestão do uso da água, mas sim para a gestão do território, onde a gestão do uso da água deve ser um capítulo fundamental e deve estar integrada principalmente à gestão ambiental. Esse é um aspecto que não se consegue sem uma política adequada de planejamento, não um planejamento realizado apenas por técnicos dos órgãos estatais, mas um planejamento participativo, com mecanismos que escute e reflita, nos planos, os anseios das comunidades envolvidas.

Ainda com relação à Lei 9.433/97, destacamos que estabelece como instrumentos da política nacional de recursos hídricos:

- os Planos de Recursos Hídricos;
- o enquadramento dos corpos de água em classes;
- a outorga dos direitos de uso;
- a cobrança pelo uso;
- o sistema de informações sobre recursos hídricos.

Vale ressaltar que o Estado, na Bahia, ao implementar suas diretrizes no que se refere aos recursos hídricos, atendeu a lei no que se refere a elaboração dos planos, pois efetivou planos diretores de bacia e um plano

estadual, que analisamos ainda nesse capítulo, além da elaboração de um sistema de informações.

No contexto da lei, outorga e cobrança pelo uso da água são elementos que consideramos centrais. Primeiro porque a outorga pode regular o acesso a água estabelecendo prioridades e servindo como mecanismo para a sociedade controlar a ação da iniciativa privada e do próprio Estado. Segundo porque a lei define que os recursos provenientes da cobrança devem ser aplicados na própria bacia hidrográfica onde foi gerado, financiando estudos, programas e projetos que estejam incluídos nos Planos de Recursos Hídricos, no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo de órgãos ligados ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos, sendo possível, ainda, a aplicação a fundo perdido, em projetos e obras que melhorem o regime de vazão de um corpo d' água, desde que traga claro benefício a coletividade envolvida.

Outro aspecto importante da Lei 9.433/97 é que ela institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, definindo como integrantes desse sistema:

- o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- os Conselhos de Recursos Hídricos dos estados e do Distrito Federal;
- os Comitês de Bacias Hidrográficas;
- os órgãos dos poderes públicos que se relacionem à gestão dos recursos hídricos;
- as Agências de Águas.

Com relação aos Comitês de Bacias Hidrográficas é necessário destacar que eles têm importantes competências, na sua área de atuação e abrangência, que se relaciona diretamente com a gestão do uso da água, sendo a primeira instância, aquela que está mais próxima dos usuários da água e das firmas e instituições envolvidas com esse uso.

Entre as competências dos comitês destacamos a capacidade de arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados ao uso da água, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, estabelecer os mecanismos de

cobrança pelo uso da água e sugerir os valores a serem cobrados, estabelecer critérios e promover o rateio de custos de obras de uso múltiplo e de interesse coletivo.

Ou seja, o comitê é um mecanismo efetivo de controle do uso da água, de forma que o princípio da democratização da tomada de decisão sobre a gestão fica preservado, uma vez que o comitê é formado por representantes da União, dos Estados, dos Municípios, dos usuários da água e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. O grande desafio é qualificar a participação popular para que os comitês não sejam cooptados por interesses de grupos específicos, com o fortalecimento das associações, sindicatos, comissões de usuários e demais entidades civis, para que tenham força efetiva na hora da tomada de decisão.

Uma vez constituído o Comitê de Bacia pode ser criada a Agência de Águas, que exerce a função de secretaria executiva do respectivo comitê que a criou, podendo uma mesma agência servir de secretaria para mais de uma bacia.

À Agência de Águas, segundo a Lei 9.433/97, compete:

- manter atualizado o balanço das disponibilidades hídricas da bacia e o cadastro de usuários;
- efetuar a cobrança pelo uso mediante delegação do outorgante;
- emitir parecer sobre projetos e obras que utilize recursos gerados pela cobrança pelo uso da água;
- acompanhar a administração financeira dos recursos;
- gerir o sistema de informações;
- celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
- promover estudos para a gestão dos recursos hídricos;
- elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do comitê;
- propor ao seu respectivo comitê o enquadramento dos corpos de água na classe de uso e os valores a serem cobrados por esse uso;

- propor ao comitê o plano de aplicação dos recursos arrecadados e o rateio do custo das obras de uso múltiplo ou de interesse coletivo.

Portanto, a Agência de Águas tem um papel fundamental na gestão dos recursos hídricos numa dada bacia ou num conjunto de bacias, a depender das opções dos respectivos comitês. Como a gestão do uso da água é parte importante da respectiva gestão do território e, como vimos, a própria lei define que deve estar integrada a gestão ambiental e demais planos aplicados à área da bacia, a agência passa a ter uma função fundamental na execução de uma política que não é apenas de gestão do uso da água, mas em última instância, de gestão do território.

Certamente uma Agência de Águas tem o poder de mobilizar pessoas, firmas e instituições, seus integrantes estarão decidindo sobre os principais aspectos da apropriação da água, que significa, ainda mais em um espaço semi-árido, poder de direcionar ações que atendam interesses específicos, daí deriva o papel fundamental da agência, que mesmo estando condicionada pelo comitê, é quem propõe e executa as ações de gerenciamento do uso da água.

A Lei 9.433/97 define ainda que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) contará com uma secretaria executiva com competências administrativas, e define as organizações civis de recursos hídricos, as infrações e penalidades relativas à utilização dos recursos e as disposições gerais e transitórias.

Entre esses aspectos destacamos que a lei define como organizações civis os consórcios e associações intermunicipais de bacias, as associações regionais, locais ou setoriais de usuários, as organizações técnicas, de ensino e pesquisa na área de recursos hídricos e as organizações não governamentais ou organizações reconhecidas pelos conselhos nacional ou estaduais de recursos hídricos. As infrações e penalidades estão definidas e caracterizadas, inclusive fazendo referência ao Código de Águas, o que ratifica o seu valor e atualidade, além de especificar as multas em reais, de acordo com a gravidade da infração.

Logo, percebemos que a análise da Lei 9.433/97 permite afirmar que o Brasil passou a dispor, com a sua promulgação, de um instrumento capaz de regular o uso da água no país, inspirado em princípios como a gestão integrada de bacias hidrográficas, a descentralização da gestão, a participação do usuário nos órgãos decisórios, o princípio de usuário pagador, a água como bem econômico e a gestão planejada do uso da água em consonância com a gestão ambiental e demais planos aplicados ao espaço da bacia, o que remete, em última instância, à necessidade de gestão do território.

No entanto, a lei deixa explícita algumas contradições, principalmente quando analisamos os vetos presidenciais a uma gama muito ampla de seus artigos. Por exemplo, o poder executivo veta todos os artigos da Seção V, intitulada da compensação a municípios, que trata de conceder compensação aos municípios que tiverem suas áreas inundadas por reservatórios ou mesmo ressarcir as comunidades privadas de rendas futuras com o uso do solo causadas por inundações.

Ou seja, o município, que já ficou de fora de qualquer poder em relação à gestão dos recursos hídricos, também fica sem qualquer tipo de compensação. Dessa forma, a gestão descentralizada vai ficando sem a atuação do município, sem a participação direta do poder local que pouco ou nada pode decidir sobre a água, pois não existe água sob o seu domínio.

Outro veto interessante é aquele relativo aos artigos 22 e 23 que tratam da forma de aplicação dos recursos arrecadados pela cobrança do uso dos recursos hídricos, porque o poder executivo veta justamente a definição de que o recurso seja aplicado no espaço da bacia, ou seja, mantém que a aplicação seja prioritariamente na bacia, mas veta o que propõe obrigatoriedade de aplicação. Esse é um aspecto típico da centralidade administrativa federal e do processo que prega a descentralização, mas aceita a descentralização de determinadas ações sem a respectiva descentralização financeira, a chave do cofre se mantém em poder da União. Quando se trata da definição do uso do dinheiro público a União é taxativa em manter a centralização.

No estado da Bahia existe uma vasta legislação que regula o uso da água, composta, além da Constituição Estadual, de três instrumentos legais básicos: a Lei 6.855/95, que institui a política, o gerenciamento e o Plano

Estadual de Recursos Hídricos (PERH); o Decreto 6.295/97 que institui o sistema de planejamento, coordenação e implantação do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (PGRH); e o Decreto 6.296/97 que dispõe sobre a outorga de direito de uso.

A Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 1989, mantém os princípios básicos da Constituição Federal, tratando especificamente dos Recursos Hídricos sob domínio do Estado no artigo 7º, onde define entre seu patrimônio *“as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”* (BAHIA, 2007); e no Capítulo V, intitulado da política hídrica e mineral.

No referido capítulo, no artigo 198, a lei define que a política hídrica deve ser descentralizada e participativa, deve propiciar o uso múltiplo das águas, priorizando o abastecimento das populações, além de instituir mecanismos de concessão, permissão e autorização para uso da água. Já o artigo 199 define que o Estado instituirá por lei, e manterá atualizado, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, definindo mecanismos que garantam os princípios estabelecidos pelo artigo.

O artigo 200 define que pela utilização dos recursos hídricos será cobrada tarifa de acordo com as diretrizes do PERH, mantendo o princípio de usuário pagador, enquanto os artigos 201 e 202 tratam dos direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e das responsabilidades da exploração, respectivamente. Portanto, a Constituição Estadual criou os mecanismos para as leis subseqüentes que especificam a política estadual de recursos hídricos, principalmente a Lei 6.855/95.

A Lei 6.855/95 estabelece, logo no seu primeiro capítulo, princípios, diretrizes e instrumentos da política estadual de recursos hídricos. Os princípios são:

- o acesso de todos aos recursos hídricos do estado da Bahia;
- a distribuição da água obedecendo sempre critérios econômicos, sociais e ambientais sem distinção de prevalência;

- o planejamento e gerenciamento compatíveis com o desenvolvimento sustentável;
- a cobrança sempre levando em conta a situação econômica e social do usuário e a finalidade do uso.

Além disso, a lei define a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial básica. Espaço onde deve ser aplicada a legislação de acordo com a constituição de comitês.

Já as diretrizes definidas de acordo com o mesmo espírito dos princípios, são:

- o equilíbrio do desenvolvimento regional;
- a maximização dos benefícios econômicos e sociais do uso da água;
- a proteção das bacias hidrográficas contra ações que possam comprometer seu uso atual e futuro;
- a defesa contra eventos hidrológicos críticos;
- a conservação e proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a exploração excessiva;
- o registro, o acompanhamento e fiscalização dos direitos de pesquisa e exploração dos recursos hídricos;
- a instituição de mecanismos de outorga de concessão, autorização ou permissão para o uso da água.

No contexto da Lei 6.855/95 são definidos também três instrumentos da política estadual de recursos hídricos: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, a outorga do direito de uso, e a cobrança pelo uso da água.

Apesar de anterior à Lei Federal 9.433/97, a Lei Estadual 6.855/95 já está inspirada em princípios semelhantes a essa, com destaque para a idéia de planejamento e gestão descentralizada, constituindo a bacia hidrográfica como unidade básica, com destaque para o princípio de usuário pagador e para a busca do equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais na definição das formas de uso e apropriação da água.

Além disso, a Lei 6.855/95 define a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) como o órgão gestor dos recursos hídricos do estado da Bahia, especificando suas competências, que são muito amplas, indo desde o planejamento de ações até o poder de polícia relativo aos recursos hídricos, passando, inclusive, pela competência de fiscalização. De acordo com a lei, a SRH é o principal órgão estadual no que se refere aos recursos hídricos e nela se concentram os esforços do governo para gerir um sistema eficiente de uso da água na Bahia.

Outro aspecto fundamental da Lei 6.855/95 está no capítulo da descentralização, uma vez que institui a divisão do estado da Bahia em 10 Regiões Administrativas da Água (RAA), o que implica numa imediata constituição de órgãos gestores regionais que, em vários casos, reúnem mais de uma bacia hidrográfica, como é o caso, de particular interesse no nosso estudo, da RAA IV, que reúne as bacias dos rios Vaza-Barris, Itapicuru e Real.

Além disso, a Lei 6.855/95 estabelece que o Estado deve elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, observando os princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos e com base nos planos das bacias hidrográficas. Estabelece a estrutura do plano, regula mecanismos para outorga de direitos de uso da água e de cobrança pelo respectivo uso, define formas de rateio dos custos de obras de recursos hídricos e define infrações e penalidades. Ressaltamos, também, que a lei estadual faz referência ao Código de Águas de 1934, estando as infrações e penalidades em acordo com a Lei Federal 9.433/97.

Já o Decreto nº 6.295/97 institui o Sistema de Planejamento, Coordenação e Implantação (SISPLAC) do PGRH. Importante salientar que o decreto faz referência à Lei Estadual 6.855/95 e à Lei Federal 9.433/97, além de destacar que o PGRH tem financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O decreto trata da definição de mecanismos de implementação, execução e avaliação do PGRH através da criação do próprio SISPLAC e dos dois órgãos que o compõe: o Conselho Institucional do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (CIRH) e o Comitê Coordenador (COREH).

O CIRH é composto por secretários de Estado, das Secretarias de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, da Secretaria de Planejamento,

Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, podendo também ser integrado por outros secretários convidados quando as ações envolverem suas áreas de atuação.

Entre as competências do CIRH está a aprovação do PERH, dos relatórios do PGRH; a criação de grupos técnicos de trabalho; a articulação entre secretarias de Estado para compatibilizar políticas de recursos hídricos, meio ambiente, saúde, turismo, entre outras; e a articulação com os órgãos da União. Além disso, deve apreciar e encaminhar as propostas ao Governador.

Já o COREH é composto pelos diretores da SRH, CERB, CRA, EMBASA e DDF, e tem como competência a coordenação das ações das entidades executoras do PGRH; a elaboração, supervisão e atualização do Plano de Implementação do PGRH; e a supervisão do sistema informatizado de acompanhamento do PGRH. Além disso, o decreto determina que o COREH, mediante autorização pelo CIRH, pode articular-se com a CODEVASF, o DNOCS, a SUDENE, a ANEEL e o INMET.

Outro aspecto importante do Decreto 6.295/97 é a instituição da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), que vinculada à SRH, deve assegurar apoio técnico e operacional, coordenar o planejamento e as ações necessárias para implantação do PGRH, realizar ou coordenar os processos licitatórios e de contratação, assegurar informações às auditorias do PGRH e acompanhar, avaliar e controlar a execução de todas as atividades do PGRH.

Finalmente, o decreto define as fontes de recursos da SRH como:

- receita própria obtida pela outorga do direito de uso da água;
- recursos de compensação financeira dos aproveitamentos hidroenergéticos;
- recursos do tesouro constantes do orçamento da SRH;
- doações e recursos obtidos junto a entidades internacionais;
- parte do financiamento do BIRD.

Outro Decreto que queremos destacar é o 6.296/97, que dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos, infrações e penalidade,

pois é outro instrumento importante na regulação do uso da água no estado da Bahia. Em primeiro lugar o decreto estabelece que é a SRH o órgão controlador, com o apoio do Centro de Recursos Ambientais (CRA). Estabelece a concessão, em casos de utilidade pública, e a autorização de uso nos demais casos. Em seguida o decreto regula o processo de outorga, estabelecendo prioridades para o abastecimento humano e animal em primeira ordem, mecanismos que estabelece prioridades em casos de escassez e define normas para a constituição do Manual de Outorga da SRH, além de infrações e penalidades, advertência, multas, embargos administrativos, revogação e formas de recolhimento das multas, entre outras providências.

Podemos afirmar que, do ponto de vista da norma, a ação do Estado da Bahia está muito bem especificada. Existe, de fato, um conjunto de leis e decretos, com uma inspiração específica, que regula a ação e oferece instrumentos à sociedade de acompanhamento e avaliação da ação de cada governo.

É evidente que algumas contradições podem ser identificadas no processo, como por exemplo, a definição, já na forma de decreto, do uso de recursos que seriam emprestados por organismos não controlados pelo Estado, como o BIRD, por exemplo, ou mesmo a centralização da tomada de decisão na SRH, sem mecanismos claros de participação dos Comitês de Bacia, uma vez que, no espírito das leis, está a descentralização.

Porém, importa salientar, como argumenta Santos (1996), que a ação do Estado é mesmo a mais regulamentada e isto está evidente para o caso da Bahia.

Além disso, dois projetos, o PROÁGUA semi-árido do governo federal e o PGRH do governo estadual, tiveram ampla influência na ação do governo do estado da Bahia na área de recursos hídricos, principalmente norteando ações que se articulam diretamente às leis que acabamos de analisar ou mesmo implantam mecanismos nelas definidos.

Analisaremos, a seguir, esses projetos, destacando suas diretrizes e fases de execução, com destaque para as intervenções efetivadas pela ação do Estado e que envolveram outros agentes da apropriação do território resultante.

4. 2 O PROÁGUA/Semi-árido

Na Bahia identificamos a ação do governo federal, na área de recursos hídricos, sob a regulamentação do PROÁGUA/Semi-árido (mapa 4). Queremos destacar como o próprio Estado brasileiro confere um caráter de excepcionalidade ao semi-árido nordestino, diferenciando-o dos demais espaços brasileiros, visto que existe um Programa Nacional de Águas.

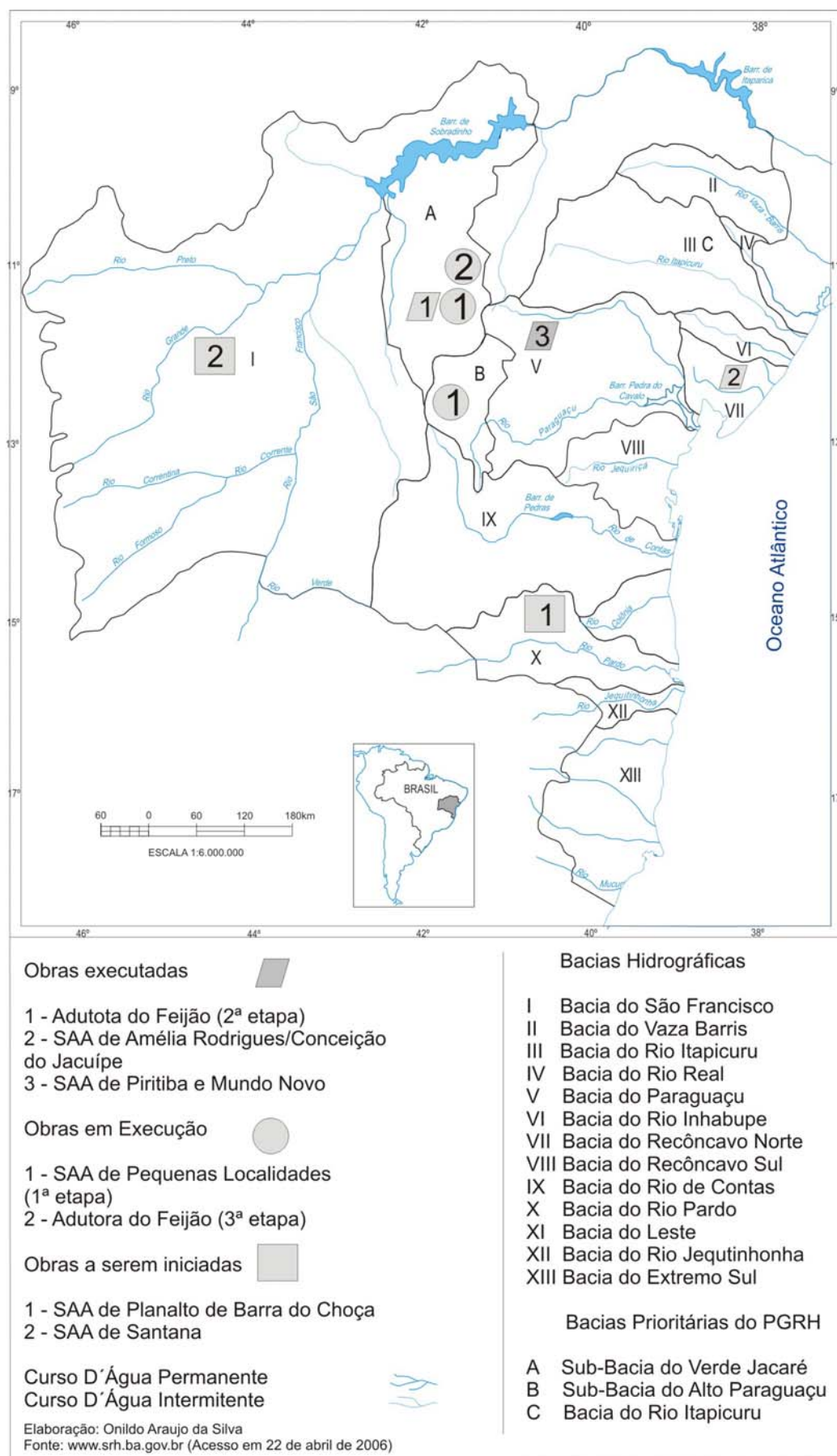
No entanto, para o semi-árido, não foi suficiente sua integração ao programa nacional, a ele foi destinado um capítulo à parte, um subprograma, uma vez que é compreendido como espaço problema em função das estiagens periódicas. Ou seja, ocorre tratamento privilegiado e diferenciado, como veremos no capítulo 5, mas nem sempre isso se traduz em maior eficiência das ações. O PROÁGUA/Semi-árido tem especificidades que buscamos analisar a partir das informações obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA/Brasil) e SRH/Ba. Segundo a ANA/Brasil o objetivo do programa é:

[...] garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o Semi-árido brasileiro, com a promoção do uso racional desse recurso de tal modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região (www.ana.gov.br – acesso em 21 de julho de 2006).

Verificamos que, de acordo com o próprio objetivo geral do programa, a falta d'água é sinônimo de impedimento ao desenvolvimento da região, contribuindo assim com as ações estatais com foco no armazenamento. Mas também há, por inspiração da própria política atual de recursos hídricos, privilégio para as ações que incentivam a gestão. Ainda de acordo com a ANA os objetivos específicos do programa são:

- promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, com ênfase na gestão participativa;
- prover com água a unidade doméstica, de forma confiável e sustentável, com prioridade para o abastecimento de áreas rurais com alta concentração de famílias de baixa renda; e,

Mapa 4
Intervenções do PROÁGUA/OBRAS no Estado da Bahia. 2006.



- estabelecer, de forma sustentável, um processo de administração, operação e manutenção das infra-estruturas de abastecimento de água (www.ana.gov.br – acesso em 06 de março de 2007).

Portanto, gestão participativa, abastecimento de água para os mais pobres e manutenção das estruturas já existentes são focos básicos do PROÁGUA, aspectos que estão em acordo com as diretrizes da política nacional que foca a gestão de bacias e objetiva reduzir as desigualdades, além de aplicar fundamentos e princípios estabelecidos na legislação federal.

O programa abrange toda a região Nordeste e o estado de Minas Gerais e tem financiamento previsto de US\$ 330.000.000.00, sendo 60 % financiado pelo Banco Mundial, 21 % pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e 19 % pelos governos estadual e federal. Desse valor previsto já foram investidos, entre os anos de 1998 e 2005, US\$ 290.000.000.00 em todo o semi-árido brasileiro. É, portanto, um programa que privilegia o semi-árido e está subdividido em três componentes (quadro 2):

1. gestão de recursos hídricos;
2. estudos e projetos;
3. obras prioritárias.

No componente gestão de recursos hídricos destacamos o fortalecimento institucional com a qualificação técnica e discussão de temas relacionados aos recursos hídricos, com ênfase no fortalecimento da SRH/Ba e sua unidade de planejamento e o apoio às centrais de associações de usuários da água em comunidades rurais.

O componente elaboração de estudos e projetos esteve centrado nos estudos de implantação de adutoras e projetos de viabilidade de Sedes Administrativas da Água (SAAs), fortalecendo o planejamento estatal.

Já o componente obras prioritárias, destaca as obras executadas e em execução, identificando as obras prioritárias e a previsão do início de sua realização, além daquelas com possibilidade de implantação futura.

Quadro 2
Síntese das Ações do PROÁGUA na Bahia - Brasil. 2006.

COMPONENTE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

ATIVIDADES EM ANDAMENTO OU REALIZADAS:

- Fortalecimento Institucional da Unidade Estadual de Gerenciamento de Projeto- UEGP Bahia vinculada à SRH, para o desenvolvimento das atividades do PROÁGUA/Semi-árido, no Estado;
- Curso de Pós Graduação Lato Sensu em “Instrumentos Técnicos, Jurídicos e Institucionais de Apoio ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos” promovido pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA, tendo como objetivo promover o treinamento técnico-jurídico-institucional dos envolvidos no planejamento e gestão dos recursos hídricos;
- I Encontro Estadual sobre Aspectos Legais da Gestão das Águas, promovido pela SRH (Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia), ANA (Agência Nacional de Águas) e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado da Bahia;
- Programa de conscientização sanitária e ambiental para comunidades beneficiadas pelos sistemas implantados pelo PROÁGUA;
- Apoio às CENTRAIS de Associações de Usuários criadas para operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água de pequenas localidades rurais.

COMPONENTE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

ESTUDOS E PROJETOS ELABORADOS OU EM ELABORAÇÃO:

- Estudo de Viabilidade e Projeto do Sistema Adutora do Feijão – 2ª Etapa;
- Estudo de Viabilidade Técnica do SIAA de Amélia Rodrigues/Conceição do Jacuípe;

Continua

- Estudo de Viabilidade e Projeto da adutora do SIAA de Tucano Sul;
- Estudo de Viabilidade e Projeto da adutora do SIAA de Planalto / Barra do Choça
- Estudo de Viabilidade e Projeto do Sistema Adutora do Feijão – 3ª Etapa;
- Estudo de Viabilidade e Projeto do SIAA de Piritiba / Mundo Novo;
- Estudo de Viabilidade adequação do Projeto do SAA de Paripiranga;
- Elaboração de projetos de SAA de pequenas localidades rurais – Padrão CENTRAL 1ª Etapa;
- Avaliação de Estudos e Projetos para reforço da captação do SAA de Vitória da Conquista;
- Estudo de Viabilidade adequação do Projeto do SAA de Caetité;
- Estudo de Viabilidade adequação do Projeto do SAA de Santana;
- Estudo de Viabilidade adequação do Projeto do SAA de Tanhaçu;
- Projetos de SAA e SES de pequenas localidades rurais – Padrão CENTRAL – 2ª Etapa.

COMPONENTE OBRAS PRIORITÁRIAS:

OBRAS EXECUTADAS

- ADUTORA DO FEIJÃO - 2a Etapa – População atendida: 20.000 hab;
- SIAA AMÉLIA RODRIGUES / CONCEIÇÃO DO JACUÍPE – População atendida: 32.564 hab;
- SIAA PIRITIBA / MUNDO NOVO – População atendida: 20.100 hab.

OBRAS EM EXECUÇÃO

- ADUTORA DO FEIJÃO - 3a Etapa – População atendida: 53.000 hab. (84 localidades dos municípios de Ibipêba, Ibititá, Lapão, Barro Seco, João Dourado, São Gabriel, Uibaí, Barra do Mendes, América Dourada, Irecê, Central, Jussara e Presidente Dutra);

- SAA DE PEQUENAS LOCALIDADES RURAIS - PADRÃO CENTRAL - 1ª Etapa – População atendida: 10.500 hab. (27 localidades dos municípios de Ponto Novo, Seabra, Iraquara, Souto Soares e Canarana).

OBRAS COM INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO PREVISTO PARA 2004

- SIAA PLANALTO / BARRA DO CHOÇA;
População a ser atendida: 43.723 hab.
- SIAA DE SANTANA / CANÁPOLIS / TABOCAS DO BREJO VELHO / SERRA DOURADA / BREJOLÂNDIA;
1ª ETAPA- População a ser atendida: 65.000 hab.
- SAA E SES DE PEQUENAS LOCALIDADES RURAIS – PADRÃO CENTRAL;
2ª ETAPA - População a ser atendida: 15.000 hab.

OBRAS COM POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO FUTURA

- SAA DE PEDRO ALEXANDRE;
- SAA de CAETITÉ;
- SAA DE SEABRA / DISTRITO de SANTANA;
- SAA de VITÓRIA DA CONQUISTA – Barragem do Catolé;
- SAA DE SENHOR DO BONFIM;
- SIAA DE SANTANA – 2ª. Etapa;
- SAA DE CAFARNAUM;
- SIAA DE JACOBINA, SAÚDE E CAÉM;
- ADUTORA PEDRAS ALTAS / SISAL.

Verificamos que as obras e serviços, executadas até dezembro de 2006, não estão focadas em uma bacia hidrográfica, mas sim distribuídas pelas bacias dos rios São Francisco, Paraguaçu, Recôncavo Norte e rio Pardo. No item obras executadas verificamos a construção:

- da 3ª etapa da Adutora do Feijão;
- de duas SAAs em dois municípios do estado da Bahia.

A Adutora do Feijão é um importante sistema de abastecimento público de água que é responsável por fornecer água tratada de qualidade. Obteve financiamento do PROÁGUA para a execução da 2ª etapa, que atendeu a 20.000 habitantes da Bahia e conta com obras em execução.

Parte dos recursos do programa na Bahia, em definição realizada em parceria com o governo do estado, foi destinada à execução da 3ª etapa da Adutora do Feijão, com estimativa de atender uma população de 53.000 habitantes em 84 localidades dos municípios baianos de Ibipêba, Ibititá, Lapão, Barro Seco, João Dourado, São Gabriel, Uibaí, Barra do Mendes, América Dourada, Irecê, Central, Jussara e Presidente Dutra.

Ainda com relação ao planejamento, destacamos o foco nos planos para implantação de SAAs e o estudo para a interligação da barragem de Pedras Altas à Adutora do Sisal, ações previstas, mas que deixam de ter a garantia de sua execução com a mudança do governo estadual, por dois motivos fundamentais: no Brasil não há uma tradição de um governo dar continuidade a programas e projetos elaborados por adversários que os antecederam e porque as propostas de governo do PFL e do PT são muito divergentes, daí que se espera uma reavaliação de todos os projetos e programas em execução.

Mesmo considerando que o PROÁGUA é um programa federal as ações foram definidas em parceria com a SRH/Ba que estava sendo gerida de acordo com a ideologia dominante no PFL. Logo, as ações desse programa complementam as ações pensadas no contexto estadual, inclusive aqueles executas no contexto do PGRH.

4. 3 O Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH/Ba)

O PGRH/Ba é um projeto de um governo de inspiração claramente neoliberal e fortemente vinculado à influência do Banco Mundial. Foi elaborado e implantado sob influência das idéias do Partido da Frente Liberal (PFL) que esteve no poder do estado da Bahia entre os anos de 1990 até 2006, quando perdeu o poder para o Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, foi a partir de 1997 que o governo baiano resolveu elaborar um projeto que desse conta de atender aos dispositivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e que atendesse às novas legislações federais e estaduais, ficando a execução desse processo a cargo da Superintendência de Recursos Hídricos.

É importante salientar que foram realizados estudos, na fase de preparação do PGRH, que apontaram demandas e disponibilidades hídricas, áreas potencialmente irrigáveis, possibilidades de uso das águas subterrâneas e superficiais, além de vários aspectos econômicos e sociais dos municípios integrantes da bacia do rio Itapicuru, que foram a base, do ponto de vista técnico, para as proposições do projeto.

A análise do documento PGRH/Ba – Plano de Implementação, Volume A, que trata dos aspectos institucionais do projeto, datado de 18 de abril de 1997, nos permite realizar uma síntese dos aspectos fundamentais ligados ao estudo dos recursos hídricos. Logo na apresentação chamam atenção três aspectos:

- destaque para o semi-árido baiano e ênfase na questão da escassez de água;
- destaque para o fato do projeto já se iniciar sob os novos marcos institucionais e jurídicos como a Lei Federal nº 9.433/97 e pela Lei Estadual nº 6.855/95;
- o fato de o projeto enfatizar a importância tanto do componente institucional quanto do componente estrutural.

O PGRH teve que atender aos dispositivos de regulação da legislação federal que impõe uma determinada visão das questões relacionadas ao uso da água e a própria Lei Estadual 6.855/95, que está

condicionada pelas leis federais, uma vez que no Brasil, como já destacamos anteriormente, a competência de legislar sobre as águas está, constitucionalmente, sob a responsabilidade da União. Aos Estados cabe, nas leis decorrentes, tratar de políticas, diretrizes e critérios de gerenciamento de recursos hídricos.

Outro fato muito relevante é que foram propostas obras de grande vulto num contexto em que o Estado não possuía tamanha capacidade de investimento. Daí que não podemos esquecer do papel do Banco Mundial, que aparece como principal parceiro, de forma que devemos destacar a influência desse banco na preparação e implementação do PGRH, uma vez que esse foi concebido para aportar recursos do banco, ele participa efetivamente do projeto. Bom exemplo disso é o fato dos objetivos do PGRH terem sido estabelecidos em reunião do governador do estado da Bahia com uma missão do Banco Mundial. Do objetivo geral do projeto consta:

- revisar as estratégias do governo do estado da Bahia e estabelecer um novo modelo para o setor de recursos hídricos;
- projetar um modelo integrado e descentralizado por bacia hidrográfica;
- considerar a participação dos usuários através de comitês de bacias hidrográficas.

O fato dos representantes do Banco Mundial terem sido recebidos pelo próprio governador do estado para uma reunião que definiu os objetivos do principal projeto baiano na área de recursos hídricos já é indício de quanto poder esse banco é capaz de exercer. Poder esse exercido pela influência do dinheiro que possui para emprestar e por sua capacidade de criar mecanismos atrativos a governos claramente neoliberais e, normalmente, pouco preocupados com temas como inclusão social ou meio ambiente.

Ainda com referência aos objetivos do PGRH destacamos que os específicos estão subdivididos em componente institucional e componente de infra-estrutura. No primeiro destaca-se a intenção de reorganizar a SRH e de regulamentar a Lei 6.885/95, a implementação de sistemas de informações e a

descentralização do gerenciamento e da administração, enfatizando um papel mais ativo para as Regiões Administrativas da Água (RAA's).

Porém, a maior parte dos recursos e o foco central do trabalho são para o componente estrutural, onde os recursos disponíveis estão concentrados. De acordo com o PGRH, a concentração inicial do componente de infra-estrutura seria na bacia do rio Itapicuru, sem prejuízo dos estudos e projetos necessários à definição de outras obras a serem priorizadas no futuro, com o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- a) Barragem de Ponto Novo e sistemas associados de abastecimento e irrigação [...];
- b) Programa Piloto de Aproveitamento de Águas Subterrâneas na área do aquífero Tucano [...];
- c) Projeto de Recomposição Florestal de Mata Ciliares [...];
- d) Reabilitação de estruturas hidráulicas (PGRH/Ba, 1997, p. 2).

Realmente essa concentração aconteceu, resta avaliarmos quais foram os elementos centrais da execução de cada um desses programas, o que efetivamos nos próximos capítulos.

O PGRH também mobilizou um grande aparato no governo estadual, contando com a participação de vários outros órgãos para a implementação de ações direcionadas, seja de infra-estrutura, seja de gerenciamento. As ações do PGRH foram implementadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (SEMARH), através da SRH que é o órgão gestor do projeto, com o apoio de outros órgãos públicos como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. (EMBASA), a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), a Habitação e Urbanização da Bahia S. A. (URBIS), a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), o Centro de Recursos Ambientais (CRA), a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), e a Diretoria de Defesa Florestal (DDF).

Esses órgãos têm sido parceiros, com destaque para a EMBASA, por gerir o abastecimento urbano e rural e para a CERB por atuar na construção de sistemas de uso da água. Além disso, merecem atenção na estrutura do PGRH os itens:

- A – fortalecimento institucional;
- B – suporte técnico ao gerenciamento de recursos hídricos;
- C – planejamento.

Esses itens fazem parte do componente institucional e lidam com a capacitação das pessoas envolvidas, desde técnicos especializados até os usuários finais da água (quadro 3).

No PGRH encontramos também uma síntese da legislação federal e estadual acerca dos recursos hídricos e uma caracterização dos órgãos públicos envolvidos diretamente com o projeto, além de considerações sobre a forma como o projeto deve, ao ser executado, se relacionar com o PROÁGUA, outro projeto em escala federal que também atua na área foco do PGRH, que caracterizamos no tópico anterior desse capítulo.

Do ponto de vista econômico e de financiamento das ações a serem executadas, destacamos que:

- o documento afirma que a água é o recurso mais limitante para o desenvolvimento da agricultura no estado da Bahia;
- com base nessa inspiração anterior destina 35% dos recursos para o componente institucional e 65% para as obras de infra-estrutura.

Percebe-se claramente que a ênfase é, ainda, infra-estrutural, ou seja, importa resolver, com grandes obras, o secular problema de falta d' água, opção que nem sempre é a mais acertada, pois está historicamente comprovado que, no caso do semi-árido nordestino, grandes obras postas a serviço da ação das oligarquias regionais, de nada adiantaram no combate à pobreza e exclusão social, como analisaremos no próximo capítulo.

Portanto, com relação à análise do item econômico-financeiro do PGRH, afirmamos que, apesar de admitir a importância do papel das pessoas envolvidas nas reestruturações propostas no projeto, a lógica continua sendo a de primeiro servir de infra-estrutura e depois, ou ao mesmo tempo, mas secundariamente, investir nas pessoas para um uso adequado do aparato que está sendo disponibilizado.

Quadro 3
Estrutura do PGRH/Ba. 1997.

Componente institucional		
Sub componen te	Plano de ação	Atividades
A – Fortaleci mento insti tucional	A - 1 Desenvolvimento do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.	Organização, implantação e funcionamento de: Colegiados Centrais; Comitês de Bacias Hidrográficas; Associação de Usuários de Recursos Hídricos.
	A – 2 Desenvolvimento de entidades de recursos hídricos.	Desenvolvimento institucional da SRH. Descentralização por Regiões Administrativas das Águas. Desenvolvimento institucional das outras entidades intervenientes. Articulação e cooperação com entidades federais e de outros Estados. Modernização de instalações e laboratórios.
	A – 3 Desenvolvimento da legislação, normas e procedimentos.	Regulamentação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Estudo da legislação de outorga e da cobrança. Apoio jurídico à elaboração e aplicação de planos e programas. Apoio jurídico e institucional às Associações de Usuários de Recursos Hídricos. Desenvolvimento de legislação sobre águas subterrâneas.
	A – 4 Capacitação e treinamento de recursos humanos.	Cursos, treinamentos e estágios técnicos. Intercâmbio e cooperação técnica nacional e internacional. Campanhas de divulgação e conscientização sobre o uso racional da água. Comunicação social e educação ambiental. Orientação e treinamento de usuários de recursos hídricos. Treinamento para informatização dos procedimentos técnicos e administrativos. Treinamento para operação e manutenção da infra-estrutura hídrica.

Continua

	A – 5 Eventos de divulgação e difusão de informações.	Apoio aos planos, programas e sistemas de gerenciamento. Seminários, workshops e cursos rápidos.
B – Suporte técnico ao gerenciamento de recursos hídricos	B – 1 Informações hidrológicas e hidrometeorológicas.	Modernização, operação e manutenção da rede hidrométrica. Análise, processamento e sistematização de informações hidrológicas. Desenvolvimento de sistemas de informações hidrometeorológicas. Monitoramento hidrológico: quantidade e qualidade.
	B – 2 Cadastro de usuários.	Cadastro de usuários: abastecimento, irrigação e outros. Cadastro de poços tubulares profundos. Cadastro de obras hidráulicas. Banco de dados de usos de recursos hídricos. Outorga de direito de uso de recursos hídricos.
	B – 3 Sistemas de recursos hídricos.	Sistemas de informações sobre recursos hídricos. Sistemas de informações geográficas – SIGs. Sistemas de suporte à decisão. Modelos hidrológicos: quantidade e qualidade. Modelos hidrogeológicos.
C – Planejamento de recursos hídricos	C – 1 Planos Diretores de Bacias Hidrográficas.	Elaboração, atualização e complementação dos planos diretores de bacias. Desenvolvimento e aplicação de sistemas informatizados de apoio aos planos.
	C – 2 Plano Estadual de Recursos Hídricos.	Elaboração, avaliação e controle do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Formulação dos programas anuais e plurianuais de recursos hídricos. Gestão dos programas anuais e plurianuais.

Componente estrutural		
D - Obras	D – 1 Sistema Ponto Novo.	Barragem de Ponto Novo. Sistemas de abastecimento associados. Sistema de Irrigação de Ponto Novo.
	D – 2 Projeto Tucano.	Adutoras. Reservatório. Implantação de poço. Campo de demonstração.
	D – 3 Recuperação de vegetação ciliar.	
	D – 4 Recuperação das estruturas hídricas existentes.	
	D – 5 Levantamento cadastral, desapropriação e projetos executivos.	

Fonte: PGRH/BA, 1997, p. 3.

Além disso, argumentamos que o problema do semi-árido não é, e não será em curto prazo, escassez de água, mas sim a capacidade dos sujeitos sociais envolvidos de empreenderem ações sociais e produtivas que resultem em uma utilização mais racional dos recursos disponíveis, ou mesmo, a diminuição da concentração da terra, da renda e do poder.

Ou seja, quando o PGRH centra suas premissas iniciais na escassez de água acaba por supervalorizar a dotação de infra-estrutura e minimiza o papel da capacitação das pessoas para conviver com o ambiente semi-árido e para o exercício do uso da água de forma mais democrática e cidadã, apesar de haver, no projeto, uma intenção de trabalhar com cursos,

capacitação, organização de comitês, etc., essas ações são secundárias, o foco é, ainda, infra-estrutural.

Daí constataremos, em contato com os agricultores do Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª Fase, dificuldades de gerenciamento, pois está disponível um aparato técnico típico desse período técnico-científico-informacional que estamos vivendo, para pessoas que não estão plenamente capacitadas para utilizá-lo.

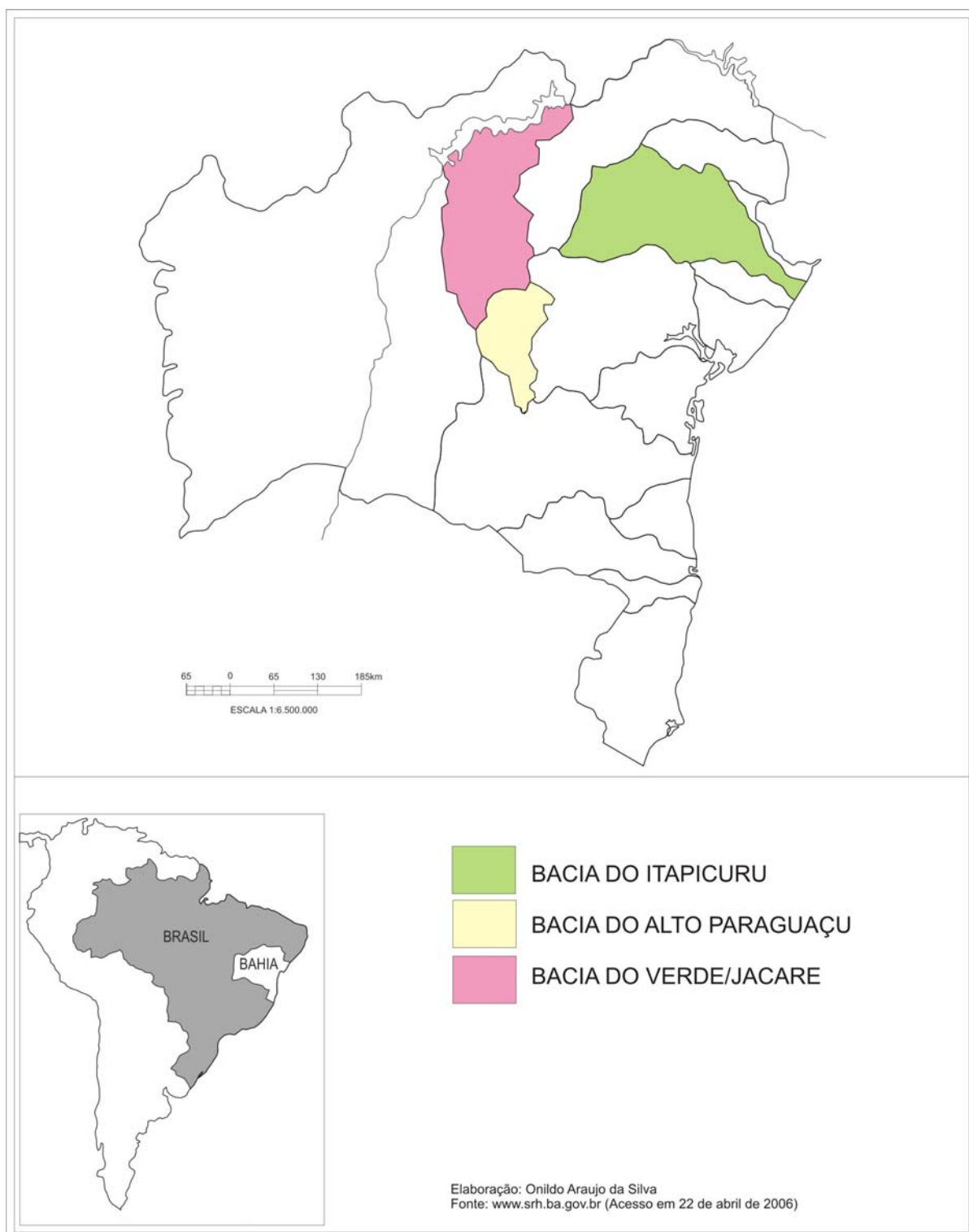
O foco do PGRH era a bacia do rio Itapicuru, mas as obras foram se ampliando e, até o final de 2006, o projeto contava com três áreas prioritárias: bacias dos rios Itapicuru, Alto Paraguaçu e Verde Jacaré (mapa 5).

Segundo a própria SRH, as outras duas bacias foram incluídas porque estão em áreas de extrema pobreza e déficit hídrico durante a maior parte dos meses do ano. Assim, o foco do PGRH se ampliou principalmente na esfera infra-estrutural. As obras passaram a focar outras áreas de interesse, com a construção de novas barragens.

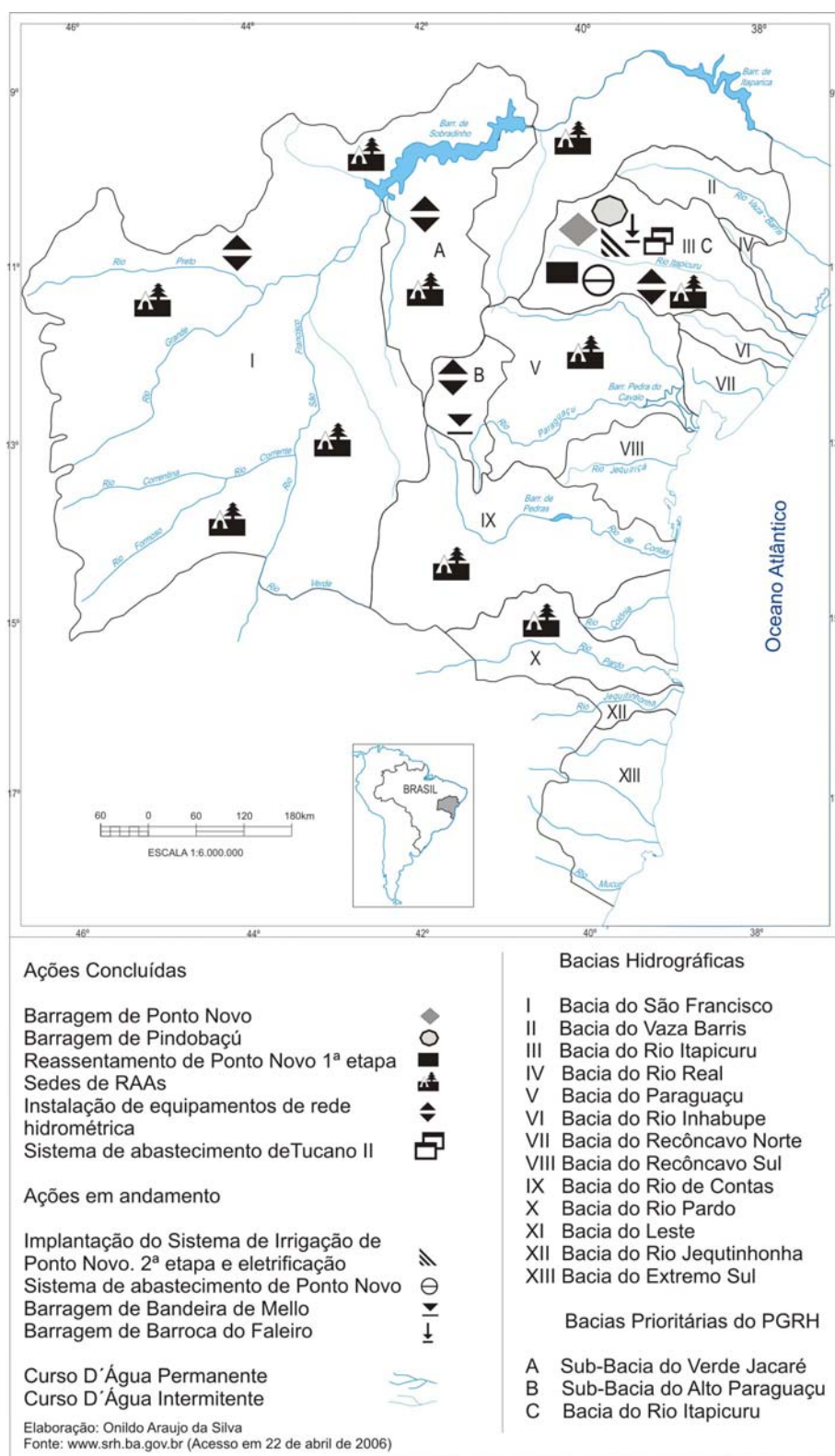
Ao final de 2006, com o fim do governo do PFL, se iniciou um repensar, por um novo governo com uma ideologia muito diferente da que até então se utilizava, de modo que o PGRH cumpriu, de acordo com a SRH, do seu plano inicial, as seguintes ações (mapa 6):

- construção da Barragem de Ponto Novo com capacidade de acumulação de 39.600.000 m³ de água com possibilidade de irrigar 4.200 ha;
- reassentamento de 83 famílias atingidas pelo lago da barragem, beneficiadas com infra-estrutura habitacional (casa, energia, estradas e saneamento);
- implantação do sistema de irrigação 1ª etapa para atendimento aos reassentados com a disponibilização de 415 ha de lotes irrigados;
- eletrificação com implantação de 55 km de rede de energia elétrica e uma linha de transmissão, na área do Projeto de Irrigação de Ponto Novo;
- implantação do sistema piloto de Tucano;

Mapa 5
Bacias Prioritárias do PGRH. Bahia. 2006.



Mapa 6
Intervenções do PGRH na Bahia. 2006.



- construção de 6 Casas de Recursos Naturais em 6 regiões do estado da Bahia;
- instalação, operação e manutenção de 130 estações hidrométricas automáticas e 175 convencionais.

De acordo com o mapa 6 verificamos que as ações se generalizaram pelo estado da Bahia, mesmo o projeto tendo apenas três bacias prioritárias, mas também verificamos uma concentração na bacia do rio Itapicuru. Ou seja, a ação generalizada foi justamente a implantação das sedes das Regiões Administrativas das Águas, numa clara tentativa de estruturar o estado da Bahia para atender aos marcos legais estabelecidos na esfera federal.

O PGRH foi um projeto que buscou inspirar-se nos novos marcos institucionais da política brasileira para recursos hídricos, principalmente definindo a aplicação de recursos para estruturar a ação do Estado. Porém, verificamos, ao estudar o caso específico de Ponto Novo, que as ações na esfera infra-estrutural forneceram um suporte para a implantação de projetos de irrigação, mas as ações na esfera institucional não foram suficientes para deixar em pleno funcionamento as organizações definidas na lei, como comissões de usuários e comitês de bacias.

Argumentamos que o governo negligenciou a parte institucional do programa. Isso, como veremos nos próximos capítulos, favoreceu a ação e o poder de barganha das grandes empresas de irrigação e reduziu o poder de decisão dos pequenos irrigantes. Além disso, o Estado optou por implantar mecanismos para facilitar a ação das empresas em detrimento da agricultura familiar.

O PGRH, por sua inspiração inicial, foi um projeto capaz de contribuir para a consolidação de ações com amplos rebatimentos territoriais, tanto na bacia do rio Itapicuru quanto no município de Ponto Novo, de modo que, enquanto marco jurídico da ação do Estado tem a função de esclarecer as diretrizes da política adotada no campo dos recursos hídricos, principalmente quando analisamos o que foi planejado e o que realmente foi executado, o que faremos a seguir quando tratarmos da forma como esse projeto foi aplicado à bacia do rio Itapicuru.

Capítulo 5
A bacia do rio Itapicuru no contexto da
gestão do uso da água no Nordeste
brasileiro

O sertanejo é, antes de tudo, um forte.
Não tem o raquitismo exaustivo dos
mestiços neurastênicos do litoral.

Euclides da Cunha

O problema que ora nos ocupamos se insere numa discussão maior, que supera a própria idéia de recurso hídrico em si, e se amplia para o questionamento sobre as facetas de um duplo processo: a seca e o uso da água em espaços com algum problema de escassez.

Se, por um lado, a água é vista como solução de problemas, por outro pode ser vista como a causa dos mesmos. Com a seca não é diferente, ela pode ser problema e solução, depende da abordagem que se faça e dos interesses que determinados posicionamentos atendem. Ou seja, a água pode ser solução para a agricultura numa área semi-árida, mas pode ser o principal meio de difusão de epidemias. A seca pode ser problema econômico e sinônimo de miséria, mas se inserimos tecnologia na agricultura, por exemplo, o clima semi-árido é mais adequado e fácil de manejar que o úmido.

Portanto, as imagens projetadas sobre seca e água são fundamentais e elas variam de um espaço a outro. No Brasil, é preciso abordar o tema enfatizando a construção das imagens sobre os espaços com escassez. Eis que ressurgem a questão do Nordeste remontando à época do império, como o espaço diferenciado pela seca. Porém, a discussão esqueceu-se, não quero afirmar aqui que de propósito, de falar do Nordeste úmido da zona da mata e do meio norte.

Já o semi-árido nordestino sempre obteve tratamento privilegiado, mas que, em última instância, acabou privilegiando historicamente as elites. Investigamos o município de Ponto Novo que está inserido no semi-árido do Nordeste do Brasil, ou ainda no semi-árido baiano, de forma que é apropriado dedicarmos algumas linhas a esse tema da seca e da água no Nordeste e no semi-árido, com destaque para a forma como o poder público caracteriza e recria as representações sobre esses espaços.

Além disso, a atual política nacional de recursos hídricos adotou a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, de forma que não podemos deixar de apresentar uma caracterização da bacia do rio Itapicuru. É importante enfatizar que não pretendemos estudar o mesmo fenômeno em múltiplas escalas.

Aliás, Castro (1995) nos chama atenção para o fato de que a mudança de escala geográfica, e não cartográfica, requer mudança do aparato procedimental da análise. Daí enfatizarmos que a investigação ocorreu no

município de Ponto Novo, atentando para as especificidades dos territórios e do espaço. Quando apresentamos a seguir caracterizações em outras escalas, como a regional, por exemplo, é com o objetivo de possuir subsídios para o estudo da inserção de Ponto Novo nas discussões de âmbito mais amplo, entendendo que esse município se relaciona com seu entorno regional imediato. Por isso, caracterizamos o Nordeste brasileiro e ressaltamos apenas os aspectos mais relevantes, fazendo o mesmo com o semi-árido e com a bacia do rio Itapicuru.

5. 1 A gestão do uso da água no Nordeste brasileiro

O Nordeste brasileiro (mapa 7), região oficial do Brasil, é resultante de um processo de diferenciação geográfica, tanto no que se refere à ocupação territorial, quanto à gestação de um discurso político de pertencimento regional. Existe uma identidade nordestina, política, cultural e social, que diferencia o nordestino de outros habitantes do Brasil e existe também um forte grupo político que, historicamente, tem defendido certos interesses como se fossem regionais.

O próprio governo federal tem privilegiado o Nordeste com políticas específicas, basta lembrarmos o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como principal agente estatal na gestação de políticas de desenvolvimento e integração. Além disso, no Nordeste está a maior parte da área brasileira de clima semi-árido, o que por si transformou-se numa questão regional.

A própria SUDENE (2005) delimita a região Nordeste e, conseqüentemente, o semi-árido. A região possui 1.187 municípios, em nove Estados da Federação, e uma área de 1.561.177 km², equivalente a 18,3% do território nacional.

Dessa área do Nordeste situa-se em zona de clima semi-árido um total de 841.260 km². Além disso, também existem outros 54.670 Km² de área sob domínio de clima semi-árido no estado de Minas Gerais, que está localizado na região Sudeste do Brasil, mas também faz parte da área delimitada como de tratamento diferenciado pelas políticas públicas federais.

Mapa 7
Região Nordeste do Brasil. 2007.



A região Nordeste foi também submetida a regionalizações internas, dentre as quais destacamos a subdivisão em zona da mata, agreste, sertão e meio norte. Fundada em princípios climáticos, em estreita relação com a forma histórica de ocupação do espaço, essa regionalização reforça a construção do antagonismo entre o Nordeste úmido, da zona da mata, e o Nordeste seco, do sertão, ratificando o uso da classificação climática como elemento de diferenciação entre o semi-árido e os outros espaços nordestinos.

A classificação climática brasileira clássica é um bom exemplo de como, pela via da ciência, foi sendo gestado um discurso de diferenciação regional, já que em muitos livros e nos meios de comunicação, o país é definido como sob o domínio de cinco tipos climáticos: o clima equatorial, o tropical úmido e subúmido, o subtropical e o semi-árido.

Entre esses climas, o semi-árido é sempre apresentado como o que gera a maior dificuldade de interação, em alguns casos ainda assistimos a difusão de idéias deterministas há muito superadas. O clima é apresentado como responsável não apenas pelo período de seca do Nordeste, mas também, na maior parte das vezes, como responsável pela miséria que impera nessa região do país, o que é, segundo Silva (1999), uma grande “mentira que parece verdade”, fruto de construção histórica fundada em traços políticos.

Esse tipo de relação, que de acordo com Castro (1992) foi historicamente construída pelas elites regionais, gerou uma série de ações governamentais de combate à seca. Argumentamos que o Nordeste brasileiro foi marcado, durante décadas, por essas ações, o que gestou uma relação diferenciada da população nordestina com o conflito seca e água.

O governo federal sempre interviu com ações paliativas, quase sempre sem muita vontade de resolver de fato o problema, que na nossa perspectiva está na manutenção de uma estrutura fundiária injusta, com predomínio do latifúndio e dos privilégios dos detentores da terra, associado a uma deficiência brutal na capacidade técnica de lidar com a dinâmica hídrica. Não que inexistia tecnologia nacional de qualidade e gente capacitada para implementá-la, mas por falta de vontade política (Silva, 2006).

Essa nossa visão sobre a ação do Estado no Nordeste brasileiro é também compartilhada por outros investigadores brasileiros quando afirmam que:

O papel histórico do Estado no Nordeste Brasileiro, especialmente na região semi-árida, foi de assistencial e clientelista para a população pobre (frentes de emergência, sacolões de alimentos, distribuição de água com carros pipa) e de patrocinador direto de obras de infra-estrutura para a oligarquia rural (construção de benfeitorias e de infra-estrutura nas propriedades rurais, inclusive açudes em cooperação) (GARJULLI; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2004, p. 271).

Esse processo resultou numa região Nordeste que tem o menor desenvolvimento social do país, apesar de ter ocorrido, nas últimas três décadas, importantes reestruturações econômicas. Do ponto de vista econômico a região implantou pólos industriais e diversificou a sua base produtiva.

Do ponto de vista da agroindústria, por exemplo, houve desenvolvimento dos setores ligados à cana-de-açúcar, principalmente com os incentivos do histórico Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), que, se por um lado produziu riqueza, por outro contribuiu para a manutenção da concentração da terra produtiva e para a geração de uma massa de trabalhadores rurais mal remunerados e trabalhando em péssimas condições; houve também o desenvolvimento de pólos produtores de frangos, de áreas de fruticultura, soja, sisal e seus derivados, além do desenvolvimento de produtos em programas de geração de combustíveis alternativos, como no caso da mamona.

Merecem destaque também o crescimento e industrialização das zonas metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador de forma que o Nordeste acompanhou o Brasil no processo de modernização conservadora, nome que utilizamos para caracterizar o período de modernização sob o domínio da ditadura militar entre 1964 e 1984, com uma pequena diferença: nessa região a manutenção das desigualdades não produziu diminuição da pobreza e da miséria, por isso as áreas mais desenvolvidas são verdadeiras “ilhas de modernidade”.

O próprio governo federal, já há seis anos comandado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, confirma em documento oficial que propõe a recriação da SUDENE, que o crescimento econômico não diminuiu o

desemprego, a precarização do trabalho, os baixos índices de escolarização. Em síntese o documento conclui que:

[...] o crescimento e as transformações ocorridas, embora resultando em avanços econômicos e sociais, não alteraram, substancialmente, as desigualdades sociais e econômicas entre o Nordeste e a média nacional e, sobretudo, entre o Nordeste e as regiões mais industrializadas, como o Sudeste (MI, 2005, p. 22).

Mesmo tendo sido alvo de muitos projetos de governo, principalmente quando o Brasil viveu a época áurea do planejamento estatal quando estavam os militares no poder, com destaque para a década de 70 e as idéias de integração nacional, o Nordeste não se beneficiou desse planejamento para reduzir as desigualdades e continua sendo uma região que tem sérios problemas sociais.

Esses problemas se agravam no semi-árido, considerado, no documento oficial que citamos anteriormente, como área vulnerável do ponto de vista demográfico, ambiental, hídrico, econômico e institucional.

Portanto, investigando um município que está inserido na região Nordeste, temos a obrigação de atentarmos para as especificidades das relações entre as pessoas, firmas e instituições locais com as demandas regionais e com a forma como essas demandas regionais chegam à escala nacional, principalmente à Brasília onde se concentra a ação política.

Além disso, no Nordeste está a maior área semi-árida do Brasil, o que contribuiu para a elaboração de um discurso que atribui a toda a região as características da área propensa à secas periódicas. O semi-árido brasileiro é muito importante porque foi justamente a dinâmica desse espaço que permitiu a construção de um discurso regional de combate à seca.

Historicamente, em função do uso constante desse discurso sobre a seca, culpada histórica, de acordo com a visão das elites tradicionais, pela miséria que impera no Nordeste, o semi-árido projetou uma imagem que foi comunicada como sendo a imagem total da região, atendendo a interesses específicos. Ainda hoje assistimos, com o polêmico projeto de transposição das

águas do rio São Francisco, o direcionamento de ações que tomam essa imagem como referência.

Logo, o semi-árido brasileiro necessita, na nossa investigação, de uma atenção especial, de modo que o recortamos já a partir da nova delimitação realizada pelo Ministério da Integração Nacional no ano de 2005 (mapa 8).

Esse recorte já se insere num novo contexto das políticas públicas implantadas a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que acionou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para cumprir a função de repensar os limites políticos do semi-árido e reestruturar a delimitação, visto que a inserção de um município acarreta tratamento diferenciado por vários dispositivos legais e políticas públicas específicas gestadas ao longo de décadas. Assim, o novo semi-árido foi delimitado de acordo com os critérios estabelecidos pelo GTI.

Para a nova delimitação do semi-árido brasileiro, o GTI tomou por base três critérios técnicos:

- I. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
- III. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (MI, 2005, p. 03).

Com a nova delimitação do semi-árido a Bahia passou a contar com 257 municípios incluídos, sendo oito novos, perfazendo uma área total de 393,056 km² de terras consideradas semi-áridas, o que perfaz 69,7% do território. Antes da nova delimitação o semi-árido ocupava 66% do território do estado da Bahia, com 373.029 Km².

Portanto, o semi-árido tem seus limites bem conhecidos e demarcados sendo uma área que, de acordo com o IBGE (tabela 1), possui 982.563 km², o que equivale a 69,2% da área total do Nordeste brasileiro.

Mapa 8
Delimitação do semi-árido de acordo com o Ministério da Integração Nacional. Brasil. 2006.



Tabela 1
Nova região semi-árida. Número de municípios, área e população. Brasil. Março de 2005.

Estado	Número de Municípios			Área			População	
	Total Estado	Semi-árido	% de municípios no semi-árido	Total Estado (km ²)	Semi-árido (km ²)	% da área no semi-árido	Total Estado	Total no semi-árido
Piauí	221	127	57,5	251.311,5	150.454,3	59,9	2.843.278	969.399
Ceará	184	150	81,5	145.711,8	126.514,9	86,8	7.430.551	4.211.292
R. G. do Norte	166	147	88,6	53.077,1	49.589,9	93,4	2.776.782	1.601.170
Paraíba	223	170	76,2	56.340,9	48.785,3	86,6	3.443.825	1.966.713
Pernambuco	185	122	65,9	98.526,6	86.710,4	88,0	7.918.344	3.236.741
Alagoas	101	38	37,6	27.818,5	12.686,9	45,6	2.822.621	838.740
Sergipe	75	29	38,7	21.962,1	11.175,6	50,9	1.784.475	396.399
Bahia	415	265	63,9	564.273,0	393.056,1	69,7	13.070.250	6.453.283
Minas Gerais*	165	85	51,9	200.221,0	103.590,0	51,7	2.773.232	1.184.527
Total Nordeste	1.735	1.133	65,3	1.419.242,5	982.563,3	69,2	44.863.468	44.863.468

* Área de atuação da ADENE em Minas Gerais.

Modificado de MI (2005).

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

A população do semi-árido é de 44.863.468 habitantes, sendo a Bahia o estado que possui o maior contingente populacional com 6.453.283 habitantes. Já no que se refere à área e número de municípios, se verifica que a Bahia também ocupa o primeiro lugar comparado aos demais estados do Nordeste.

Como afirmamos anteriormente, historicamente o semi-árido recebeu tratamento “privilegiado” do ponto de vista fiscal e de aporte de recursos da União, sendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), um dos principais mecanismos de transferência direcionada de recursos. Esse fundo é também a expressão do poder da elite política nordestina no cenário nacional.

Criado pelo Artigo 159 da Constituição de 1988, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, diminuindo as disparidades regionais, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos. O FNE constitui-se fonte permanente de financiamento, de médio e longo prazos, para os setores agropecuário, mineral, industrial, inclusive de turismo, e agro-industrial (SUDENE, 2005).

Esse fundo destina a maior parte de seus recursos para o semi-árido, em função de compreendê-lo na lógica de espaço problema. Em função desse tratamento especial o semi-árido já recebeu R\$ 3,69 bilhões, perfazendo 56,2 % dos investimentos realizados. Ainda referente ao FNE destacamos que:

Os 1.133 municípios integrantes do novo semi-árido brasileiro se beneficiarão de bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), enquanto no restante da Região Nordeste esse percentual é de 15%. Ainda quanto ao FNE, a Constituição determina que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semi-árido, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região. Em 2005, o valor a ser aplicado pelo FNE no semi-árido alcança os R\$ 2,5 bilhões. Ademais, produtores rurais beneficiários do Pronaf do semi-árido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e três anos de carência (MI, 2005, p. 5).

Deste modo, constatamos que há um tratamento diferenciado para o Nordeste e para o semi-árido que tem se mantido ao longo dos anos e não foi modificado pelo governo atual. Isso influencia na ação das empresas, dos agentes produtivos ligados à agropecuária e na ação de prefeituras e Estados Federados, de forma que devemos estar atentos para a lógica desses privilégios, uma vez que o governo estabelece, na esfera nacional, critérios de enquadramento para aqueles que desejam se beneficiarem com os recursos, o que em si já imprime uma lógica na execução da ação.

Assim, se por um lado, há um discurso das dificuldades climáticas, há também por outro, a cobrança da contrapartida através da manutenção dos privilégios de verbas e tratamento fiscal diferenciado.

Inserido no semi-árido nordestino temos o semi-árido baiano, que não se diferencia muito das áreas semi-áridas de outros Estados Federados, se caracterizando, sobretudo, pela predominância das atividades rurais. Podemos encontrar exemplo da situação atual desse espaço na caracterização elaborada por um documento da Agência Nacional de Águas (ANA), segundo o qual no semi-árido baiano:

[...] predomina a caprinocultura, os cultivos de sisal e de mandioca, bem como o extrativismo vegetal. Somente as regiões beneficiadas com projetos de irrigação da Codevasf ou da iniciativa privada, apresentam produção agrícola mais variada. Mais uma vez constata-se a importância vital da água como elemento capaz de alavancar o desenvolvimento (ANA, 2005, p. 72).

Assim, os próprios documentos oficiais já partem do princípio de que a água é a chave para desenvolver o semi-árido, mas normalmente invertem a ordem do discurso, ou seja, partem do combate à seca e não do convívio em interação com uma área com escassez, não de água, mas de precipitações bem distribuídas ao longo do ano.

Dessa forma, visto que a água existe, é preciso criar mecanismos para torná-la acessível, mas dispor de água requer aparato tecnológico específico e capacidade de lidar com ele. Podemos afirmar que o semi-árido baiano está inserido nesse complexo processo de produção do território, onde a água é fundamental, seja a sua presença ou escassez.

A água é moeda política, a seca fenômeno de pressão social sobre os mais pobres e menos instruídos, o mito da falta de água é a cortina de fumaça que esconde a injusta distribuição de terra, renda e oportunidades.

Foi justamente a legitimação da idéia de que a seca impede a ação, principalmente na zona rural, que ajudou a manter a concentração da terra, o uso para grandes criações de gado de forma extensiva com baixo nível de produtividade e o controle das aguadas; muitas vezes água e comida foram

trocadas por votos, dificultando que representantes dos trabalhadores chegasse ao poder.

Além disso, a economia do semi-árido teve a influência histórica dos projetos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), principalmente na construção de açudes e barragens (mapa 9), no primeiro caso; e da construção de infra-estrutura para implantação de perímetros irrigados, no segundo caso, como o perímetro implantado no eixo Juazeiro-Petrolina.

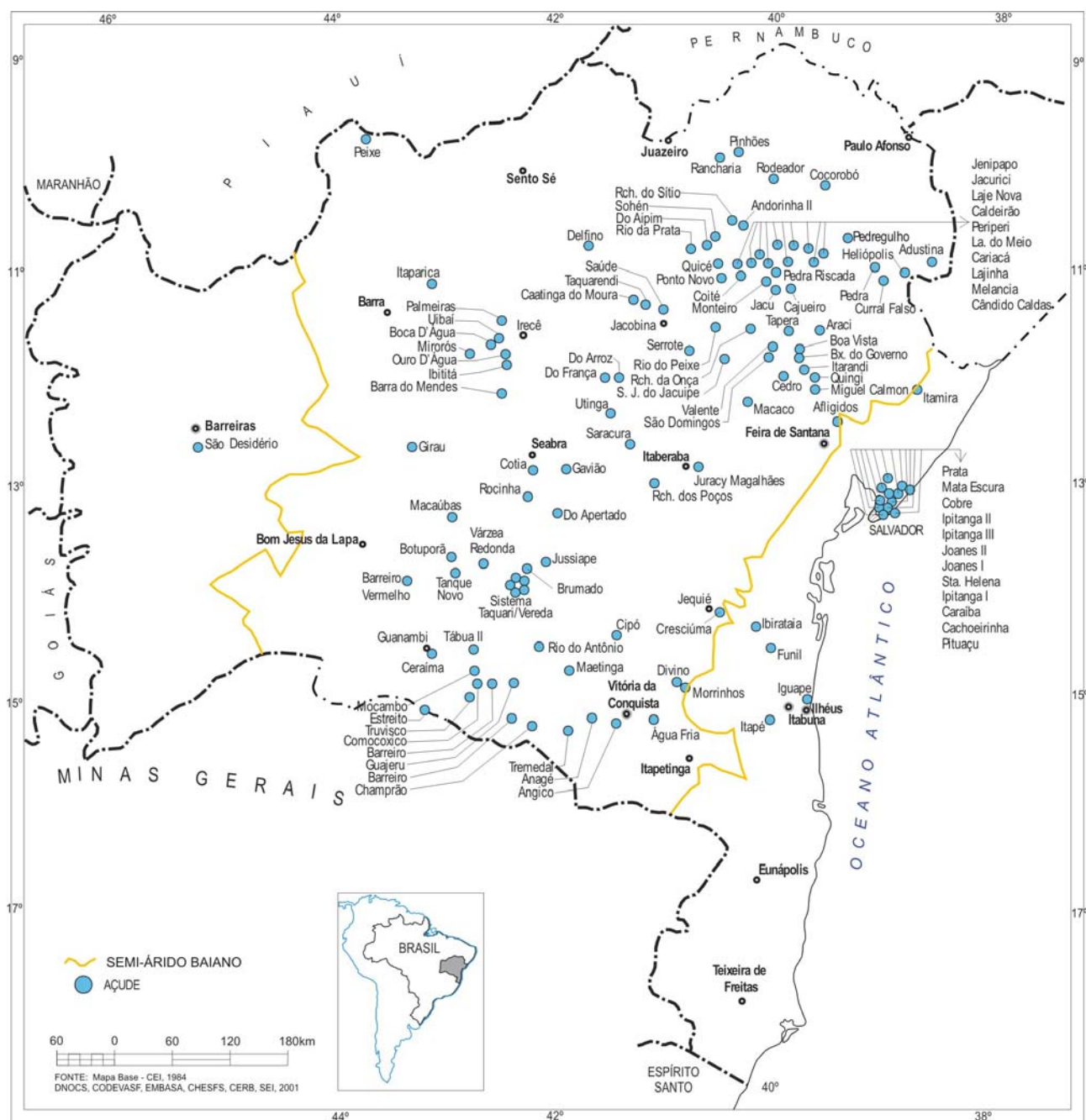
Como vimos anteriormente, a Bahia possui 144 barragens, represas e açudes considerados importantes por serem de grande e médio porte. Desse total 82 % estão localizadas no semi-árido, como podemos verificar no mapa 9. Essa concentração é produto da estratégia adotada, pelos vários governos sucessivamente, de combater a seca com a ampliação da capacidade de armazenamento, principalmente para abastecer as pequenas cidades e a zona rural.

O uso generalizado de adutoras é relativamente recente na Bahia, sendo a ampliação do abastecimento ainda uma necessidade. Nos locais onde o abastecimento via adutora já substituiu o açude tem ocorrido uma refuncionalização, com a implantação de projetos na área de piscicultura e de plantio de hortaliças principalmente. No entanto, as grandes represas têm, geralmente, um uso multifuncional para abastecimento humano e irrigação, ou ainda a geração de energia elétrica, principalmente nas grandes represas da bacia do rio São Francisco.

O açude foi historicamente utilizado como moeda de troca nas relações políticas no Nordeste brasileiro, ou seja, a ação do Estado, direcionada para construir formas de armazenamento para combater a seca, foi direcionada pelas elites que passaram a controlar o uso dessas reservas de água, normalmente construída em terras de propriedade de grandes latifundiários e famílias tradicionais.

Assim, a água foi e ainda é, em vários municípios, um artigo de luxo e uma moeda de troca; a maioria dos proprietários que detêm o controle de uma determinada reserva a utiliza como forma de trocar favores com aqueles que precisam de água.

Mapa 9
Estado da Bahia. Açúdes e represas. 2007.



Entre esses favores estão os eleitorais, pouco legítimos em tempos de democracia plena e que precisam ser duramente combatidos. A água, como precisa ser armazenada por longo período, custa caro nos espaços onde a adutora pública ainda não chegou de modo que para os mais pobres, se não são assistidos por programas estatais, como aqueles que constroem cisternas, por exemplo, passa a fazer parte do orçamento familiar, dificultando ainda mais a sobrevivência, já difícil em função da falta de trabalho digno e bem remunerado.

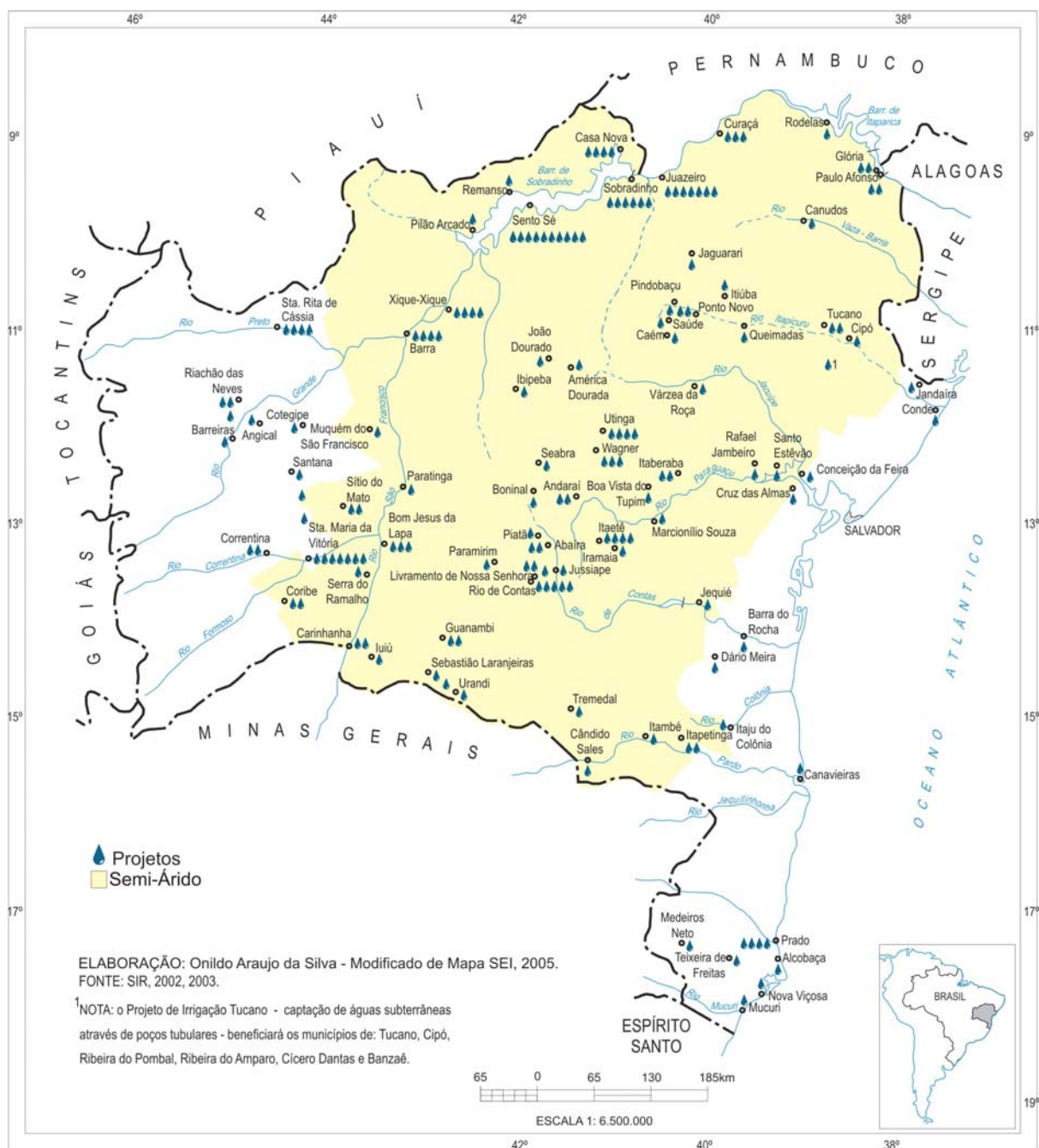
Já os projetos de irrigação também se concentram, como demonstra o mapa 10, no semi-árido baiano, porém em menor proporção. Dos 138 projetos identificados 77,5% estão no semi-árido, principalmente nas áreas das bacias dos rios São Francisco, Contas, Paraguaçu e Itapicuru.

Nas últimas três décadas houve um incentivo, tanto do governo federal quanto estadual, para a ampliação da irrigação como alternativa produtiva no semi-árido, sendo essa política muito bem assimilada em todos os lugares que atinge, como é o caso de Ponto Novo.

No semi-árido baiano estão inseridas cidades baianas importantes como Feira de Santana, Juazeiro, Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso. É, portanto, um espaço diferenciado e importante, o que justifica a ação que o estado da Bahia vem ali executando. Com relação a essa ação, verificamos certa consonância com o que tem ocorrido na ação do governo federal, de forma que não houve divergência das diretrizes adotadas entre os governos estaduais, nos últimos 16 anos, e aquelas adotadas na esfera federal. Assim, o governo estadual:

[...] continua a desenvolver ações no sentido de combater a seca. Como se sabe que a seca não pode ser combatida, por ser um fenômeno natural típico das regiões de clima semi-árido, as ações do Governo do Estado vão estar sempre sendo marcadas pela existência de muitos Programas e poucas modificações, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido - O Sertão Forte, que desenvolve ações através da construção de aguadas, cisternas, açudes e adutoras, objetivando água em quantidade suficiente para o consumo humano (SANTOS, 2002, p. 19).

Mapa 10
Estado da Bahia. Principais projetos de irrigação. 2006.



Logo, por detrás do discurso que legitima a ação de combate à seca está a manutenção de privilégios e a histórica colocação do Estado, o do dinheiro público, a serviço das elites nordestinas. A seca é a “culpada perfeita” pois naturaliza a causa, já que sempre está associada à religião, pois na explicação elaborada no Nordeste, chove quando Deus quer.

Assim, as ações não estavam em articulação com uma política eficaz de reformas estruturais, eram paliativas e dirigidas à manutenção dos privilégios das elites locais. Ressalvamos que estavam e não estão, em função da mudança de governo em 2007, que como já frisamos, tende a modificar o espírito dos programas adotados, porque assumiu o controle do Estado um partido com propostas diferentes daquelas que predominaram na Bahia até então.

Portanto, podemos afirmar que a ação do Estado, até os dias atuais, não resolveu a questão da gestão dos recursos hídricos no Nordeste, apesar da existência de vários projetos, muitos deles bastante polêmicos, principalmente em função da aceitação da idéia de combater a seca, que esconde um uso político da água pelas elites locais, em benefício próprio.

5. 2 A bacia do rio Itapicuru

Além de atentarmos que o espaço foco da nossa investigação está inserido no Nordeste brasileiro e no semi-árido, temos que ressaltar que também está inserido numa bacia hidrográfica, unidade de planejamento para a política nacional de águas, e alvo do principal conjunto de investimentos do governo estadual com o auxílio do governo federal e do Banco Mundial.

Esse aspecto também exige que caracterizemos o espaço da bacia, como base para entendermos as ações que ocorrem em Ponto Novo como, ao mesmo tempo, condicionantes e condicionadas, pelas ações que acontecem na bacia.

A bacia do rio Itapicuru é uma das principais do estado da Bahia, ocupando 6,51% da área do estado. De acordo com o quadro 4, resultado de dados obtidos junto à Agência Nacional de Águas (ANA), a área drenada chega a 36.440 km², abrangendo um total de 45 municípios.

Quadro 4
Caracterização da bacia e dos recursos hídricos. Bacia do rio Itapicuru. Bahia.
Brasil. 2005.

BH 1 Bacia Hidrográfica do rio Itapicuru					
Domínio: Estadual BA	Área de Drenagem: 36.440 km ²	Pluviosidade Média Anual: 800 mm	Vazão Média na Foz: 40, 03 m ³ /s	Nº de Municípios: 45	População Total: ~ 1000 x 10 ³ hab
Recortes Territoriais					
Macro- região Hidrográfica	Recorte Hidrográfico da ANEEL	Recorte Hidrográfico Estadual	Bacia Hidro- gráfica Principal	Principais Afluentes	Observações
Atlântico Leste	SB 50	BH ITAPICURU	Rio itapicuru	R. Itapicuru- Açú	O rio Itapicuru é intermitente, a montante da cidade de Queimadas. Mas a parte média da bacia é a que apresenta o menor índice pluviométrico: ~ 565 mm, embora chova durante todo o ano.
				R. Itapicuru- Mirim	
				Rio do Peixe	
				Rio Jacurici	
				Rio Cariaça	
				Rio Quinjingue	
				Rio Maçacará	
				Rio Poço Grande	

Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA/Brasil, 2005.

O rio principal é o Itapicuru e os principais afluentes são os rios Itapicuru-Açú, Itapicuru-Mirim, rio do Peixe, rio Jacurici, rio Cariaçá, rio Quinjingue, rio Maçacará e o rio Poço Grande (mapa 11).

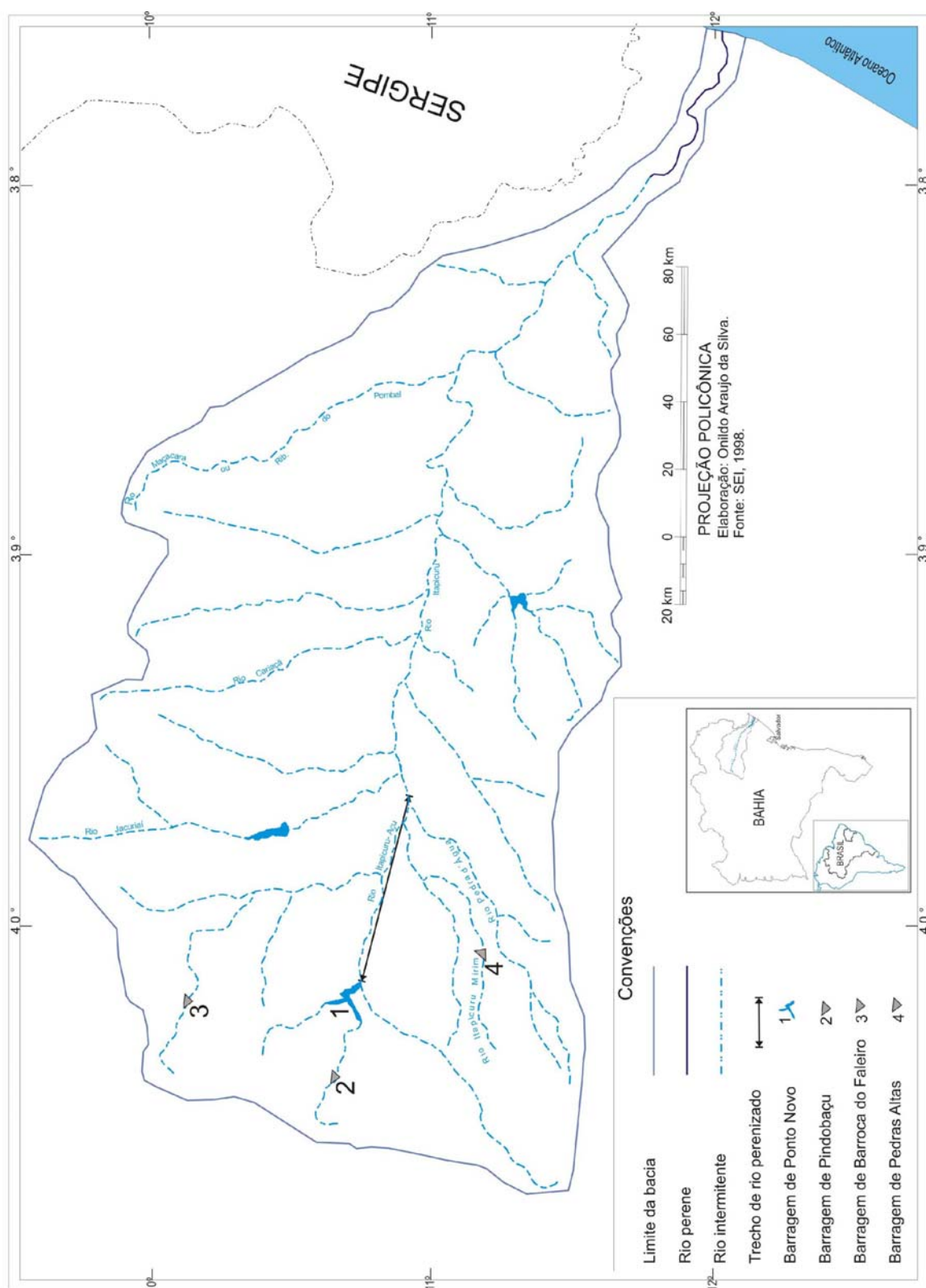
Do ponto de vista climático a área da bacia está sob o domínio do clima tropical. Considerando a classificação climática de Thornthwait (mapa 12) verificamos que o rio principal nasce numa área subúmida, atravessa o semi-árido, e desemboca numa área úmida, porém, a maior parte da bacia está sob domínio semi-árido. Assim, a maioria dos rios é intermitente, sendo o rio principal intermitente, até a cidade de Queimadas.

Ou seja, é uma bacia hidrográfica tipicamente dominada pela dinâmica climática do semi-árido baiano, onde os índices pluviométricos podem chegar a 800 mm, que não são números desprezíveis em matéria de precipitação. Porém, essa precipitação é muito concentrada ao longo do ano, permitindo constantes ciclos de estiagem que influenciam a dinâmica hídrica da bacia. Além disso, a bacia está localizada em duas áreas geológicas básicas: os afloramentos rochosos do embasamento cristalino e os afloramentos da bacia tucano-jatobá.

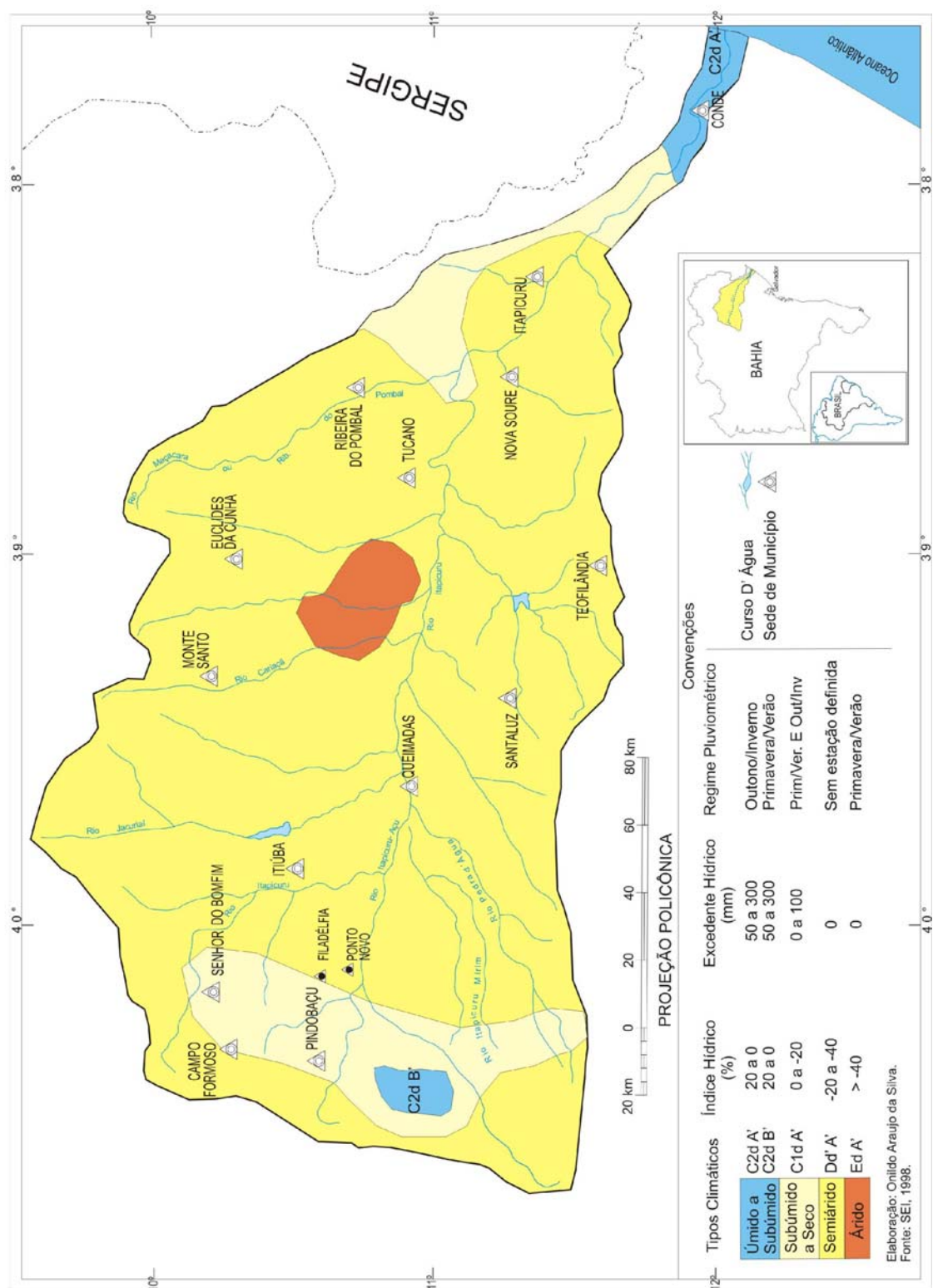
De acordo com a SEINFRA (1999) o rio Itapicuru nasce nas serras da Tiririca e do Ango, situadas ao norte da cidade de Senhor do Bonfim. A cerca de 25 km a montante da cidade de Queimadas recebe o nome de Itapicuru-Açu. Esse nome se mantém até a confluência com o rio Itapicuru-Mirim. A partir dessa confluência o rio volta a se chamar apenas Itapicuru. O leito principal da bacia percorre uma extensão de aproximadamente 350 km até desaguar no oceano Atlântico, na área conhecida como litoral norte baiano.

Ao longo do seu curso o rio Itapicuru sofreu, e vem sofrendo até o momento, um conjunto de intervenções que têm modificado a dinâmica do ciclo hidrológico local. Entre essas intervenções as mais graves são o desmatamento de vastas áreas de caatinga e mata galeria, o barramento de águas em grandes e pequenas represas e o lançamento de esgoto “in natura”, principalmente dos centros urbanos mais desenvolvidos.

Mapa 11
Área da bacia do rio Itapicuru. Bahia, Brasil. 2006.



Mapa 12
Climas predominantes na bacia do rio Itapicuru segundo classificação
de Thornthwaite. Bahia. Brasil. 2006.



Do ponto de vista da organização do espaço regional a área da bacia conta com alguns centros urbanos importantes que polarizam e dinamizam as atividades em três áreas principais:

- a noroeste uma região polarizada pela cidade de Senhor do Bonfim;
- na parte central da bacia a área do médio Itapicuru, polarizada pela cidade de Santaluz; e
- a leste a área de influência das cidades de Ribeira do Pombal e Nova Soure.

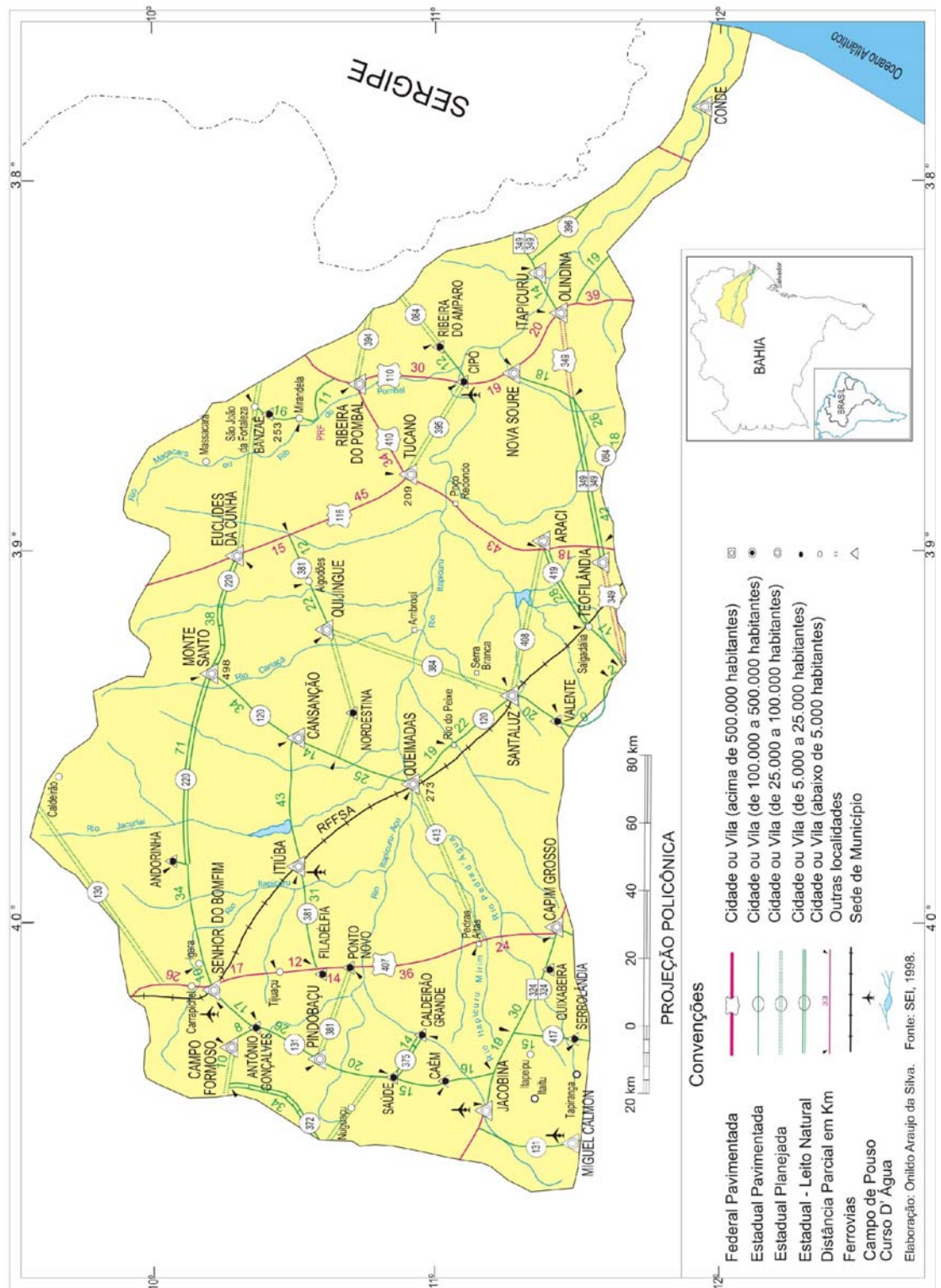
A área da bacia está interligada por estradas pavimentadas, tanto estaduais quanto federais, com destaque para as BRs 407, 116 e 110 e para as BAs 120, 131 e 381 (mapa 13). Além disso, existe uma linha férrea que tem operado com baixa frequência, ligando as cidades de Senhor do Bonfim, Itiuba, Queimadas, Santaluz e Teofilândia à Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A rede urbana conta com cidades diversificadas, comandada por centros urbanos de significativo valor político e econômico no contexto do Estado. A principal cidade é Senhor do Bonfim que conta com uma posição estratégica no norte do Estado, consolidando sua função comercial e de entreposto rodoviário.

De acordo com a ANA (2005) na área da bacia do rio Itapicuru três atividades se destacam: a silvicultura, a agropecuária e a mineração. A primeira na área próxima ao litoral, onde 60.000 hectares estão ocupado com plantações de pinus e eucalipto para a produção de papel e celulose. Já na agropecuária a área da bacia conta com 13% do rebanho bovino da Bahia. Destaca-se também a criação de caprinos e ovinos na parte semi-árida, com 16% e 27% do rebanho baiano, respectivamente.

A atividade agrícola abrange, em toda a bacia, cerca de 500.000 hectares, com destaque para plantações de feijão, mandioca, milho e sisal. Próximo ao litoral, na área de clima mais úmido, destaca-se a fruticultura ligada à indústria de suco principalmente de laranja, acerola, caju, maracujá e abacaxi.

Mapa 13
Bacia do rio Itapicurú. Principais cidades e vias de circulação. Bahia.
Brasil. 2006.



A mineração é predominante na área do alto Itapicuru, onde 45 unidades industriais extraem minerais como cromo, cobre e manganês, calcário e barita, com destaque para os municípios de Jacobina, Senhor do Bonfim e Campo Formoso. Nos municípios de Cipó, Tucano, Itapicuru, Nova Soure e Ribeira do Amparo ocorre a extração comercial de água mineral.

Ainda com relação aos recursos hídricos merece destaque a quantidade de açudes e represas na área da bacia. Esses açudes são resultados da ação histórica do governo brasileiro nos vários programas de combate à seca, desenvolvidos principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Como destacamos anteriormente essa foi uma prática generalizada no semi-árido baiano e na área da bacia do rio Itapicuru não foi diferente, os açudes se concentram na parte semi-árida.

Muitos desses açudes são produtos do barramento de pequenos riachos intermitentes e armazenam apreciável quantidade de água que são utilizadas para diversos fins, mas também são utilizados como forma de barganha por parte dos proprietários ou por parte do poder público municipal, como parte das estratégias da indústria das secas, onde se troca água por votos e por outros favores eleitorais.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia - CAR (1995), os açudes principais são: Jacurici, Araci, Sohem, Quicé, Serrote e Andorinha II (mapa 14). Os usos principais são para irrigação, abastecimento e piscicultura.

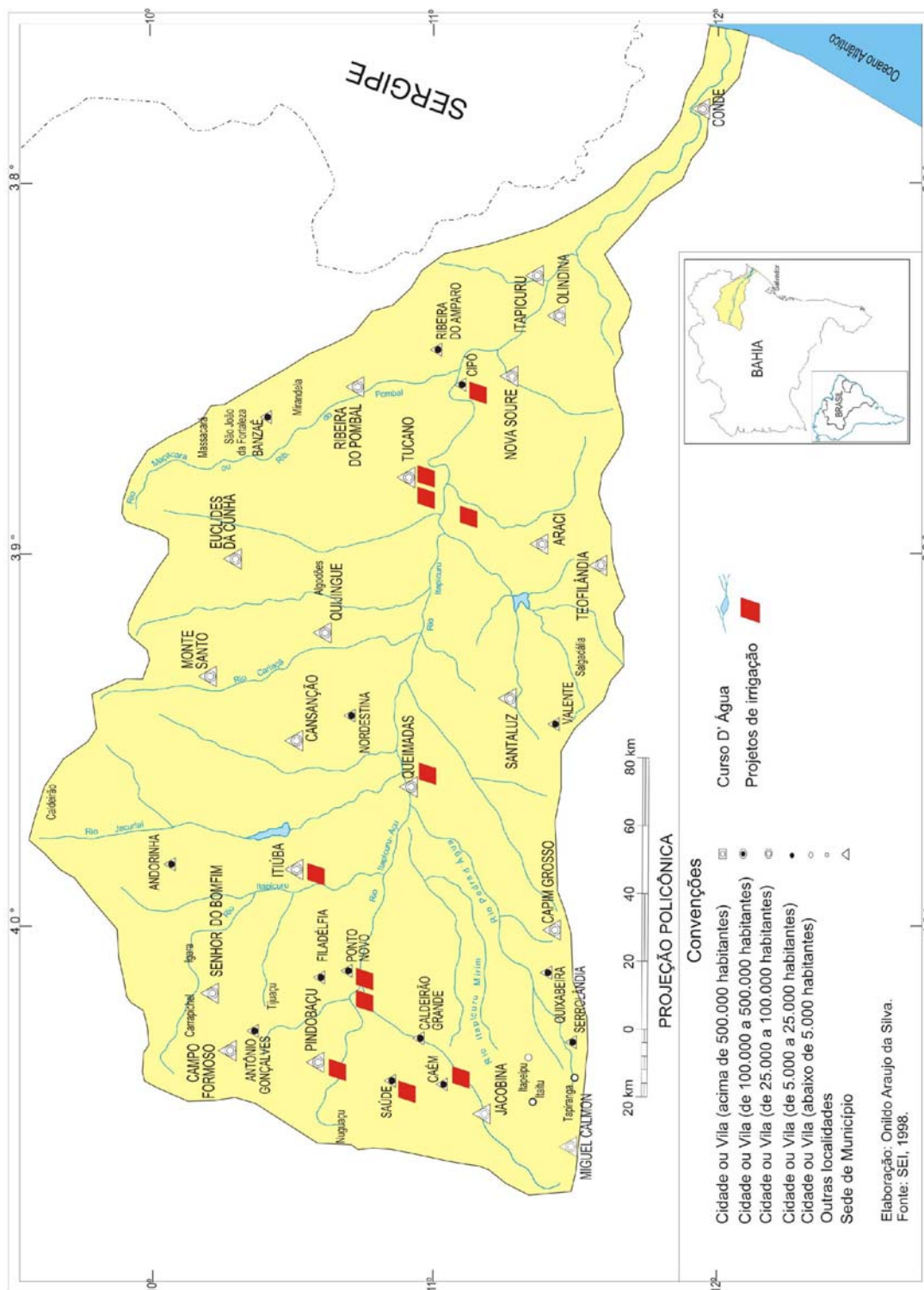
Verificamos também que a agricultura irrigada (mapa 15) não é uma tradição na maior parte da área da bacia. Os projetos de irrigação são pontuais e estão concentrados próximos às cidades de Ponto Novo, Pindobaçu, Saúde, Caém, Itiúba, Queimadas, Tucano e Cipó. Dentre esses destacamos a área de Ponto Novo como a que tem conseguido maior concentração de ações estatais e de empresas privadas no sentido de estruturar um pólo produtivo de importância regional.

Outro aspecto que queremos destacar é o fato da área da bacia do rio Itapicuru contar com vários assentamentos resultantes de projetos de reforma agrária, implantados na Bahia (mapa 16), tanto pela ação do governo do estadual quanto do governo federal. Inclusive em Ponto Novo, onde encontramos os projetos de reassentamento do INCRA: o Pageu e o Teimosia.

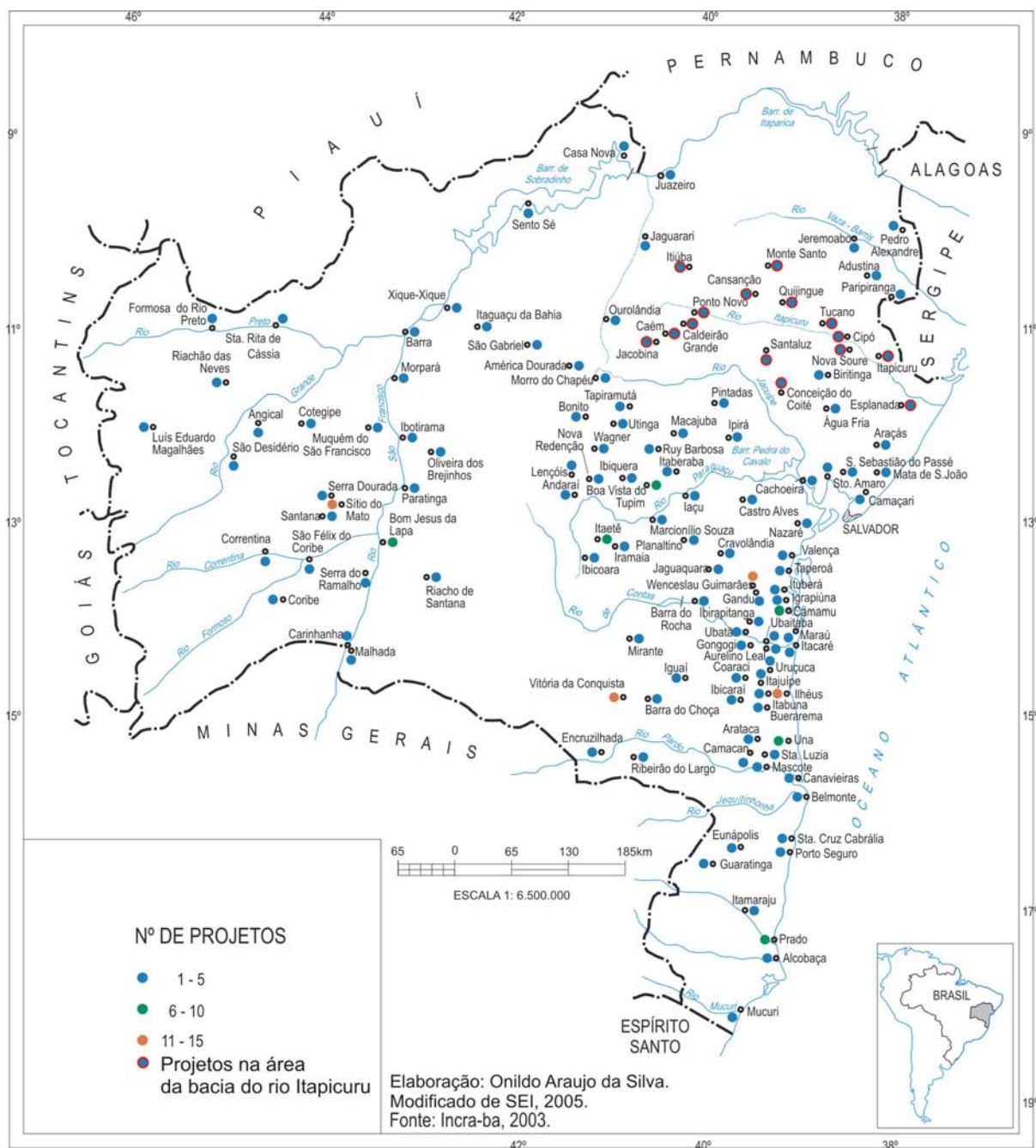
Mapa 14



Mapa 15
Bacia do Rio Itapicuru: Principais Projetos de Irrigação. Bahia, Brasil, 2006.



Mapa 16
Assentamentos de reforma agrária. Bahia. Brasil. 2006.



Portanto, a bacia do rio Itapicuru tem um importante papel no estado da Bahia porque possui amplo potencial para implementação de projetos de uso da água em benefício da agricultura irrigada, da piscicultura e das atividades de esporte e lazer, mas em contrapartida, concentra pequenos municípios com alto nível de pobreza, requerendo atenção especial, não no mero combate à seca, mas com ações que efetivamente reestruturem os usos do território em favor da redução da pobreza e das desigualdades, que resultem em efetiva inclusão social.

Porém, o modelo de gerenciamento de recursos hídricos, adotado ao longo dos governos do PFL, privilegia a privatização da água favorecendo a ampliação da oferta para as empresas em detrimento do abastecimento humano e animal, apesar do abastecimento humano estar definido, nos vários documentos oficiais, como o PGRH, por exemplo, como prioridade.

É preciso que a sociedade baiana retome o curso da organização em Comunidades de Usuários da Água (COMUAS) e em Comitês de Bacias para melhor fiscalizar a ação do Estado e assumir o efetivo controle da gestão dos recursos hídricos, como estabelece as leis federais atualmente em vigor.

Justamente por isso se verifica a ampliação gradativa da necessidade de gerir o uso da água disponível, pois a ampliação da oferta de água com a construção das barragens, vem acompanhada da ampliação da demanda com a implantação do pólo de irrigação.

Já constatamos conflitos potenciais que estão para além do uso da água, mas já perpassam questões territoriais importantes, como por exemplo, o direito à propriedade da terra e a capacidade de dizer não a projetos de relocação, como evidenciaremos nos capítulos seguintes desse trabalho.

Importante destacar, também, que, do ponto de vista institucional, apesar de constar do PGRH uma série de ações para implantar e fortalecer o Comitê de Bacia e as COMUAS, não se verifica, no município de Ponto Novo, uma ação eficiente desses organismos.

A gestão do uso da água está a cargo do Estado e de seus parceiros imediatos como o Distrito de Irrigação de Ponto Novo. O COMUA não tem se reunido e as ações do Comitê são incipientes, ou seja, esses organismos que, por força de lei, deveriam estar à frente da gestão do uso da

água da bacia, não estão cumprindo seu papel até o presente momento, o que é temerário num contexto em que as tentativas de privatização do uso da água são constantes e a maioria das pessoas, normalmente pobre e semi-analfabeta, possui grande dificuldade de exercitar seus direitos e deveres.

Dessa forma, é urgente que a sociedade se organize para retomar o caminho da gestão via Comitê, pois é, até o momento, o principal mecanismo de democratização do acesso à água no Brasil.

Além disso, a bacia do rio Itapicuru sofreu uma série de intervenções, que foram planejadas e reguladas por dois instrumentos fundamentais: o Plano Diretor de Bacia e o Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos. As ações foram planejadas de forma contínua, mas ocorreram distorções entre o que estabelece o Plano Diretor e o que foi executado no PGRH. É justamente esse processo que caracterizaremos a seguir.

5. 3 O Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH – Itapicuru)

Na Bahia, os Planos Diretores de Recursos Hídricos (PDRH) foram elaborados entre 1992 e 1997. Já o Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia do rio Itapicuru ficou pronto em 1995 e prevê ações a serem executadas para os 20 anos subseqüentes.

Portanto, até 2015, é o principal instrumento para nortear a ação do Estado na bacia, de forma que já foi concebido atentando para os aspectos fundamentais da Lei 6.855/95, cujo um dos pilares é a constituição do Plano Estadual de Recursos Hídricos que resultou da integração e consolidação dos Planos Diretores de Bacia, efetivando os dispositivos estabelecidos na Constituição Estadual.

Devemos destacar que a constituição das leis, programas e projetos que, em últimas instância, regulam a ação do Estado, estão encadeadas de uma forma, no mínimo, estranha, já que a Lei Estadual 6.855/95 se antecipa à Lei Federal 9.433/97, e o Plano Diretor é publicado no mesmo ano que a lei estadual. Esses aspectos fornecem indícios de como o Estado tratou a questão dos recursos hídricos de forma aligeirada por um lado e extremamente lenta por outro.

Ou seja, a lei que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos tardou a ser aprovada, de tal forma que alguns Estados se anteciparam, constituindo suas leis e diretrizes antes da aprovação da lei federal, mas, como já tinham conhecimento do que estava sendo discutido no Congresso Nacional e quais eram as inspirações predominantes, adequaram seus marcos regulatórios de acordo com o que estava sendo debatido. Por outro lado, na Bahia, ocorreu uma antecipação na elaboração do Plano Diretor de Bacias que ficou pronto no mesmo ano da aprovação da lei estadual.

Outro fator marcante foi a terceirização do processo de elaboração dos documentos, tanto o Plano Diretor quanto o documento de preparação do PGRH foram elaborados por empresas privadas, já que o Estado não dispunha de um aparato institucional adequado porque os órgãos responsáveis por esse processo, como a SRH, por exemplo, não estavam devidamente estruturados, e a opção do governo, de inspiração neoliberal, foi a de privatizar um processo que deveria ser muito mais participativo que apenas técnico.

Assim, uma análise do Plano Diretor permite afirmar que ele contém os aspectos técnicos necessários, mas carece de análises mais consistentes com relação às comunidades envolvidas, afinal é um plano e definiu prioridades, sugeriu ações diversas e isso tudo está mais fundamentado em aspectos técnicos do que no processo de ouvir o anseio das comunidades envolvidas.

O Plano Diretor apresenta uma ampla caracterização da área da Bacia Hidrográfica. De forma mais descritiva que analítica o documento síntese apresenta os fundamentos conceituais, com destaque para a idéia de desenvolvimento sustentável, o meio físico, incluído o clássico esquema descritivo de listar separadamente os aspectos relativos à localização, geologia, geomorfologia e relevo, geotecnia, solos, clima, vegetação e fauna. Essa parte se constitui de um inventário desses aspectos aos moldes das monografias regionais da geografia clássica.

Em seguida o documento apresenta a evolução histórica da ocupação da área da bacia, os aspectos demográficos, econômicos, de infraestrutura, saneamento, qualidade ambiental, aspectos institucionais, e os estudos hidrológicos básicos, incluindo águas superficiais e subterrâneas, infra-

estrutura hidráulica, usos da água e balanço de disponibilidade e demanda, projeções de crescimento de demandas, sistemas de planejamento e proposições para o aproveitamento da água, além da síntese dos planos setoriais de irrigação, saneamento e conservação ambiental.

Nesse trabalho, nos interessa diretamente os objetivos do plano e suas proposições, já que as caracterizações do meio físico e dos aspectos demográficos e econômicos são próximas às apresentadas no documento da Agência Nacional de Águas, que é mais recente, e utilizamos para apresentar os aspectos da Bacia no item anterior deste capítulo.

O Plano Diretor, de acordo com o documento síntese, é:

[...] entendido como um instrumento de planejamento regional articulado com as políticas de desenvolvimento sustentado, que tem como objetivo planejar a gestão, os usos e a preservação dos recursos hídricos na sua área de abrangência espacial (PDRH – Itapicuru, 1995).

Nessa forma de entender o plano, destacamos dois aspectos: a idéia de planejamento regional, em detrimento da idéia de gestão do território, o que resultou num documento aos moldes das monografias regionais, e a idéia de associar gestão do uso, desenvolvimento e preservação.

Devemos verificar se, passados 12 anos desde a sua elaboração, as ações do Estado realmente atentaram para esses princípios de base apontados no plano diretor.

Além disso, o plano estabelece objetivos estratégicos e se autodefine como instrumento capaz de impactar, positivamente, o desenvolvimento do espaço de toda a bacia. De acordo com o plano temos que:

Através das ações de planejamento, gestão e preservação propostas no Plano Diretor, deverão ser alcançados os seguintes objetivos estratégicos:

- estabelecer uma distribuição lógica e eqüitativa das disponibilidades hídricas entre as diversas perspectivas de utilização;
- tornar a água, através dos seus múltiplos usos, um vetor impulsionador do desenvolvimento econômico e social, através da

promoção e ampliação das atividades produtivas vinculadas aos recursos hídricos;

- assegurar a preservação dos recursos naturais, dentro da filosofia do desenvolvimento sustentável;
- promover a integração e compatibilização das ações governamentais no setor de recursos hídricos, no âmbito da bacia hidrográfica, a nível federal, estadual e municipal (PDRH – Itapicuru, 1995).

Esses objetivos estratégicos estão inspirados em idéias como as de gestão integrada dos recursos hídricos com tentativa de compatibilizar a promoção do desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental. Ou seja, já deriva da crítica ao modelo de consumo indiscriminado dos recursos em favor do desenvolvimento econômico, típico do período da ditadura militar brasileira.

No entanto, a ação do governo nem sempre atenta para as políticas de Estado, que são de longo prazo, de forma que é comum o atropelo dos princípios que o próprio governo assumiu, em momento anterior, como de política pública de Estado.

Assim, resta-nos avaliar as ações propostas e sua execução nesses últimos 12 anos, na tentativa de elucidar se a ação foi condizente com o planejado e com os princípios que inspiraram o plano. Para esse fim, elaboramos o quadro 5, que sintetiza as ações de desenvolvimento propostas.

De acordo com esse quadro a construção de barragens é a principal proposta para a implantação de ações que visem utilizar os recursos hídricos disponíveis no espaço da bacia. As barragens, como já destacamos anteriormente, é a principal forma de intervir no escoamento superficial, gerando um lago que modifica sobremaneira a dinâmica hídrica, o que não se faz sem custos ambientais e sociais. Porém, esses aspectos não são considerados prioritários no contexto do documento oficial, em função de sua inspiração meramente técnica, por um lado, e, por outro, da tradição do governo neoliberal predominante na Bahia, de não ouvir as comunidades envolvidas nos espaços para onde as intervenções eram planejadas.

Quadro 5

Proposições para aproveitamento dos recursos hídricos – Ações de desenvolvimento. PDRH-Itapicuru – Documento Síntese. SRHSH/SRH/Ba. 1995.

Proposições de Ações de Desenvolvimento				
Ações	Características Principais da Ação Proposta			
Novos Barramentos	Nome	Município	Rio Barrado	Utilização
	Açude Cachoeira Grande	Jacobina	Sapucaia	Abastecimento humano
	Açude Ponto Novo	Ponto Novo	Itapicuru-Açu	Abastecimento humano, irrigação e piscicultura
	Açude Pedras Altas	Capim Grosso	Itapicuru-Mirim	Abastecimento humano, pecuária e irrigação
	Açude Queimadas	Queimadas	Itapicuru	Regularização do rio, acumulação de água para usos múltiplos, ligação rodoviária das margens dos rios
	Açude Alecrim	Queimadas	Itapicuru-Mirim	Ligação rodoviária das duas margens do rio, pecuária e irrigação
	Açude de Cruzeiro	Araci/Tucano	Itapicuru	Irrigação, perenização e controle de cheias

Continua

	Açude Aipim	Senhor do Bonfim	Riacho Aipim	Ampliação do sistema de abastecimento humano
	Açude Saúde	Saúde	Riacho Paiaia	Ampliação do sistema de abastecimento humano
Barramentos existentes	O PDRH-Itapicuru identificou 30 barramentos já implantados, mas indica apenas a realização de novos estudos para rever o aproveitamento. Propõe também a construção de barragens galgáveis, entre 1 a 5 metros de altura, ao longo dos rios intermitentes, sem definir onde e quais.			
Exploração de água subterrânea	O PDRH-Itapicuru faz um inventário dos estudos já realizados pela SUDENE, DNOCS, CERB, RADAMBRASIL e DNAEE, destacando o potencial da Bacia Sedimentar de Tucano, mas nada propõe além da efetivação de novos estudos.			
Desenvolvimento Hidroagrícola	Nesse item o Plano destaca oito áreas com potencial para irrigação, perfazendo um total de 27.515 hectares.			
Outros Usos	<p>Piscicultura – Sugerida para os 30 açudes existentes</p> <p>Geração de energia – A bacia não apresenta potencialidade</p> <p>Indústria e mineração – Não existe demanda expressiva de água</p> <p>Navegação fluvial – Malha hidrográfica inviável</p> <p>Estâncias hidrotermais – Intensificar o uso turístico das instância hidrotermais de Cipó e Caldas do Jorro.</p> <p>Exploração das águas minerais – Explorar a Bacia de Tucano.</p> <p>Turismo – Linha Verde no baixo Itapicuru entre os municípios de Conde e Esplanada.</p>			
<p>Fonte: PDRH – Itapicuru. Documento Síntese, 1995.</p> <p>Elaboração: Onildo Araujo da Silva.</p>				

O documento propõe várias barragens, entre elas destacamos a proposição da barragem de Ponto Novo que gera o açude de mesmo nome, implantada em 1999, objeto da nossa investigação. No PDRH a barragem é sugerida:

[...] com o objetivo principal de funcionar como reservatório para abastecimento de água da sede municipal, com cerca de 6.000 mil habitantes e abastecimento de água **de uma área de reforma agrária**, situada a cerca de 5 Km da sede do município, ao sul da cidade. Este barramento poderá atender a uma área de irrigação de pastagens e de culturas de subsistência com um potencial de 20.850 ha; abastecimento de água para consumo humano de um povoado a jusante de Ponto Novo; perenização do rio a jusante do barramento para permitir o abastecimento d'água às populações ribeirinhas; dessedentação animal, e secundariamente, para o desenvolvimento da piscicultura no reservatório (grifo nosso) (PDRH – Itapicuru, 1995, p. 189).

Assim, destacamos que a construção da barragem de Ponto Novo já foi identificada como importante ação para a consolidação de uma política de uso planejado da água, porém, concebida originalmente para fins diferenciados daqueles executados pelo PGRH, como veremos no próximo tópico desse capítulo. A execução deixa de lado a idéia de suprir água para a área de reforma agrária, que sequer aparece no PGRH, e para a irrigação de culturas de subsistência.

Como constatamos, o objetivo fundamental da construção da barragem foi a implantação de um pólo de agricultura irrigada empresarial, com privilégio para a grande empresa rural. Além disso, o PGRH implantou um projeto que pretendeu irrigar apenas 4.200 ha dos 20.850 ha propostos no PDRH – Itapicuru como potencialmente irrigáveis.

Outro fator relevante é que o plano não especifica ações com relação à piscicultura, turismo, exploração de águas subterrâneas, etc, de modo que a visão de uso da água está diretamente aprisionada à idéia de armazená-la para usá-la na agricultura. Balneários, esporte, lazer e turismo, são usos praticamente descartados e que são inseridos na elaboração do

PGRH. Ou seja, predomina a idéia de que no semi-árido a ação do Estado deve, antes de qualquer coisa, armazenar a água para combater a seca.

O período de estiagem, o predomínio do sol na maior parte do ano, com uma espécie de prolongamento do verão, sequer é citado como possibilidade para a implantação de atividades que tenham o foco na reversão da idéia de seca como causa dos problemas, como por exemplo, um circuito náutico de barragens ou mesmo eventos que associem a cultura local a um clima propício para uma fuga das regiões mais frias do país, principalmente no inverno, onde as festas juninas poderiam ser aliadas a um clima com temperatura média acima dos 20 graus, mesmo na estação mais fria do ano.

Outro aspecto que queremos destacar no PDRH – Itapicuru é aquele referente aos planos setoriais para a irrigação, saneamento, conservação ambiental, apoio e implementação.

O plano setorial para a irrigação está estruturado com a definição de áreas para irrigação (quadro 6), recomendações para o desenvolvimento e proposições de ações. O plano define 8 áreas prioritárias para irrigação e 35 proposições de ações de irrigação.

Entre as áreas propostas para irrigação destacamos a Área 2 – Ponto Novo, com um total de 20.850 hectares potencialmente irrigáveis nos municípios de Ponto Novo, Pindobaçu e Saúde. Além disso, é impressionante constarmos que apenas na bacia do rio Itapicuru o Plano Diretor identifica um total de 154.725 hectares de terras potencialmente irrigáveis, num país onde a distribuição da terra é um problema centenário.

Ou seja, terras que poderiam estar fazendo parte de projetos de reforma agrária com foco na produção familiar estão concentradas e destinadas a um uso pouco eficiente como a criação extensiva de gado, ou estão minifundizadas e destinadas à agricultura de subsistência que depende exclusivamente da água no período chuvoso.

Outro aspecto a destacar é que o plano já sugere a utilização dos sistemas de irrigação por gotejamento e microaspersão, para as áreas com menor disponibilidade hídrica e solos mais arenosos; e a irrigação por aspersão convencional ou mesmo por sulcos de infiltração para as áreas com solos menos arenosos e com maior disponibilidade hídrica.

Quadro 6

Áreas prioritárias para irrigação – Plano setorial de irrigação. PDRH-Itapicuru – Documento Síntese. SRHSH/SRH/Ba. 1995.

Áreas prioritárias			
Nome	Município	Solos potencialmente irrigáveis (ha)	Utilização
Área 1 -Jacobina	Jacobina, Miguel Calmon e Caém	19.170	Sistemas de irrigação eficientes como gotejamento e micro-aspersão.
Área 2 – Ponto Novo	Pindobaçu, Ponto Novo e Saúde	20.850	Sistemas de irrigação eficientes como gotejamento e micro-aspersão (para os solos mais arenosos).
Área 3 - Queimadas	Queimadas	3.465	Aspersão convencional, gotejamento, micro-aspersão e sulcos de infiltração.
Área 4 - Araci	Araci e Santaluz	350	Aspersão convencional, gotejamento e micro-aspersão.
Área 5 - Tucano	Tucano, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Olindina, Cipó, Itapicuru e Crisópolis	86.440	Aspersão convencional, gotejamento e micro-aspersão.
Área 6 - Acajutiba	Acajutiba	9.400	Aspersão convencional, gotejamento e micro-aspersão.
Área 7 - Conde	Conde e Acajutiba	3.290	Aspersão convencional, gotejamento e micro-aspersão.
Área 8 – Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim, Jaguarari e Andorinha	11.760	---

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Fonte: PDRH – Itapicuru. Documento Síntese, 1995.

Finalmente, ainda com relação à irrigação, o plano setorial define 35 projetos de irrigação, sendo 15 de irrigação privada, 1 projeto piloto para irrigação com água subterrânea e os demais para ampliar projetos já existentes e que envolvem a agricultura familiar em vários municípios da bacia.

No que se refere ao saneamento, o Plano Diretor reconhece que as condições são precárias, “[...] com baixos índices de abastecimento domiciliar de água potável e a quase total ausência de sistemas de esgotamento sanitário, especialmente nas zonas rurais” (PDRH – Itapicuru, 1995, p. 214). Assim, o plano recomenda ações de saneamento em todos os 45 municípios da bacia, subdivididas em:

A) Ações de abastecimento de água.

- abastecimento de água nas sedes municipais – 45 cidades;
- abastecimento de água em distritos e localidades – 296 localidades com mais de 50 domicílios;
- aproveitamento de açudes existentes – 30 barramentos;
- instalação de adutoras;
- instalação de poços tubulares e abastecimento a partir dos poços existentes;
- construção de barragens galgáveis;
- implantação de medidas de proteção dos mananciais utilizados para o abastecimento urbano.

B) Ações de esgotamento sanitário.

- esgotamento sanitário nas 45 sedes municipais;
- esgotamento sanitário em localidades rurais e na zona rural;
- instalações sanitárias domiciliares;
- educação sanitária;
- controle de doenças de veiculação hídrica.

C) Ações de limpeza pública – com destaque para a responsabilidade das prefeituras e para a identificação da inexistência, em vários municípios, de aterros sanitários.

Com relação ao Plano Setorial de Conservação Ambiental o documento síntese do PDRH – Itapicuru destaca uma listagem de medidas mitigadoras, propostas para as seguintes áreas: medidas preventivas de ordem geral, extrativismo vegetal, mineração, atividades industriais, agropecuária, inundações, disposição de efluentes sanitários e barramentos. Além disso, são propostas ações de conservação, a saber:

1. monitoramento da qualidade das águas;
2. controle de lançamento de cargas poluidoras;
3. disposição final do lixo urbano;
4. controle de salinização em reservatórios;
5. controle de ocupação de áreas marginais;
6. plano de manejo e conservação dos solos;
7. implantação de unidades de conservação;
8. fiscalização e controle ambiental;
9. educação ambiental;
10. enquadramento da bacia;
11. cadastro de captação e lançamentos urbanos;
12. cadastro de captação e lançamentos industriais;
13. cadastro de áreas irrigadas;

É importante salientar, que essas ações não estão definidas para serem realizadas em lugares específicos, elas são caracterizadas de forma geral, com indicações de como o Estado deve proceder para realizá-las e quais órgãos públicos devem estar envolvidos. Além disso, muitas dessas ações dependem das prefeituras, de parcerias com o governo federal ou mesmo do cumprimento de legislações específicas, como a constituição de áreas de preservação ambiental, por exemplo.

Finalmente, com relação às ações de apoio, destacamos que o PDRH – Itapicuru propõe a criação de um sistema de informações de recursos

hídricos e a implementação de 12 cadastros, como o cadastro de irrigantes, por exemplo, 3 bancos de dados (pluviométrico, fluviométrico e meteorológico), da unidade técnica da bacia e o melhoramento das redes de medição existentes. Com relação às ações de implementação, o documento destaca a necessidade do Estado trabalhar para que seja agilizada a aprovação da lei federal de Recursos Hídricos, da lei estadual, divulgação dos planos diretores das bacias do estado da Bahia, elaboração e aprovação na assembléia legislativa do Plano Estadual de Recursos Hídricos, implementação de sistemas de cobrança, institucionalização da Região Administrativa das Águas (RAA-D) que incorpora as bacias dos rios Itapicuru e Vaza Barris, o enquadramento da bacia de acordo com a Resolução CONAMA Nº 20/86, e uma série de outras ações referentes ao uso da água, mas que são de âmbito mais geral, como a educação ambiental e a implantação de unidades de conservação.

Enfim, a análise do PDRH – Itapicuru permite afirmar que a ação do Estado, a partir de 1995, passou a ter uma base, passou a ter a possibilidade de acontecer de acordo com um planejamento específico, mesmo que verifiquemos que muito do que está no plano não foi efetivado e que algumas ações foram redirecionadas, até porque devemos considerar que, ao longo dos 12 anos em questão, não mudou o partido político, mas mudou o governante, de forma que muitos aspectos foram sendo redirecionados.

Importa também salientar que ações como a construção da barragem de Ponto Novo e a implementação de projetos de irrigação no município, que foram previstas no plano, foram executadas, mesmo que as finalidades dos projetos tenham sido redirecionadas quando da implementação do PGRH.

Outro aspecto importante foi a utilização dos Planos Diretores de Bacia para a construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Porém, antes da elaboração do plano estadual, a SRH, em parceria com a Associação Para o Desenvolvimento da Agronomia da Universidade Federal da Bahia (DESAGRO/UFBA), elaborou um documento de síntese e avaliação dos Planos Diretores de Bacia, com o objetivo de indicar estudos necessários para atualização visando à constituição do PERH.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos, no seu relatório de estudos de base – volume I, apresenta uma síntese dos estudos realizados

com relação à disponibilidade e demanda hídrica, estudos sócio-econômicos e de cenários, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, entre outros aspectos relativos à questão hídrica e ao meio ambiente. Apresenta os dados para cada RAA e RPA do estado da Bahia, de forma que destacamos alguns aspectos importantes relativos à bacia do rio Itapicuru.

Com relação à potencialidade hídrica, o PERH calculou uma potencialidade de 27,3 m³/s para o rio Itapicuru, o que corresponde a 53 % da RAA IV – Itapicuru, Vaza Barris e Real. Já a disponibilidade para essa RAA, que era de 5,3 m³/s, foi calculada em 11,3 m³/s, aumento atribuído à construção do açude de Ponto Novo, que como vimos, estava previsto no Plano Diretor, que elevou a disponibilidade no rio Itapicuru, chegando a 61 % do total da RAA. Ou seja, o PERH já contava, em 2000, com as possibilidades hídricas oferecidas pela construção da barragem. Entre os demais estudos realizados destacamos com relação a RAA IV:

- problema futuro que poderia ser gerado pelo baixo índice (10 % da população urbana total) de atendimento da população urbana com rede de esgotamento sanitário. Associado a esse problema o índice de tratamento dos esgotos gerados é ainda mais baixo (5 %), de modo que cargas poluidoras chegam a serem lançadas diretamente nos leitos dos cursos d'água;
- destaque para a potencialidade das águas subterrâneas e para o fato de já se utilizar 26,92 % do potencial, enquanto que nas demais RAAs, com exceção da RAA III – Paraguaçu e Recôncavo Norte, esse índice é inferior a 5 %;
- outro fato relevante é que estava planejado, de acordo com PERH, investimentos em irrigação, no município de Ponto Novo, da ordem de 38.250.000,00 reais, que deveriam gerar 4500 empregos diretos e 9000 indiretos, numa área de 4.500 ha, em três anos.

Assim, verificamos que o Plano Estadual de Recursos Hídricos já previa, em articulação com o Plano Estadual de Irrigação, a utilização das águas do açude de Ponto Novo para irrigação e dos lençóis subterrâneos de

Tucano para abastecimento humano, ratificando a opção do governo do estado da Bahia, sob o comando do Partido da Frente Liberal, de construir grandes barragens, e a partir da água armazenada nos açudes, derivar grandes projetos de irrigação. Essa opção se generalizou por várias bacias hidrográficas do estado, como a dos rios Paraguaçu e Itapicuru, por exemplo.

Logo, mesmo não concordando com as opções adotadas pelos planejadores, destacamos que o Estado agiu resguardado por um plano de ação, ou seja, uma ação tecnicamente normatizada. Porém, o plano não foi participativo, não envolveu a comunidade, não ouviu seus anseios. Além disso, o plano diretor que tinha foco principal na disponibilização de água para áreas de reforma agrária e de agricultura familiar, foi redirecionado pelo PGRH, como esclareceremos a seguir.

5. 4 As intervenções reguladas pelo PGRH na bacia do rio Itapicuru.

O PGRH foi elaborado alguns anos depois da elaboração do Plano Diretor da Bacia e, como plano de aplicação e gerenciamento, executou várias ações previstas no plano diretor, mas redirecionou o foco de várias delas, principalmente a ação que construiu a barragem de Ponto Novo.

Como vimos anteriormente o PGRH foi subdividido por intervenções estruturais e institucionais. Essas ações estão listadas no quadro 7 e demarcam o que foi realizado até o ano de 2006. Com relação à bacia do rio Itapicuru as intervenções estruturais se concentraram em dois grandes projetos: o sistema integrado de Tucano e a implantação dos projetos de Ponto Novo. Além disso, foram construídas 4 barragens para dar suporte às ações de irrigação e abastecimento (mapa 17).

As barragens foram pensadas como um sistema integrado para manter parte do rio Itapicuru perene e para manter o nível do reservatório principal que é o de Ponto Novo, de onde se retira a água para os projetos de irrigação. Já a implantação do Sistema Piloto de Tucano beneficiou 27.000 pessoas nos municípios de Quinjingue, Nordestina, Tucano e Euclides da Cunha, que passaram a contar com adutora que abastece a zona urbana e rural com uma água de excelente qualidade.

Quadro 7**Principais ações realizadas no PGRH – Bacia do rio Itapicuru. Bahia. Brasil. 2006.**

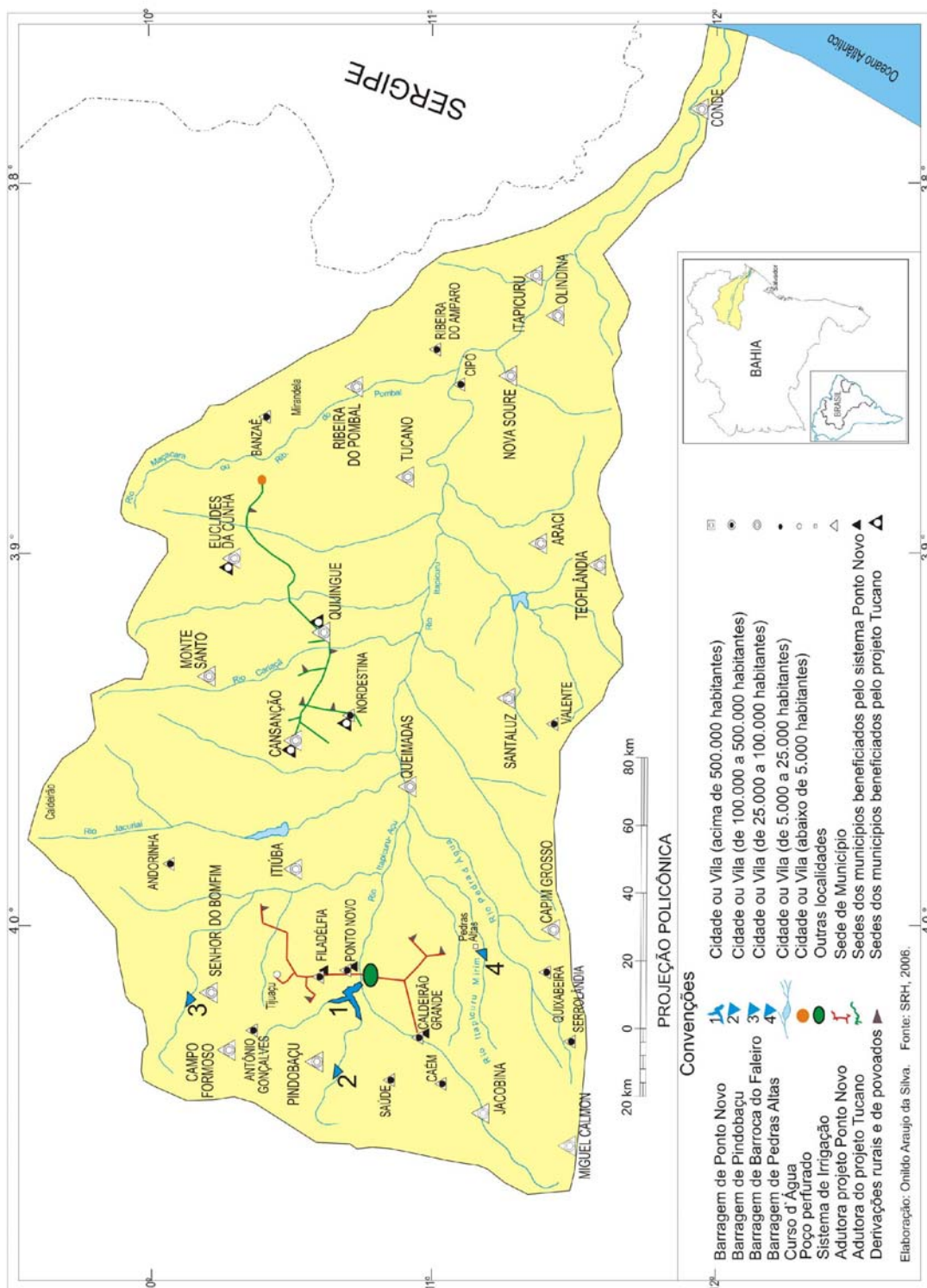
Ações Executadas	Indicadores de execução
Construção da Barragem de Ponto Novo com capacidade de acumulação de 39.600.000 m ³ de água com possibilidade de irrigar 4.200 ha.	Barragem concluída em 1999.
Reassentamento de 83 famílias atingidas pelo lago da barragem, beneficiadas com infra-estrutura habitacional (casa, energia, estradas e saneamento).	Melhoria na qualidade de vida, com o fornecimento de moradia (casas de alvenaria e instalações hidro-sanitárias completas) e ajuda de custo (dinheiro e cestas básicas).
Implantação do Sistema de Irrigação 1 ^a etapa para atendimento aos reassentados com a disponibilização de 415 ha de lotes irrigados.	Implantação de 415 ha irrigados divididos entre as famílias reassentadas, com toda assistência técnica para plantio. Incremento do nível salarial e na aquisição de bens de consumo e serviços. Redução do fluxo migratório rural – urbano. Melhoria no atendimento aos usuários da água na região.
Construção de 6 Casas de Recursos Naturais em 6 regiões do Estado.	Regionalização das ações de fiscalização e outorga, economia de gastos e maior integração nas ações interinstitucionais (SRH, CRA e SFC). Melhoria no atendimento da SRH para com os usuários da água.
Instalação e operação e manutenção de 130 estações hidrométricas automáticas e 175 convencionais.	Aumento da confiabilidade dos dados coletados e agilidade na coleta dessas informações.
Implantação do Banco de Dados socioeconômico e hidrometeorológico.	Disponibilização de dados para suporte às ações de gerenciamento.

Continua

Ações de fortalecimento e desenvolvimento institucional, incluindo capacitação de usuários de água e de monitoramento de projeto.	Criação da Lei nº 8.194, que dotou a SRH de autonomia administrativa e financeira. Realização de cursos de curta duração e de capacitação técnica (especializações e mestrados). Compra de móveis e equipamentos diversos.
Implantação do Sistema Piloto de Tucano.	Beneficiamento de 27.000 pessoas com acesso à água de excelente qualidade proveniente do aquífero sedimentar de Tucano.
Eletrificação do Sistema de Irrigação de Ponto Novo.	55 km de rede instalada e disponibilização de uma linha de transmissão de 69 Kw.
Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.	Documento de planejamento para a gestão dos recursos hídricos contendo informações básicas necessárias para orientar o Governo no processo de tomada de decisões quanto à implementação de ações para o Estado.
Implantação do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social – PECS nas Bacias dos Rios Itapicuru e Paraguaçu.	Realização de seminários, cursos de capacitação em educação ambiental e gestão de recursos hídricos, oficinas de acompanhamento dos multiplicadores, feiras do Meio Ambiente, criação de bibliotecas da água e formação de um Núcleo de Educação Ambiental (NEA) em cada município participante.
Implantação de organismos de bacias e organização dos Usuários da Água.	Criação de quatro Associações de Usuários da Água ao redor da Barragem de Ponto Novo, 26 Comissões de Usuários da Água - COMUA, em 26 municípios. Criação do Consórcio Intermunicipal de Usuários da Água do Alto e Médio Itapicuru, formado por 11 municípios. Instituição do primeiro Comitê de Bacias da Bahia (Comitê das Bacias do Leste).

Fonte: www.srh.ba.gov.br (Acesso em 22 de abril de 2006).

Mapa 17
Intervenções estruturais do PGRH na bacia do rio Itapicuru.



É preciso destacar que a infra-estrutura construída em Ponto Novo, como novas casas para a relocação das famílias atingidas pelo lago da represa ou mesmo as adutoras do perímetro irrigado, também foram implantadas por ações reguladas pelo PGRH, de forma que sem as verbas provenientes de empréstimos internacionais e do próprio governo do estado da Bahia não teria sido possível executar tudo que foi projetado.

Isso é importante porque demarca a capacidade do Estado de agir mesmo sem possuir o recurso, pois é capaz de endividar-se, o que confere certa dependência com relação aos agentes que viabilizam os empréstimos. No caso das ações de Ponto Novo a intervenção do Banco Mundial foi fundamental, como analisaremos nos próximos capítulos.

Já na área institucional verificamos que não houve um direcionamento das ações apenas para as três áreas delimitadas como foco de atuação. Algumas ações se generalizaram por todo o estado da Bahia, demonstrando que houve um redirecionamento não explicitado no documento original. As ações concretizadas até o final do governo do PFL foram:

- implantação do banco de dados socioeconômico e hidrometeorológico;
- ações de fortalecimento e desenvolvimento institucional, incluindo capacitação de usuários de água e de monitoramento de projeto;
- elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- implantação do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social (PECS) nas bacias dos rios Itapicuru e Paraguaçu, com a realização de seminários, cursos de capacitação em educação ambiental e gestão de recursos hídricos, oficinas de acompanhamento dos multiplicadores, feiras do meio ambiente, criação de bibliotecas da água e formação de um Núcleo de Educação Ambiental (NEA) em cada município participante;
- implantação de organismos de bacias e organização dos usuários da água com a criação de quatro associações de

usuários da água ao redor da barragem de Ponto Novo, 26 Comissões de Usuários da Água, em 26 municípios. Criação do consórcio intermunicipal de usuários da água do alto e médio Itapicuru, formado por 11 municípios. Instituição do primeiro comitê de bacias da Bahia (Comitê das Bacias do Leste).

Portanto, o PGRH, como principal projeto do governo do estado da Bahia, realizou uma série de ações que tiveram rebatimentos na organização espacial na área da bacia do rio Itapicuru, principalmente no município de Ponto Novo, locus das principais intervenções.

Além disso, ocorreram ações que direcionaram a gestão do uso da água para a lógica da gestão integrada de bacias fundada em princípios como o de usuário-poluidor-pagador e cobrança pelo uso da água que vai sendo transformada em mercadoria, em detrimento de um uso livre gerido de acordo com a participação popular na definição das prioridades. Apesar das leis ratificarem instrumentos de participação via comitê de bacia, por exemplo, a mercantilização da água é um processo que está em curso.

O novo governo, agora sob o comando de um outro partido político, como já especificamos anteriormente, já trabalha para a elaboração do PGRH II, com indícios de que mudará o foco do projeto, propondo construir, ao invés de grandes barragens, pequenas intervenções para suprir comunidades que, mesmo estando a poucos metros dos principais rios baianos, não estão servidas de água tratada e rede de esgotamento sanitário. Mas certamente, esse será um processo que não teremos condições de investigar, em função da abrangência temporal proposta para a pesquisa que realizamos.

Capítulo 6

O municipio de Ponto Novo

Os municipios do futuro deben camiñar cara um reforzamento institucional e funcional, traducido nun incremento dos seus recursos humanos e financeiros. Só así poderán ser verdadeiramente representativos dos intereses cidadáns e administrar eficazmente os seus asuntos.

Román Rodrigues González

O município de Ponto Novo é um pequeno município do estado da Bahia – Brasil, com uma dinâmica social e econômica intensamente articulada às atividades rurais. A sede do município localiza-se a 332 km da capital do estado da Bahia (Salvador), situada a 10° 51' 46" de latitude sul e 40° 03' 01' de longitude oeste e o município possui 465,21 km² de área total (mapa 18).

De acordo com o quadro 8, que sintetiza as características básicas do município, verificamos que atualmente sua população total é de 17.199 habitantes, o que para os padrões brasileiros, o caracteriza como um município de pequeno porte. Além disso, a emancipação política de Ponto Novo ocorreu em 1989 através da Lei Estadual 4.837 de 24/02/1989, desmembrado do município de Caldeirão Grande, o que o torna um município relativamente novo.

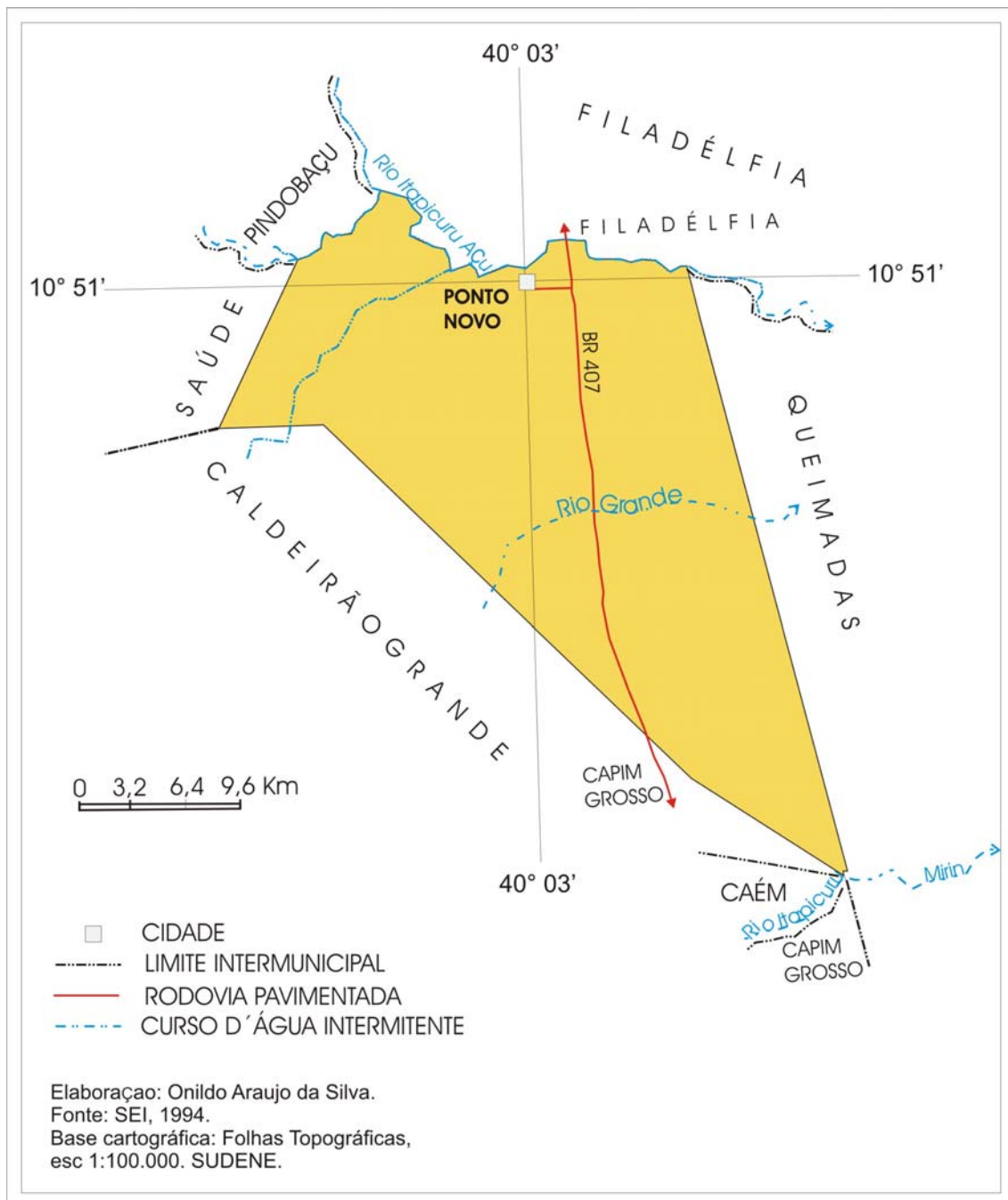
Do ponto de vista da dinâmica natural predominam os processos que caracterizam o semi-árido, como chuvas irregulares e ciclos de estiagem que influenciam na formação dos solos e no predomínio da vegetação de Caatinga.

A sede do município é uma cidade que oferece poucos serviços aos seus cidadãos, mas tem crescido acima da média dos pequenos municípios baianos nos últimos anos em função da implantação dos empreendimentos agrícolas que tem atraído novos habitantes. É comum encontrarmos novos loteamentos e um conjunto de obras públicas que tem como objetivo dotar a cidade de infra-estrutura.

Porém, predomina a atividade rural. É dela que vem a maior parte dos empregos e a população, mesmo na sede do município, leva uma vida rural. De acordo com Veiga (2002), o critério do IBGE para definir o urbano, no Brasil, é equivocado, pois considera como urbano toda sede de município.

Isso deixa de considerar a ocupação do espaço do município e sua densidade demográfica. Para Veiga (2002) o Brasil é essencialmente rural pois 80% dos seus municípios não têm características de áreas urbanas. Segundo ele as sedes de 4.485 municípios são vilarejos e as sedes de 567 são vilas, das quais apenas parte se transformará, um dia, em cidade.

Mapa 18
Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2006.



Quadro 8
Características Fundamentais. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2007.

Informações Gerais					
Área (Km²)	População Total	Densidade demográfica	Distância da sede em relação a Salvador	Latitude Sul	Longitu de Oeste
465,21	17.199	36,96 hab/km2	332 km	10°51'	40°03'
Características Climáticas					
Clima	Pluviosida de Média Anual	Período chuvoso:	Temperatu ra média anual	Amplitude térmica	Risco de seca
Seco a subúmido e semi-árido	685 mm	Dezembro a fevereiro	23.9°	Temperatu ra máxima: 29.3° Temperatu ra mínima: 20.0°	Alto
Outros aspectos naturais relevantes					
Altitude	Bacia Hidro gráfica	Tipos de solos	Vegetação	Ocorrên cias Minerais	Geologia
400 m	Itapicuru	Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, Planossolos Solódicos, Podzólico Vermelho	Contato caatinga-Floresta Estacional Decidual e Floresta Estacional Decidual	Calcário	Granito-gnaisses, gnaisses charnockíti cos, rochas básicas-ultrabási cas.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.
 Fonte: CEI, 1994.

Mas a estatística oficial considera o país urbano. Isso explica o fato da maioria das nossas “cidades” não serem dotadas de infra-estrutura urbana, pois na verdade são áreas rurais. Em Ponto Novo estamos diante de um desses municípios rurais, ou seja, sua sede era, há pouco tempo, um vilarejo que tem se transformado numa vila, mas não temos a garantia de que será um centro urbano no futuro.

Essa explicação da distorção da estatística oficial é importante porque a análise do município e de sua sede fica facilitada. É esse aspecto que nos faz compreender porque em Ponto Novo, considerada uma cidade pelo IBGE, não existe agência bancária, centros comerciais de grande porte ou ainda a generalização de serviços como os de saúde e lazer, entre outros. Ou seja, a população tem tudo isso à sua disposição na cidade de Senhor do Bonfim que está a apenas 45 km de distância.

Portanto, como município essencialmente rural o que constatamos é a presença dos aspectos típicos da organização desse espaço rural, com destaque para o fato de que esse espaço rural é um espaço que se moderniza, que absorve as tecnologias disponíveis e não mais apenas um conjunto de fazendas com remota articulação entre si.

Já do ponto de vista dos recortes territoriais, principalmente aqueles usados pelos órgãos públicos para fins de estatísticas e planejamento, o município de Ponto Novo faz parte, de acordo com o quadro 9, da mesorregião geográfica Centro Norte Baiano, da microrregião geográfica de Jacobina, da região econômica Piemonte da Diamantina, da região administrativa de Senhor do Bonfim e do eixo de desenvolvimento da Chapada Norte.

Recentemente (2007), com a mudança no governo do Estado, foram adotados como base para o planejamento os territórios de identidade, estando Ponto Novo no território denominado de Piemonte Norte do Itapicuru, um território que se destaca em função da intensa mineração, sendo a cidade de Senhor do Bonfim seu centro urbano principal.

Aliás, essa proximidade de Ponto Novo com Senhor do Bonfim, como já destacamos anteriormente, favorece o acesso aos amplos serviços que essa cidade oferece ao mesmo tempo em que dificulta a implantação dos mesmo em Ponto Novo.

Quadro 9
Município de Ponto Novo no contexto das regionalizações adotadas na
Bahia entre 1999 a 2007.

Recorte	Número de identificação	Recorte ao qual pertence o município de Ponto Novo
Mesorregião Geográfica	-	Centro Norte Baiano
Microrregião Geográfica	10	Jacobina
Região Econômica	10	Piemonte da Diamantina
Região Administrativa	28	Senhor do Bonfim
Eixo de Desenvolvimento		Chapada Norte
Território de Identidade	25	Piemonte Norte do Itapicuru

Elaboração: Onildo Araujo da Silva. Modificado de Atlas dos Territórios da Identidade, 2007.

Fonte: IBGE, SEPLAN, CET.

Nota: (*) Território de Identidade-Regionalização adotada em 2007.

Assim, o município de Ponto Novo está inserido em várias regiões administrativas pelo governo do estado da Bahia e pelo governo federal. Porém entre esses recortes, os mais importantes, em função da amplitude da ação estatal, são:

- região Nordeste do Brasil definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- semi-árido brasileiro definido pelo governo federal;

- semi-árido baiano definido pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), pelo Ministério da Integração Nacional e pela Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) do estado da Bahia;
- área da bacia do rio Itapicuru definida pela Agência Nacional de Águas (ANA/Brasil);
- região econômica Piemonte da Diamantina (mapa 19) definida pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) do estado da Bahia.

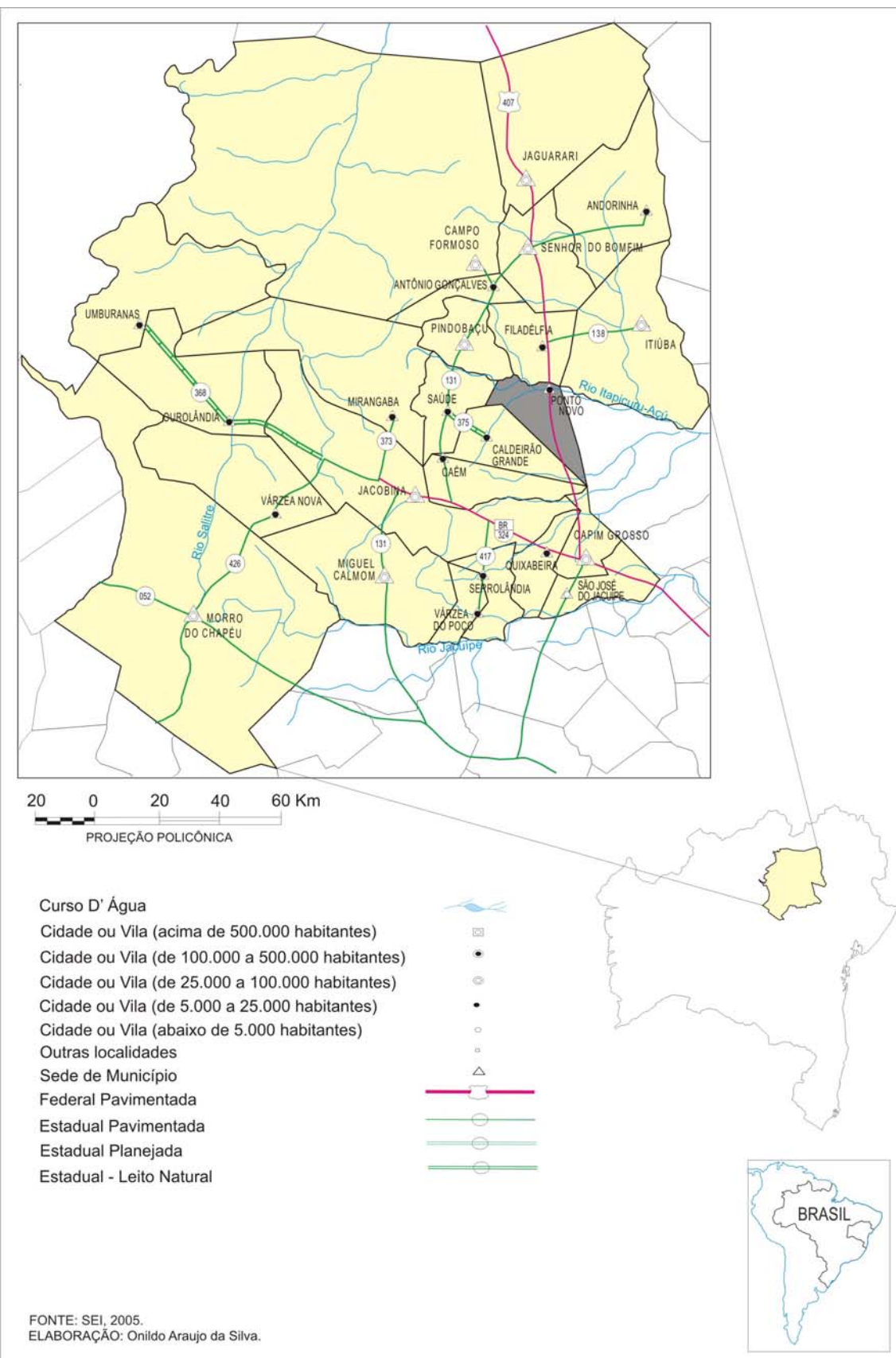
Esses espaços sempre foram focos de programas de governo para a redução da pobreza e combate à seca. Eles estão integrados, de forma que a pesquisa sobre o município de Ponto Novo não pode deixar de considerar sua inserção no semi-árido, em função da força de ação que esse fato representa no contexto brasileiro e sua inserção na bacia do rio Itapicuru, uma vez que no Brasil, por lei, é a bacia hidrográfica a unidade de gerenciamento dos recursos hídricos.

Além disso, as áreas em questão estão inseridas no Nordeste brasileiro, região que tem uma história peculiar, como já destacamos anteriormente, com relação aos aspectos referentes ao uso da água, pois nela se encontra a maior área semi-árida do Brasil e o processo histórico que caracterizamos, no capítulo 5, como indústria das secas.

Logo, as intervenções realizadas pelo Estado nos últimos anos têm influenciado a organização do espaço rural e transformado tanto a dinâmica municipal, que é aquela típica dos pequenos municípios do semi-árido brasileiro, onde predominam atividades rurais tradicionais, como o plantio de milho, feijão e mandioca, de acordo com o período chuvoso, e a criação de bovinos, caprinos e ovinos, quanto a forma como cresce a sede do município.

Ou seja, a mecanização do campo, a oferta de emprego durante todo o ano e a ampliação da área produtiva tem atraído para a sede do município muitos trabalhadores e suas famílias.

Mapa 19
Município de Ponto Novo no contexto da Região Econômica Piemonte da
Diamantina. Bahia. Brasil. 2007.



Como a remuneração da maioria dos trabalhadores não atende a todas as necessidades da família, ficando em média em torno de 260 dólares, a população da sede do município tem vivido problemas de falta de moradia, saneamento e segurança, como resultado da modificação relativamente rápida, para os padrões dos pequenos municípios do semi-árido, das formas de apropriação territorial da sede do município.

Em Ponto Novo verificamos um crescimento gradativo da atividade econômica e a ampliação da oferta de empregos na zona rural, porém o rebatimento desse crescimento no desenvolvimento social não é significativo e é essa contradição que queremos enfatizar, pois é resultado da ação do Estado como agente hegemônico da produção do território.

Portanto, passamos a seguir a analisar a dinâmica da população, o perfil da mão-de-obra ocupada, a estrutura da atividade econômica - com destaque para o perfil empresarial - e os aspectos sociais - com destaque para os índices de indigência e acesso à educação. A comparação desses dados nos permite entender essa lógica em que a ação resulta em crescimento econômico, mas não resulta em desenvolvimento social.

6. 1 A dinâmica da população municipal e o perfil da mão-de-obra disponível

A dinâmica populacional do município de Ponto Novo destoa do que tem acontecido na maior parte dos municípios do semi-árido baiano, ou seja, manutenção da população existente, sem grandes saltos de crescimento, enquanto o normal tem sido redução do número de habitantes.

Em 2006 a população municipal chegou a 17.199 habitantes. A taxa de urbanização passou de 32,28% em 1991 para 39,37% em 2000, de acordo com os dados apresentados no relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, que considera o critério do IBGE, ou seja, é urbano todo habitante que mora na sede do município independente de sua ocupação principal. Mesmo assim os dados ratificam a condição de município rural.

A população residente em 1991 era de 17.171 habitantes, se elevando a 18.023 em 1996, voltando em 2000 praticamente ao patamar anterior, ficando em 17.187 e chegando a 17.199 em 2006, o que indica uma

estabilidade e ratifica a não redução da população (figura 9). Esse período entre 1991 e 1996 é imediato à emancipação do município não sendo a variação encontrada em 1996 um dado relevante, pois a população residente logo volta ao patamar normal.

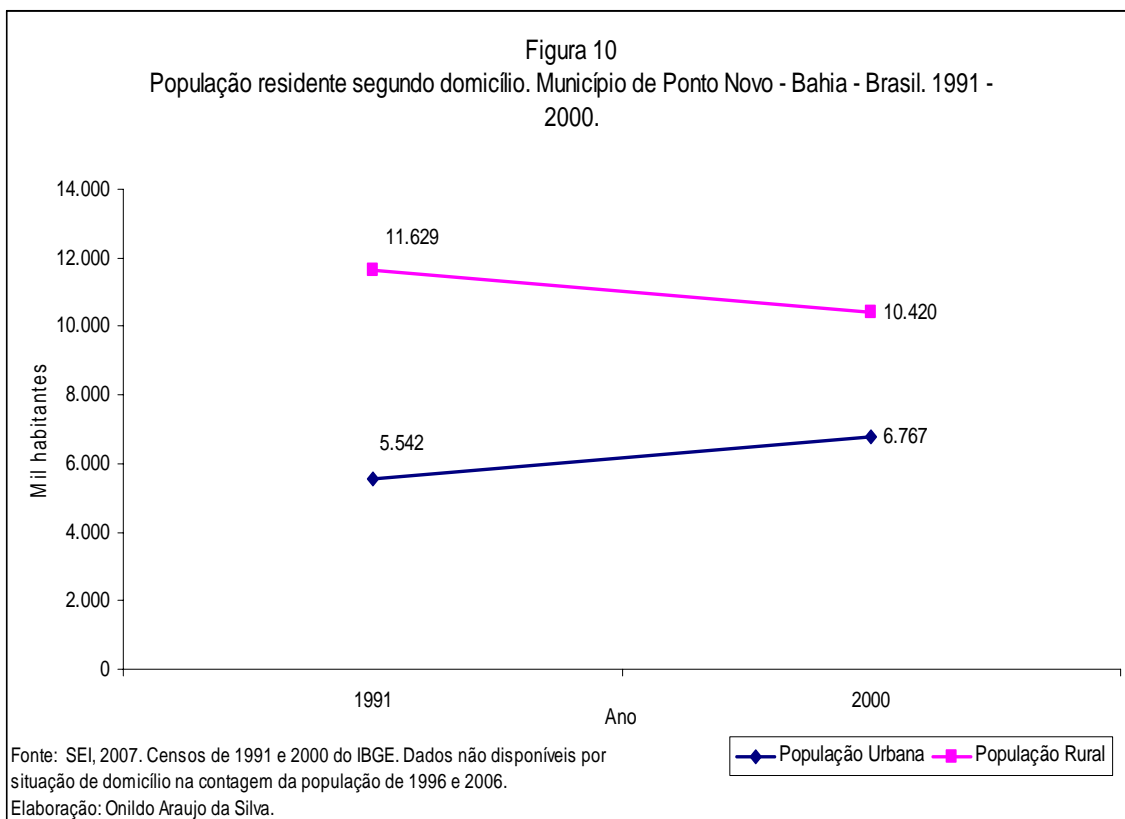
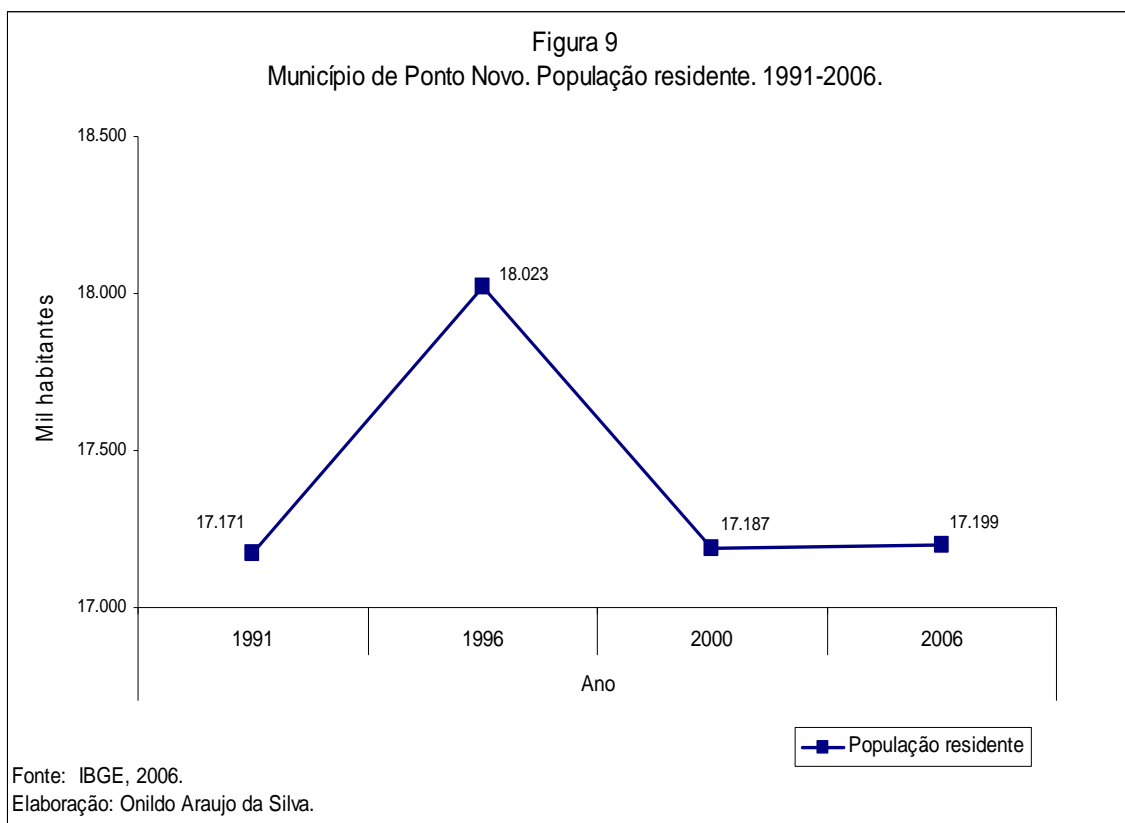
É importante enfatizar que não houve incremento populacional significativo entre 2000 e 2006, período em que os projetos de irrigação se efetivaram. Ou seja, a primeira fase do projeto voltou-se para a relocação de produtores e a constituição dos lotes de 5 hectares, ocupando mão-de-obra disponível no próprio município. Como as estatísticas são divulgadas a cada 5 anos esperamos um incremento significativo da população para 2010, em função da implantação do pólo empresarial que começou a absorver mão-de-obra a partir de 2007.

Destacamos que muitos municípios do semi-árido baiano tiveram a população reduzida no período em questão, fato atribuído à pequena disponibilidade de emprego e oportunidades de estudo para os mais jovens. Ponto Novo não cresce significativamente, mas destoa no que se refere à tendência de perda de população.

Com relação à população por situação de domicílio verificamos, com os dados dos censos de 1991 e 2000, que o IBGE considera como urbano os habitantes da sede e como rurais os habitantes das fazendas e pequenas localidades dispersas no município, que Ponto Novo tem a maioria da sua população vivendo na zona rural. Porém, no período entre os dois censos ocorreu uma queda significativa da população rural, que caiu de 11.629 habitantes em 1991 para 10.420 habitantes em 2000 (figura 10).

Esse é um processo impulsionado pela venda dos lotes por pessoas da zona rural através do recebimento de indenizações do governo do Estado e da atração de trabalhadores para a zona urbana em busca dos empregos prometidos pela ação do Estado quando começou a fomentar o pólo de irrigação.

A sede do município cresceu de uma forma que deixa os novos habitantes em zonas pouco adequadas, onde falta infra-estrutura como rede de coleta de esgoto, pavimentação e mesmo residências adequadas. A tendência é de que a sede do município cresça ainda mais, agora atraindo pessoas de outros municípios em busca dos empregos nas empresas agrícolas.



No que se refere à mão-de-obra ocupada verificamos, de acordo com a figura 11, que apresenta os dados disponíveis em 2005, que a população economicamente ativa era de apenas 416 trabalhadores com registro em carteira de trabalho. Desses, apenas 2% estão ocupados na indústria e 8% no comércio e os outros 90% estão ocupados na prestação de serviços. Importa destacar que não foram registrados empregos na agricultura em 2005.

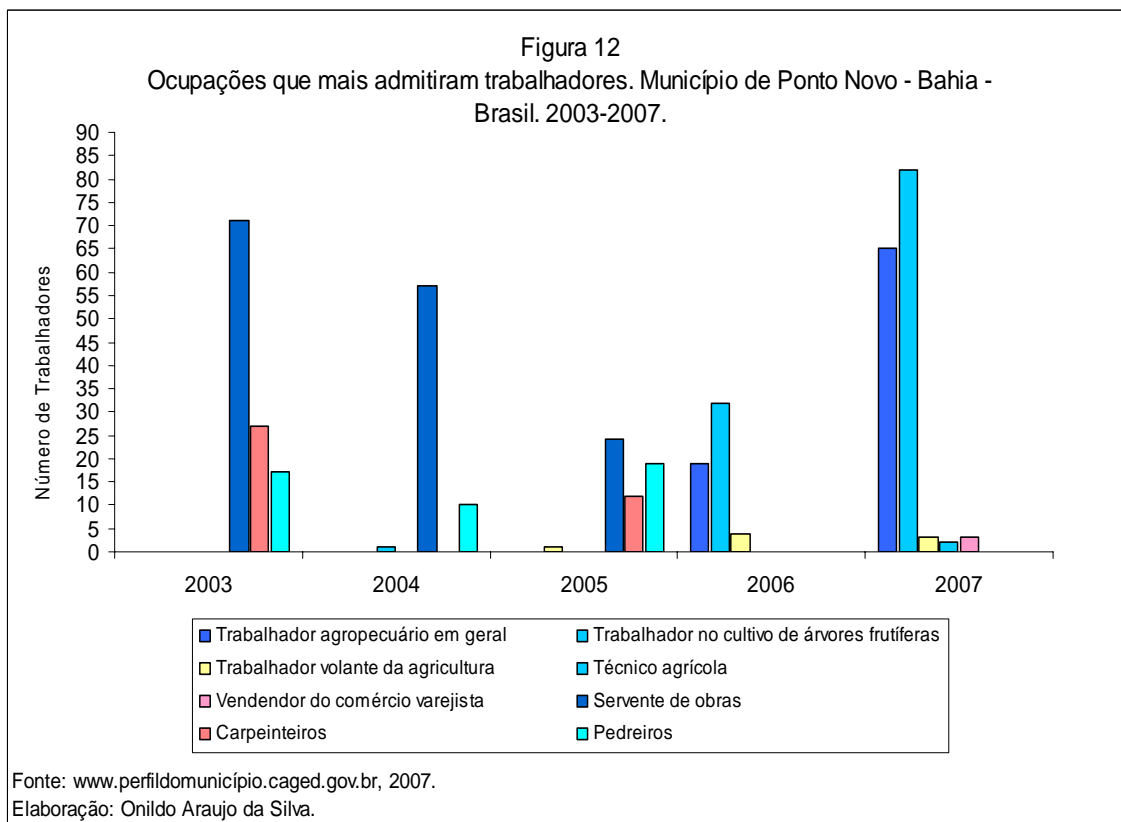
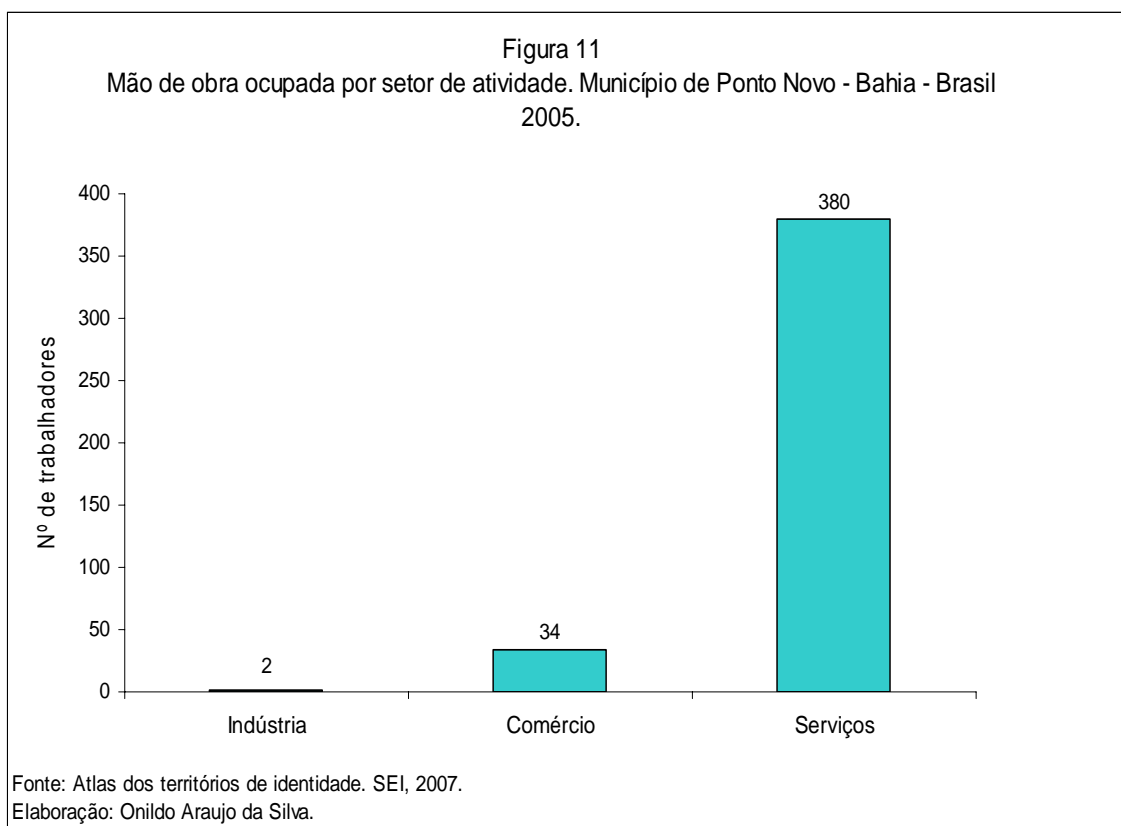
Se compararmos os dados dessa figura 11 com os dados da figura 12, que registra as ocupações que mais admitiram, temos um retrato fiel da dinâmica do emprego no município. Ou seja, em 2003, 2004 e 2005 as ocupações que mais admitiram foram serventes de obras, pedreiros e carpinteiros, praticamente não aparecendo admissões na área agrícola, com a exceção para técnicos agrícolas em 2004.

Esse foi o período de concretização do perímetro irrigado e da execução de várias obras, daí a ampliação da oferta de empregos na construção civil. No entanto, em 2006 e 2007 as três ocupações da área da construção já não aparecem mais entre as que mais admitiram, perdendo o lugar para outras três: trabalhador no cultivo de árvores frutíferas, trabalhador agropecuário em geral e trabalhador volante na agricultura.

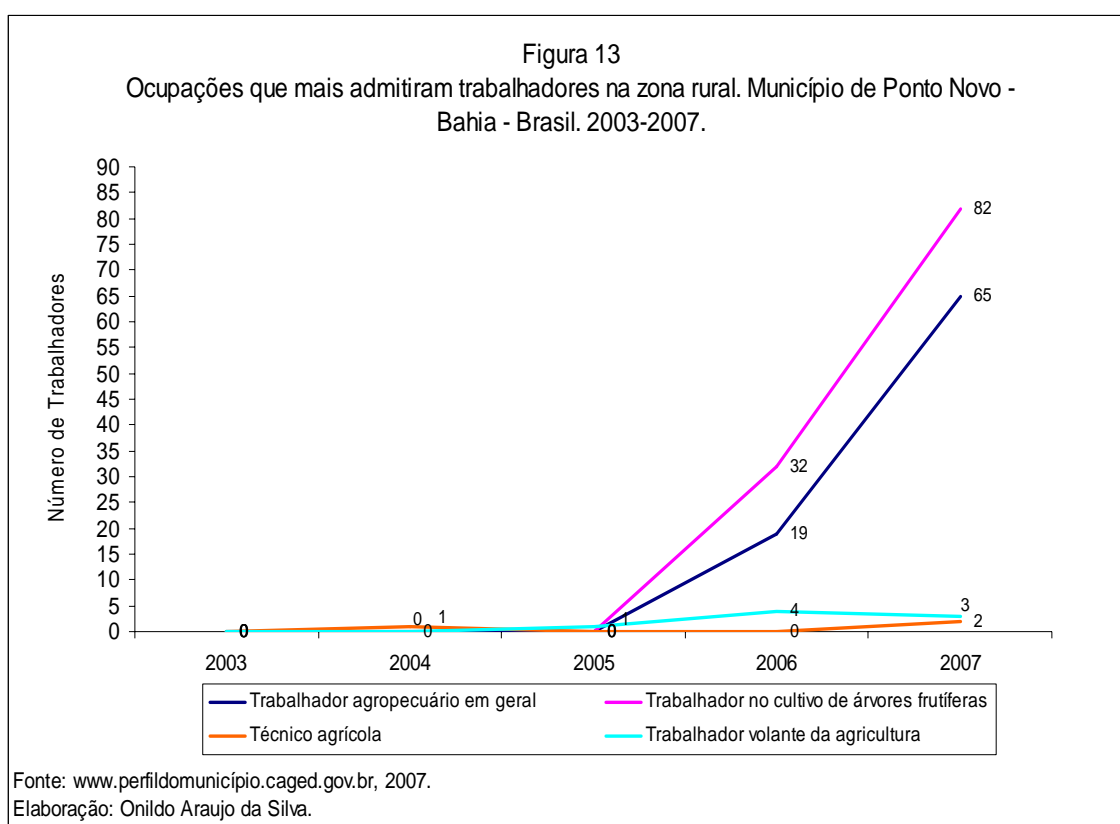
Essa tendência que se estabeleceu em 2007, de crescimento da mão-de-obra ocupada na área agrícola, reflete a ampliação da ação das empresas rurais que começaram a operar a partir de 2005.

Essa ampliação já tem reflexo no comércio pois aumenta também o emprego na área de vendedor do comércio varejista. O impacto da ampliação do emprego agrícola se soma ao impacto da consolidação dos lotes dos agricultores relocados que geram, como constatamos na pesquisa de campo, empregos não formais que consequentemente não aparecem nas estatísticas.

Ou seja, do ponto de vista simplesmente estatístico o impacto causado no comércio local pela alteração na estrutura do emprego pode indicar que é o emprego gerado na área empresarial o único responsável pela dinamização do município, o que não é uma realidade, pois verificamos que a área não empresarial gera, proporcionalmente, mais empregos que a área empresarial, mas como é um emprego sem registro ele não aparece nas estatísticas.



Esse fenômeno recente de ampliação da ocupação na área rural reflete a consolidação do perímetro irrigado e a sua tendência de crescimento. A figura 13 apresenta dados que indicam que dos quatro setores ligados à agricultura, trabalhador agropecuário geral, trabalhador no cultivo de árvores frutíferas, trabalhador volante na agricultura e técnico agrícola, os dois primeiros tiveram um crescimento significativo, evidenciando como a implantação do pólo de agricultura empresarial já começou a reestruturar a forma como se configura o emprego no município.

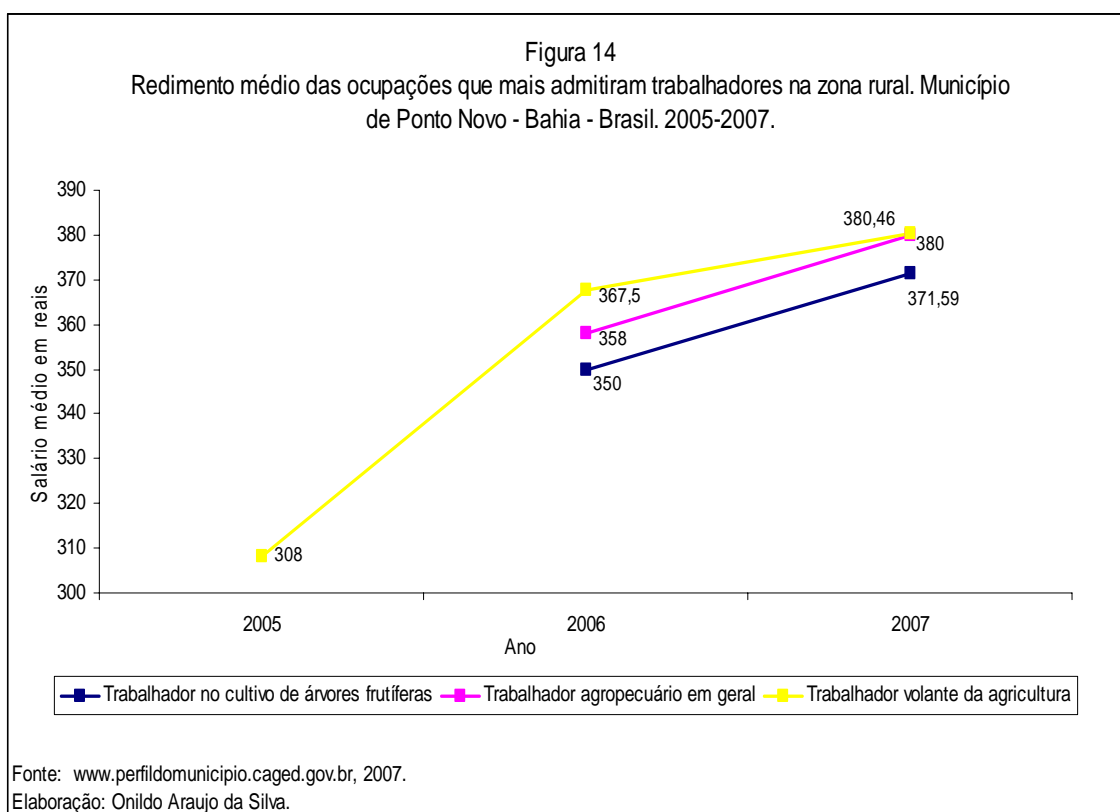


A série entre 2003 e 2007, apresentada na figura 13, demonstra que somente em 2005 começou a aparecer o registro dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, mas mesmo em número reduzido apareceram desde 2004 os trabalhadores volantes na agricultura.

O salto de 0 a 82 trabalhadores da fruticultura, em apenas três anos, confirma o que constatamos no trabalho de campo: o início das operações das empresas AGRIVALE e Sítio Barreiras. E o salto de 0 a 65 trabalhadores, também em apenas três anos, na categoria de trabalhador

agropecuário em geral, reflete a instalação de lotes empresariais e a consolidação de lotes da área dos reassentados.

Ou seja, a estrutura do emprego, as modificações nas ocupações principais refletem a promessa inicial do Estado de que o perímetro geraria emprego e renda. Porém, a renda do trabalhador não se ampliou significativamente. A figura 14 apresenta o rendimento médio do trabalhador nas três ocupações que mais admitiram na zona rural.



Verificamos que o salário do trabalhador volante da agricultura, que é o único que começou a ser registrado já desde 2005, acompanhou a evolução do salário mínimo. Nas outras duas ocupações não foi diferente, não se pagava mais que um salário mínimo. Essa é uma remuneração inadequada, pois não é capaz de suprir o trabalhador e sua família com dinheiro suficiente para que tenham uma vida digna.

No entanto, as estatísticas apresentam os rendimentos dos empregos formais, porém identificamos, no trabalho de campo, grande número de empregos informais que não chegam a remunerar com um salário mínimo,

principalmente quando é trabalho de ganho, nome dado no Brasil ao trabalho pago por dia de serviço, e quando esse emprego ocupa o trabalhador apenas no período de safra.

Logo, a concentração de renda vai se ampliando, pois os benefícios do processo de reapropriação do território, impulsionados pela ação do Estado, ficam com o grande capital em detrimento dos trabalhadores. Ou seja, ocorre a promoção do desenvolvimento econômico, com ampliação do PIB municipal e da arrecadação de impostos, mas a renda dos trabalhadores não se amplia. Isso resulta na não resolução dos problemas básicos de moradia, acesso à educação, lazer e saúde, pois o salário pago não permite ao trabalhador suprir totalmente essas necessidades. Daí que o desenvolvimento econômico não resulta em desenvolvimento social.

6. 2 A dinâmica econômica e o perfil empresarial

Outros aspectos que nos interessam mais especificamente são aqueles relativos à dinâmica econômica, com destaque para o PIB municipal e a produção agrícola, principalmente focando o uso do solo antes e depois da construção da barragem.

Importante destacar que o PIB a preços correntes, entre 1999 e 2005, cresceu mais que o dobro no município de Ponto Novo. O crescimento foi contínuo saltando de 14,73 milhões de reais em 1999 para 35,97 milhões de reais em 2005 (figura 15). Essa evolução acompanhou a implantação dos empreendimentos agrícolas e a tendência de crescimento verificado no Brasil nessa última década.

No entanto, a estrutura setorial do PIB do município de Ponto Novo, como demonstra a série apresentada na figura 16, modificou-se de forma lenta e sem grandes sobressaltos. De 1999 a 2005 o setor de serviços obteve uma pequena oscilação, mas ampliou sua participação de 68,3% em 1999 para 72,2% em 2005, com variações não significativas ao longo da série.

Já a indústria manteve-se praticamente estável, em 1999 tinha participação de 16,6% e em 2005 essa participação foi de 15,9%, uma leve queda com variação muito pequena ao longo da série. Esse dado indica que a

implantação do pólo de agricultura irrigada não está associada a projetos de consolidação da uma cadeia agroindustrial.

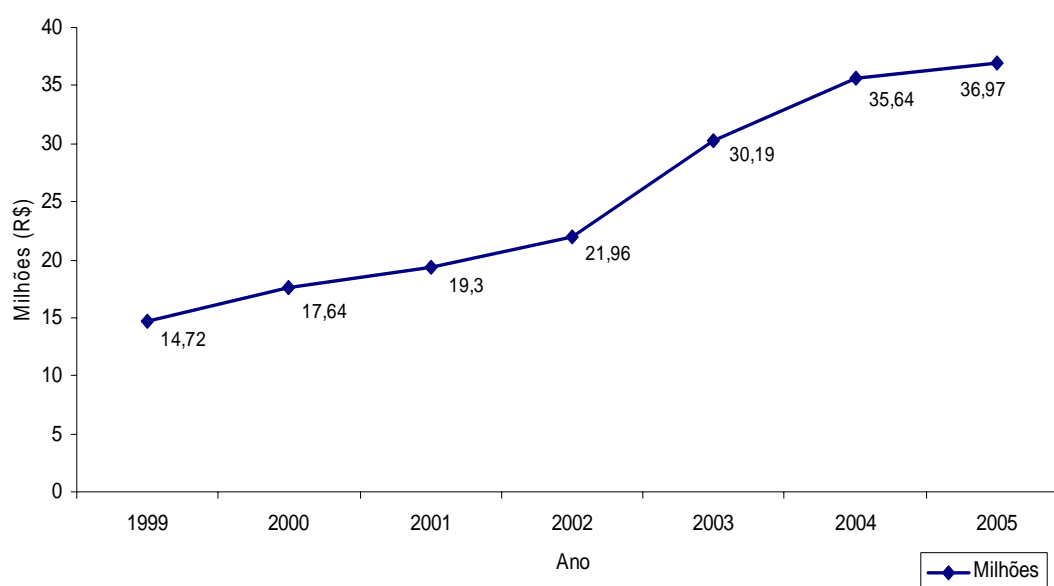
Essa cadeia agroindustrial poderia ser uma possibilidade com a implantação de indústrias na área alimentícia, como de sucos, doces e demais derivados, e teria a capacidade de utilizar as frutas produzidas no pólo. Verificamos que houve algumas tentativas por parte dos pequenos agricultores, como a tentativa de implantar uma fábrica de polpa de frutas, que não seguiu adiante em função de fatores organizacionais. Além disso, não verificamos interesse das empresas instaladas no pólo de irrigação de promover a implantação de indústrias, pois o foco principal é a exportação de frutas “in natura”.

O setor agropecuário foi o que obteve maior variação ao longo da série, com crescimento mais relevante num dado período, entre 2000 e 2004, justamente o período de consolidação da 1ª fase do projeto de irrigação, chegando a ter uma participação de 22,6% em 2004. Em 2005 se verificou uma nova queda, em função da ampliação da participação do setor de serviços que é impulsionado, inclusive, pelo bom desempenho do setor agropecuário.

Esses dados indicam que houve um incremento da atividade agropecuária, e atribuímos isso à implantação da 1ª etapa do Projeto de Irrigação de Ponto, que reorganizou a produção nos 83 lotes de 5 hectares destinados aos agricultores reassentados.

No entanto, esse incremento não foi capaz de alterar significativamente o desempenho da área industrial mas teve reflexo no setor de serviços, já que, como verificamos em trabalho anterior (Silva, 2006), o impacto da implantação da primeira etapa do projeto foi mesmo restrito a um grupo de 83 pequenos agricultores. A expectativa é de que a implantação da etapa empresarial do projeto (2ª etapa) altere significativamente a estrutura do PIB municipal.

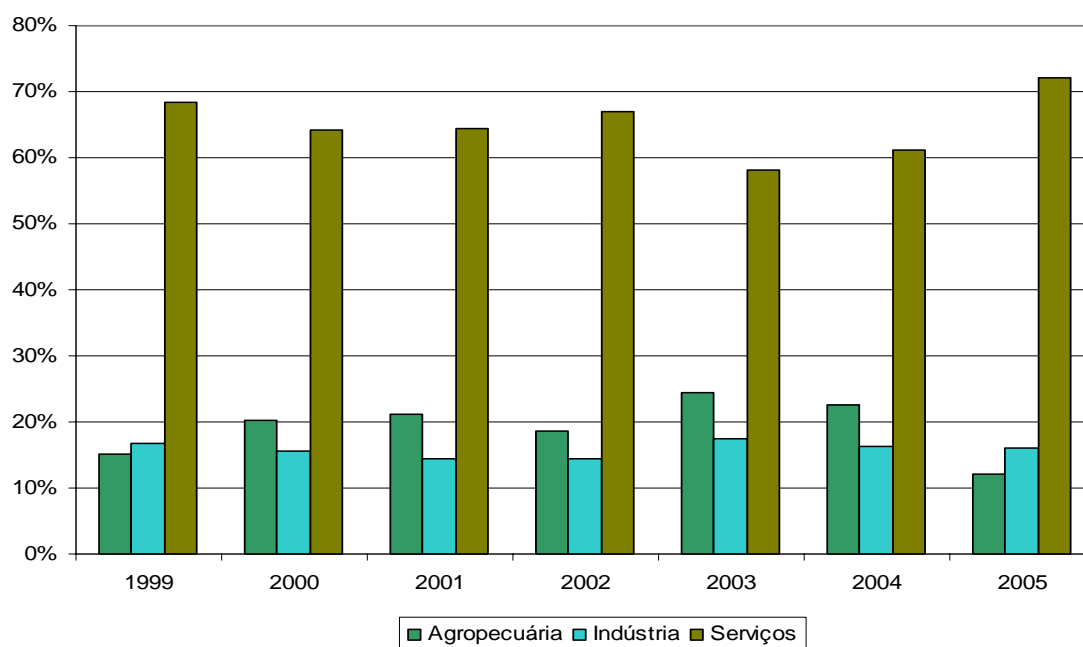
Figura 15
Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes. Município de Ponto Novo - Bahia
- Brasil. 1999-2005.



Fonte: SEI, 2007.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva

Figura 16
PIB municipal. Estrutura setorial. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 1999-2003.



Fonte: SEI, 2007.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

O comportamento da produção agrícola é importante como termômetro da gradativa implantação dos projetos resultantes das reestruturações produtivas ocorridas com a construção da barragem. As séries das figuras 17 e 18 já demonstram modificação no comportamento da produção agrícola municipal.

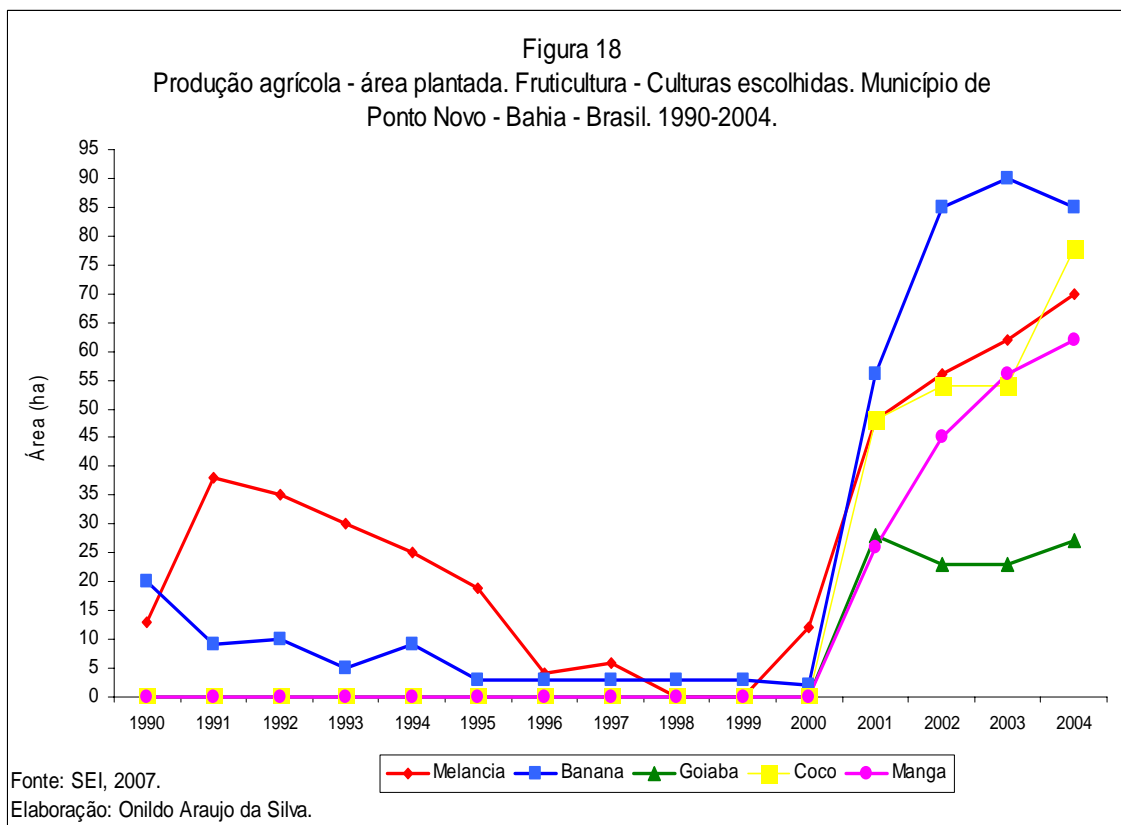
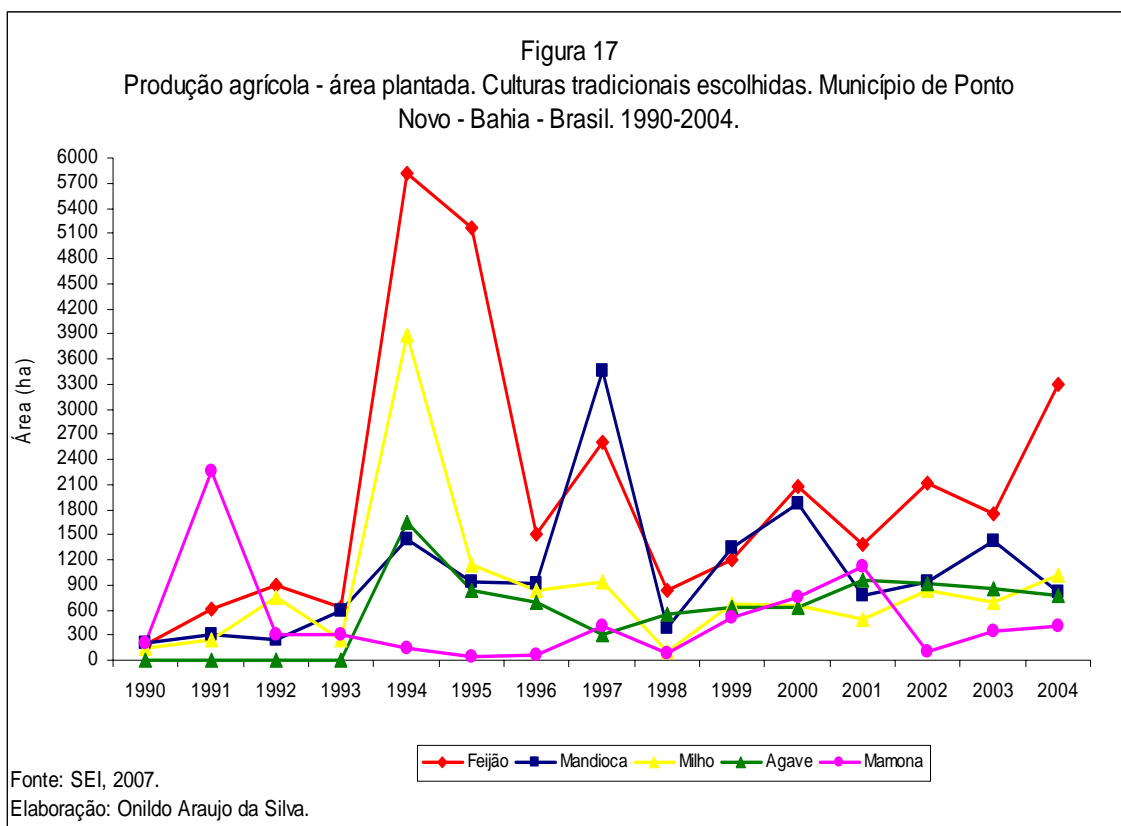
Se analisarmos os dados de área plantada entre os anos de 1990 e 2006, no que se refere às culturas temporárias tradicionais do município (feijão, milho e mandioca) verificamos que o comportamento da linha é de extrema variação entre os anos de 1990 a 1998, com picos de área plantada de feijão de 5.800 hectares em 1993 caindo para 1.500 hectares em 1996; para o milho de 3.875 hectares em 1994 caindo para 1.145 em 1995; já com a mandioca ocorre o mesmo comportamento com bruscas variações da área plantada no período, como por exemplo, 1.144 hectares em 1994 e 918 hectares em 1996.

A explicação para essa intensa variação na área plantada com as culturas temporárias tradicionais é mesmo a dependência das chuvas num município de clima semi-árido, onde os agricultores plantam apenas nos anos “bons”, ou seja, anos em que a chuva cai no período adequado para plantio.

A partir de 1998, ressalvando que a barragem de Ponto Novo foi concluída em 1999, não verificamos uma variação tão intensa, as áreas plantadas de milho, feijão e mandioca não apresentam grandes picos ou quedas abruptas. No caso do feijão verificamos já o uso de irrigação para suprir as deficiências hídricas dos anos “ruins”, o que estabiliza a produção e mantém as áreas plantadas.

Essa tendência de estabilização da produção em função do uso da irrigação deve generalizar-se, uma vez que os projetos fomentados pela ação do estado da Bahia no município estão em plena execução.

Já culturas como o agave ou a mamona aparecem em menor proporção de área plantada, mas a mamona está presente ao longo de toda a série e o agave começa a aparecer a partir de 1994. São culturas que se adaptaram bem às condições de semi-aridez e foram revalorizadas na última década, o agave em função de fornecer uma fibra de qualidade e biodegradável e a mamona por contribuir na área de biocombustíveis.



Outro fato relevante que os dados já demonstram é o abrupto crescimento da área plantada com fruticultura a partir do ano 2000 (figura 18). Isso é reflexo da atuação do Distrito de Irrigação de Ponto Novo que influenciou os agricultores reassentados da 1ª etapa do projeto para que priorizassem o cultivo de frutas.

Assim, já há reflexo nos dados municipais, pois em 2000 o município não possuía um único hectare plantado com manga e em 2006 já identificamos 52 hectares. A banana salta de 2 hectares para 245 hectares e a melancia de 12 hectares para 95 hectares. A goiaba de 20 hectares para 38 hectares, com crescimento irregular ao longo da série.

Como verificamos no trabalho de campo e apresentaremos nos capítulos seguintes, a opção pela fruticultura associada ao plantio de milho e feijão, principalmente no inverno, generalizou-se entre os lotes dos pequenos agricultores. A área plantada é ainda modesta se compararmos com o que começou a ser plantado na área empresarial, mas já é suficiente para promover modificações na vida dos agricultores e na dinâmica municipal.

Esses dados, referentes à fruticultura, também já são reflexo das reestruturações produtivas em curso no município, desde a construção da barragem e da implantação dos projetos a ela associados.

Já os dados de 2006, nos quais verificamos um salto de 85 hectares em 2005 para 245 hectares em 2006, computam as frutas colhidas nos primeiros empreendimentos empresariais, como no caso da banana - na área do empreendimento Sítio Barreiras - e dos 58 hectares de abacaxi - do empreendimento da AGRIVALE.

Com a implantação das áreas empresariais e com a implantação dos lotes da 2ª etapa da fase I, a expectativa é que o pólo de irrigação se concretize até 2011, atingido os 2.647 hectares de área irrigável identificados nos projetos governamentais.

Já no que se refere à pecuária verificamos, na figura 19, um predomínio da criação do gado bovino, com um pico de 13.915 animais em 2004, e com variação ao longo da série, mas resultando em um crescente incremento de animais.

Os gados caprino, ovino e suíno tiveram comportamento semelhante, pouca variação ao longo da série, mas incremento gradativo da

quantidade de animais. Ou seja, a pecuária apresentou um ritmo crescente constante, sem, no entanto, evento de destaque, seja para incremento de animais seja para a diminuição.

Mesmo assim, continua predominando a criação de gado bovino, em detrimento de caprinos, ovinos e suínos, considerados mais adequados a áreas de clima semi-árido (figura 20). Esse é um processo típico da manutenção do latifúndio no semi-árido baiano, onde é a pecuária extensiva a principal atividade econômica do latifundiário.

Logo, o fato de ser um pequeno município amplifica os rebatimentos das intervenções realizadas pela ação do governo do Estado a partir da construção da barragem, pois esse município passou a contar com uma nova infra-estrutura, inclusive com um papel regional importante, já que a própria barragem e os projetos de irrigação estão tendo influência em toda a região. Ponto Novo é um exemplo taxativo de como a ação do Estado pode redirecionar os rumos em uma dada porção do território que prioriza, e é esse processo que buscamos desvelar nesse trabalho de investigação.

6. 3 Os aspectos sociais

O município de Ponto Novo, como destacado anteriormente, foi criado em 1989, de forma que contamos com dados, no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano, dos anos de 1991 e 2000, o que é importante para um diagnóstico da situação do município ao longo da sua primeira década de existência.

Considerando-se os dados da figura 21, identificamos que de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-Educação) a educação já melhorou, dando um salto significativo de 0,393 em 1991 para 0,717 em 2000, se aproximando do índice médio do estado da Bahia em 2000 que era de 0,785. Se associamos a esse dado aqueles apresentados na figura 22, que identifica a matrícula inicial em 2005, verificamos que ocorreu um número alto de matrículas no Ensino Fundamental, se comparado com a população em idade escolar, isso significa melhorias na escolaridade média.

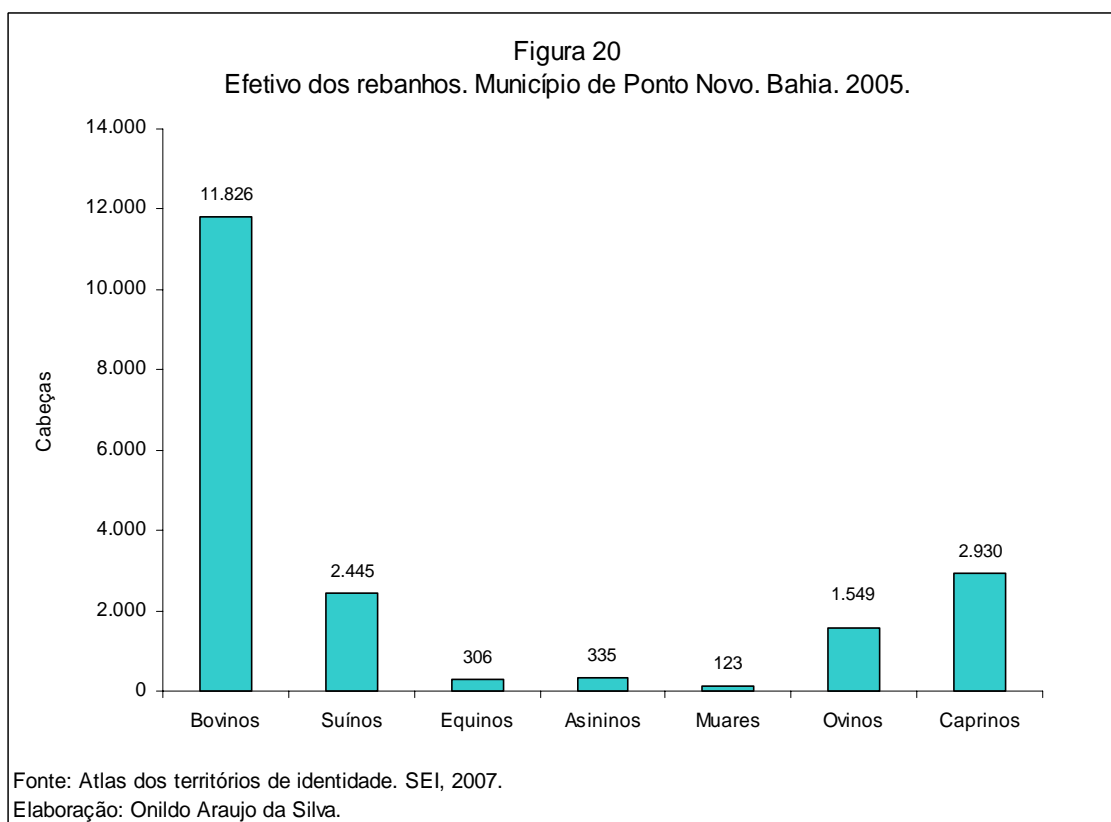
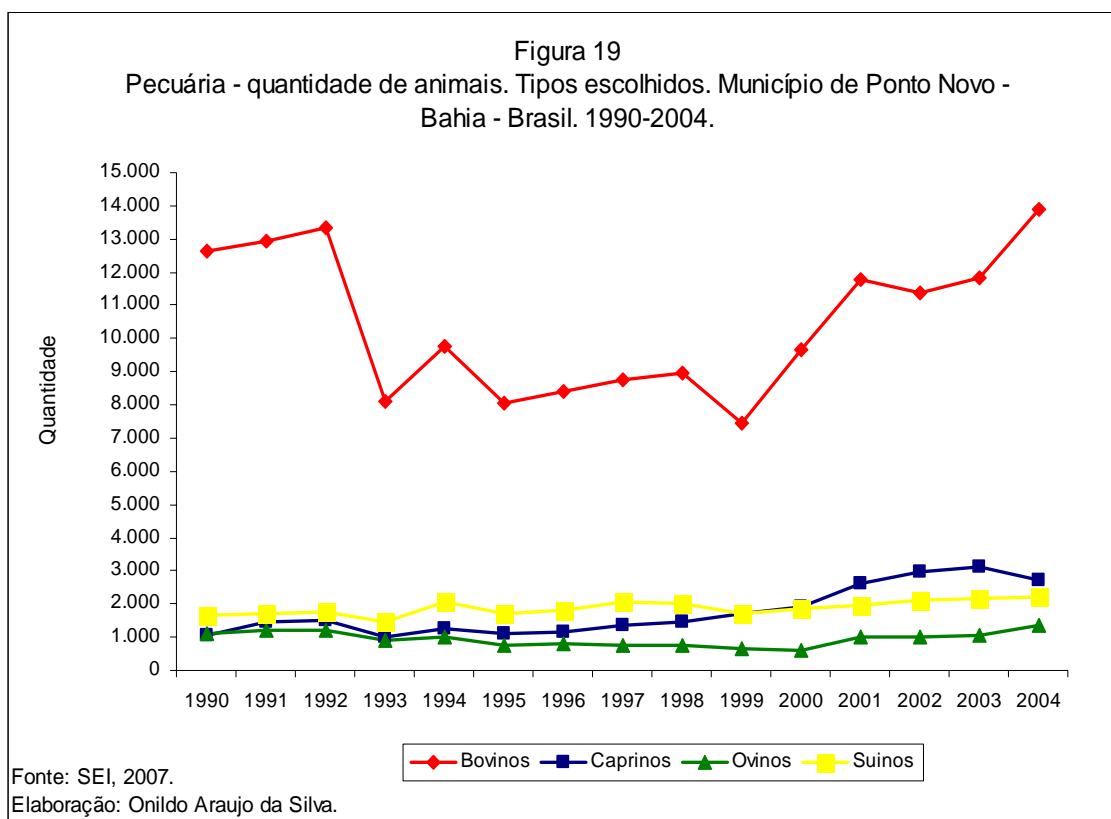
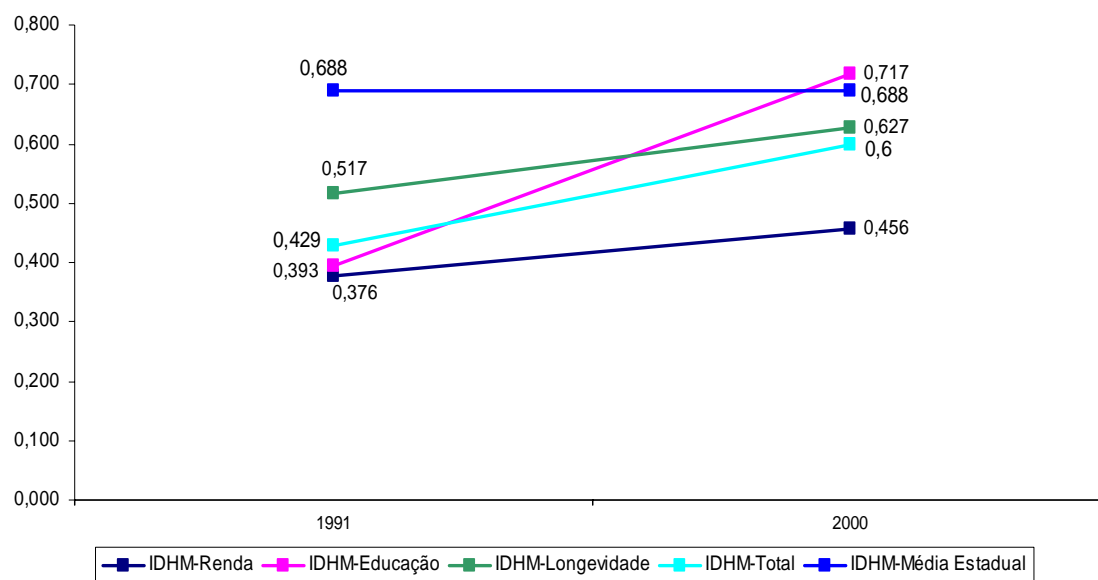
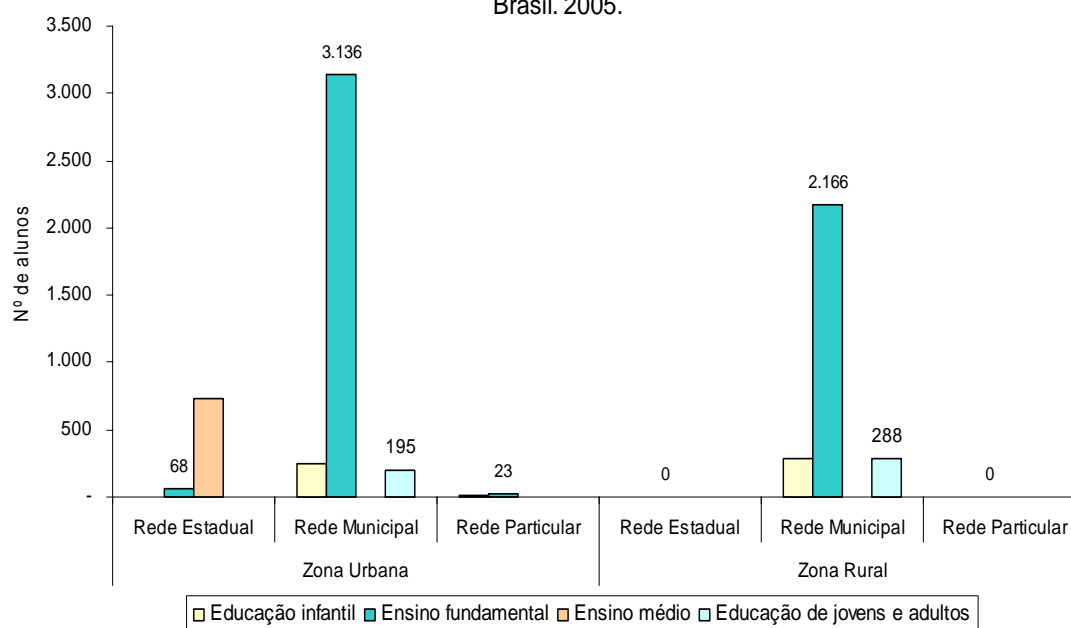


Figura 21
Índice de Desenvolvimento Humano. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil.
1991/2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2007.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 22
Matrícula inicial na rede escolar por nível de ensino. Município de Ponto Novo - Bahia -
Brasil. 2005.



Fonte: Atlas dos Territórios de Identidade. SEI, 2007.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Assim, as taxas de analfabetismo da população em idade de freqüentar o Ensino Fundamental e Médio, em 2000, que era de 33,2 % para a faixa entre 7 a 10 anos de idade e 18,4 % para a faixa entre 10 e 14 anos, tende a ser reduzida.

Já a taxa de analfabetismo da população adulta chegou a 45,8 % em 2000. Ou seja, apesar de ter melhorado o IDHM-Educação ao longo da década, o município carecia em 2000 de ações para minimizar o analfabetismo. Se a esse dado relacionarmos os dados da matrícula inicial na rede escolar em 2005, identificaremos que a matrícula é pequena na educação de jovens e adultos.

Como verificamos em 2006, na pesquisa de campo, que a taxa de analfabetismo continua alta entre os pequenos agricultores, não existe indícios de que tenha havido mudanças significativas com relação à alfabetização da população adulta.

Com relação à renda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal continua baixo, apesar de ter ocorrido melhorias significativas entre 1991 e 2000, ele se situa abaixo do índice estadual. Verificamos que o IDHM-Renda saltou de 0,376 em 1991 para 0,456 em 2000, enquanto o índice para o estado da Bahia ficou em 0,620. Mesmo assim, a população pobre é ampla maioria e houve, contraditoriamente, reconcentração de renda no período em questão.

A proporção de pobres em 2000, ou seja, pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, era de 79,4% da população. Além disso, os 20% mais pobres se apropriaram de apenas 0,2% da renda em 2000 enquanto os 20% mais ricos ficaram com 61,1% da renda do município.

Outro aspecto interessante é verificarmos que, em 2000, apenas 31,4% da população tinha acesso à água encanada e 53,5% tinham acesso a energia elétrica, mesmo sendo o município cortado por um dos principais rios da Bahia. Se a esses dados associamos a renda média gerada pelas ocupações que mais empregaram no município, como vimos anteriormente, e que não passam de um salário mínimo, constatamos que não existe perspectivas de ampliação da renda dos mais pobres, a não ser as perspectivas associadas ao crescimento geral do salário mínimo no Brasil.

Ainda com referência ao IDHM verificamos que a longevidade salta de 0,517 em 1991 para 0,627 em 2000, indicando ligeira melhoria. Assim, o IDHM de Ponto Novo saltou de 0,429 em 1991 para 0,600 em 2000, se aproximando da média estadual que foi de 0,688, o que é considerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) um desenvolvimento médio, mas considerado também, uma situação ruim com relação aos demais municípios brasileiros, pois ocupa a posição 4648^a, estando atrás de 84,4% dos municípios brasileiros. Com relação à Bahia ocupa a posição 289^a, sendo considerada uma posição ruim.

Finalmente, consideramos que o percentual de indigência era de 69,7 em 1991 e passou para 54,3 em 2000, indicando uma leve melhora, mas indicando também que a maioria dos habitantes de Ponto Novo vivem em péssimas condições de existência.

Assim, podemos afirmar que o município de Ponto Novo é um típico município do semi-árido baiano onde ainda predomina a população rural, pouco instruída e com baixo nível de renda, onde as atividades rurais têm o maior peso na organização espacial, estando a indústria e as atividades tipicamente urbanas em segundo plano.

Aliás, é mesmo a vida rural que move os pequenos núcleos de povoamento e a sede do município; expressão desse processo é ainda a manutenção da feira livre municipal.

A situação de extrema pobreza é, inclusive, uma das justificativas do governo do estado da Bahia para realizar as intervenções que investigamos. Porém, demarcamos que o governo reconhece o estado de pobreza da maioria da população, mas atribui a culpa à seca, sem reconhecer a ineficiência da sua ação até aqui, com relação à capacidade de distribuir renda e diminuir a pobreza.

O município de Ponto Novo passa por uma intensa reestruturação, com ações de base territorial que refazem territorialidades, recriam o papel dos agentes de produção do espaço e da ordenação do território. É justamente esse processo que está em curso, um indicativo de como a ação do Estado influencia a produção do espaço. Os condicionantes do processo, com destaque para as técnicas, as normas e a percepção, nos permite analisá-lo. É essa análise que passamos a fazer nos capítulos que seguem.

Capítulo 7

A construção da barragem de Ponto Novo

Diz-se que os projetos de grande escala de desvio de água aumentam a quantidade de água disponível. Na realidade, eles transferem água de uma comunidade para outra e de um ecossistema para outro.

Vandana Shiva

A barragem é um objeto técnico; essa dimensão técnica influencia na sua utilidade social e no interesse da sociedade por aceitar e legitimar sua construção. Justamente por isso esse objeto técnico nunca surge isolado, mas sim enquanto sistema, pois é a sua inserção num dado sistema de objetos que cria sua função espacial.

Pouca utilidade teria construir uma grande barragem se não fossem disponibilizados, de forma sistêmica, outros objetos para irrigação, adutoras, sistemas de pesca, enfim, formas diversas de aproveitamento da água acumulada. Além disso, um objeto surge de acordo com as condições de um dado período e de um dado lugar, de sorte que é possível falar de uma história das técnicas.

Assim, verificamos que a construção da barragem de Ponto Novo é um marco no contexto da organização espacial desse município. Sua construção significou a inserção de um objeto técnico diferenciado dos demais preexistentes, por sua capacidade de fazer funcionar, como pré-condição, uma série de outros objetos que tiveram suas funções viabilizadas com a água então armazenada.

Com a barragem o município passou a contar com sistemas de irrigação, canais, adutoras, etc., que passaram a influenciar sobremaneira a forma de apropriação territorial, inclusive criando, gradativamente, outros problemas de ordem social com a geração dos excluídos, como os antigos proprietários de terras que receberam apenas as indenizações, por exemplo.

Portanto, nos preocupamos em analisar o processo de tomada de decisão que gestou a intervenção estatal que gerou a barragem e a forma como a sociedade participou desse processo, além de caracterizar os elementos implantados e seus rebatimentos temporais e espaciais.

Como argumentamos, a ação estatal é regulada por leis que por sua vez embasam projetos e programas de governo onde estão definidas as prioridades para determinado período de tempo, de acordo com os mandatos de cada governante.

Como vimos anteriormente, foi no período de ação dos governos do Partido da Frente Liberal que o estado da Bahia atualizou sua política de gerenciamento de recursos hídricos, aprovando leis e executando projetos, entre eles o PGRH, que definiu a construção da barragem de Ponto Novo,

como uma estratégia infra-estrutural de reestruturação produtiva de parte do semi-árido baiano. É esse processo de estruturação da ação do Estado que passamos a analisar, utilizando tanto os documentos oficiais que legitimaram a ação estatal quanto os depoimentos dos agentes envolvidos.

7. 1 O suporte jurídico e técnico da ação do Estado

Verificamos que a barragem de Ponto Novo e a implantação de áreas para irrigação já estavam propostas no Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia do rio Itapicuru. A barragem é proposta para o rio Itapicuru-Açu com o objetivo de abastecimento humano, irrigação e piscicultura; no caso da irrigação, já que o PDRH-Itapicuru identifica uma área de 20.850 ha de solos potencialmente irrigáveis, é sugerida com a utilização de sistemas de irrigação eficientes como gotejamento e a micro aspersão. Essa proposição foi mantida para o Plano Estadual de Recursos Hídricos e foi efetivada, com importante mudança de foco, no PGRH.

Com relação ao PGRH, no volume 1A do documento síntese de preparação, já verificamos, no tópico da análise das propostas de intervenção na infra-estrutura hídrica da bacia, um levantamento das barragens existentes e das barragens propostas, como aponta o quadro 10. Entre as barragens propostas três foram executadas: Pedras Altas, Ponto Novo e Pindobaçu, sendo que a barragem de Pindobaçu influencia na vazão da barragem de Ponto Novo e a de Pedras Altas influencia na perenização de parte do rio Itapicuru, funcionando como sistema integrado.

Além disso, esse documento preparatório do PGRH também define um quadro com as áreas irrigáveis (quadro 11), já realizando uma projeção de áreas irrigáveis nas proximidades das represas, com destaque para 5.000 hectares nas margens da futura barragem de Ponto Novo. Assim, o PGRH, em seu documento final define construir a barragem de Ponto Novo, e implantar em três etapas, projetos de irrigação. Sobre esse processo é interessante ressaltar três aspectos:

Quadro 10

PGRH - Bacia do rio Itapicuru barragens existentes e propostas. Bahia. 1996.

Barragem	Área de drenagem (km²)	Vazão regularizável (m³/s)	Volume acumulável (hm³)
Brejo Grande	164	0,111	2,17
Pedras Altas	2250	1,474	38,45
Ponto Novo	2400	4,803	43,76
Pindobaçu	625	1,360	9,00
Cachoeira Grande	84	0,235	14,83
Carrapichel	456	0,758	47,80
Saúde	55	0,175	11,06
Rio das Pedras	396	0,085	12,62
Jacurici*	2.210	0,893 (90%)	146,82
Araci*	1.326	1,044	65,84
Aipim*	74	0,377	2,28
Andorinha II*	101,5	0,217	13,68
Quicé*	312	0,067	4,23
Itapicuruzinho*	62,5	0,15	1,4
Sohen*	199	0,236	14,85

* Barragens Existentes

Fonte: PGRH. Fase de Preparação. Volume 1A – Síntese. Setembro de 1996.

Quadro 11

PGRH - Bacia do rio Itapicuru áreas irrigáveis nas proximidades das represas. Bahia. 1996.

Reservatório	Área		Manancial	Classe de Solo
	Bruta (ha)	Aproveitável (ha)		
Aipim	1.800	900	Rio Aipim	Latossolo Vermelho-Amarelo
Baixa do Governo	400	200	Riacho do Tinguai	Regossolo
Brejo Grande	9.000	5.400	Riacho Angelim	Latossolo Vermelho-Amarelo
Cruzeiro	5.000 (+)	2.500 (+)	Rio Itapicuru	Vertissolo Planossolo
Cariacá	500	250	Riacho Cariacá	Podzólico Vermelho-Amarelo Regossolo
Caldeirão	1.600	800	Riacho Monteiro	Regossolo
Curral Falso	700	420	Riacho Bengó	Latossolo Vermelho-Amarelo Areia Quartzosa
Espanta Gado	5.000	2.500	Rio Itapicuru-Açu	Bruno Não Cálcico Planossolo
Jacu	200	100	Riacho Quiaba	Regossolo
Jacurici	800	400	Rio Jacurici	Planossolo Solódico e Solos Aluviais
Lajinha	1.700	1.020	Riacho Barrote	Podzólico Vermelho-Amarelo Regossolo

Continua

Olho d'Água	9.000	5.400	Riacho Olho d'Água	Latossolo Vermelho-Amarelo
Pedra Riscada	1.100	550	Riacho Araticum	Regossolo
Pedregulho	1.200	840	Riacho Araçá	Latossolo Vermelho-Amarelo
Poço Grande (Araci)	1.800	720	Rio Pau a Pique	Planossolo Solódico Regossolo
Pedras Altas	5.000(+)	2.500(+)	Rio Itapicuru-Mirim	Latossolo Vermelho-Amarelo
Ponto Novo	5.000(+)	2.500(+)	Rio Itapicuru-Açu	Latossolo Vermelho-Amarelo
Pedra	350	210	Riacho da Pedra	Areia Quartzosa Latossolo Vermelho-Amarelo
Quicé	5.000(+)	2.500 (+)	Rio Tamanduá	Latossolo Vermelho-Amarelo
Rio das Pedras	2.000	1.000	Rio das Pedras	Latossolo Vermelho-Amarelo
Rio do Peixe	2.000	1.200	Rio do Peixe	Latossolo Vermelho-Amarelo
Riacho da Onça	2.000	1.200	Riacho da Onça	Latossolo Vermelho-Amarelo
Rio da Prata	1.000	500	Rio da Prata	Latossolo Vermelho-Amarelo
Sonhém	800	400	Rio Jaguarari	Latossolo Vermelho-Amarelo

Fonte: PGRH. Fase de Preparação. Volume 1A – Síntese. Setembro de 1996.

- primeiro, a ação do Estado está legitimada por estudos técnicos, pela elaboração de projetos e programas que foram, pelo menos do ponto de vista teórico, acompanhados por toda a sociedade que aceitou a sua execução, uma vez que não constatamos nenhum movimento contrário às decisões tomadas nas esferas de governo;
- segundo, o governo redirecionou a proposição do Plano Diretor da Bacia, que destacava o suprimento de água para a sede do município e para uma área de reforma agrária a 5 km da sede, já que o próprio plano não se referia à agricultura empresarial. O PGRH focou a ação no suprimento de água para a agricultura irrigada comandada por grandes empresas, redirecionando a proposição do plano diretor;
- terceiro, como não houve grande mobilização social, mesmo no município de Ponto Novo, contrária a essa tomada de decisão, o Estado foi legitimado a agir, encontrando no Banco Mundial o parceiro ideal para a execução das suas propostas.

Esses aspectos são importantes porque a barragem poderia ter sido construída com uma outra gama de objetivos, como por exemplo, implantar um grande projeto de reforma agrária beneficiando agricultores locais e suas famílias ou mesmo dar suporte às atividades nos assentamentos já existentes, mas foi direcionada para privilegiar a ação de empresas privadas ligadas ao mercado financeiro internacional.

Importa destacar, também, que estudos técnicos criaram critérios de priorização das ações de acordo com as investigações realizadas pela empresa GEOHIDRO. Esses estudos foram efetivados como forma de preparação do PGRH e estão inseridos num documento específico. Foram estudos realizados para avaliar ações propostas em documentos gerais, como o Plano Diretor de Bacia e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, e visava dar maior sustentação técnica à efetivação do próprio PGRH.

A empresa efetuou análises e elaborou recomendações ao Estado, como por exemplo, a recomendação de não construir represas propostas anteriormente ou mesmo de priorizar a construção de outras.

Elaborou uma série de quadros comparativos e fez levantamento de dados da bacia com o intuito de classificar as ações por ordem de prioridade. Nesse estudo encontramos a seguinte consideração:

Na bacia do rio Itapicuru, existem projetados ou indicados 13 barragens de regularização, podendo ser feitas as seguintes considerações sobre as mesmas:

1) Barragem de Ponto Novo: possui projeto executivo concluído em 1996, elaborado pela HIGESA para a CERB, estando incluída no Programa do Governo do Estado.

Situa-se no município de Ponto Novo, no rio Itapicuru-Açu, um dos principais formadores do rio Itapicuru. Dentre as barragens da bacia, propostas e existentes, é a que apresenta maior potencial de regularização (4.803 l/s, com garantia de 90%). Isto porque situa-se logo a jusante da região da bacia que possui maiores índices pluviométricos, dentro da porção semi-árida, com isoietas acima de 1.000 mm.

Além do próprio Itapicuru-Açu, a maioria dos seus afluentes também têm suas nascentes na região de micro-clima favorável (exemplo dos rios Paiaia e Aipim), possuindo ainda como vantagem a boa qualidade de suas águas.

Além disso, a construção de estruturas de regularização na parte alta da bacia, a exemplo de Ponto Novo no rio Itapicuru-Açu e Pedras Altas no rio Itapicuru-Mirim, tem a vantagem de beneficiar uma área/população maior à jusante desta, podendo ser essas estruturas de porte menor do que outras que seriam executadas no leito do rio principal, a jusante destas (como Cruzeiro e Queimadas).

Um dos grandes benefícios proporcionados pelos barramentos de Ponto Novo e Pedras Altas é, além da perenização do rio Itapicuru-Açu e do rio Itapicuru-Mirim, a perenização do rio Itapicuru, até o início da bacia sedimentar de Tucano. Todos os municípios nesse trecho, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Caém, Jacobina, Queimadas, Nordestina, Cansanção, Santaluz, Quinjingue e Araci serão diretamente beneficiados pela construção dos dois barramentos (Ponto Novo e Pedras Altas), atenuando significativamente o problema da escassez de recursos hídricos na porção semi-árida da bacia e resolvendo definitivamente o atendimento a inúmeras demandas humanas, inclusive de importantes sedes municipais, que hoje não têm alternativa, a não ser recorrerem a caminhão-pipa, nos períodos secos, quando até o rio principal da bacia seca e os seus

Logo, capacidade de regularização do fluxo, boa qualidade das águas e perenização de rios são então os principais fatores destacados pelos técnicos como de fundamental importância para a bacia do rio Itapicuru. Ora, numa área de clima semi-árido, onde o rio chega a secar totalmente durante parte do ano, poucas pessoas questionaram o quanto é fundamental intervir para que um grande número de municípios se beneficiassem da perenização do rio.

Além disso, os efeitos da seca seriam combatidos, poderia ser o fim do uso do carro-pipa, caminhão que leva água às comunidades nos períodos de longa estiagem, e que é a melhor expressão das políticas públicas de combate à seca. Além disso, da água acumulada e da geração do próprio lago já se esperava utilização para outros fins, principalmente a agricultura irrigada. Outro fato importante é que a barragem de Ponto Novo foi pensada já integrada a barragem de Pedras Altas, numa ação conjunta para perenizar o rio, que depois recebe o auxílio das águas armazenadas com a construção da barragem de Pindobaçu.

Esse mesmo documento identificou a possibilidade de uso da água da barragem, propondo o sistema integrado de abastecimento de água de Ponto Novo:

O sistema proposto beneficiará 14 localidades, entre elas Ponto Novo, Filadélfia e Tijuaçu, atendendo em final de plano 59.942 habitantes. A captação será em tomada direta na barragem projetada de Ponto Novo. A adutora, em ferro fundido, terá extensão total de 66,4 km distribuídos em 4,8 km de DN 400, 13,5 km de DN 300, 21,4 km de DN 150, 9,7 km de DN 75 e 17 km de DN 50. Estão previstos também 3 estações elevatórias; uma com potência de 150 cv e duas com potências de 30 cv, para vencer os desníveis geométricos entre a captação e os pontos de atendimento.

Para o atendimento das demandas rurais difusas e animais, previu-se 5 DRs ao longo das adutoras (PGRH. Fase de Preparação. Volume 5A – Síntese. Setembro de 1996).

A barragem vai sendo pensada de forma integrada a outros objetos técnicos, que foram construídos de forma sistêmica, ratificando a idéia, que tomamos emprestado de Santos (1996), de que um objeto técnico nunca surge isoladamente, mas sim enquanto sistema. Nesse caso específico já se propõe, antes da construção do objeto, sua utilização em um sistema, sendo essa utilização uma justificativa para a própria construção e legitimação da ação perante a sociedade. Além disso, os documentos também se referem à integração entre a barragem, as adutoras e os sistemas de irrigação.

Outro fator que entendemos ser relevante foi a utilização de critérios de priorização para a construção de represas, pois como vimos existia a proposta de construção de 13 barragens de perenização.

Sobre esses aspectos o documento síntese destaca que foram adotados critérios econômicos, sociais, técnicos, de desenvolvimento, ambientais e políticos. A partir desses critérios foi elaborada uma matriz de priorização. Os resultados estão apresentados no quadro 12 e evidenciam que a barragem de Ponto Novo obteve o maior escore dentre todas as demais até então propostas. Além disso, percebemos que as demais propostas melhor avaliadas, Barragem de Pedras Altas, Sistema de Tucano e Barragem de Pindobaçu, também já foram executadas. Dessa forma, é evidente que o Estado utilizou-se de estudos técnicos para ratificar a legitimidade de suas ações.

No entanto, podemos questionar o foco dos estudos, uma vez que não aparece, desde os primeiros documentos elaborados em 1995, alternativas à construção de grandes barragens, como, por exemplo, a construção de pequenos sistemas integrados de abastecimento, a partir de outra fonte de água que não fosse o represamento do rio com barragens de grande porte.

Ou seja, podemos concordar que os estudos foram realizados e que a ação tem um suporte técnico, mas não houve uma ampliação do debate sobre essas ações, não houve o envolvimento das comunidades atingidas que, por sua vez, também não criaram mecanismos de maior participação na tomada de decisão. Até mesmo porque ainda não estava em pleno funcionamento, na época em que o Estado decidiu fazer a barragem, o Comitê da Bacia, que ainda hoje tenta se organizar, mas encontra dificuldades de participação.

Quadro 12

SRH - Superintendência de Recursos Hídricos. PGRH - Projeto de gerenciamento dos recursos hídricos do estado da Bahia. Bacia do rio Itapicuru Priorização das ações propostas.

Posição	Ações Propostas	Nota final ponderada
1	Barragem de Ponto Novo	8,69
2	Barragem de Pedras Altas	8,03
3	Implantação dos sistemas de Tucano a curto prazo	7,26
4	Barragem de Pindobaçu	7,14
5	Barragem de Carrapichel	6,37
6	Barragem de Cachoeira Grande	6,17
7	Implantação dos sistemas de Tucano a médio prazo	5,63
8	Implantação dos sistemas de Tucano a longo prazo	5,51
9	Barragem de Brejo Grande	4,80

Fonte: PGRH. Fase de Preparação. Volume 8A – Síntese. Setembro de 1996.

Além disso, existe a imagem da seca como causa da miséria, da falta d'água como legítima culpada pelos seculares problemas estruturais do semi-árido brasileiro, como pano de fundo que dificulta a ação da sociedade civil. Para a maior parte da população que vive no semi-árido é absurdo ser contra uma ação que vai disponibilizar água, em grande quantidade e em condição de ser utilizada a partir dos sistemas integrados de abastecimento humano e irrigação. Logo, a ação do Estado foi legítima, tanto do ponto de vista da lei quanto da aceitação pela sociedade que lhe dá suporte e vida.

Justamente por isso podemos afirmar que o Estado possui o poder de decidir sobre os rumos do território no município de Ponto Novo, pois construiu uma relação onde não há controle e dominação, mas um acordo de fato, onde os demais agentes envolvidos legitimam a ação do agente dominante. Isso sim é poder territorial, o que não implica dizer que não ocorram conflitos, mas esses conflitos são resolvidos com negociação entre os agentes.

O Estado foi capaz de criar mecanismos de negociação, apesar de, nessas relações territoriais, ter sempre favorecido as grandes empresas, ou ter fortalecido o status dessas, que passam a ter maior influência na tomada de decisão. Isso ocorreu quando o Estado optou por privilegiar a ação de cooperativas e de consórcios de administração, como no caso do lote irrigado do programa Cabra Forte e do Distrito de Irrigação de Ponto Novo, em detrimento das associações de pequenos produtores.

Outro fator relevante foi a direta associação entre a priorização da barragem e dos sistemas adutores e de irrigação. O documento síntese do PGRH é coerente em afirmar que uma vez construída uma barragem a respectiva construção dos sistemas adutores e de irrigação deveriam estar em primeira ordem de prioridade. Assim, a ordem de prioridade para a implantação de áreas de irrigação está definida no quadro 13, sendo a área de irrigação de Ponto Novo a 1ª da série proposta. Vale ressaltar que no caso das áreas irrigadas propostas, apenas a de Ponto Novo foi implantada até o ano de 2006.

Logo, do ponto de vista técnico e de legitimação jurídica, o Estado agiu de acordo com os mecanismos que dispunha, de forma que foi possível para a sociedade em geral acompanhar essa ação.

Quadro 13

PGRH - Bacia do Rio Itapicuru áreas propostas para irrigação - ordem de prioridade. Bahia. 1996.

Ordem de prioridade	Nome da área	Valor da área (ha)	Observações
1	Ponto Novo (P)	5.725	-
2	Pedras Altas (P)	1.861	-
3	Pindobaçu (P)	1.274	-
4	Cachoeira Grande (P)	269	-
5	Carrapichel (P)	916	-
6	Brejo Grande (P)	138	-
7	Jacurici (E)	-	A área irrigada será definida após monitoramento
8	Tucano (P) (em avaliação)	12.883	A avaliação de Tucano poderá alterar a ordem acima.

P = Proposto; E = Existente

Fonte: PGRH. Fase de Preparação. Volume 5A – Síntese. Setembro de 1996.

A construção da barragem de Ponto Novo resultou de um planejamento estatal, de política de governo, pensada por técnicos sob a orientação de um conjunto de princípios preestabelecidos, inclusive atentando para as diretrizes do Banco Mundial, que estavam voltadas para atender a uma lógica: a construção de um pólo empresarial de irrigação. No caminho para a execução desse projeto estavam os pequenos agricultores, pequenos proprietários, posseiros, meeiros, etc. É ilustrativo desse processo os objetivos finais do governo do estado da Bahia, expressos no PGRH, que, ao construir a barragem, visava:

- regularizar o fluxo do rio Itapicuru, uma vez que havia um período anual de extremo déficit hídrico;
- reforçar a disponibilidade de água acumulada para o abastecimento urbano e rural dos municípios próximos à barragem;
- fomentar um grande projeto de irrigação com foco na agricultura empresarial.

Portanto, esse foi, e tem sido ainda, um processo que tem gerado uma série de modificações na organização espacial e uso do solo no município, além de fomentar processos produtivos que antes não existiam e disponibilizar tecnologias que também não eram comuns à realidade das pessoas que ali vivem, reestruturando todo um conjunto de relações cotidianas, seja na esfera empresarial, institucional ou individual.

Verificamos que a construção da barragem foi pensada dentro de uma estratégia mais ampla de intervenção estatal para a reestruturação produtiva e uso do território. A barragem não foi pensada isoladamente, ela foi pensada dentro de um *sistema*, onde outros objetos técnicos seriam implantados. Verificamos que a barragem (anexo E - foto 1) nasce em conjunto com uma rede de canais a céu aberto, uma rede de distribuição de água encanada e uma nova rede de eletrificação rural (anexo E - foto 5), um novo conjunto de residências com novas vias, interligado às redes de transporte e comunicações e a sistemas de irrigação de vários tipos, como por aspersão e pivô central (anexo E – fotos 7, 8 e 9).

Além disso, surgem também novas ações, novas formas de organização da atividade produtiva, do trabalho, da comercialização e da organização dos trabalhadores e usuários da água, como, por exemplo, novas associações de produtores, novos compradores de produtos agrícolas e vendedores de insumos, entre outros.

Assim, se estabelecem novas relações entre os agentes envolvidos as quais chamamos de territorialidades. Essas novas territorialidades são construções cotidianamente refeitas, repensadas pelos agentes, de forma que gera, também, as condições para que determinados agentes não se sintam integrados ao novo processo, resultando no que conhecemos como desterritorialização.

Nesse caso, os principais envolvidos são os pequenos proprietários que não conseguiram se reterritorializar, ou seja, saíram de suas terras, deixaram seu jeito de viver e produzir, mas não se adaptaram às novas relações que se estabeleceram e aos novos processos de produção. Logo, esses proprietários ficaram de fora do processo, como é o caso dos proprietários que já venderam os lotes ou receberam a indenização e gastaram o dinheiro, ficando sem terra, sem trabalho, sem lugar para viver e desassistidos pelo Estado, enfim, desterritorializados.

A barragem é um objeto técnico com duas funções bastante específicas: armazenar a água numa área com chuvas irregulares e regularizar o fluxo do rio Itapicuru. Além disso, possui duas outras funções potenciais: uso para turismo e lazer com a consolidação de balneários no seu entorno e fomento a piscicultura. É uma barragem em concreto rolado com vertedouro em CVC, com capacidade para armazenar 39.600.000 m³ de água e custou aos cofres públicos R\$ 35.600.000,00. Ela gera um grande lago numa área semi-árida abrindo várias possibilidades na área produtiva, inserindo assim, em relação com os demais objetos técnicos que a acompanha, modificações territoriais e, conseqüentemente, no espaço geográfico. Atualmente (2007), os usos da água da barragem são:

- irrigação;
- abastecimento humano;
- dessedentação de animais;

- lazer, com três balneários, nos municípios de Ponto Novo, Pindobaçu e Filadélfia;
- perenização do rio.

De acordo com levantamento realizado em setembro de 2007, não existe, ainda, conflito pelo uso da água, mas existe um crescimento substancial da demanda por água, o que indica necessidade de gestão para minimizar futuros conflitos.

Além disso, o uso da água e os projetos propostos pelo Estado já geraram reações em Ponto Novo, como a recusa de proprietários de terras de serem relocados ou indenizados para a implantação da 2ª área do projeto de irrigação empresarial, indicando que a fase de aceitação da ação do Estado, de forma incondicional, acabou. Esse processo analisaremos com maior ênfase no tópico posterior, que trata dos projetos derivados da construção da barragem com destaque para o avanço das áreas irrigadas no município.

7. 2 Projetos derivados da construção das barragens: o distrito de irrigação de Ponto Novo

Na Bahia, existe uma tradição de irrigação que deriva da ação do governo federal, principalmente sob o comando da CODEVASF e do DNOCS, que implantou projetos de aproveitamento das águas armazenadas em represas e do aproveitamento de solos agricultáveis em áreas onde as condições naturais facilitam a prática da irrigação, mas com intenso uso de tecnologias recentes. Os perímetros irrigados da Bahia (quadro 14) se concentram na bacia do rio São Francisco, onde estão localizados os eixos fundamentais da fruticultura do estado e de projetos na área agroindustrial.

O quadro 14 apresenta os projetos de irrigação em operação no estado da Bahia. Nesse quadro evidenciamos a área irrigada que chega a 11.788 hectares no projeto Formoso e 10.710 hectares no projeto Tourão. De acordo com a tabela o projeto Ponto Novo conta com 2.647 hectares, o que configura uma área importante, mas não chega a fazer do município um novo pólo da agricultura irrigada do estado da Bahia, como a propaganda do governo difundiu quando foram iniciadas as construções no município.

Quadro 14
Bahia. Projetos de Irrigação em operação. 2006.

Projeto de Irrigação	Fonte Hídrica	Área Irrigada (ha)	Área Irrigável (ha)	Gestão
Barreiras Norte	Rio Grande	2093	2093	CODEVASF
Brumado	Brumado (Eng. Luís Vieira)	2584	4295	DNOCS
Ceraíma	Ceraíma	408	408	Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma
Curaçá	Rio São Francisco	4350	4350	União dos Proprietários do Perímetro Irrigado de Curaçá/Distrito de Irrigação do Perímetro Curaçá
Curral Novo	Pedra (Rio de Contas)	476	...	SEAGRI
Estreito	Cova da Mandioca	2745	7983	Distrito de Irrigação do Projeto Estreito
Formoso A e H	Rio Corrente	11788	12558	Distrito de Irrigação do Perímetro Formoso
Itapera	Sobradinho	913	...	CAR
Jacuípe	São José do Jacuípe	159	...	SEAGRI
Jacurici	Jacurici (Barragem Rômulo Campos)	350	...	DNOCS
Mandacaru	Rio São Francisco	419	419	Distrito de Irrigação do Perímetro de Mandacaru
Maniçoba	Rio São Francisco	5030	5030	Distrito de Irrigação do Perímetro de Maniçoba

Continua

Mirorós	Mirorós	2145	2703	Distrito de Irrigação de Mirorós
Nupeba/ Riacho Grande	Rio Grande	4770	4947	Distritos de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande
Pascoal Limoeiro	Sobradinho	240	...	CAR
Paulo Afonso	Paulo Afonso	327	...	SEAGRI
Piloto Formoso	Rio Formoso	448	448	Associação dos Produtores do Projeto Piloto Formoso
Piloto Tucano	Poços Tubulares	150	...	SEAGRI
Ponto Novo (I e II)	Rio Itapicuru Açu	2647	...	SEAGRI
Pulmão Verde/Vale do Curaçá	Rio São Francisco	20	...	SEAGRI
São Desidério/Barreiras Sul	São Desidério	2338	2338	Distrito de Irrigação do Perímetro São Desidério/Barreiras Sul
Tatauí	Sobradinho	260	...	CAR
Tourão	Rio São Francisco	10710	10710	Associação dos Usuários do Perímetro Tourão
Vaza-Barris	Cocorobó	2101	...	DNOCS

Fontes: CHESF/CAR/SIR/CODEVASF/DNOCS, 2006.

A promessa do governo do estado era de transformar Ponto Novo no portal da agricultura irrigada, mas o governo não fazia referência à dimensão exata do projeto, que, se comparado aos vários outros existentes na bacia do rio São Francisco é de pequeno porte para as possibilidades e disponibilidades de terras existentes naquela área.

Portanto, a disponibilização de água, a partir da construção das barragens de Ponto Novo e Pindobaçu, como argumentamos anteriormente, gerou uma série de projetos concentrados no município de Ponto Novo. A implantação desses projetos suscitou uma série de modificações de base territorial, fundadas nos princípios estabelecidos pelo governo do estado enquanto agente hegemônico que incidiram diretamente sobre proprietários de terras, pequenos agricultores rurais, empresários, agentes públicos municipais e trabalhadores rurais, de modo que houve uma intensa reestruturação do uso do território.

A implantação dos projetos de irrigação demandou a maior parte das reestruturações, sendo os demais usos, como lazer, abastecimento humano e perenização do rio, atualmente secundários.

Portanto, analisaremos a seguir, o projeto de reestruturação do uso do solo através da implantação da agricultura irrigada, uma vez que foi um processo gerador de novas territorialidades, além de ser a estruturação de lotes empresariais o objetivo inicial de todo o projeto de reestruturação comandado pelo Estado.

Uma premissa para a implantação dos projetos de agricultura irrigada foi a reestruturação do uso do solo através da ação do governo do estado que impôs uma nova lógica de ordenação. Nessa nova lógica aparece a ênfase na configuração de propriedades geometricamente agrupadas, numa ordem quadriculada, onde a interligação valoriza a minimização dos custos de implantação dos canais para levar água até o lote a ser irrigado ou mesmo da concentração das pequenas propriedades de forma que ficassem separadas das propriedades empresariais.

Isso favoreceu a implantação de estradas, redes de energia elétrica e de abastecimento de água para consumo humano, como também a gestação de novas relações de vizinhança entre os pequenos produtores. Essa ação também foi seletiva e diferenciada: com os pequenos produtores a ação

do governo do estado foi centrada na idéia de indenizar todos os que quisessem e de assistir apenas aqueles que optassem pela relocação. Já com relação aos grandes empreendimentos a opção foi por concessão de uso da terra por um período de 25 anos, renovável por igual período.

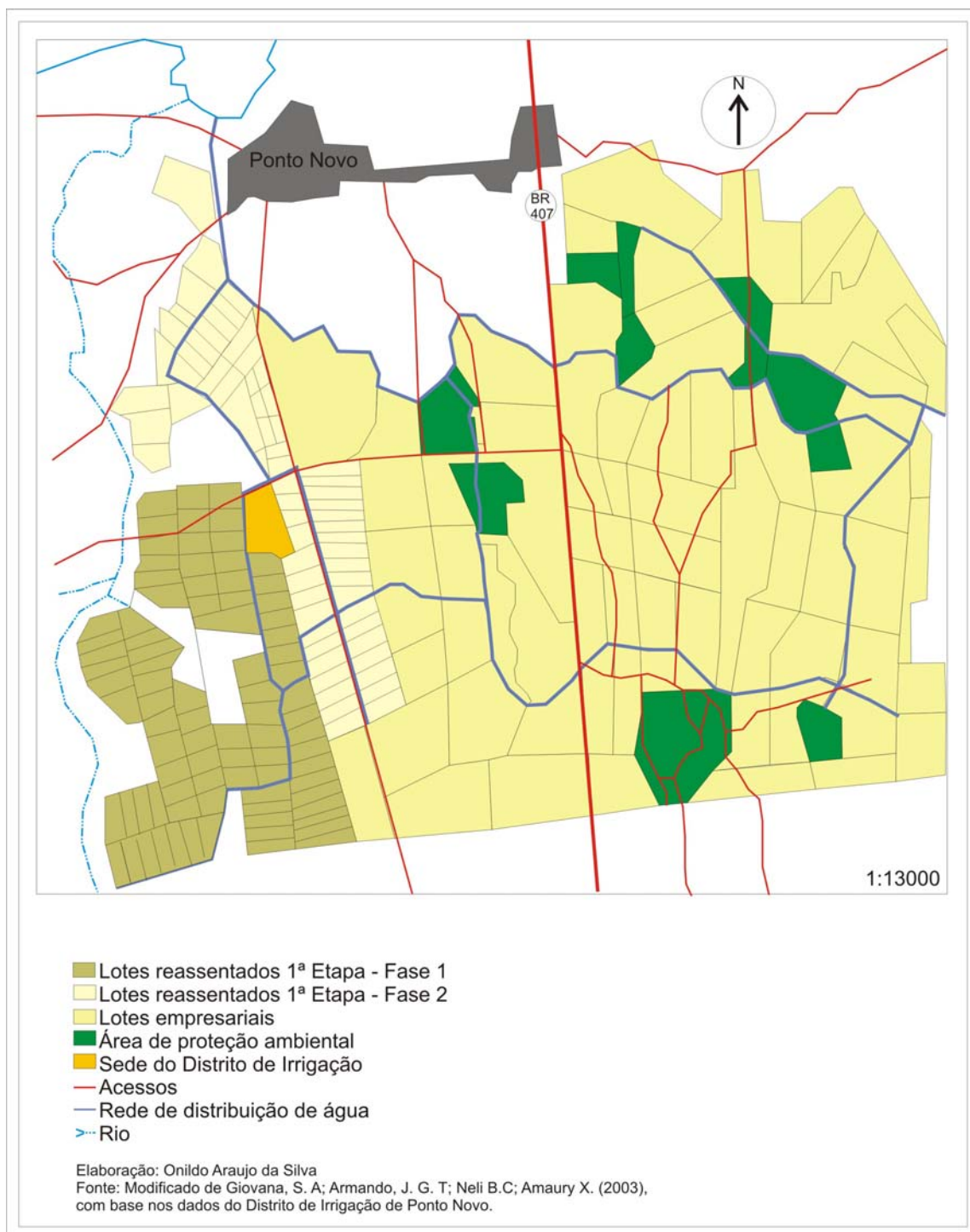
A relocação foi um processo que agrupou num mesmo local do município de Ponto Novo, pequenos agricultores dos municípios de Pindobaçu, Filadélfia e Ponto Novo, gerando novas relações de base territorial. No total foram relocadas famílias para 83 lotes de 5 hectares na primeira fase, que originou a primeira área de agricultura irrigada e 54 famílias para lotes também de 5 hectares que originou uma segunda área próxima da primeira (mapa 20).

Essas relocações compõem a 1ª Etapa do projeto de irrigação de Ponto Novo, mas a primeira fase foi implantada bem antes da segunda. Uma vez relocados ou indenizados os antigos proprietários das terras, suas antigas propriedades deram lugar aos lotes empresariais. Foram licitados 63 lotes de tamanhos e preços variados.

Esse processo, que deu origem ao perímetro irrigado de Ponto Novo, foi iniciado em 2000 e está ainda em andamento, com a implantação da 2ª fase. Logo, subdividimos nossa análise de acordo com as etapas do projeto, de forma que chamamos de 1ª etapa a relocação dos antigos proprietários para lotes de 5 hectares, processo que ocorreu em duas fases; e de 2ª etapa, a implantação dos lotes empresariais.

Além disso, a opção do Estado, para gerir os projetos, desde a implantação até aqui, foi a criação de uma associação civil, de direito privado e sem fins lucrativos denominada Distrito de Irrigação de Ponto Novo, entidade que congrega os usuários da água na área de abrangência do Projeto de Irrigação de Ponto Novo, cujo estatuto social foi aprovado em junho de 2000 e registrado no cartório da cidade de Saúde, no estado da Bahia. Esse estatuto é o principal meio de regulamentação da ação dos associados e do próprio distrito como entidade representativa.

Mapa 20
Perímetro de irrigação de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2007.



De acordo com o estatuto social, os objetivos e competências do Distrito de Irrigação de Ponto Novo são:

- I. Administrar, operar e manter, conforme delegação de competência que lhe for conferida, as obras de infra-estrutura de uso comum do PROJETO, bem como os prédios de uso da administração e apoio às atividades do DISTRITO;
- II. Definir os critérios, a forma, o volume e os horários de distribuição da água entre os irrigantes, observando os planos de cultivo e de irrigação previamente aprovados;
- III. Estimular e apoiar o associativismo, incentivando a criação de entidades cooperativas ou representativas, que congreguem os irrigantes instalados nas glebas do DISTRITO;
- IV. Preservar a função social, a racionalidade econômica e a utilidade pública do uso da água e dos solos irrigáveis;
- V. Orientar os Associados no que se refere à exploração agropecuária, com vistas a compatibilizá-la ao uso comum da água (Distrito de Irrigação de Ponto Novo, 2000, p. 1).

De acordo com os objetivos do estatuto é possível argumentar que o distrito foi concebido como um agente de gerenciamento e apoio aos irrigantes, com preocupações que vão além da oferta de água ou da regulação do uso desta. Mas também como uma entidade que congregue esforços para o desenvolvimento, considerando inclusive a utilidade pública de sua ação e o zelo pela infra-estrutura colocada à sua disposição com dinheiro do contribuinte do estado da Bahia.

Para alcançar os objetivos, o estatuto lista uma série de competências, como, por exemplo, a de fixar tarifas de consumo de água e proceder a cobrança do respectivo valor. Ou ainda, representar os associados junto aos órgãos públicos ou representar esses mesmos órgãos públicos junto aos associados.

Ou seja, o Estado incentivou a criação de um novo agente com amplos poderes de gestão territorial no contexto do perímetro irrigado, inclusive o de estabelecer normas de zoneamento e propor ao poder público desapropriações, desmembramento ou remembramento de lotes. Além disso, o estatuto estabelece as obrigações dos associados, a fonte dos recursos

financeiros, o patrimônio, formas de gestão e os órgãos da administração. Interessa ressaltar que o distrito é gerido por uma assembléia geral, um conselho de administração, uma gerência executiva e um conselho fiscal.

A assembléia geral é o órgão máximo do distrito, onde são eleitos os membros do conselho administrativo e fiscal, além de tomar as decisões de caráter mais geral. O conselho administrativo tem uma composição peculiar, pois é definido de acordo com uma classificação dos associados. Para efeito de composição do conselho são considerados empresários os possuidores de lotes a partir de 20,1 hectares; médios produtores os que possuem 5,1 a 20,0 hectares; pequenos produtores os que possuem lotes até 5 hectares.

Com base nessa classificação o estatuto define que o conselho será composto por 7 membros eleitos da seguinte forma: 3 exclusivamente por associados classificados como empresários; 3 exclusivamente por associados classificados como pequenos produtores e 01 exclusivamente por associados classificados como médios produtores. É interessante perceber que os pequenos são ampla maioria no que se refere ao números de lotes no distrito, já que existem 138 lotes de 5 hectares e apenas 63 entre os empresários e os considerados médios produtores. Mas sua representação é igual a dos empresários. Ou seja, em última instância os pequenos são transformados em minoria no conselho de administração, cuja atribuição é extremamente ampla, como, por exemplo, aprovar o regulamento do distrito e estabelecer a sua política geral de atuação ou mesmo contratar e dispensar o gerente executivo.

Portanto, o Distrito de Irrigação de Ponto Novo está a serviço dos empresários em detrimento da maioria dos pequenos agricultores, mas a conta de sua manutenção é dividida por todos. Esse argumento se reforça quando percebemos a concentração dos lotes nas mãos de duas empresas que podem, assim, eleger, praticamente sozinhas, os 4 representantes do conselho. Além disso, as necessidades e a forma de atuação no mercado capitalista é muito diferenciada, o que resulta em interesses diferenciados. Não foi incomum ouvirmos reclamações dos pequenos produtores e mesmo de agentes públicos ligados aos projetos de que a ação do distrito tem privilegiado os anseios das grandes empresas.

Mesmo assim, escutamos de dois líderes dos pequenos agricultores que eles devem se organizar melhor para atuarem nas assembléias

em favor dos seus interesses e não apoiar toda e qualquer proposta que agrade apenas aos empresários. Segundo um líder desses agricultores a participação é muito pequena e não está focada na defesa dos interesses coletivos, falta organização e capacidade de propor e fazer aprovar as proposições.

Porém, o Distrito de Irrigação de Ponto Novo vem cumprindo sua função gerencial e de assistência técnica, resolvendo os problemas e viabilizando a implantação da agricultura irrigada, mas ainda não atua em áreas definidas no estatuto, como incentivo ao associativismo e cooperativismo ou mesmo atuar viabilizando uma comercialização dos produtos, como estabelece seu artigo 64, a partir da oferta de infra-estrutura como armazéns, sistemas de transporte e promoção da venda dos produtos de forma que melhore as condições de barganha dos fornecedores.

7. 2. 1 O projeto de reassentamento da 1ª etapa fase 1

O projeto de reassentamento dos pequenos proprietários que possuíam terras na área que foi alagada pela represa é o único que está concluído. Teve início em 2000 com as primeiras relocações e os agricultores estão já plenamente adaptados a uma nova forma de viver e produzir. Nova forma porque eram agricultores de sequeiro ou agricultores que irrigavam apenas quando o rio estava com a vazão adequada e que foram relocados, tendo assim que aprender a lidar com a mudança significativa na forma como trabalhavam com a terra.

É importante salientar que o governo do estado relocou ou indenizou todas as pessoas que estavam nas terras, mesmo as que eram não proprietárias, como posseiros, meeiros e agregados. De acordo com um levantamento realizado em 1999 pela SRH a situação fundiária do entorno da barragem (tabela 2) contava com 76 propriedades.

A análise da tabela 2 permite traçar algumas considerações importantes:

- 84 % dos proprietários já demonstravam interesse em irrigar suas terras confirmando que já existia uma tradição de irrigação entre os atuais relocados;

Tabela 2
Número de propriedades no entorno da barragem de Ponto Novo e proprietários interessados em irrigar. 1999.

	<i>Município</i>									
	<i>Total</i>		Ponto Novo		Filadélfia		Pindobaçu		Saúde	
	Unid.	(%)	Unid.	(%)	Unid.	(%)	Unid.	(%)	Unid.	(%)
Propriedades	76	100	14	18,4	17	22,4	28	36,8	17	22,4
Proprietários interessados em irrigar	64	84	11	79	13	96	27	76	13	84
Área total a ser irrigada (ha)	411		32		91		235		53	

Fonte: SRH, 1999.

- a área estimada para reassentamento foi de 411 hectares e o projeto final ocupou uma área de 415 hectares, processo que foi fruto da opção de integrar os não proprietários que não quiseram a indenização;
- as propriedades estavam todas em municípios muito próximos, o que facilitou a relocação para Ponto Novo, minimizando conflitos em função da mudança não ser para uma área muito distante e desconhecida dos proprietários.

Além disso, esse mesmo levantamento estimou que a maior parte das propriedades eram de fato pequenas para os padrões brasileiros, situadas entre 5 a 20 hectares. Apenas duas estavam situadas na faixa acima de 21 hectares. Dos proprietários que já pensavam em irrigar 95 % optavam pela aspersão e 5 % pela microaspersão. Além disso, 99 % dos proprietários responderam que aceitavam o cercamento da faixa de preservação permanente.

Logo, verificamos que a pré-disposição de mudar para uma área onde poderiam praticar a agricultura irrigada atingia a maior parte dos

proprietários, facilitando a ação do Estado. Hoje, conforme depoimento do representante da associação de irrigantes, apresentado a seguir, os agricultores já perceberam que o maior desafio foi deixar de praticar agricultura de sequeiro para passar a fazer irrigação.

A associação foi criada já tava fazendo o projeto, essa barragem praticamente já tava feita. Já foi tempo do pessoal, doutor Jair e o irmão dele doutor Jackson, já capacitando a gente, porque a gente vinha do sequeiro e não sabia nada de irrigação. A irrigação foi a maior dificuldade aqui de todo mundo (Representante da Associação de Irrigantes).

Essa ação do Estado de capacitar para a prática da irrigação contou com um lote modelo, onde os agricultores participavam de trabalhos teóricos e práticos e foi fundamental para que eles revisassem as antigas práticas agrícolas e assimilassem novos hábitos. Mesmo com o baixo nível de instrução da maioria dos relocados eles foram capazes de vencer o desafio, de colocar em curso a operacionalização de um sistema muito mais complexo do que aquele que utilizavam até então. Fato que ratifica essa afirmação é a constatação de que dos 83 lotes implantados 1 foi destinado à Associação de Irrigantes, 1 à Associação das Floricultoras Reassentadas e 1 lote ficou com o então secretário de agricultura do município, sendo 80 lotes destinados a produtores rurais.

Desses 80 produtores, 21 venderam seus lotes, o que define um percentual de desistência de apenas 26 %. De acordo com a Associação de Irrigantes os lotes vendidos foram, em sua maioria, justamente aqueles destinados aos não-proprietários, antigos posseiros e agregados que não tinham tradição em lidar com a terra.

Interessa ainda destacar que o lote da Associação de Irrigantes foi utilizado para os agrônomos realizarem experimentos e para realização de trabalhos em mutirão, mas atualmente está plantado com banana e possui um funcionário que cuida da plantação, sendo que a renda é destinada ao caixa da associação, que conta com 130 associados. Já o lote da Associação das Floricultoras ficou sem utilização por um bom período, pois o projeto de

floricultura não logrou êxito. Atualmente, a associação está redimensionando o uso do lote com o plantio de banana, milho e feijão.

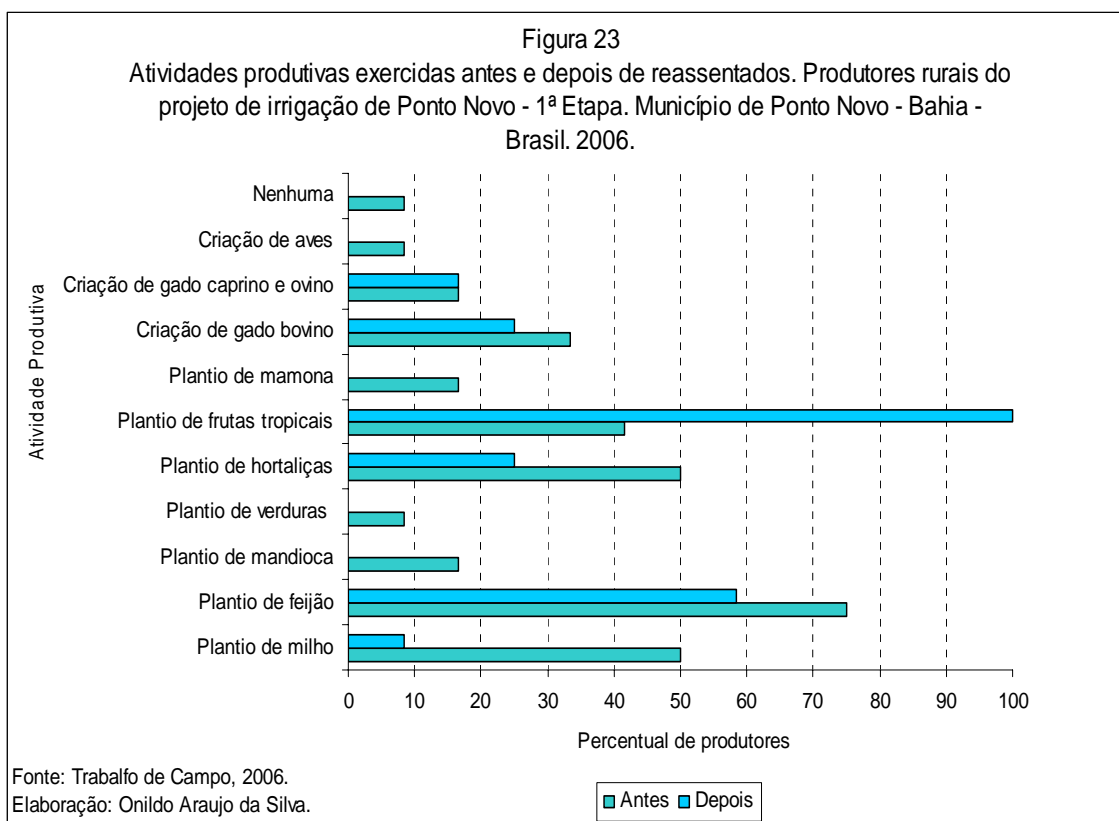
No trabalho de campo, além de observar a área do reassentamento, realizar entrevistas e conversar com os reassentados e seus familiares e com os técnicos ligados ao projeto, aplicamos um questionário (anexo A) a uma amostra de 20% de produtores da 1ª etapa – fase 1, escolhidos de forma aleatória. Essa amostra foi definida excluindo os lotes que já tinham sido repassados e aqueles que estavam ativos, mas pertenciam a associações ou a proprietários não relocados, de forma que trabalhamos com 63 propriedades. Importa salientar que é esse projeto o único que já possui os resultados possíveis de serem analisados em séries estatísticas.

Com esse questionário identificamos que a atividade principal das propriedades, aquela que realmente faz o trabalho ser lucrativo, é a fruticultura, principalmente a plantação de banana (75 % das propriedades), coco e melancia (com 8,3 % das propriedades para cada tipo de plantio). Assim, passamos a fazer uma caracterização dos resultados obtidos em todo o perímetro irrigado na 1ª etapa (fase 1), contando também com os dados do Distrito de Irrigação de Ponto Novo.

No que se refere à atividade produtiva e sua relação com a irrigação, os dados oferecem indícios das mudanças na forma de trabalhar a terra, da articulação direta com as novas tecnologias disponibilizadas pelo Estado e da forma como se organizam os fatores de produção. A figura 23 expressa a relação entre uma realidade preexistente e uma realidade construída a partir da intervenção planejada do poder público.

Verificamos que antes de reassentados os produtores plantavam principalmente feijão, milho, hortaliças e frutas tropicais. A maioria das roças, como é conhecida a pequena propriedade rural no Brasil, eram organizadas de acordo com a disponibilidade de água definida pelo ciclo das chuvas.

A pequena propriedade típica funciona com o trabalho familiar que realiza todas as etapas, desde a preparação do solo à colheita. Normalmente focam nos produtos mais aceitos no mercado e que, ao mesmo tempo, ajudam na alimentação familiar ao longo do ano.



Também verificamos que existiam pequenas criações de gado bovino, caprino e ovino, de aves e algumas propriedades que não exerciam nenhuma atividade, refletindo um processo de abandono da terra por falta de capacidade técnica e operacional para torná-la produtiva.

Com a intervenção estatal e com o reassentamento houve reestruturação produtiva. Essa está ligada a dois fatores que antes não existiam: disponibilidade de água o ano todo e ação do governo do estado da Bahia para prover os produtores com equipamentos de irrigação e assistência técnica.

Deste modo, verificamos que em 100% das propriedades ocorre o plantio de frutas tropicais, em função da opção coletiva, direcionada pelos técnicos das agências estatais, de plantar para atender ao mercado, prioritariamente.

Ocorre uma importante mudança de foco. Antes agricultores familiares voltados para a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, agora agricultores preocupados com a lógica de mercado e produção em larga escala de um produto que ofereça maior lucro possível.

Assim, cai drasticamente, a produção de milho, hortaliça, mandioca, verduras e mamona (figura 23). Desapareceu a criação de aves e a criação de gado ficou restrita a uma área comunitária, reduzindo o tamanho dos rebanhos. Em contrapartida, os plantios de frutas tropicais e de feijão tornaram-se as atividades principais. Houve, portanto, significativa reestruturação produtiva e uma mudança na forma como os pequenos agricultores lidam com suas terras. Agora o grande desafio é que sobrevivam como pequenos empresários rurais.

Nesse aspecto, o uso de irrigação é ilustrativo, pois já havia uma tradição desse uso. Entre os reassentados 58,3% já utilizavam irrigação e todos passaram a utilizá-la depois de relocados, confirmando as expectativas do levantamento realizado pela SRH em 1999. A novidade é a utilização de uma nova tecnologia, já que a utilizada anteriormente era atrasada com relação à capacidade já disponível hoje no Brasil.

A irrigação era realizada através de bombeamento da água do rio para áreas mais elevada que depois era escoada por sulcos no próprio solo. Em vários casos uma bomba d'água era compartilhada por diversos produtores. Nesse ponto queremos destacar dois fatores: muitos produtores, na época das secas, migravam para São Paulo e muitos proprietários de terras trabalhavam para terceiros, seja em Ponto Novo ou em outros municípios. Hoje essa migração deixou de existir e eles já geram empregos para terceiros, como identificamos no levantamento sobre a mão-de-obra utilizada nas propriedades.

A intervenção do Estado modificou a realidade dos assentados com o fornecimento de kits de irrigação com tecnologia adequada à capacidade brasileira de dispor de equipamentos tecnológicos e conhecimento de como utilizá-los. Inicialmente foi disponibilizado equipamentos para irrigar 3 hectares por aspersão.

Assim, os pequenos proprietários se envolveram num processo onde o Estado, como forma de compensação pela relocação, passou a assisti-los por um período longo o suficiente para que efetivassem a primeira colheita e conseguissem, por conta do próprio investimento inicial, comprar material para irrigar os 2 hectares restantes. O Estado forneceu, além dos kits de irrigação para 3 hectares, os insumos agrícolas, a assistência técnica, a capacitação e uma ajuda de custo para alimentação básica das famílias. Além disso, os

reassentados passaram a dispor de infra-estrutura de moradia, transporte e educação.

Os agricultores aprenderam a utilizar o novo sistema de irrigação com os técnicos do programa de irrigação e com cursos de capacitação realizados pelas agências estatais envolvidas. Verificamos que apenas uma proprietária não sabia utilizar os sistemas, pois essa tarefa estava a cargo dos filhos. Porém, esse foi, como vimos, um grande desafio. Sobre os cursos de capacitação o depoimento a seguir ilustra a dificuldade dos agricultores:

A gente aprende um monte de coisa, mas no final das contas o SEBRAE tem uma boa participação. Mas não é um órgão de chegar, meter a mão e ajudar você a fazer. Ele apenas dá a sugestão, indica, mas não chega e diz: vamos fazer (Proprietário do Projeto de Irrigação de Ponto Novo – 1ª etapa - fase 1).

Esse depoimento expressa uma idéia geral entre os reassentados: a de que o curso é bom, mas eles sozinhos não têm condições de colocar em prática toda a teoria neles ensinada. Daí a importância da assistência técnica realizar experimentos com os agricultores e estar, cotidianamente, visitando as propriedades. Verificamos que, com essa assistência, os agricultores conseguiram plantar e serem produtivos, mas não conseguiram se organizar para comercializar o produto sem o atravessador ou mesmo partir para a produção agroindustrial.

Os sistemas de irrigação já não são um desafio para os produtores atualmente, inclusive os agricultores e técnicos identificaram que sistemas por aspersão contribuíam para um aumento da quantidade de água utilizada e optaram por irrigar os outros 2 hectares das propriedades com sistema de microaspersão. Alguns produtores expressaram, inclusive, o desejo de substituir todos os aspersores por microaspersores. Processo que está em andamento e a cargo dos proprietários que já não dependem mais da assistência do distrito para modificar seus sistemas produtivos, apesar deles continuarem a contar com a ajuda dos técnicos disponíveis.

Outro fator importante é que constatamos que houve a manutenção do trabalho familiar, mas já com a introdução de mão-de-obra assalariada, pois os reassentados passaram a utilizar trabalhadores fixos e temporários. Segundo a associação de irrigantes é comum a contratação de trabalhadores na forma de diaristas, ou seja, se paga pelo dia trabalhado sem a manutenção de qualquer vínculo trabalhista.

A tabela 3 apresenta o número de residentes por propriedade pesquisada e o número de trabalhadores. Existe uma média de 6,4 habitantes por propriedade rural, inclusive com mais de uma família vivendo em alguns lotes de 5 hectares. Apuramos também que apenas 16,6% das propriedades não utilizam mão-de-obra de diaristas. Em 25% das propriedades existe 1 trabalhador fixo e em 75% delas há incidência de trabalho temporário, principalmente no período da colheita.

Esses dados demonstram a capacidade, de cada pequena propriedade, gerar relações de trabalho que contribuem com o emprego e a renda no município, mas é um trabalho precário, se considerarmos a ausência de registro em carteira de trabalho e garantia de contratação por longo prazo. Falta, nesse caso, uma ação mais efetiva do Estado no sentido de regulamentar o trabalho rural e, efetivamente, fiscalizar a aplicação das leis trabalhistas brasileiras, intervindo para que os novos pequenos empresários rurais, já que é essa a lógica implícita no projeto de reassentamento, tenham condição de cumprir a lei.

Outro aspecto a destacar é o uso efetivo da água e o gerenciamento desse uso. Para os lotes da 1ª etapa (fase 1) a água foi disponibilizada através de duas redes específicas. Uma para o abastecimento das casas com água tratada e apropriada para o consumo humano, onde o destino da água servida é a fossa séptica construída em cada uma das propriedades; e uma segunda rede que fornece água para a irrigação, funcionando com tubulações e sistema de elevação d'água que é retirada dos canais que distribuem a água da barragem pelos diversos setores do perímetro irrigado.

Tabela 3
Número de residentes e trabalhadores por propriedade.
Reassentamento de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2006.

<i>Propriedade</i>	<i>Residentes</i>	<i>Trabalhador Fixo</i>	<i>Trabalhador Temporário</i>
P1	4	0	5
P2	8	1	3
P3	5	0	1
P4	4	0	0
P5	10	0	4
P6	7	0	0
P7	9	0	1
P8	4	1	1
P9	4	0	1
P10	6	0	2
P11	9	1	0
P12	7	0	1
Total	77	3	19

Fonte: Trabalho de campo, realizado em junho de 2006.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Nesse caso, o sistema é ligado em horários predeterminados e cada propriedade, que tem seu registro próprio, utiliza a quantidade que necessitar, pagando pelo total utilizado mensalmente e pelo condomínio, uma vez que cada produtor é integrante do Distrito de Irrigação de Ponto Novo.

Esse processo praticamente dispensa o armazenamento de água na propriedade, pois verificamos que em apenas 33,3% dessas existem cisternas para armazenamento, sendo as mesmas de tamanho reduzido, se comparada à quantidade da água utilizada por mês para a irrigação.

Quando questionamos os produtores se sabiam a quantidade de água utilizada a cada mês, verificamos que 100% não fazem esse tipo de acompanhamento. Ou seja, não há uma preocupação em dispor da água de forma a reduzir custos ou mesmo usá-la como um recurso limitado. Um produtor justificou que não sabia porque era medido em m³. Os produtores só souberam dizer quanto pagam por mês. O valor pago varia de acordo com o

mês do ano que define maior ou menor necessidade de irrigar e fica em torno de R\$ 100,00 a R\$ 250,00.

Esse aspecto reflete um outro muito importante: quando perguntamos se já tinham realizado algum curso que ensinasse a utilizar a água, realizando sua gestão de acordo com padrões de racionalidade técnica e financeira, verificamos que 75% não tinham feito. Dos outros 25%, dois realizaram curso com a assistência técnica do programa e um fez um curso ministrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Porém, mesmo esses que responderam terem realizado algum curso não faziam o acompanhamento da quantidade de água utilizada em suas propriedades.

Assim, observamos que o uso da água ocorre ainda sob a idéia de que é um recurso ilimitado, já que tem muita água na barragem. Falta esclarecimento, falta um conhecimento aos agricultores que lhes permitam modificar sua visão sobre a relação seca e água numa região semi-árida.

Esse é um aspecto que só se resolve com educação de qualidade e com a introdução de uma política voltada para gerir a água não somente como um bem econômico, mas também, como fator de desenvolvimento social. O próprio Estado fez circular entre os demais agentes envolvidos, inclusive os pequenos produtores, a idéia de que há água disponível para todos os empreendimentos e que não se utiliza todo o potencial da barragem.

Essa é uma idéia equivocada, primeiro porque a garantia de 90% de recarga anual, que o Estado identificou, tem o problema de desconsiderar os ciclos de estiagens do semi-árido, que ocorrem a cada 3 ou 4 anos, de forma que pode ocorrer, numa longa estiagem, falta de água para usos diversos; segundo porque a etapa empresarial ainda está em implantação; terceiro porque se verifica que a maioria dos habitantes da zona rural de Ponto Novo e demais municípios vizinhos não possuem, ainda, acesso à água.

Dessa forma, haverá uma pressão e um provável conflito de uso, de modo que o Estado, ao contrário do que fez, deveria ter utilizado sua influência, para gestar um discurso e uma prática efetiva de uso sem desperdício.

A forma como a propriedade é gerida, com forte influência das opções adotadas pelos técnicos do Distrito de Irrigação, tem resultado numa

produção contínua. Os dados que apresentamos a seguir resultam da coleta e acompanhamento mensal realizado pelos técnicos do Distrito de Irrigação de Ponto Novo e revela as características fundamentais da produção na área do Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa (fase 1), nos anos de 2004 e 2005, já que os dados de 2006 e 2007 ainda não estão disponíveis. As figuras 24, 25, 26 e 27 apresentam a evolução da área cultivada em hectares.

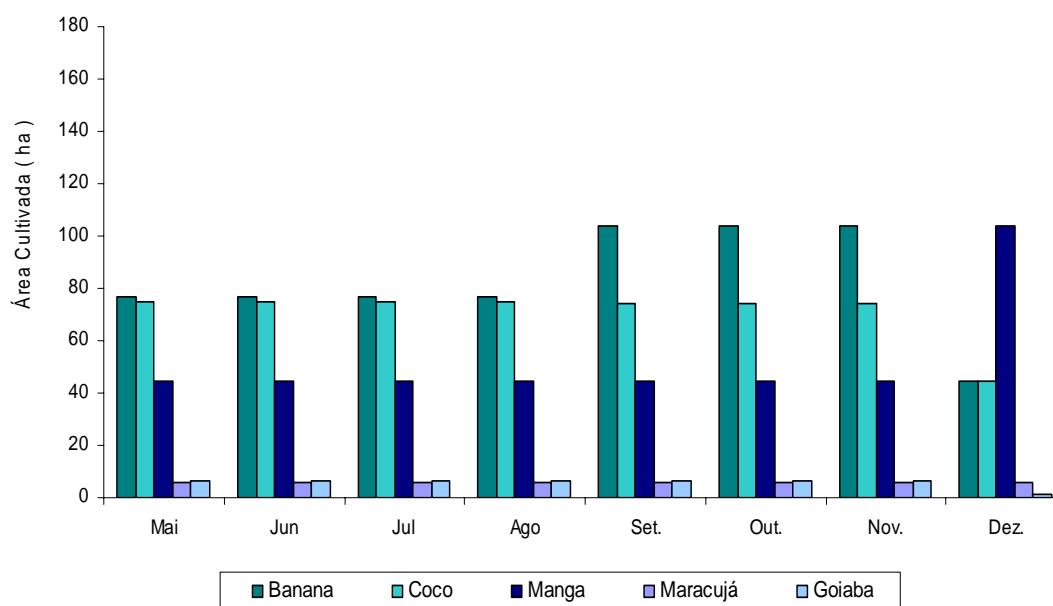
Podemos confirmar o que já havíamos constatado na pesquisa de campo, ou seja, a plantação de banana é a principal atividade, tendo uma evolução contínua da área plantada, que vai de 76,7 hectares em maio de 2004 a 173,5 hectares em dezembro de 2005, com tendência a aumento gradual em 2006, uma vez que verificamos na pesquisa de campo, que os produtores estão substituindo o plantio de coco pelo de banana, com a justificativa que essa é a atividade que melhor remunera o produtor, fato que pode ser constatado nas figuras 24 e 25 que demonstra a redução da área plantada com coco. As demais culturas principais, manga, goiaba e maracujá se mantêm estáveis nas séries apresentadas.

Outro dado importante é a evolução da área cultivada com as culturas temporárias (figuras 26 e 27). O destaque é a produção de feijão nos meses de maio, junho, julho e agosto, chegando a um pico de 70 hectares de área cultivada em junho de 2005. Isso se explica pela manutenção da tradição de plantar o feijão de sequeiro no inverno.

Normalmente o inverno semi-árido, no ano bom, permite cultivar sem irrigar as culturas de ciclo rápido. No caso dos agricultores de Ponto Novo eles têm a garantia de colheita porque caso não venha a chover no tempo certo, acabam utilizando os sistemas de irrigação. Outro fator importante é que o plantio de feijão, nesse período, economiza água e tem sempre mercado garantido.

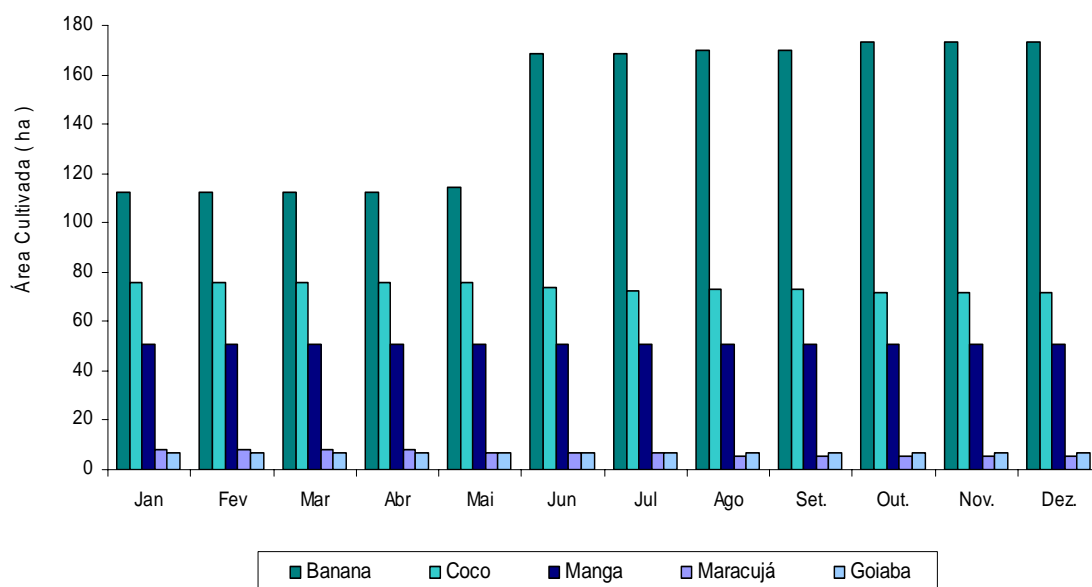
De agosto a novembro o destaque fica por conta da melancia, fruta que tem mercado garantido e bom preço, chegando a um pico de 57 hectares cultivados em outubro de 2005. As demais culturas temporárias, milho, tomate e mandioca, estão sendo sempre plantadas ao longo do ano, mas em quantidades reduzidas.

Figura 24
Evolução da área cultivada. Principais Culturas Perenes. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Bahia. Brasil. 2004



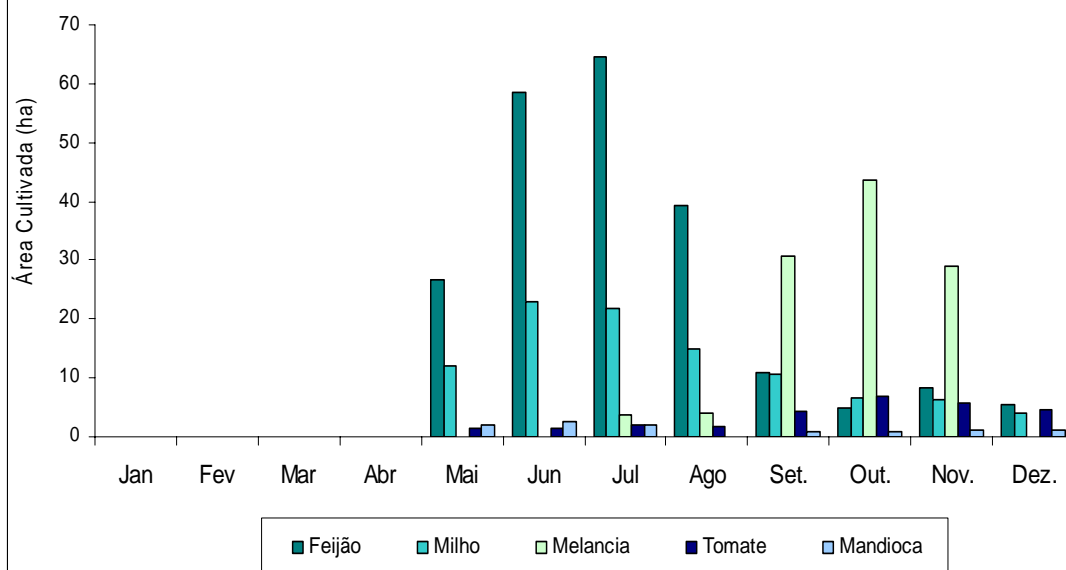
Fonte: Distrito de Irrigação de Ponto Novo.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 25
Evolução da área cultivada. Principais Culturas Perenes. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Município de Ponto Novo - Bahia - Brasil. 2005.



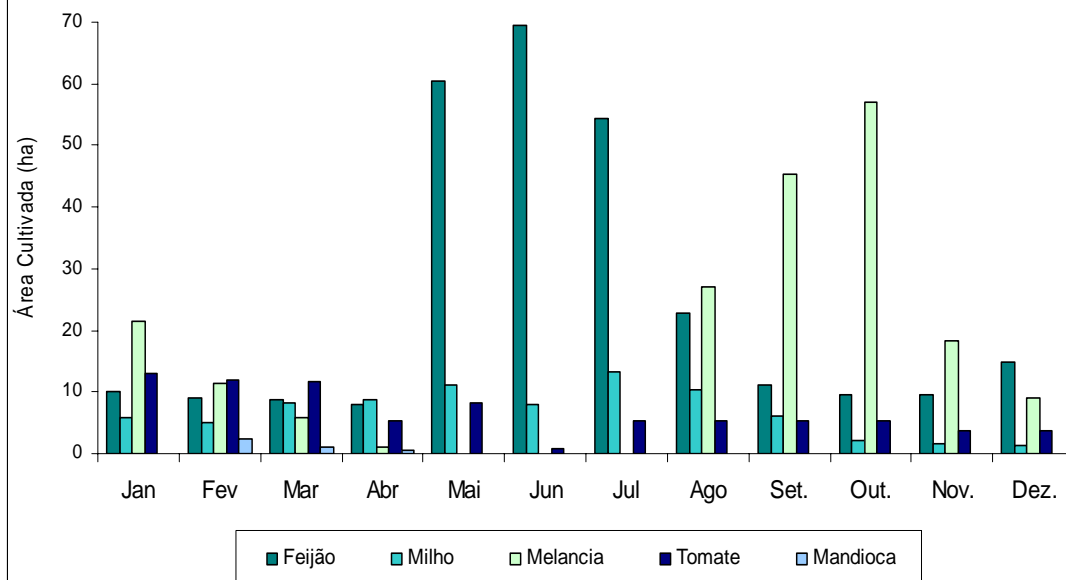
Fonte: Distrito de Irrigação de Ponto Novo.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 26
Evolução da área cultivada. Principais Culturas Anuais. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Bahia. Brasil. 2004.



Fonte: Distrito de Irrigação de Ponto Novo.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Figura 27
Evolução da área cultivada. Principais Culturas Anuais. Projeto de Irrigação de Ponto Novo 1ª etapa. Bahia. Brasil. 2005.



Fonte: Distrito de Irrigação de Ponto Novo.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Esses dados revelam uma mudança na estruturação produtiva, uma vez que antes de reassentados, os produtores não tinham a certeza de continuidade da produção em função dos limites impostos pela ausência de infra-estrutura e tecnologias adequadas à produção numa área semi-árida.

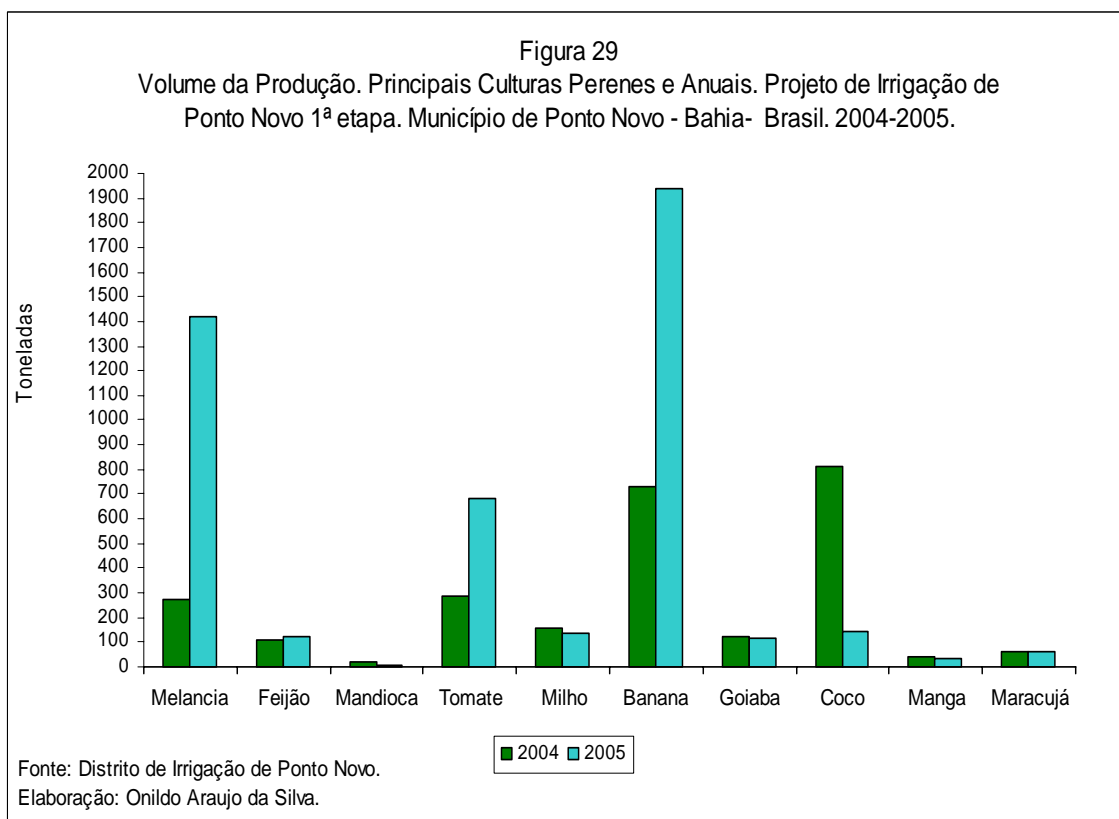
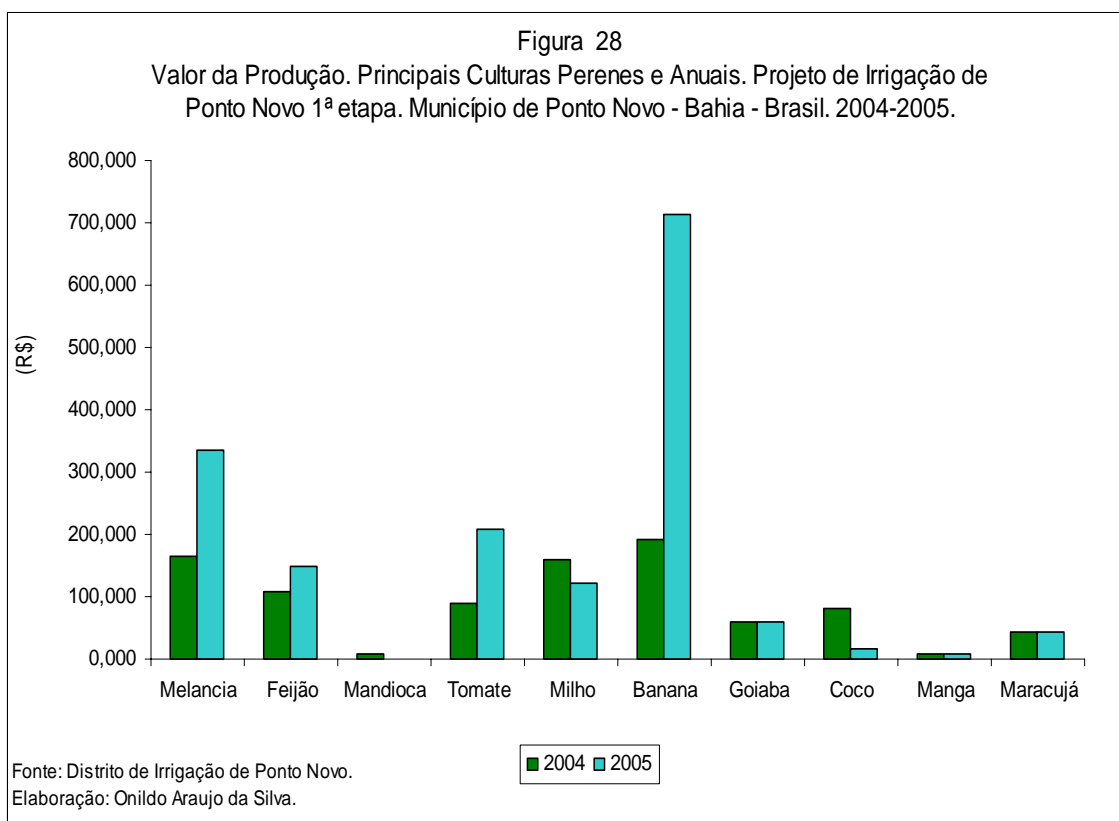
Os dados sobre o volume da produção (figura 28) ratificam essa idéia, pois apresentam crescimento da quantidade de frutas, legumes e hortaliças produzidos. Essa tendência é contrariada apenas no que se refere à produção de coco, pois como já enfatizamos, essa cultura vem sendo substituída. Banana, melancia e tomate são produzidos em maior quantidade e geram o maior montante em dinheiro (figura 29) para os agricultores.

A banana chegou a gerar renda total de R\$ 712.825,00 em 2005, o que em média totaliza R\$ 8.486,00 por lote irrigado, um número considerável em se tratando de lotes de 5 hectares geridos por agricultores familiares.

Portanto, os dados sobre área plantada, volume e valor da produção expressam a confirmação daquilo que verificamos na pesquisa de campo: há uma melhoria nas condições de vida dos agricultores e seus familiares, ocorre uma constância na produção e não mais uma dependência das chuvas ou da dinâmica do rio Itapicuru.

Como ressaltamos anteriormente, o processo de reorganização espacial provocado pela construção de barragens em áreas semi-áridas tem disponibilizado não apenas água. Em vários casos o Estado tem disponibilizado um novo aparato tecnológico que provoca um salto de qualidade nos processos produtivos e de estruturação da vida cotidiana. Não estamos falando apenas de tecnologia de produção, mas também de novos processos, novos serviços, novas maneiras de organizar o fazer e o saber fazer.

No caso do reassentamento de Ponto Novo, a barragem chegou junto com a rede elétrica, a rede de água, uma nova configuração de estradas e transportes, um novo jeito de produzir no campo, a necessidade de gerir a roça como empresa e um conjunto de novos equipamentos. É nesses equipamentos que focamos parte da nossa análise, na busca por entender como os agricultores estão lidando com essas novas tecnologias.



Na tabela 4 verificamos que ocorreu uma pequena queda na área plantada, mas houve um aumento significativo da área irrigada com micro-aspersão, fator que já tínhamos verificado no campo. Os agricultores estão substituindo os aspersores por micro-aspersores porque estes últimos economizam mais água.

Considerando os 374,5 hectares plantados em 2005 constatamos que 56% dos agricultores já utilizaram micro-aspersores, numa clara tendência de substituição. Essa substituição tem sido gradual como expressa a figura 30 que demonstra a evolução da irrigação no ano de 2005 e ilustra claramente o aumento da área irrigada com micro-aspersão em detrimento da área irrigada com aspersores.

A opção pela aspersão deve ser reavaliada porque houve, provavelmente, um equívoco na avaliação dos técnicos que determinaram o uso dessa tecnologia em detrimento de outras que já existem e estão sendo utilizadas em áreas semi-áridas, como a irrigação por gotejamento, por exemplo.

A gestão da água e com ela os aspectos que dizem respeito à economia e uso sob medida, ainda não está presente entre os reassentados do projeto de irrigação de Ponto Novo e está entre as preocupações dos técnicos que fazem o acompanhamento. Nos relatórios que resumem os elementos avaliados anualmente encontramos a seguinte reflexão:

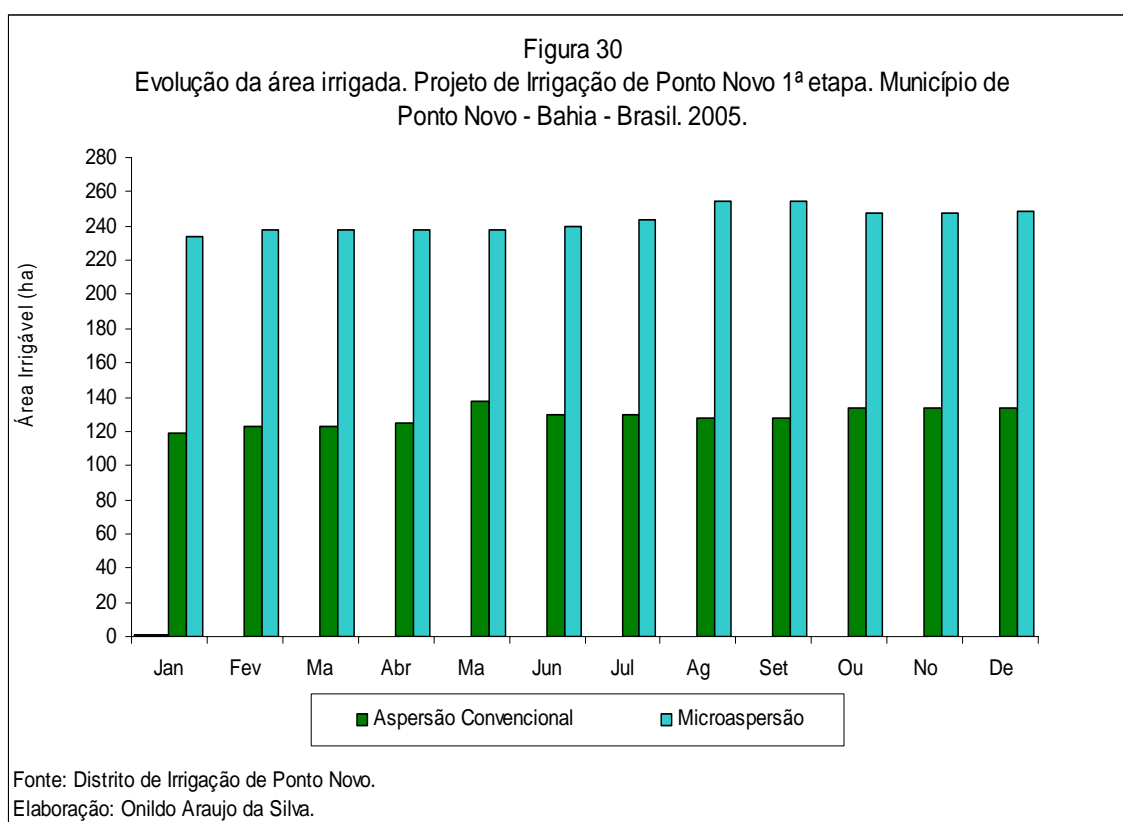
No momento não temos embasamento técnico para realizar um manejo de irrigação preciso, uma vez que não temos acesso às informações da estação meteorológica da Barragem de Ponto Novo. Estes dados serão muito importantes, por se tratar de um local próximo do perímetro, pois atualmente utilizamos dados da cidade de Saúde que fica mais distante. A EMBRAPA apresentou um projeto em convênio com a SEAGRI para mensurar o aproveitamento de água. Este projeto prevê a instalação de uma estação dentro do perímetro que será muito para a realização de um manejo adequado (Distrito de Irrigação de Ponto Novo – Relatório de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – 2004).

Tabela 4
Métodos de irrigação por área plantada. Reassentados do Projeto Ponto Novo 1ª Etapa. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2004-2005.

Identificação da Área	Área plantada (ha)		Método de irrigação			
	2004	2005	Aspersão. Convencional.		Micro-aspersão	
			2004	2005	2004	2005
Reassentados	333	327	163,75	123	204	204
Outros	40,25	47,5	31,50	31,5	6	6
Associações	7	7	3	3	4	4
TOTAL	380,25	374,5	132,25	154,5	210	210

Fonte: Distrito de Irrigação de Ponto Novo.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.



A partir do mês de outubro houve um considerável aumento de temperatura, em consequência foi orientado o aumento do tempo de irrigação, tendo em vista a elevação da evapotranspiração. Todavia, não dispomos de dados para fazer um manejo com informações, pois não temos dados de uma estação agrometeorológica, que seria crucial para realizar um manejo de irrigação preciso. A distribuição de tensiômetros em algumas áreas do projeto fará com que possamos realizar um manejo de irrigação mais próximo da realidade evitando desperdícios de água e degradação do solo (Distrito de Irrigação de Ponto Novo – Relatório de ATER – 2005).

Constatamos que é realmente necessária a urgente elaboração de um plano amplo de gestão do uso da água, que inclua, além do manejo de irrigação identificado na avaliação dos técnicos, mecanismos para que cada agricultor tome consciência da necessidade de um uso controlado da água e da sua possibilidade de escassez, mesmo estando todos a poucos quilômetros de uma grande barragem.

O Estado não teve essa preocupação, uma vez que não interviu mais diretamente na área do projeto, pois deixou a administração a cargo do Distrito, que é um condomínio de produtores, teoricamente gerido pela participação de todos que possuem terras no perímetro. Ocorre que o Distrito de Irrigação está sob o domínio dos grandes produtores, que tomam as decisões praticamente sem serem incomodados pelos pequenos produtores.

Ora, são prioridades diferentes; já que a pequena produção tem uma lógica diferenciada e também precisa usar processos para minimizar custos, como, por exemplo, irrigar na quantidade certa. Mas, os pequenos produtores, em conjunto ou individualmente, não têm condições de construir e bancar um sistema agrometeorológico, ao passo que as grandes empresas podem possuir seus próprios sistemas.

A contradição está no fato dos pequenos proprietários pagarem também o condomínio, que atua para atender as prioridades dos grandes proprietários. Ou seja, a ação do Estado criou mecanismos onde os ricos se beneficiam da repartição dos custos com os pobres, mesmo os benefícios sendo maiores para os primeiros.

Logo, em nossa perspectiva, argumentamos que ocorreu, na ação do Estado, um direcionamento mais efetivo para a infra-estrutura, principalmente para equipamentos e uma negligência com relação ao homem do campo, aquele que vai efetivamente operar cada aparato colocado à disposição. Esse é um investimento em longo prazo que passa necessariamente pela implantação de ações educativas e formativas, para que seja gestado um hábito de gerir a água com outra mentalidade, hábito esse gerado de dentro do perímetro irrigado, baseado mais na experiência do que na orientação técnica, sem, no entanto, desconsiderar o papel dessa última.

Finalmente, apresentamos a tabela 5 que demonstra os equipamentos disponíveis para a mecanização agrícola. Está à disposição um trator com seus acessórios, o que facilita o manejo do solo e a produção. Esses equipamentos, que são comuns nos processos agrícolas, não estão sempre disponíveis para os pequenos produtores do estado da Bahia.

Daí a importância da ação do Estado no sentido de não apenas disponibilizá-los, mas de incentivar um uso capaz de aumentar a capacidade produtiva e conseqüentemente o lucro do processo produtivo. Além disso, como o Estado trabalha para transformar os pequenos produtores em empresários rurais, seria praticamente impossível que competissem no mercado, se continuassem plantando com as tecnologias que dispunham até então, como o arado movido à tração animal.

Tabela 5
Mecanização agrícola. Reassentamento do Projeto Ponto Novo 1ª Etapa. Município de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2005.

Máquinas	Quantidade	Equipamentos	Quantidade
Trator	1	Arado	1
		Grade	1
		Roçadeira	1
		Carreta	1

Fonte: Distrito de Irrigação de Ponto Novo.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

É ainda importante destacar que a produção dessa 1ª etapa do perímetro irrigado não fomenta um conjunto de horizontalidades capazes de gerar redes que provoquem qualquer reordenação nos fluxos regionais já existentes. A quantidade produzida não demanda ainda insumos em quantidades suficientes para gerar fluxos diários ou semanais que fortaleça o comércio regional. Esses elementos devem ocorrer com a consolidação da etapa empresarial do projeto que está em implantação. Com relação à comercialização o relatório da ATER é esclarecedor:

A comercialização é realizada na área do projeto e somente em raras ocasiões os produtores procuram levar produtos aos CEASAs dos centros urbano maiores. Isso vem sendo feito desde o início da produção sem evolução no processo de comercialização. Acreditamos que o nível de alfabetização dos produtores pode se tornar o principal agente dificultador, evitando assim que os mesmos possam atuar concomitantemente no processo produtivo e comercialização, sendo assim o atravessador torna-se um mal necessário. A diretoria da associação dos irrigantes tem mantido contato com compradores, no entanto tem alertado os proprietários de lote que a comercialização é responsabilidade somente do dono da mercadoria. (Distrito de Irrigação de Ponto Novo – Relatório de ATER – 2005).

A citação do relatório de ATER vem confirmar aquilo que argumentamos com relação à gestão da água e que também serve para a gestão produtiva dos negócios, ou seja, houve preciosos investimentos públicos na infra-estrutura, em equipamentos e uma negligência do investimento no homem do campo que, normalmente semi-analfabeto, se vê diante de uma nova realidade sem ter, no entanto, instrução adequada para lidar com ela.

Falta a ação pública no sentido de capacitá-los com conhecimento, com informações úteis, com experiência com o universo da sociedade da escrita, isso já em tempos de sociedade informacional. Além disso, falta a ação que fomenta o associativismo e o cooperativismo capaz de reunir esforço para melhorar os mecanismos de comercialização e que constam, inclusive, entre os objetivos do estatuto do Distrito de Irrigação.

É certo que os pequenos produtores são, em sua maioria, analfabetos, porém se a ação do Estado foi eficiente a ponto de que aceitassem produzir num novo lugar e que assumissem, com êxito, um novo processo produtivo, também deveria ter sido eficiente na formulação de mecanismo de fortalecimento desses produtores para competirem no mercado, o que faltou, de fato, foi interesse do Estado em apoiá-los incondicionalmente, como aconteceu com os grandes proprietários.

7. 2. 2 O projeto de reassentamento da 1ª etapa fase 2

Os reassentados da fase 2 viveram uma situação diferenciada daquela experimentada pelos reassentados da fase 1, pois houve um atraso por parte do Estado, no fornecimento dos kits de irrigação, de forma que atualmente (2007), eles dispõem de material para irrigar apenas 1 hectare. Dos 54 lotes 51 estão em processo de implantação da irrigação de banana através de aspersão convencional. É importante salientar que o governo fornece um auxílio alimentação no valor de R\$ 200,00, forneceu insumos e assistência técnica e os reassentados ainda não pagam pela água que utilizam.

Essas ações visam subsidiar a produção inicial, possibilitando que o agricultor se capitalize, pois eles já deveriam ter recebido kits para irrigar mais um hectare, conforme consta dos acordos estabelecidos antes da relocação e também devem instalar kits, por conta própria, nos 3 hectares restantes.

Esses pequenos proprietários estão enfrentando dificuldades porque estão inseridos num processo, dificultado devido à mudança de governo ocorrida no início de 2007, em que as incertezas quanto à concretização dos acordos com o governo anterior aumentaram significativamente, porque apesar do atual governo ter sinalizado com a continuidade do projeto, já forneceu indícios de que haverá mudanças, como no caso da assistência técnica, por exemplo, que deve deixar de ser realizada pelo Distrito de Irrigação de Ponto Novo para ficar a cargo da EBDA.

Do ponto de vista do planejamento estatal essa é uma opção acertada, uma vez que a EBDA já atua no município e é o órgão de governo pensado, entre outros objetivos, para esse fim, possuindo larga experiência com os aspectos relacionados a ATER. Porém, para os agricultores a questão

está no fato de terem que passar a lidar com novos técnicos e com um novo órgão, cuja ação eles não conhecem, possibilitando uma importante mudança na relação desses com os órgãos governamentais. Isso nos interessa porque é uma evidência de como o agente hegemônico mantém o poder, realizando modificações no território, através do exercício da territorialidade, entendida aqui como o complexo conjunto de relações entre os agentes que refazem cotidianamente a base territorial.

Mesmo mudando o governo, o Estado é ainda o agente hegemônico, e deve continuar sendo em função do poder de negociação que possui e porque o novo governo promete ser ainda mais próximo da população no sentido de compartilhar mais os processos de tomada de decisão.

De qualquer forma resta ao governo o caminho da negociação, tanto com os pequenos proprietários quanto com os demais agentes envolvidos, mesmo que tenha que resolver problemas e conflitos gerados pelo governo anterior. O importante é que o projeto tenha ajustes, mas continuidade, evitando o desperdício do dinheiro público investido até aqui.

Os pequenos proprietários já foram relocados, suas vidas já giram em torno da espera pelo cumprimento dos acordos. Além disso, constatamos que os pequenos lotes, da fase 1 da 1ª etapa, são economicamente viáveis e capazes de melhorar significativamente a vida dos reassentados, o que justificaria a priorização da aceleração da implantação da fase 2.

Interessa ressaltar também que dos 3 lotes que estão ainda sem nenhuma intervenção 1 pertence ao prefeito do município, 1 ao vice-prefeito e 1 a um produtor que não fez irrigação. Aliás, esses representantes políticos recebem, inclusive, o auxílio alimentação e já receberam kits de irrigação e insumos. Isso demonstra como o Estado, sob o comando do governo do PFL, não criou mecanismos de fiscalização que impedisse distorções na implantação dos seus programas, o que deveria ser uma prática constante em qualquer ação que utiliza dinheiro público.

Portanto, o processo de implantação da fase 2 foi diferenciado, pelo atraso na própria implantação do projeto que resultou na influência da transição do governo do PFL para o governo do PT a partir de janeiro de 2007. Dessa forma, não pudemos verificar, como fizemos com os reassentados da 1ª etapa fase 1, os resultados do projeto, uma vez que a implantação total deve

atrasar ainda mais, pois as negociações com o novo governo estão ainda mais lentas e com outros problemas, pois há a tentativa de mudar alguns aspectos do projeto, como a assistência técnica, por exemplo, que, como já enfatizamos deve deixar de ser função do Distrito de Irrigação para ser atribuição da EBDA, fato que os agricultores, numa reunião no mês de outubro de 2007, decidiram lutar contra, com a justificativa de que a ação da EBDA é ineficiente e que essa empresa não terá o mesmo êxito que o Distrito, pois não participou da implantação do projeto desde o início.

Esse é apenas um exemplo do amplo campo de tensão e conflito que se formou com a nova configuração política estadual e resultará, certamente, na mudança de rumo do projeto ou na aceitação, através da negociação, pelos pequenos agricultores, dos novos interesses do novo governo, já que esse deixou claro que não pretende impor aos agentes envolvidos uma nova lógica de ação, mas ampliar canais de negociação.

Mesmo assim, ouvimos alguns agricultores, que já estavam com seus lotes plantados há mais tempo, para desvelar como foi o processo de relocação e o que pensam da ação do Estado. Importa destacar que eles possuíam suas terras no município de Ponto Novo e estão relocados numa área muito próxima da que possuíam. Nesse caso a relocação aconteceu para atender a lógica de colocá-los em lotes agrupados de 5 hectares, numa área separada da área de lotes empresariais.

Outro aspecto importante é que essas pessoas já sabiam que seriam relocadas desde 2000 quando teve início a 1ª fase da 1ª etapa. Inclusive eles receberam a terra e ficaram esperando os kits para irrigação. Eles também tiveram a opção da indenização, sobre esse aspecto o depoimento a seguir é ilustrativo:

Eles disseram assim: ou a gente pega o dinheiro ou o lote, de preferência eu pedi o lote. Ou o dinheiro ou o lote, se não quisesse nenhum dos dois, perdia. Só que lá a gente tinha o documento. A gente tira pelas pessoas que pegaram o dinheiro e se arrependeram, por que hoje o dinheiro que eles pegaram já gastaram. E quem pegou o lote tá aqui, se tiver vontade para trabalhar consegue tudo de bom. Se não tiver a tendência é passar para outro. A terra era de minha mãe mas ela morava em Juazeiro e eu era que plantava, então eles

vieram aqui e queriam a prova de que eu plantava, por que eu queria o lote, aí veio as duas pastas, uma pra mim e outra pra minha mãe, aí ela disse que não queria o lote, queria o dinheiro. Então ela já gastou todo e o meu tá aqui, o futuro tá pra frente, tá crescendo, quem ficou com o lote foi eu porque eu era agregada dela (Agricultora da 1ª etapa – fase 2).

Nesse depoimento destacamos a reafirmação de que a ação do Estado efetivamente deixou a opção para os proprietários e que considerou os agregados. Além disso, está claro na fala da agricultora que ela tem fé que conseguirá melhorar de vida trabalhando no lote e que possui algo mais sólido e promissor do que aqueles que optaram pela indenização. Aparece a mesma idéia dos produtores da fase 1 de que é só ter vontade de trabalhar para tornar o lote produtivo e rentável.

Além disso, existe uma crença num futuro melhor e um apego à terra, inclusive com a reclamação de que antes eles tinham o documento da propriedade e agora eles não têm, pois o Estado não quer fornecer. Ocorre que eles entraram num processo de concessão de direito de uso, mas só agora estão se dando conta de que não terão o título de propriedade. Inclusive já se mobilizam para acionar judicialmente o Estado com o argumento de que os atuais lotes fazem parte de uma troca com as antigas propriedades.

Outro aspecto que queremos destacar é que os relocados entrevistados são unânimes em dizer que o novo lote é melhor que a terra anterior. Vejamos algumas justificativas:

Aqui melhorou sim porque aqui a gente tem água para trabalhar e lá só trabalhava quando chovia (Agricultor da 1ª etapa – fase 2).

Foi melhor mil vezes ter saído de lá pra cá. Porque lá nós tínhamos 17 tarefas, um pedacinho de terra que não dava pra criar nada dentro, numa área dessa nós estamos sossegados, tem uma área ali pra baixo molhando, com uma vacas dentro dando de comer, se fosse lá tava ruim pra nós. Aqui a gente não fica desempregado, trabalha toda a família, eu meu irmão e meu pai (Agricultor da 1ª etapa – fase 2).

Ou seja, os relocados enfatizam a disponibilidade de água que elimina a dependência das chuvas num espaço semi-árido e as possibilidades de trabalho com a irrigação, pois, como já constatamos na fase 1, um lote é suficiente para oferecer trabalho e renda às famílias maiores e ainda absorver trabalhadores diaristas no caso de famílias menores.

Portanto, a expectativa é de que esses reassentados também tornem seus lotes produtivos e melhorem de vida, pois estão inseridos, com um atraso de 2 anos, num processo idêntico aquele que ocorreu na fase 1, o que por outro lado oferece a vantagem de aprender com aqueles que já sabem fazer do lote um empreendimento viável.

Além disso, eles já começaram a se comunicar e a se perceberem integrantes de um mesmo processo, exemplo disso é o desejo, expresso pelo representante da associação de irrigantes da fase 1, de unir os dois grupos com a fusão da associação deles com a que começa a se organizar na fase 2.

7. 2. 3 O projeto de implantação de lotes empresariais

Com relação aos lotes empresariais, 2ª etapa do projeto, verificamos que a maior especificidade do processo de implantação dos lotes foi a opção de realizar um processo de concessão de direito real de uso para fins agrícolas e agropecuários através de uma licitação na modalidade de concorrência pública. Importante destacar que as condições de participação foram:

➤ *Para pessoas físicas:*

- Cédula de identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Regularidade com as fazendas federal, estadual e municipal;
- Declaração de visita;
- Certidão negativa de execuções patrimoniais.

➤ *Para pessoas jurídicas:*

- Registro na junta comercial;
- Atos constitutivos - contrato e alteração social;
- C.N.P.J;
- Inscrição estadual e municipal;
- Regularidade com o FGTS e INSS;
- Declaração de visita;
- Regularidade com as fazendas federal, estadual e municipal;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
- Certidão negativa de falência ou concordata.

De acordo com os itens acima discriminados percebemos que para participar da licitação uma pessoa ou empresa precisava apenas apresentar os documentos de identificação e certidões negativas de débito com os principais órgãos públicos estaduais e federais. Não existiu nenhum critério que garantisse experiência ou tradição com a agricultura irrigada.

Apesar de ter sido solicitado um projeto de aproveitamento, com o cronograma físico-financeiro, ele não garantia que os lotes fossem efetivamente utilizados. Na verdade tratava-se de arrendar lotes, sem uma preocupação direta com seu uso. Isso é típico de políticas neoliberais que supervalorizam a iniciativa privada e defendem que cabe ao Estado tão somente disponibilizar as condições para a ação dessa iniciativa. Pois bem, em Ponto Novo isso resultou num processo de especulação. De acordo com técnicos a serviço do próprio governo do estado:

Houve um processo de especulação durante a licitação dos lotes empresariais, muitas pessoas compraram lotes e não implantaram projetos. De posse da terra revenderam a um preço maior. Além disso, duas empresas usaram laranjas para comprar lotes ou reuniram grupos de compradores, pois havia um limite de hectares por lote (Técnico a serviço do governo do Estado da Bahia).

Ora, isso perverte a própria lógica e os objetivos iniciais do projeto que era disponibilizar 63 lotes empresariais. Esperava-se que várias empresas

pudessem surgir desse processo ou mesmo que várias empresas rurais iniciassem negócios em Ponto Novo.

Mas o que efetivamente aconteceu foi uma licitação para arrendar, sem um cuidado se os arrendatários irão efetivamente implantar os projetos aos quais se destinavam os lotes. De acordo com o quadro 15, verificamos que foram postos para arrendamento um total de 63 lotes entre 15 e 65 hectares.

Esse processo evidencia a principal contradição na ação do Estado que tinha por objetivo fomentar a ação de várias empresas: houve uma concentração da terra e um monopólio por parte de dois grupos de empresários com tradição no setor. Levantamentos realizados em 2007 verificaram que, de fato, os lotes empresariais estão funcionando da seguinte forma:

- empresa AGRIVALE - controle de 1.100 hectares de terras dos 1.960 que entraram na licitação, correspondendo a 56,12% das terras dos lotes empresariais;
- empresa Sítio Barreiras - Controle de 300 hectares, correspondendo a 15,3% das terras licitadas;
- lotes individuais - apenas 3 com projetos em andamento;
- um lote destinado a uma cooperativa que atuou no contexto do Programa Cabra Forte.
- um lote sem licitar que ficou como área de reserva.

Assim, percebemos que a ação do Estado foi decisiva para concentrar a terra em poder de poucos e em detrimento da relocação de 138 proprietários.

Ainda com relação à licitação é importante destacar que ela obriga o arrendatário a ser integrante do Distrito de Irrigação de Ponto Novo, que é o responsável pelo fornecimento de água, mediante celebração de contrato. Além disso, o Distrito de Irrigação se encarrega da operação e manutenção da infraestrutura de uso comum, da distribuição de água e da cobrança da tarifa.

Portanto, o Estado garantiu água e terra, ficando a cargo da iniciativa privada a definição do uso de tecnologia e quais processos gerenciais adotar. Logo, analisaremos a seguir a ação das duas empresas e o funcionamento do lote do Projeto Cabra Forte.

Quadro 15

Lotes empresarias. Projeto de Irrigação de Ponto Novo. 2ª etapa. Município de Ponto Novo. 2005.

Nº	Nº do Lote	Área Total (ha)	Área Irrigável (ha)	Área não Irrigável (ha)	Valor do Lote (R\$)
1	1	59,08	59,08		118.160,00
2	2	33,44	33,44		66.880,00
3	4	15,19	15,19		30.380,00
4	5	24,74	24,74		49.480,00
5	6	29,28	29,28		58.560,00
6	7	34,46	34,15	0,31	68.486,00
7	8	32,57	32,57		65.140,00
8	9	34,39	33,16	1,23	67.058,00
9	10	33,10	33,10		66.200,00
10	12	42,28	41,97	0,31	84.126,00
11	13	27,77	24,78	2,99	51.354,00
12	14	17,42	17,42		34.840,00
13	15	27,41	26,39	1,02	53.392,00
14	16	22,04	22,04		44.080,00
15	17	27,09	27,09		54.180,00
16	18	40,34	39,47	0,87	79.462,00
17	19	23,92	23,92		47.840,00
18	20	35,02	31,47	3,55	65.070,00
19	21	31,34	31,34		62.680,00
20	22	34,82	34,82		69.640,00
21	23	19,11	19,11		38.220,00
22	24	22,35	22,35		44.700,00
23	26	29,23	29,23		58.460,00
24	27	55,95	55,95		111.900,00
25	28	25,26	25,26		50.520,00
26	29	62,98	62,98		125.960,00
27	30	46,75	46,75		93.500,00
28	32	22,70	22,70		45.400,00
29	33	21,56	21,56		43.120,00
30	40	31,78	31,78		63.560,00
31	41	19,42	19,42		38.840,00

Continua

Continuação

32	42	37,49	37,49		74.980,00
33	43	24,76	24,76		49.520,00
34	44	25,92	25,92		51.840,00
35	45	24,26	24,26		48.520,00
36	46	16,40	16,40		32.800,00
37	48	20,31	20,31		40.620,00
38	49	35,15	35,15		70.300,00
39	50	17,05	17,05		34.100,00
40	51	39,20	35,81	3,39	73.654,00
41	52	22,49	22,49		44.980,00
42	53	27,75	27,75		55.500,00
43	54	37,02	37,02		74.040,00
44	55	33,67	33,67		67.340,00
45	56	39,33	35,51	3,82	73.312,00
46	57	39,71	30,10	9,61	65.966,00
47	58	35,07	35,07		70.140,00
48	59	21,84	21,84		43.680,00
49	60	27,50	27,50		55.000,00
50	61	58,95	58,95		117.900,00
51	62	27,45	24,12	3,33	50.238,00
52	63	29,13	24,30	4,83	51.498,00
53	64	31,23	25,49	5,74	54.424,00
54	65	35,37	23,70	11,67	54.402,00
55	66	26,96	21,46	5,50	46.220,00
56	67	20,16	16,30	3,86	34.916,00
57	68	58,07	50,30	7,77	105.262,00
58	69	27,37	26,66	0,71	53.746,00
59	70	20,14	17,46	2,68	36.528,00
60	71	23,87	14,86	9,01	35.126,00
61	72	36,96	33,82	3,14	69.524,00
62	73	26,15	25,45	0,70	51.320,00
63	74	31,41	31,41		62.820,00

Fonte: Processo de concessão de direito real de uso de lotes empresariais.

A empresa AGRIVALE, que atua em Petrolina produzindo uva de mesa e manga, instalou uma filial em Ponto Novo no ano de 2006, com o objetivo de plantar frutas para o mercado externo, principalmente para o mercado europeu. Estava em pleno processo de implantação de modo que sua primeira safra só foi colhida no mês de novembro de 2006. Segundo um dos gerentes da empresa o plano operacional prevê instalar, até 2011, uma unidade produtora de banana e abacaxi. A capacidade prevista é de irrigar 400 hectares de abacaxi e 500 hectares de banana.

Como a implantação está em sua fase inicial atualmente a empresa conta com 80 trabalhadores no setor de abacaxi e 13 trabalhadores no setor de banana. Interessante notar que são setores diferenciados e geridos por chefes específicos, sendo que o setor que planta abacaxi está já em operação numa área onde um pivô central é o suporte para irrigar.

A expectativa da empresa é gerar, ao final da implantação até 2011, 1000 empregos diretos. Dessa forma, Ponto Novo continuará a ser, por vários anos, um centro de atração de trabalhadores que são provenientes dos municípios vizinhos. Além disso, até o momento, a ação da empresa não gera ainda um amplo conjunto de fluxos regionais ou mesmo nacionais. Bom exemplo disso é o fato da maior parte dos insumos serem comprados na Bahia. Ou seja, o pólo de irrigação de Ponto Novo é mesmo uma promessa para o futuro.

Já a empresa Sítio Barreira possui duas unidades de produção: a unidade I em Missão Nova, no estado do Ceará e a unidade II, em Ponto Novo que está em processo de implantação. A unidade II foi inaugurada em 07 de março de 2007 e envia frutas para Salvador, Recife e Feira de Santana, onde foi inaugurada uma unidade de distribuição. Conta com um galpão de 840 m² e duas câmaras de refrigeração. A produção semanal envia 20 toneladas de banana para Salvador e 20 toneladas para Recife, com perspectiva de crescimento assim que se consolidar nesses respectivos mercados.

Além disso, outros dois lotes estão começando a entrar em operação, mas sem dados disponíveis. Esse é um processo que está em curso e não tem previsão de terminar, pois está totalmente por conta da iniciativa de cada empresa que adquiriu lote no processo de concessão. Logo, a prometida

geração de emprego e renda, acima dos índices médios do estado da Bahia, ainda não é uma realidade, muito menos o pólo de fruticultura irrigada.

Como já constatamos, há resistência por parte de proprietários de terras com relação à ampliação da área empresarial. Podemos argumentar que a ação do Estado, para concretizar o planejamento inicial, já não será mais tão tranqüila quanto foi com a implantação da 1ª e 2ª etapas. De forma que terá que reestruturar o planejamento ou aumentar sua capacidade de negociação e convencimento.

Isso tudo ocorre num contexto onde, como já ressaltamos, a mudança de governo em 2007, deve influenciar a relação do Estado com os outros agentes em Ponto Novo, uma vez que o novo governo elegeu-se prometendo ampla reforma das políticas adotadas. Além disso, teoricamente, possui uma orientação diferente daquela do partido que estava no poder até 2006.

Na área empresarial foi desenvolvido ainda um projeto que merece destaque em função da forma como foi concebido e operacionalizado. Quando da implantação do Distrito de Irrigação de Ponto Novo o governo do Estado disponibilizou um lote para atender ao Programa Cabra Forte. Esse programa tinha como objetivo fortalecer a caprinocultura e ovinocultura em três regiões do semi-árido baiano. A idéia era oferecer técnicos que assistissem os produtores rurais cadastrados, reprodutores para melhoramento genético de rebanhos, além de criar mecanismos para viabilizar a produção no semi-árido, principalmente com ações que incentivassem o produtor a se prevenir para o período de estiagem. Com esse espírito o programa recebeu, em Ponto Novo, um lote com as seguintes características:

- 105 hectares de terra;
- 1 pivô central;
- 1 subestação;
- 1 conjunto de bombas;
- 1 sistema de fertirrigação.

Todo esse material ficou a cargo de uma cooperativa formada também por incentivo do governo do estado da Bahia que conta com a

participação de 10 entidades jurídicas, entre elas outras cooperativas e associações dos municípios envolvidos no Programa Cabra Forte e 10 pessoas físicas.

Esse processo de escolha dos componentes da cooperativa, que recebeu o nome de COOPFORT, não está bem especificado pelo governo, o que deixa transparecer que foi utilizado o apadrinhamento político e favorecimento de pessoas ligadas aos grupos que estavam no poder nos municípios envolvidos e no governo do estado da Bahia. Inclusive existem denúncias de roubo e má gestão do dinheiro público, de forma que o lote do Cabra Forte não cumpriu sua função inicial.

Quando da nossa última visita à COOPFORT, em outubro de 2007, chegamos a assistir uma reunião que tratava da reestruturação da cooperativa, uma vez que o Programa Cabra Forte já não existia mais. Segundo o presidente deste período a cooperativa cometeu erros, tanto com a produção, já que o campo de feno, opção produtiva escolhida, não estava respondendo às expectativas, quanto na comercialização, pois não conseguiu atender a demanda.

Segundo ele a cooperativa foi projetada para produzir 480.000 fardos de feno por ano, mas não chegou a produzir 20.000 fardos. Dessa forma, existe mercado para todo o feno que a cooperativa produzir, mas ela não teve a capacidade técnica de explorar todos os recursos que o governo do estado deixou à sua disposição.

Aqui mais uma vez temos que refletir sobre a ação do Estado e fazer alguns questionamentos pertinentes: por que o lote não foi destinado a uma associação de pequenos produtores de ovinos e caprinos e sim a um grupo escolhido para compor uma nova cooperativa? Por que a cooperativa não foi rigidamente fiscalizada durante o período que utilizou recursos públicos? Por que o governo do estado não fez ampla divulgação da ação que colocou o lote e os recursos públicos nas mãos da cooperativa como fez com os reassentamentos?

Como agente hegemônico, o Estado recriou novas territorialidades, onde a relação entre os produtores de caprinos e ovinos do Programa Cabra Forte foi definida pela via da venda de feno por uma cooperativa que não tinha ampla experiência com o processo agrícola

necessário à produção. Nesse caso o prejuízo ficou com os ovinocaprinocultores que foram usados como justificativa para a aplicação de dinheiro público numa ação que beneficiou um pequeno grupo da elite ligada ao Estado.

Logo, o lote do Programa Cabra Forte, como foi originalmente concebido para efetivamente auxiliar os ovinocaprinocultores, era uma ótima idéia que, mais uma vez, foi distorcida no momento da aplicação do planejado, justamente porque o governo do estado da Bahia foi omissa em fiscalizar a aplicação do dinheiro público que disponibilizou e porque a sociedade, que estava acompanhando esse processo mais de perto, não foi capaz de reinvidicar a ação fiscalizadora.

Portanto, o uso da água da barragem de Ponto Novo, no que se refere à irrigação, tem que ser estrategicamente gerido, considerando um possível conflito entre os pequenos proprietários reassentados, os empresários rurais e os cooperados da COOPFORT, além dos proprietários que estão a poucos quilômetros da represa e que não têm acesso à água, mas desejam irrigar, uma vez que a probabilidade de escassez de água em longos períodos de estiagem é cada vez mais eminente à medida que aumenta a demanda e a capacidade instalada dos projetos derivados do uso da água da represa.

7. 3 Usos secundários da água

O abastecimento humano e animal são outros usos da água que estamos considerando secundários em função da quantidade de água que utilizam. Porém, não são menos importantes porque possuem a capacidade de reestruturar relações territoriais.

A dessedentação de animais, durante todo o ano, passou a ser possível ao longo das propriedades que se localizam às margens do rio Itapicuru até a cidade de Queimadas, pois há uma preocupação dos gestores da represa de possuir água armazenada o suficiente para garantir que ela flua durante todo o ano no leito principal.

Além disso, essa água não tem um uso controlado, estando disponível para aqueles que têm acesso ao rio. Assim, atende a comunidades ribeirinhas que ainda não possuem água encanada e presta-se a todo tipo de

uso por parte das pessoas, uma vez que não existem, ainda, ações que fiscalize e controle os usos das águas ao longo da bacia do Itapicuru.

De acordo com a EMBASA a água captada na barragem, para fim de abastecimento humano, é tratada e atende apenas ao Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Ponto Novo, Filadélfia e Caldeirão Grande.

Já a piscicultura foi desenvolvida a partir de uma ação direta do Estado, que promoveu, através do programa Bahia Pesca, 2 projetos em Ponto Novo. O Bahia Pesca é um Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e atua na atração de investimentos, desenvolvimento e difusão de tecnologias e criação de pólos produtores, com o objetivo de fomentar uma política para o setor no âmbito do estado. Porém, no lago da represa de Ponto Novo esses dois projetos experimentais não tiveram continuidade, de modo que esse é um tipo de uso ainda potencial.

Com referência aos balneários, nos municípios de Ponto Novo, Pindobaçu e Filadélfia, verificamos que têm um funcionamento limitado se consideramos as suas capacidades. Técnicos da RAA IV participaram de reuniões com as comunidades para discussão de um plano de gestão para esses balneários, mas até o momento em que finalizamos esse trabalho não tinham elaborado nenhuma proposta.

Ou seja, com exceção da agricultura irrigada, os outros usos ainda são potenciais, existem projetos, alguns experimentos já foram realizados, mas a barragem de Ponto Novo ainda não conta com um amplo conjunto de atividades que potencialize os usos de suas águas.

Esse é um campo aberto para a ação do Estado que pode fomentar a organização das pessoas em associações e cooperativas para a gestão de projetos que usem a água de forma não conflitiva com a irrigação e o abastecimento humano, como por exemplo, projetos de turismo, lazer e esportes náuticos.

Capítulo 8

A ação do Estado no município de Ponto Novo

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

Milton Santos

O Estado, como já destacamos nos capítulos anteriores, é o agente hegemônico na consolidação de uma nova forma de organizar o espaço no município de Ponto Novo. Essa reorganização tem repercussões de base territorial não apenas nesse município, mas também nos municípios vizinhos e na parcela semi-árida da bacia do rio Itapicuru.

Essas relações territoriais envolvem agentes dos mais diversos, mas é mais efetiva para os proprietários de terras, os pequenos agricultores, os empresários rurais e comerciantes, que criaram uma expectativa de amplo crescimento do comércio local. Justamente por isso, buscamos ouvir representantes desses agentes e representantes do próprio Estado, em busca de desvelar o que pensam dessa ação e como ela ocorreu ao longo desses anos em que o Estado atua no município.

Para isso utilizamos entrevistas semi-estruturadas realizadas com os representantes da Igreja Católica, do poder público municipal, do poder público estadual, dos trabalhadores através de sua representação sindical, da associação comercial e das associações e cooperativas envolvidas com o uso da água da represa.

Apresentaremos a seguir os resultados dessas entrevistas, transcritas literalmente com o objetivo de trazer à luz a opinião dos representantes das comunidades que tiveram participação no processo que investigamos, algumas vezes até mesmo diretamente, sendo influenciados e influenciando no curso dos acontecimentos. Consideramos para isso que a base para entendermos as reestruturações territoriais é mesmo o desvelar das relações de poder implícitas em cada ação que reorganiza o espaço geográfico num determinado território, em um período de tempo previamente delimitado.

Além disso, destacamos as principais territorialidades constituídas a partir da reorganização do espaço e da consolidação de um novo território gerido pelo Estado; evidenciamos as contradições da ação desse mesmo Estado e o uso da imagem que gestou em analogia com um real imediato que toma emprestado parte do processo de reordenação e parte da dinâmica da paisagem.

A ação do Estado foi avaliada pelos demais agentes envolvidos nos processos, sua condição de hegemônico foi ratificada e, como veremos a seguir, até mesmos os proprietários relocados apoiaram incondicionalmente as

reestruturações efetivadas. Porém, a ampliação dos projetos já conta com um grupo de pessoas descontentes. É esse processo de cooperação e conflito, de capacidade de negociação do agente hegemônico, de definição da forma como o uso da água influencia a constituição do território que buscamos desvelar.

8. 1 A perspectiva dos representantes da comunidade de Ponto Novo

Os rebatimentos da construção da barragem foram amplos e evidentes no município de Ponto Novo. Além disso, os projetos derivados têm reestruturado a base produtiva e influenciado relações territoriais. Portanto, ouvimos os representantes da comunidade, entrevistados com o intuito de entender como participaram do processo de implantação da barragem e quais são os condicionantes dessa ação para as suas instituições e para a comunidade em geral.

Logo, nossa primeira preocupação foi saber se os entrevistados participaram do processo de implantação da barragem e como foi essa participação. Os depoimentos a seguir exemplificam esse processo:

Eu trabalhei no projeto da SRH que era o departamento de estudos e conflitos da água, depois da barragem o que iria trazer de benefícios, o que iria criar de conflito do uso da água, esse era um projeto que a gente basicamente trabalhava com entrevistas com lideranças locais pra ver os problemas, no período diagnosticou problemas de poluição dos rios, uso de metais pesados, curtume, essas coisas, foi mais um levantamento, já tava na fase de construção da barragem (Técnico a serviço do Estado – SRH).

Eu trabalhei aqui na implantação da barragem, eu fiz levantamento das áreas, na época não trabalhava aqui nesse órgão, trabalhava no antigo INTERBA, hoje é o CDA, eu trabalhei fazendo levantamento das áreas que foram indenizadas, nessa parte onde hoje está o perímetro irrigado e foram reassentadas as famílias, onde hoje está o lago, eu trabalhei no início desse processo, no INTERBA, fazendo esse levantamento dessas áreas (Técnico a serviço do Estado – EBDA).

Eu era funcionário da Odebreche, responsável pelo controle ambiental na barragem, e fiz parte da CTGA, era eu e mais um... que a Odebreche tinha um ambientalista contratado, ele era geral, ele fazia parte de várias obras, e ele ficava locado na barragem de Ponto Novo, ele vinha uma vez por mês, dava as coordenadas direitinho e a gente aplicava, era bota fora! A gente tinha que controlar se esse bota fora tinha condição de ficar na área de APP, se era um bota fora vegetal, se era um bota fora resto de construção, desmatamento da bacia eu acompanhei. Depois de construída a barragem eu fui convidado pra fazer o mapeamento na parte de preservação permanente, foi meu primeiro trabalho como consultor, pela SRH, por intermédio desse trabalho fui convidado para ser supervisor na área ambiental, ou seja, a CERB ficava com a parte de concreto, que era o eixo da barragem, e eu ficava com a questão ambiental mesmo, com a gestão do reservatório (Técnico a serviço do Estado – SRH).

Da decisão de implantação não, porque esse foi um programa do governo do estado, o governo já veio com esse programa, ele tinha um programa de aproveitamento dos recursos hídricos e dentro desse programa tinha a construção dessas barragens aí, a barragem do rio Aimpim, a barragem de Ponto Novo, a barragem de Pedras Altas, tem lá em Senhor do Bonfim a barragem da Barroca do Faleiro, que todas essas barragens são de grandes programas de aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do rio Itapicuru. Na realidade o que houve aqui a gente se envolveu já no processo depois do início da implantação porque o próprio programa previa a criação de Comissões Municipais de Usuários das Águas, que era as COMUAS, aí eu entrei numa dessas comissões, eu fui um dos membros que participei dessa comissão municipal de usuários da água (Representante da Associação Comercial do Município de Ponto Novo e membro da COMUA).

Assim, verificamos que o Estado executou ações envolvendo pessoas que vivem em Ponto Novo e em municípios vizinhos, mas em nenhum momento, elas foram consultadas sobre a estratégia adotada na esfera dos recursos hídricos, foram todas executoras de um projeto gerado sem a participação efetiva da comunidade envolvida.

As pessoas não foram consultadas, receberam um projeto pronto, mas não foram contrárias porque já havia um anseio de que a ação pública intervisse para minimizar os efeitos das estiagens sobre a vazão do rio e porque a imagem do Nordeste brasileiro como terra da seca é ainda predominante, influenciando a leitura da ação que propõe disponibilizar água, como ilustra o depoimento a seguir, do representante da associação comercial, quando responde se existia interesse de pessoas do município na construção da barragem:

Existiam principalmente os irrigantes como eu, porque a gente tinha período em que o rio deixava de existir, porque não é um rio perene é um rio temporário, e aí no período em que o rio parava de correr água a gente tinha prejuízo, então existia aquele anseio, aquela vontade, a solicitação a determinados políticos para construção da barragem, não se sonhava inclusive com uma barragem do porte da que foi construída, o sonho era menor, porque já existiam construções de barragens no próprio leito do rio e essas barragens elas garantiam determinados produtores a terem uma safra. Então se pensava uma barragem de nível no rio que desse um determinado volume pelo menos para atender uma quantidade de produtores ali na margem, muito anterior a esse já se falava que existia um projeto de construção de diversas barragens intermediárias entre Pindobaçu e Queimadas, que eram barragens pequenas, mas que iriam perenizar o rio (Representante da Associação Comercial do Município de Ponto Novo e membro da COMUA).

Portanto, esse depoimento reafirma o que verificamos quando visitamos os pequenos produtores reassentados: já existia uma tradição de irrigação às margens do rio. Mas esses agricultores não tinham uma tendência a se transformarem em agricultores empresariais, mesmo que pequenos, como o projeto do governo do estado impôs àqueles que optaram pela relocação.

Além disso, o representante deixa evidente que, para a solução dos problemas locais, bastava a construção de pequenas barragens, sendo, portanto, o projeto do governo do estado, gestado de fora, alheio aos interesses dos residentes em Ponto Novo. O poder público municipal, através

da prefeitura assumiu o papel de parceiro e solicitante da construção da barragem, ampliando o poder de ação e negociação do Estado.

Ou seja, os depoimentos ratificam que o governo do estado usou dois fortes argumentos para legitimar a ação que construiu a barragem: primeiro o combate à seca no semi-árido nordestino, cuja imagem é fortemente vinculada à manutenção da pobreza e da miséria, aliás, uma justificativa histórica para esconder as mazelas da ineficiente ação do poder público; segundo o anseio de um grupo de pequenos produtores com tradição na esfera da irrigação. No entanto, o governo do estado inverte o foco, inclusive inverte o próprio anseio dos agricultores locais que pensavam em água para suas demandas e não na implantação de um mega projeto empresarial do qual não fazem parte.

Isso significou que a implantação das reestruturações territoriais, inclusive a relocação de famílias e criação de novas instituições no município, como o COMUA, por exemplo, aconteceram praticamente sem conflitos. Mas a opção do Estado de implantar um projeto de cima para baixo começou a gerar problemas com a implantação da 2ª área empresarial, pois os proprietários já reagiram e não aceitam a relocação, em função do exemplo negativo obtido com a implantação da primeira área.

Também questionamos os entrevistados sobre a participação das instituições, que essas pessoas representam, na tomada de decisão sobre a implantação da barragem, visto que são instituições que fazem parte do próprio aparato estatal ou se relacionam diretamente com ele. De acordo com os representantes das instituições essa participação se deu da seguinte forma:

A **associação comercial** ela existia no papel, mas não era ativa, não tinha uma estrutura de organização na época que permitisse participar, então foram coisas isoladas, das instituições aqui que a gente lembra que teve alguma participação, pelo menos na discussão já depois do projeto, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas a associação comercial não (Representante da Associação Comercial do Município de Ponto Novo e membro da COMUA).

Essa discussão da construção da barragem ela se deu pelo um processo de muitos anos, isso já foi estudado acho que há 25 anos atrás. Por conta do município de Ponto Novo ter essa vocação, através do rio Itapicuru, então isso já é um projeto de muitos anos, mas o processo mesmo de desapropriação, da construção, o **sindicato** participou, eu na época não fazia parte da direção, mas o sindicato participou, foi para discussão, tem uma série de coisas aí que não ia acontecer e o sindicato entrevistou e cobrou.

Um exemplo era que no primeiro momento a proposta era desapropriar o povo e não ia reassentar o povo, aí foi uma luta do sindicato: e vai botar o povo aonde? Aí, só indenizar e tirar o pessoal da área, ia ser só a área empresarial, mas aí começou a discussão: não, vai desapropriar vai, mas o pessoal tem que ir para suas terras para trabalhar, porque vão trabalhar aonde, então foi uma intervenção grande do sindicato nesse sentido (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Ponto Novo).

Quando a **associação** foi criada já tava fazendo o projeto, a barragem já tava feita, aí criou a associação que já foi tempo do pessoal, os professores, já capacitando a gente. A gente vinha do sequeiro e não sabia nada de irrigação. Tinha a barragem, mas já tinha lá do outro lado da barragem o projeto modelo, com sistema de irrigação já pra fazer a demonstração. Aí veio a associação com um lote modelo para mostrar ao povo quem queria mesmo (Representante da Associação de Irrigantes).

Foi solicitada essa barragem aqui através do prefeito atual, quando da primeira gestão dele, 1993 a 1996, foi iniciativa dele. Ele já pensava em implantar a barragem e após a implantação da barragem aí entrou o parceiro maior que foi o Banco Mundial. E a **prefeitura** tem uma grande parceria com o Estado. A prefeitura sempre apoiou o Estado e o Estado sempre apoiou a prefeitura (Representante do Poder Público Municipal).

Logo, o Estado contou com apoio incondicional do poder público municipal que se tornou um parceiro, não para debater o projeto, mas para implantá-lo como foi previamente concebido nos acordos entre o Estado e o Banco Mundial. Além disso, as demais instituições, em Ponto Novo, não estavam suficientemente organizadas para debater a proposta do governo do

Estado ou mesmo para propor alternativa, uma vez que verificamos que apenas o STR possuía algum poder de mobilização.

Mesmo numa luta praticamente solitária esse sindicato conseguiu intervir no processo, fazendo o governo rever a opção de apenas indenizar os donos das terras, o que o obrigou a negociar a relocação e a implantar a 1ª etapa do projeto de irrigação, nas suas fases 1 e 2, para atender a pequenos proprietários que não queriam vender suas terras.

É claro que esse tipo de negociação surge do conflito de interesses, nesse caso entre governo e pequenos proprietários, mediados pelos seus órgãos representativos. Isso é mais um exemplo de que o poder sobre a gestão do território se obtém a partir da negociação com os agentes e não do controle e dominação que impõe a vontade do agente hegemônico. O Estado soube ceder e negociar e trazer para seu lado um forte aliado: os pequenos proprietários que passaram a defender o projeto e sua execução. Assim, o agente hegemônico cedeu, mas não perdeu o poder de decisão.

Como vimos foi o governo do estado que acabou por direcionar os rumos dos novos assentamentos, focando na pequena agricultura empresarial e usando essa etapa do projeto como propaganda positiva para a consolidação do objetivo maior que era a implantação do perímetro empresarial.

Nosso argumento é de que o governo agiu de má fé quando utilizou, na propaganda, a idéia de que a água seria para todos, quando na verdade ela está, prioritariamente, para os empreendimentos empresariais. Mas, ao mesmo tempo, foi hábil no sentido de utilizar os mecanismos que dispunha para realizar seus projetos e programas, buscando com a negociação, a legitimidade necessária a uma sociedade democrática.

Destacamos esse fato porque não verificamos o uso da força contra as pessoas que eram contrárias às relocações ou que não queriam vender suas terras; o Estado não usou controle e dominação, mas sim a capacidade de convencer a maioria dos envolvidos de que sua ação traria benefícios para todos, de modo que as pessoas passaram a assimilar que deveriam sair, afinal teriam uma indenização ou um lote de terra em outro lugar.

É claro que a parceria do estado da Bahia com a prefeitura, com os comerciantes locais e até com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

quando recuou e atendeu a solicitação de relocar, facilitou a ação livre de protestos e de incômodos. É esse exercício de obter poder através de uma relação de consenso com os demais agentes, onde cooperação e conflito são faces de uma mesma moeda, onde não ocorre o uso da força, que assumimos como territorialidade. Esse processo gera o território: um espaço definido pelas relações de poder, sob a liderança de um agente hegemônico.

Portanto, nosso argumento de que o Estado estava a serviço do grande capital e não da comunidade envolvida e encontrou em Ponto Novo, município pobre, pequeno, com poucas instituições consolidadas, o lugar ideal para agir sem ser incomodado é reforçado em função de identificarmos que o Estado reproduz o território em benefício das grandes empresas rurais.

Além disso, do ponto de vista técnico, a ação era viável. É importante distinguir entre os objetivos finais, disponibilizar terra, água e infraestrutura para a ação das grandes empresas, e as ações paliativas para contentar os agentes que se opuseram a algum tipo de procedimento estatal, como a implantação dos pequenos lotes irrigados de 5 hectares e o pagamento das indenizações.

A serviço do grande capital, o Estado inclusive, tem viabilizado reconcentração de terras e deixado de priorizar a comunidade local. Esses são os aspectos que buscamos desvelar a seguir.

Reforçamos o argumento de que a ação do Estado ocorreu sem nenhum incômodo por parte da população local a partir da constatação, quando perguntamos aos entrevistados se houve algum conflito ou algum grupo organizado contra a implantação da barragem e, todos eles, disseram que não. Algumas justificativas para esse processo ilustram o espírito das pessoas no município com relação à barragem:

Não, não existiu, a gente não viu nada contra. Pelo contrário, a gente viu alguns problemas de... na verdade necessitava da construção da barragem para perenizar o rio, porque o rio tem alguns problemas, tem uma fazenda, até de um ex-deputado, eu lembro muito bem que a gente chegou num local e o principal problema que a gente encontrou no povoado, num povoado de Queimadas, era que faltava água por conta da irrigação nessa fazenda de um ex-deputado, ele irrigava e quando ele tava irrigando a água cortava o rio e a água

faltava para a comunidade, então muita gente tinha um sentimento e todo mundo queria a construção dessa barragem até para sanar esse problema, né? (Técnico a serviço do Distrito de Irrigação de Ponto Novo).

Não. Acho que foi bem tranquilo o processo de desapropriação da barragem. Não teve nenhum problema não. Não lembro de ter visto não (Técnico a serviço – Distrito de Irrigação de Ponto Novo).

Do meu conhecimento, na época que eu fiz o levantamento dessas áreas que foram colocadas à disposição para reassentamento das pessoas que eram do lago, nessa parte quando eu fiz esse levantamento eu não senti... não houve, pelo menos na época em que eu tava, não houve conflito (Técnico a serviço do Estado – EBDA).

O que houve é aquela coisa dos ribeirinhos, pessoas que moravam nas margens do rio se ia ser bom pra eles ou não, aquela coisa o pessoal ficava meio suspenso: vão tomar nossa terra. Mas não era nada disso, era só conversa de terceiros, mas ficou tudo bem. Que eu tenho conhecimento de alguma barreira contra isso, não (Representante do Poder Público Municipal).

Percebemos com esses depoimentos que efetivamente era difícil encontrar alguém contra, pois era um contexto de muita promessa por parte do agente hegemônico, numa relação que era de consulta aos demais agentes e não de reunião para tomada coletiva de decisão.

O Estado já tinha resolvido fazer a barragem e para legitimar sua ação realizou um levantamento das necessidades das comunidades, tanto de água quanto de possibilidades de relocação. Ora, um forte discurso de perenização de um rio intermitente, numa área semi-árida do Nordeste brasileiro, normalmente aceita como região problema em função das secas periódicas, teve grande apelo perante a população municipal e regional, com ênfase na idéia de que a água seria para todos. O que de fato não se verifica hoje, já que a água está para os grandes empreendimentos, enquanto até mesmo os pequenos proprietários localizados a poucos quilômetros do lago ainda estão sem acesso a ela, com exceção, é claro, dos 137 lotes envolvidos na 1ª etapa.

Outro aspecto importante que perguntamos aos entrevistados foi se o uso da água da barragem já foi capaz de desencadear processos que influenciam nas relações de poder no município. As repostas estão sintetizadas no quadro 16 e deixam evidente dois aspectos: não surgiram grupos, ligados às modificações geradas pela construção da barragem, que fossem capazes de influenciar nas relações de poder no município e alguns representantes reconhecem que, no futuro, principalmente com a ampliação da etapa empresarial, que implicará na geração de mais emprego e na formatação de novas relações no contexto do município, é possível que venha a surgir.

Esse processo de gestação do pólo empresarial reforça a esperança, expressa por todos os representantes entrevistados, de que no futuro o município de Ponto Novo será relativamente diferente, no que se refere principalmente às condições econômicas. Eles entendem que a geração de emprego e renda influenciará as esferas social e política, daí a expectativa de que as relações de poder no município só poderão mudar, talvez, com a consolidação da etapa empresarial.

No que se refere à existência de conflitos pelo uso da água a opinião dos representantes, expressa no quadro 17, evidencia os seguintes aspectos centrais:

- com exceção do representante da Igreja Católica, que vê na organização de alguns proprietários contra a ampliação da etapa empresarial um conflito pelo uso da água, todos os outros são unânimes em afirmar que nunca houve e não existe conflito;
- o representante da CDL entende que pode haver conflito no futuro, pois argumenta que o Estado maximiza a capacidade da represa quando não considera, nos estudos de vazão, os ciclos de estiagem;
- com exceção dos representantes da CDL e da Igreja Católica a possibilidade de conflito não é uma preocupação dos representantes, pois eles entendem que existe água para todos.

Quadro 16

Posição dos representantes entrevistados com relação ao uso da água e relações de poder. Município de Ponto Novo. 2007.

Instituição do representante	Posição com relação à capacidade do uso da água interferir nas relações de poder.
EDBA	Tem dois novos grupos empresariais e o município está crescendo. Mas o representante não identifica influência nas relações de poder.
Distrito de Irrigação de Ponto Novo	Por enquanto não houve influência, principalmente em função do baixo nível de escolaridade da maioria da população, mas ele acha que pode haver no futuro.
SRH	Não. Quem está no poder hoje estava muito antes da construção da barragem e continua.
CDL	Passa a existir uma exigência maior quanto à visão daqueles que irão administrar, parte da sociedade vai começar a exigir isso.
STR	Não houve porque isso passa por um processo das lideranças políticas.
COOPFORTE	Não respondeu.
IGREJA CATÓLICA	Não respondeu.
ASSOCIAÇÃO DE IRRIGANTES	Houve no passado uma pessoa que foi eleita vereador, todos achamos que representaria os irrigantes, mas não houve essa representação.
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	Pode ser que haja no futuro em função da implantação dos lotes empresariais.

Fonte: Trabalho de campo. Junho/setembro de 2007.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Quadro 17

Posição dos representantes entrevistados com relação a conflito pelo uso da água. Município de Ponto Novo. 2007.

Instituição do representante	Conhecimento sobre conflitos atuais pelo uso da água.
EDBA	Acha que não tem conflito ainda, tem água suficiente para todos.
Distrito de Irrigação de Ponto Novo	Não existe conflito pelo uso da água.
SRH	Não tem conflito não, até porque o lago vive cheio.
CDL	Não creio não, eu acho que poderá haver no futuro, porque eu tenho a impressão que o projeto está acima da capacidade da barragem.
STR	Não tem conflito.
COOPFORTE	Nunca houve conflito.
IGREJA CATÓLICA	Na época da implantação não. Mas já existe um conflito para implantar a outra etapa do projeto empresarial.
ASSOCIAÇÃO DE IRRIGANTES	Não. Sempre teve água para todo mundo.
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	Não. Nosso interesse aqui é que haja água pra todo mundo.

Fonte: Trabalho de campo. Junho/setembro de 2007.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Esses aspectos são importantes porque indicam a necessidade de uma política efetiva de planejamento territorial que inclua a identificação dos prováveis pontos de conflito de interesses e aponte ações capazes de minimizá-los. Ou seja, o município precisa fortalecer suas instituições para que sejam capazes de interferir nos processos de decisão sobre o uso da água, uma vez que ela poderá não ser suficiente para atender a todas as demandas e esse aspecto ainda não faz parte das preocupações das principais instituições representativas do município.

Além disso, identificamos na fala do representante da CDL, quando se refere às relações de poder, uma idéia de que deve ser uma tendência a ampliação da exigência sobre os futuros governantes do município. Segundo ele, Ponto Novo necessita de ampla infra-estrutura, como bancos, mercado, moradias, etc, e esses administradores devem ter a capacidade de potencializar os benefícios econômicos do projeto de irrigação, transformando-os em melhorias para a comunidade, além da capacidade de cobrar, das outras esferas de governo, que atuem para melhorar as condições infra-estruturais do município.

Tudo isso se relaciona com o uso da água, afinal se trata de gerir não apenas o uso do recurso hídrico, mas sim o território no qual esse recurso está como elemento central na concretização dos projetos de base territorial.

Nosso interesse também se refere à visão que esses representantes têm da ação do Estado, da forma como essa ação interferiu no município e como tem provocado modificações de base territorial. Portanto, perguntamos se a decisão do Estado, de implantar a barragem da forma que implantou, foi acertada e o porquê. O quadro 18 apresenta as justificativas dos representantes que disseram, sem qualquer tipo de questionamento, que foi uma decisão acertada.

Verificamos que os representantes dos órgãos públicos, do sindicato e das associações demonstraram um apoio incondicional à construção da barragem, mesmo considerando que não houve uma discussão prévia. No entanto, suas justificativas remetem a aspectos gerais do uso da água no semi-árido nordestino, com destaque para a seca.

Quadro 18

Justificativa dos representantes entrevistados com relação a decisão acertada do Estado de implantar a barragem. Município de Ponto Novo. 2007.

Instituição do representante	Justificativa do representante ao concordar que a decisão do Estado de implantar a barragem foi acertada.
EDBA	Acho que aqui para Ponto Novo e até para a microrregião o desenvolvimento veio. Ela tá trazendo desenvolvimento tanto para o município quanto para microrregião.
Distrito de Irrigação de Ponto Novo	No Nordeste uma decisão como essa, que vai trazer água, que não beneficie a todo mundo, mas uma parte que beneficie já é uma evolução muito grande, o problema do Nordeste, de qualquer maneira é a água. Então não tem como a gente criticar uma coisa dessa.
SRH	Vamos analisar do ponto de vista do passado, eu sou filho da terra e já presenciei esse rio aí seco por vários meses a ponto de meu pai comprar água para a gente beber. Água pra beber, água pra tomar banho, depois da construção da barragem, graças a Deus, essa questão de água sanou.
STR	Porque aqui a gente tava sofrendo muito com a falta d' água e a barragem deu um suporte. O rio era 6 meses com água correndo e 6 meses seco.
COOPFORT	Se você visse Ponto Novo antes, durante e depois, essa pergunta não era necessária. Porque água é vida onde você tem água você tem tudo. Falta os agricultores dos pequenos lotes colocarem na cabeça que tem que agir como pequenos empresários.

Continua

ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES	Quem está num projeto como esse não tem como passar necessidade não. É só querer trabalhar.
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	Porque no nosso município todos os produtores eram de sequeiro, a partir da barragem veio o projeto de irrigação pra melhorar a vida do cidadão, porque com água a coisa é diferente.

Fonte: Trabalho de campo. Junho/setembro de 2007.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Nesse sentido, o combate à seca justificou a ação, mesmo que a água seja destinada prioritariamente a empresas que vieram de fora do município. Esses representantes não foram capazes de pensar essa questão para além dos muros dos argumentos de combater o mal maior: a estiagem, o longo ciclo sem chuva e a conseqüente miséria que eles acreditam que esse fenômeno natural é capaz de causar.

Essa imagem é reforçada pela ação do Estado, que ao invés de trabalhar para desconstruir o mito da seca, o reforça como forma de legitimar uma ação de viés claramente neoliberal e pouco interessada em promover inclusão social.

Isso reforça nosso argumento de que, no semi-árido nordestino, não é possível gerir o território sem entender essa imediata relação entre a seca e a água, entre o discurso que naturaliza a ação humana e aquele que nega a determinação pela via da capacidade social de criar tecnologias compatíveis com a ação sobre uma área de domínio semi-árido.

Não se trata apenas de gerir o uso da água, é preciso lidar com os condicionantes da centenária idéia de que seca se combate, de que só com o poder da ação estatal os nordestinos do semi-árido seriam capazes de trabalhar e produzir com qualidade. Mecanismo que, como vimos, beneficiou historicamente as elites nordestinas e contribuiu significativamente para gerar uma grande quantidade de pessoas pobres e indigentes.

Contraditoriamente, é esse mesmo pobre e indigente que é chamado de forte, de lutador, de sujeito que nunca desiste, que “só deixa o seu cariri no último pau de arara”, como diz a canção que tão bem foi usada na legitimação do discurso da seca.

Em Ponto Novo, identificamos as nuances desse processo, quando constatamos que o município possui uma represa imensa e, ao mesmo tempo, a maioria desses nordestinos pobres não têm acesso à água porque ela foi pensada para atender a lógica de mercado para exportação.

Ou seja, esse mesmo pobre nordestino que legitima a ação do Estado, quando apóia uma construção que vai “combater” a seca, é o mesmo que passa sede, mesmo estando a poucos metros da tão preciosa fonte de água.

Assim, estamos vendendo água para os ricos, uma vez que fruta tropical da qualidade exigida pelo mercado importador só se produz com água em abundância e no tempo certo, em detrimento de oferecer uma qualidade de vida superior às pessoas que aqui vivem. Essa é uma opção que, por princípio, não podemos concordar.

Mas, mesmo em Ponto Novo, onde ainda existe uma esperança generalizada em tornar o município um rico produtor de frutas tropicais, ouvimos algumas pouquíssimas vozes que discordaram da ação do Estado da forma como se deu.

Esses representantes disseram que a construção da barragem foi positiva, mas questionaram a ação do governo, levantando questões pertinentes nos seus depoimentos, que destacam a dificuldade de serem escutados numa região semi-árida e de fazer o Estado atentar para outras prioridades que não fossem a implantação de um pólo de agricultura empresarial, quando se tratava de falar sobre uso da água. Por isso transcrevemos a seguir os depoimentos:

O governo, esses projetos grandes, o governo ele não discute muito, quando ele vem, ele vem como uma coisa que vai melhorar a vida de todo mundo e vai transformar tudo e implanta de uma forma que não permite nem discussões. O governo quando ele vem com esses projetos, você lembra da implantação da Ford gerou uma expectativa que parecia até que a Bahia toda, que todos os empregos, que ia

acabar a problemática do desemprego na Bahia com a vinda da Ford, o governo do estado se voltou tanto pra Ford que parecia que todas as soluções a Ford estava trazendo, quando na realidade a gente não sentiu essa repercussão, o desemprego na Bahia continua sendo um dos maiores do Brasil, então eu acho que a barragem como era uma coisa..., que aqui no semi-árido nosso quando se trata de água é coisa vital realmente, em outras regiões não se tem essa preocupação, mas aqui a gente tem a questão vital, a questão de sobrevivência realmente é a água, primeiro problema nosso aqui é a água. Então quando se traz um projeto desse praticamente tá se trazendo soluções, e da forma como esses projetos são vendidos, o governo quando traz diz, olha aqui agora vai gerar emprego, aqui agora vai ter água, o rio vai ficar perene, então isso tudo cria expectativas positivas, então os problemas e até aquelas pessoas que têm uma visão melhor e que acham que isso não vai contribuir da forma como o governo tá falando terminam se calando porque não tem alguém que lhe ouça. Eu inclusive sempre tive uma visão crítica com relação a esses projetos porque as vezes eles mudam, né? (Representante da CDL).

Eu colocaria duas medidas, se fosse continuado o processo que ocorreu no assentamento 1 e se a água atendesse a toda a população de Ponto Novo, sim. Agora, não, não porque essa água foi direcionada para empresários (Representante da Igreja Católica no Município de Ponto Novo).

Claro está que esses representantes têm uma visão mais ampla, conseguem ler a imagem de terra da seca e questionar que é preciso mais que disponibilizar água, é preciso perguntar: água para que? água para quem? Fica evidente com esses depoimentos que a ação do Estado foi seletiva, que ele não ouviu os envolvidos e por opção preferiu trabalhar com aqueles que apoiaram a sua ação de forma incondicional, deixando de lado as vozes discordantes.

Além disso, fez uma propaganda tão efetiva que foi capaz de calar aqueles que, eventualmente, poderiam reclamar e questionar a ação em curso. Portanto, a propaganda usou a imagem do Nordeste seco, enfatizando a falta d' água no semi-árido e se "esqueceu" de dizer que a maior parte da água estava destinada a poucos empresários rurais.

O representante da CDL compara duas ações do Estado: a construção da barragem e a implantação de uma fábrica da Ford no município de Camaçari. Na ação de Camaçari o Estado esteve a serviço da Ford que obteve muitos benefícios com um discurso de que geraria emprego e renda para solucionar parte do desemprego do Estado com um pólo automotivo, o que não se concretizou.

Quando comparamos essa ação com a construção da barragem de Ponto Novo chegamos a uma mesma conclusão: a ação do Estado está, de fato, a serviço do grande capital, muitas vezes internacional, e não a serviço do bem estar das comunidades atingidas na efetivação dos projetos.

Já o representante da Igreja Católica compara duas ações dentro do próprio projeto de Ponto Novo: a relocação das primeiras 83 famílias, que ele considera uma ação acertada em função da oferta não apenas de água, mas de toda infra-estrutura necessária a um reassentamento; e a implantação dos lotes empresariais, que ele considera um equívoco em função da explícita privatização do uso da água.

Finalmente, perguntamos aos entrevistados qual é a importância da barragem para o município de Ponto Novo e porque. As respostas estão listadas no quadro 19, de acordo com o número de ocorrências. Esse quadro expressa uma tendência importante:

- a imediata articulação entre a importância da barragem e a geração de emprego e renda pelos projetos dela derivados;
- a atração de investidores externos;
- a ênfase na disponibilidade de água todo o ano;
- o abastecimento com água tratada, tanto de Ponto Novo quanto de municípios vizinhos.

Quadro 19

Motivos que justificam a importância da barragem para o município de Ponto Novo de acordo com os representantes entrevistados. Município de Ponto Novo. 2007.

Motivo	Número de ocorrência
Permite a geração de emprego e renda	04
Disponibiliza água todo o ano	04
Atração de investidores	02
Coloca Ponto Novo como uma cidade emergente, de futuro	01
Oferece possibilidades de lazer	01
A partir da barragem ocorre produção de alimento para a região	02
Abastecimento humano	02
Fixa o produtor no campo	01
Ampliação da produção de alimentos na Bahia	01
Possibilitou o projeto de irrigação 1ª fase – etapa 1	02
Melhorou o abastecimento de água na sede	01

Fonte: Trabalho de campo. Junho/setembro de 2007.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Esses aspectos relacionados à esfera econômica se relacionam diretamente com a melhoria da renda, que, por consequência, pode gerar um processo de maior inclusão social, ampliação da atividade comercial, maior mobilidade das pessoas e uma consequente ampliação da integração intra-regional, de forma que, num município muito pobre, uma pequena alteração no poder aquisitivo é interpretada como o maior benefício que se pode obter de uma dada ação.

Além disso, existiu uma propaganda generalizada, por parte do Estado brasileiro, principalmente nas esferas federal e estadual, de que a solução para a diminuição da pobreza é a geração de emprego via ampliação de investimentos externos no país.

A iniciativa privada, estrangeira e globalizada, é incentivada a agir amplamente em detrimento de ações que promovam o empreendedorismo local, resultando em ampliação do trabalho, mas com um salário insuficiente para oferecer boas condições a maioria dos trabalhadores, uma vez que o salário mínimo, que atualmente (2007) é de R\$ 380, 00 (menos de 300 dólares) não remunera adequadamente o trabalhador.

Em segundo lugar a disponibilização de água o ano todo, principalmente ligada ao abastecimento humano e a dessedentação de animais, aparece como sendo de uma importância ímpar. Isso é perfeitamente compreendido se lembrarmos que Ponto Novo é um município inserido no Nordeste brasileiro e se relacionarmos essas visões com os depoimentos desses mesmos representantes, citados anteriormente, que defendem o argumento de que era a falta d' água o principal problema municipal.

Além disso, outros representantes evidenciaram a ampliação da oferta de alimentos, tanto para a região quanto para o estado da Bahia, a possibilidade de manter o trabalhador no campo e a implantação da irrigação. Importante ressaltar que os benefícios listados estão associados a aspectos que existem de fato, como a agricultura que gera empregos, por exemplo, mas acabam por maximizar uma realidade potencial e ainda não efetivada em função do tamanho da área proposta para irrigação e da capacidade da barragem.

Na verdade, as pessoas vivem ainda uma expectativa, já que o projeto empresarial não foi totalmente implantado, mas existem várias

promessas, como a da empresa AGRIVALE, por exemplo, de gerar 1000 empregos diretos.

Ou seja, a idéia de pólo regional, de município referência para a geração de emprego e renda, ainda não é uma realidade. O que se verifica é um lento processo de implantação da agricultura empresarial e já uma resistência à ampliação da área destinada a ela, o que supõe dificuldades de efetivação das promessas geradas na esfera estatal.

8. 2 A perspectiva dos pequenos agricultores

Como já verificamos, os principais envolvidos no projeto de construção da barragem foram os proprietários de terra, principalmente os pequenos que optaram pela relocação e não pelas indenizações. Portanto, analisamos como ocorreu a ação do Estado com relação a esses relocados e quais os condicionantes para a gestação de novas territorialidades.

De acordo com os dados levantados em campo podemos afirmar que existia, na perspectiva dos reassentados, um boato de que seria construída uma barragem em Ponto Novo. Eles não participaram do processo de tomada de decisão já que, como vimos anteriormente, a opção de construir a represa foi do governo estadual.

Nos preocupamos, então, em desvelar como foi a participação dos atingidos pelo lago da barragem nesse processo de intervenção estatal. Perguntamos se os reassentados foram consultados previamente sobre a construção da barragem e verificamos que 75% disseram terem sido consultados.

Inclusive um produtor relatou ter participado de uma reunião que o prefeito, à época, realizou com os proprietários de terras do local que seria alagado, para comunicar a decisão. Um trabalhador respondeu não ter participado do processo porque estava em São Paulo, apesar de possuir terra no local, só retornando quando o novo assentamento já estava concluído.

Também perguntamos quando souberam da construção da barragem e 16,7% responderam ter sabido já desde a elaboração do projeto, 41,7% antes da execução e 33,3% quando já estava em execução. Alguns produtores relataram que ouviram falar, muito se comentava, mas eles mesmos

não tinham crença de que fosse realizada a construção. Inclusive um relatou achar que se tratava apenas de promessa política.

Portanto, percebemos que a participação dos reassentados no processo de reordenação espacial provocada pela ação do governo do estado da Bahia foi mais consultiva que deliberativa, pois essa participação se resumiu a reuniões informativas, uma vez que a maioria respondeu saber que o processo estava em andamento, mas apenas 16,7 % participaram desde a elaboração do projeto.

Isso permite reafirmarmos que a decisão de construir a represa foi mesmo definida na esfera da construção do PGRH/Ba. Além disso, houve um incondicional apoio do poder público municipal que, não apenas assumiu o projeto como seu e positivo, mas reuniu os trabalhadores para comunicar as decisões, sendo fundamental na ponte entre o Estado e aqueles que foram relocados ou indenizados.

Também perguntamos se a vida do reassentado e de sua família melhorou com a relocação e o porquê. Verificamos que 83 % (tabela 6) dos reassentados entendem que a vida melhorou e apontam como motivos principais:

- não dependência da chuva para plantar;
- não necessitar trabalhar para outras pessoas;
- disponibilidade de infra-estrutura urbana;
- melhoria na renda familiar.

Esses dados refletem uma visão típica de pessoas que viviam sob condições muito ruins na zona rural brasileira. O próprio PGRH/Ba que planejou as intervenções em Ponto Novo justifica as mesmas em função do grau de indigência da população e coloca na falta d'água a culpa pela miséria. Os dados colhidos permitem afirmar que a falta d'água é um aspecto da questão.

Tabela 6
Sua vida e de sua família melhorou com o reassentamento? Por
quê? Reassentados do Projeto Ponto Novo 1ª Etapa. Município
de Ponto Novo. Bahia. Brasil. 2006.

Sim	Nº absoluto	(%)
Melhorou a renda	2	16,7
Não necessita trabalhar para terceiros	3	25,0
Antes não tinha energia elétrica, água tratada e escola	2	16,7
Antes dependia da chuva para plantar	3	25,0
Não		
Se tivesse em São Paulo estava melhor	1	8,3
Porque é difícil lucrar para pagar a água	1	8,3
Total	12	100

Fonte: Trabalho de campo, realizado em junho de 2006.

Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

Na verdade, como estamos demonstrando com os dados, para 16,7% dos reassentados o que fez a vida melhorar foi ter acesso à escola, transporte, energia elétrica, água tratada, etc., elementos que, em última instância, fazem parte da infra-estrutura básica para se viver com dignidade nesse mundo moderno. Isso confirma a perspectiva do representante da Igreja Católica que enfatiza que a opção do governo do estado, na 1ª etapa do projeto de irrigação, foi acertada justamente porque os agricultores receberam mais que água, receberam um lugar com infra-estrutura mínima para viver e produzir.

Além disso, para outros 25% o fator primordial foi não mais necessitar trabalhar de empregado, ter seu lote produtivo significou a liberdade de prover a família com o seu trabalho, mas um trabalho que colhe os frutos em benefício próprio e não mais como diarista ou empregado de um outro.

Para outros 16,7% a vida melhorou porque melhorou a renda e com ela a possibilidade de acesso a elementos básicos da vida moderna como energia, água encanada, alimentação de qualidade, escola, lazer, etc.

A questão da seca e da disponibilidade de água só foi abordada por 25%. Para esses a vida melhorou porque não depende mais da chuva ou da irrigação intermitente em função da dinâmica do rio.

Logo, está evidente que a solução dos problemas desses pequenos proprietários se deu não em função de passarem a não mais depender das chuvas para plantar, mas porque passaram a possuir água e infra-estrutura, o que ratifica a idéia de que não devemos pensar apenas a gestão do uso da água, mas sim pensar a gestão integrada do território e nela incluir a gestão dos recursos hídricos.

De que adiantaria dispor de água sem a rede de energia elétrica que permite ligar a bomba que faz a água chegar até a área plantada? A intervenção do Estado, no caso da 1ª etapa, não foi uma simples ação de prover com água, mas sim uma verdadeira reestruturação espacial com amplo rebatimento territorial, como enfatiza o depoimento de um agricultor quando perguntado se a vida, depois de reassentado, melhorou:

Eu lhe diria que melhorou 100%. Se não fosse essa barragem tenho certeza que eu não estaria aqui, estaria por algum lugar, porque não dá pro cara ficar aqui não, na situação que vivem aí...pra depender de DERBA, de prefeitura... Sequeiro hoje não tem futuro não. Hoje eu posso pagar escola pros moleques que eu tenho, não é grande coisa não, mas posso. Tenho meu carrinho e só comprei porque tem o projeto e tem como sustentar, se não... Não comprava (Agricultor 1ª etapa – fase 1).

Esse sentimento é generalizado e quando conversamos com os relocados eles faziam questão de reafirmar que, com os lotes, só não estava com melhores condições de vida “aqueles que não gostavam de trabalhar”. Fazendo referência àqueles proprietários que não conseguiram, por motivos diversos, tocar os lotes e acabaram vendendo.

Já os produtores que disseram que a vida não melhorou justificaram: um dizendo que não consegue renda para pagar pela água, o que

nos pareceu muito mais uma reclamação de ter que pagar pelo uso, já que seu lote está plantado da mesma forma que os dos outros assentados, e outro afirmando que estava melhor em São Paulo porque ele não tem muita habilidade com a agricultura.

Verificamos assim, que o projeto de reassentamento logrou êxito no sentido de reestruturar a vida de um grupo de reassentados e eles aprovam a ação do Estado. Porém, é unânime a reclamação de ter que pagar pelo uso da água.

Segundo os reassentados esse é um custo que reduz significativamente o lucro, argumentando que o valor cobrado é muito alto. Esse é um aspecto a ser repensado, pois o Estado privatizou o uso da água e dividiu, igualmente, a conta entre pequenos e grandes produtores, quando deixou a gestão da água no perímetro irrigado a cargo de uma entidade comandada pelos grandes empresários.

Além disso, por que o Estado não pode subsidiar a água para os pequenos produtores e pode abrir mão que grandes empresas não paguem impostos por longos anos? É uma questão de opção e nesse caso verificamos que a opção do governo do Partido da Frente Liberal era sempre a de favorecer os mais ricos.

Porém, é preciso enfatizar que o que provoca melhoria de vida não é o fornecimento de um lote de terra simplesmente, como tem ocorrido em assentamentos de reforma agrária no Brasil que coloca o reassentado num lugar sem qualquer infra-estrutura e espera que sejam produtivos. Vejamos o depoimento abaixo:

Hoje a maioria tem sua casa, morava no sequeiro na beira do rio aí, às vezes fazia uma horta comunitária, e hoje todo mundo tem sua **energia**, tem sua **casa**, seu **fogão**, tem tudo, então eu acho que alguém trouxe, mas a maioria veio conseguir aqui dentro, então acho que ninguém tá pior não, sem dúvida, você chega aí uns tem sua **moto** outros tem seu **carrinho**, então já foi coisa que veio feita daqui de dentro, então não tem ninguém pior não, acredito que não (Representante da Associação de Irrigantes).

Grifamos no depoimento a energia, a casa, o fogão, a moto, o carro; coisas que parecem simples, mas são fundamentais porque antes eles não tinham acesso. A energia elétrica, o sistema viário, a renda proveniente do lote, viabilizam a melhoria de vida das pessoas reassentadas, pois foi a oferta de um conjunto de infra-estrutura e de serviços sociais antes não disponíveis, o que minimizou as perdas com a relocação. Mesmo assim, esses benefícios não apagam o fato de que, de uma forma ou de outra, a relocação forçada acarreta perdas não materiais que não podem ser compensadas.

Finalmente, destacamos um depoimento ilustrativo de como ocorreu a relocação desses pequenos proprietários:

Assim, a base de seis meses da represa construída chegou aqui um rapaz num carro mais a Luciana (refere-se a uma antiga funcionária da Prefeitura Municipal), perguntou se eu queria a terra ou o dinheiro, eu disse que queria a terra. E disseram: só que vai ser um lote, com uma casa, com água, que você vai poder plantar tudo dentro, então eu disse que não me importava não, que eu queria era a terra mesmo. Daí pra cá mediram aí e nós ficamos uns dois anos esperando. Mas ninguém nem sabia que ia acontecer isso, quando nós sabemos já foi assim, já tinha medido, a medição já passava, um dia eu vim na roça, chegando vejo aquela medição dentro, aí eu disse: será que já apareceu outro dono e eu não tô sabendo? Não pediram autorização a ninguém pra medir, quando nós sabemos já estava medindo (Proprietária reassentada na 1ª etapa – fase 2).

Ou seja, o depoimento ratifica que a ação do Estado ocorreu, mais uma vez, sem consultar previamente os proprietários interessados. Eles não tinham uma terceira opção, ou aceitavam a relocação ou recebiam o dinheiro. Inclusive a proprietária entrevistada chegou a pensar em vender a terra, assustados com a possibilidade de perdê-la para um terceiro ou mesmo para o Estado.

Mesmo assim, o grupo de 83 produtores da fase 1, tem produzido com relativo êxito, mesmo que se verifique a transferência de alguns lotes, podemos afirmar que o modelo implantado, apesar de não ter consultado

aqueles diretamente atingidos, obteve êxito no sentido de melhorar, do ponto de vista econômico, a vida das pessoas relocadas.

Já os 54 reassentados da fase 2 não possuem ainda uma visão mais ampla do processo e não possuíam dados sobre as propriedades, pois, como vimos, com o atraso na entrega do kit de irrigação, eles começaram a plantar recentemente e, até o momento em que encerramos o trabalho de campo, em dezembro de 2007, eles não estavam plenamente estabelecidos nos seus lotes e reivindicavam, do novo governo, agilidade na resolução dos problemas que enfrentavam. Mesmo assim, eles já estão satisfeitos com a relocação e quando questionados se a decisão do Estado de construir o projeto e implantar a barragem foi acertada concordaram que sim. Os depoimentos abaixo exemplificam essa afirmação:

Acho que o governo fez certo porque melhorou a vida de muita gente (Agricultor da 1ª etapa – fase 2).

Eu creio que sim. Porque aqui melhorou a vida de muita gente, porque se não tivesse a situação tava muito pior. Porque antes a gente não tinha a barragem, então o rio cortava, tinha que vir um carro pipa abastecer água pra muita gente. A gente passava sede, não tinha o que comer, hoje a gente tem (Agricultor da 1ª etapa – fase 2).

Desse modo, reafirmamos que a ação do Estado foi plenamente aprovada pelos agricultores, que mesmo tendo sido relocados, não concordam com a idéia de que o governo não deveria ter construído a barragem. Esse objeto técnico é percebido como uma espécie de cofre que guarda um ouro precioso: água.

Para os agricultores ela foi a resolução dos problemas, muitas vezes eles até esquecem de se referir a infra-estrutura disponível, mas o tema da água estava sempre presente em todas as conversas que tivemos e em todas as entrevistas que realizamos.

Além disso, os lotes começaram a gerar uma renda sólida e constante e os agricultores da fase 2 viveram uma espera de mais de dois anos, criando uma expectativa positiva com relação à possibilidade de

melhorar de vida. Mesmo tendo que aprender a usar novos sistemas técnicos eles estão dispostos a fazer da terra um meio para viabilizar a produção que sustenta, em vários casos, famílias numerosas e que viviam abaixo da linha de pobreza.

8. 3 A percepção: imagens e valores sobre a represa e o uso da água para os representantes das instituições do município de Ponto Novo

Defendemos que, do ponto de vista teórico, a análise espacial, principalmente com foco no território como espaço definido por e a partir das relações de poder tem, também, uma dimensão subjetiva. Ou seja, é o ser humano que constrói o espaço e o faz de forma coletiva, através do trabalho socialmente organizado. Essa ação, hoje, se dá fundamentalmente sobre espaço preexistente, de modo que o ato de agir cria laços imediatos entre o agente e o produto de sua ação. Ou seja, a ação não recria apenas o espaço e gera novas territorialidades, ela permite a construção de uma imagem específica sobre o próprio produto que gerou.

Essa imagem faz parte das representações sociais que pode ser de base territorial. Por representação social de base territorial entendemos a representação gestada exclusivamente no processo de construção e/ou reconstrução de determinado espaço geográfico, onde a gestação, consolidação e comunicação da imagem gestada é plenamente associada a elementos espaciais ou a partes desses elementos que, por analogia, emprestam uma característica ao real que não o caracteriza ou o interpreta em sua totalidade.

Além disso, a imagem resultante é capaz de influenciar a forma como os indivíduos se posicionam diante de dada ação que reestrutura o espaço, de forma que argumentamos que é condicionante, e não determinante, da forma como interage com a paisagem, o lugar, a região ou o território.

Portanto, a imagem definida como uma analogia com o real que representa, como já deixamos evidente no capítulo 3, vai sendo construída e comunicada, sendo que as pessoas com postos importantes, de comando ou de representação, possuem grande influência nesse processo, pois estão

sendo ouvidas o tempo todo pelos pares que representam ou comandam, influenciando na gestação de uma dada representação social.

Ora, as modificações em Ponto Novo, como vimos anteriormente, foram suficientes para reordenar o espaço recriando territorialidades. Esse processo tem produzido uma nova representação social do município que já está sendo generalizada, usada pelo agente hegemônico e aceita pelos representantes que entrevistamos, que são também construtores e divulgadores dessa imagem.

O primeiro promotor de uma nova representação do município de Ponto Novo foi o Estado, já mesmo quando propôs a construção da barragem e os projetos de irrigação. Usando a imagem do Nordeste seco, como parte da justificativa da sua ação, o Estado propôs que, com a barragem, Ponto Novo passaria a ser o município da agricultura irrigada, e que isso traria uma série de benefícios.

Esse discurso foi bem recebido pela prefeitura, basta verificarmos a placa colocada na entrada da cidade (ver anexo E – foto 3), com a seguinte frase: *Ponto Novo. Portal da Agricultura Irrigada do Semi-Árido Baiano*.

Ou seja, mesmo antes dos projetos estarem em pleno funcionamento à esfera pública começou a criar uma nova imagem que é uma analogia com o real que representa, mas não é o real em si, uma vez que o município não tem áreas irrigadas e amplo rebatimento dessas áreas a nível regional suficiente para o definirmos como portal da agricultura irrigada.

Assim, uma imagem começou a ser gestada e vai sendo comunicada de forma que as pessoas começam a criar uma referência não com um real imediato, mas com a sua representação. O Estado usa duas imagens e nega uma para legitimar a outra. Ou seja, a imagem consolidada do Nordeste terra da seca e da miséria é ratificada pelo Estado para legitimar a necessidade de armazenar a água, já que nesse tipo de discurso a água é solução.

Contraditoriamente, é preciso negar a seca para dizer que com a barragem o município de Ponto Novo será uma terra de fartura agrícola, portal da irrigação e reafirmá-la como um todo municipal, mesmo que se verifique que a 500 metros da represa existem vários proprietários de terra sem água e sem

tecnologia, vivendo a mercê dos desígnios da dinâmica de um clima semi-árido.

A imagem de Ponto Novo só é parte de um real mais complexo, porque, de fato, a água está disponível em dois projetos de irrigação, mas em sua totalidade o município ainda carece, em muitas pequenas comunidades rurais, de água até mesmo para o abastecimento humano.

Claro está que a imagem de portal da agricultura irrigada, definida em analogia com um real imediato que representa, facilita relações territoriais, facilita a ação do agente hegemônico e sua comunicação com os demais agentes, influenciando na capacidade do Estado de estabelecer consensos que lhe permita pleno exercício de poder. Assim, a dimensão subjetiva, a leitura individual do processo que gerou a ação é fortemente influenciada pela imagem, de forma que ela auxilia na construção de territorialidades específicas.

Na recriação da imagem projetada pelo Estado a opinião dos representantes locais é ilustrativa. Quando pedimos que cada representante identificasse o que melhor representa o município de Ponto Novo, e definissem qual seria a palavra ou frase curta que eles diriam para caracterizar o município para uma pessoa que não o conhecesse explicando o porquê, ficou evidente que já existe uma imagem de Ponto Novo, que se articula à imagem inicial proposta pelo Estado. Essas respostas estão no quadro 20, e remetem, em sua maioria a processos gerados a partir da implantação da barragem.

Uma leitura mais atenta do quadro permite argumentar que tanto representantes de órgãos públicos do próprio Estado, quanto da prefeitura, do sindicato e demais segmentos sociais já internalizaram uma mesma imagem do município que podemos definir como terra da agricultura irrigada em função de dispor da barragem, mas também aparece associada a essa imagem primeira, a visão de futuro, de crescimento; a idéia de que Ponto Novo é um município ainda por se solidificar como pólo regional, mas isso será apenas uma questão de tempo, pois predomina a idéia de que o caminho traçado pelo Estado é mesmo inevitável.

Quadro 20
Representações do Município de Ponto Novo para representantes das instituições selecionadas. 2007.

Instituição do Representante	O que melhor representa o Município de Ponto Novo?	Qual palavra ou frase curta o caracterizaria para uma pessoa que não o conhece.	Por que?
EDBA	Implantação da barragem	A barragem	Porque o município veio a ter maior desenvolvimento a partir da implantação da barragem.
Distrito de Irrigação de Ponto Novo	A irrigação	Fruticultura irrigada	Porque daqui uns 10 anos Ponto Novo vai estar como um referencial de fruticultura.
SRH	Crescimento	Futuro da região	Porque com a construção da barragem o município cresceu de uma forma tal que a gente nem conseguiu acompanhar.
CDL	O projeto de irrigação	Irrigação	Não respondeu porque fez uma leitura da imagem que projetou (ver depoimento a seguir).

Continua

STR	A irrigação	O projeto de irrigação	Porque hoje se tornou mídia, e aquilo que se torna mídia é o que se destaca. Em qualquer lugar que você chega hoje na microrregião, todo mundo fala que Ponto Novo tá rico, porque o que se destaca é o projeto de irrigação.
COOPFORT	Os projetos de irrigação	O progresso, a cidade está crescendo	Exatamente em função dessa injeção de recursos do governo do estado.
Igreja Católica	Município criado a partir da reforma agrária	Reforma agrária	Metade do município era de um dono só, então há 20 anos atrás foi realizada a reforma agrária.
Associação de irrigantes	O projeto	O projeto de irrigação	A fonte de renda de Ponto Novo e gera emprego.
Poder público municipal	O projeto de irrigação	Ponto Novo capital da irrigação	Melhora o município.

Fonte: Trabalho de campo. Junho/setembro de 2007.
Elaboração: Onildo Araujo da Silva.

A imagem está sustentada num conceito de progresso diretamente associado a crescimento econômico, como se os resultados desse crescimento fossem incidir diretamente na reconstrução por inteiro do município de Ponto Novo. Como as empresas instaladas são de grande porte e pouco se relacionam com seu entorno imediato, acreditamos que dificilmente essa projeção de futuro se realizará. Ou seja, mais uma vez a imagem projeta uma analogia com um real parcializado.

Além disso, as justificativas giram em torno da idéia de que o município passou a crescer depois da construção da barragem, de que o Estado injetou recurso e de que o município já está na mídia como terra da agricultura. Isso evidencia que esses representantes estão divulgando essa imagem como positiva, mesmo que alguns tenham clareza de que é ainda parcializada, ou seja, não representa a realidade presente, mas sim uma projeção de futuro.

O próprio representante do poder público municipal reconhece que o projeto empresarial deveria estar sendo implantado mais rapidamente e que a idéia de terra da agricultura irrigada é uma projeção para o futuro, mas mesmo assim continua reafirmando que hoje o cartão postal de Ponto Novo é a barragem e o projeto de irrigação. Vejamos a seguir alguns depoimentos que ratificam essas idéias:

Hoje é o projeto. O projeto aqui em Ponto Novo tem dado muito emprego pro pessoal, nessa seca agora tem ajudado muita gente de fora, é caminhão mais caminhão pegando tora de banana, é capim, então o que mais representa Ponto Novo hoje é o projeto, sem dúvida nenhuma (Representante da Associação de Irrigantes).

Existe um projeto em andamento, não está no pico que deveria estar, mas tem melhorado a vida de muita gente no município. Hoje o cartão postal é o projeto de irrigação e a barragem (Representante do Poder Público Municipal).

Destacamos aqui o depoimento do representante da associação de irrigantes e do representante do poder público municipal para enfatizar como a imagem proposta pelo Estado foi prontamente absorvida, tanto pelos

seus parceiros mais efetivos quanto por aqueles que teoricamente foram os mais prejudicados com a relocação.

Importante destacar também que a única exceção é o representante da Igreja Católica que expressa uma imagem ligada à reforma agrária, justificando que metade do município era de um dono só e que foi o processo de distribuição de terras que possibilitou a criação do mesmo.

Além disso, é interessante salientar também, que apenas um entrevistado, representante da CDL, identificou que se tratava de uma imagem e fez, sem a nossa solicitação, uma leitura da imagem que ele mesmo estava projetando, como expressa o depoimento a seguir:

Quando você fala em Ponto Novo tem uma ligação imediata com o projeto de irrigação. Embora exista um determinado exagero no marketing, na venda, o governo vende o projeto de Ponto Novo como se isso fosse uma coisa de grande... e chega a vender ilusões, porque tem gente por exemplo que não tem o conhecimento técnico de tamanho, percepção de volume, e acha que o projeto de Ponto Novo... porque o governo do estado diz o seguinte: é o maior projeto de irrigação do governo do estado, mas não diz que existem projetos de irrigação do governo federal, de governos municipais, quer dizer, o projeto de irrigação aqui parece até que é o maior projeto de irrigação que existe no estado da Bahia, enquanto na realidade se você for somar todos os projetos de irrigação que tem implantado, tem em torno de 300.000 mil hectares irrigados na Bahia. Ponto Novo não chega a 3.000 mil, quer dizer não chega a 1% do que tem irrigado na Bahia. E se tenta vender como se isso é realmente... e tem gente que chega aqui, chega a se instalar, bota uma loja, uma casa comercial, achando que vai haver uma revolução. Eu sempre digo que as pessoas aí fora que não conhecem Ponto Novo, que não vivem em Ponto Novo, eles acham que a gente só é abrir o bolso e o dinheiro já tá caindo dentro, aí vem a pessoa coloca um hotel, daqui a pouco fecha porque não tem aquela resposta que queria, vem um outro e instala um restaurante, daqui a pouco fecha porque não teve a resposta que queria, vem um outro botou uma fábrica de bolacha e fechou... A identificação hoje de Ponto Novo no estado e até fora do estado é o projeto de irrigação e voltando um pouquinho seria a repercussão imprimida pela implantação da barragem, porque sem a barragem não teria o projeto (Representante da CDL).

Identificamos, nessa tentativa de ler a própria imagem projetada um ponto chave que é a origem da representação, ou seja, foi o Estado, agente hegemônico, que “vendeu” a idéia de maior projeto de irrigação do governo, sem dizer os outros aspectos destacados pelo depoimento, como a existência, como vimos no quadro que lista os projetos de irrigação em operação no estado da Bahia, de projetos muito maiores e mais significativos.

Mais interessante ainda, é que, apesar de identificar que na realidade o município não é um pólo importante de irrigação no estado, visto que possui apenas 1% de toda área irrigada, o representante continua dizendo que o que melhor representa o município é a irrigação e a barragem.

Podemos associar esse depoimento ao depoimento do representante do Distrito de Irrigação que afirma que futuramente, daqui dez anos, Ponto Novo será uma referência em agricultura. Ou seja, a imagem é gestada antes mesmo de ser, de fato, uma representação fiel da realidade, por isso ela representa algo que não é, mas sim uma parte do processo mais amplo do qual faz parte.

Além disso, identificamos no quadro 20, depoimentos que remetem diretamente à barragem como a imagem mais significativa de Ponto Novo. Pela imponência na paisagem, pelos projetos dela derivados e pela capacidade de gerar expectativas para o futuro, a barragem faz parte do imaginário dos representantes como o objeto técnico que desencadeia todos os outros processos.

Já o representante da Igreja Católica não possui a mesma imagem dos demais, para ele a imagem de Ponto Novo é o projeto de reforma agrária, que segundo ele deu origem ao município, remetendo ao fato de que esse é o processo fundamental que gera a alteração de base territorial, como expressa seu depoimento a seguir:

A principal característica do município é que ele foi criado a partir da reforma agrária. Basicamente mais da metade do município ele era de um dono só. Então há 20 anos atrás foi realizada a reforma agrária. Então, se o município hoje existe, cresceu, o principal elemento dele estar como estar hoje, é o processo de reforma agrária (Representante da Igreja Católica).

Portanto, esse depoimento reafirma que não é apenas a efetiva participação na ação imediata que gera a imagem respectiva, mas a interação com as pessoas que viveram o momento da ação inicial e estão inseridas no desdobrar-se da mesma, também é capaz de gestar, no sujeito que está em interação, uma imagem que se refere a um processo que ele efetivamente não viveu.

Esse representante não participou do processo de implantação da barragem, pois ele afirma que quando chegou a Ponto Novo os projetos já estavam em andamento. Muito menos participou do processo de reforma agrária ocorrido há 20 anos atrás. Mas ele passou a trabalhar cotidianamente com os assentados, acompanha de perto seus anseios, suas dificuldades e por isso, para ele, Ponto Novo é mais bem representado pela reforma agrária que acabou por gerar o próprio município.

Aqui temos um fato relevante: assentamento de reforma agrária e barragem com projeto de irrigação postos como antagônicos e capazes de gerar imagens diferenciadas do município. Ora, os assentados dos projetos Pageu e Teimosia ficaram de fora do projeto do governo do estado, inclusive eles não dispõem de água da represa.

Além disso, eles vivem sem irrigação e dizem não necessitar dela, querem água para o consumo e para atividades corriqueiras das propriedades. Assim, eles podem ser a negação da idéia de que a solução para o município, e conseqüentemente para o semi-árido, como alardeava o governo do estado, é agricultura irrigada.

Dessa forma, aqueles que estão a serviço dos anseios do governo do estado sequer fazem referência à existência dos projetos de reforma agrária, chegando inclusive, como no caso de um representante do Distrito de Irrigação de Ponto Novo, a dizer que os assentados não recebem água porque simplesmente não querem, o que de fato não é verdade. Eles não recebem água porque estão na contramão do projeto neoliberal executado pelo governo estadual no município de Ponto Novo.

Assim, uma imagem gerada a partir de uma analogia com o real que representa pode negar uma outra imagem numa mesma escala de interpretação. Isso reafirma a necessidade de identificá-las, como forma de interpretação dos condicionantes de determinadas ações de base territorial.

No caso em questão, fica evidente que o representante da Igreja Católica é um crítico da ação do governo estadual e o representante do Distrito de Irrigação de Ponto Novo é um ferrenho defensor. Nosso argumento é que a imagem que possuem, inclusive com a identificação de sua origem, é um forte condicionante de suas ações. Não é exclusiva, muito menos determinante, mas condicionante que interage com a capacidade de análise de cada sujeito.

Outro fato relevante é constatar que foram justamente os dois representantes, o da CDL e da Igreja Católica, os que não formularam incondicionalmente a imagem de Ponto Novo como portal da agricultura irrigada, os únicos a questionarem a ação do Estado. Isso permite estabelecer uma relação direta entre a qualidade da interação do sujeito com os processos de reestruturação espacial e a imagem que constroem a partir dele.

Portanto, essa dimensão subjetiva é relevante no sentido de completar a análise que realizamos, uma vez que a análise foca a ação e a interpretação das imagens individuais foca questões relativas aos condicionantes dessa mesma ação.

Em Ponto Novo, verificamos que a imagem produzida no processo de participar da ação e na interação com aqueles que estão envolvidos com ela, está diretamente relacionada com a capacidade da pessoa de analisar o que cada agente propõe e de se envolver ou não no processo ou mesmo se posicionar contra ou a favor da ação proposta.

Como exemplo, citamos os representantes da CDL e da Igreja Católica, que não acreditam no mito da seca e, portanto se preocupam não apenas em dispor de água, mas em perguntar para quem e para quê essa água servirá, em comparação com os representantes do STR e da EBDA, que acreditando no mito da seca, defendem que dispor de água já é, por si, um fato capaz de legitimar uma ação.

Também, verificamos existir aqueles que, mesmo sendo capazes de realizarem uma leitura da imagem de Nordeste, do mito da seca, a utilizam de forma proposital, para reforçar a crença de outros, como no caso da ação de representantes do Estado que estão em constante interação com os pequenos proprietários relocados, no sentido de minimizar a capacidade desses de se colocarem contra as ações dos órgãos estatais que representam.

Portanto, esse aspecto da imagem não deve ser negligenciado, ao contrário a geografia precisa ampliar pesquisas nessa área, o que certamente muito contribuirá para desvelarmos os condicionantes das configurações territoriais.

8. 4 As contradições na ação do Estado, territorialidade e reestruturação espacial

Nesse trabalho, como explicitamos no capítulo 3, consideramos territorialidade o conjunto de relações que se estabelece entre o agente hegemônico e as demais agentes que atuam no território ou mesmo as relações entre esses últimos, com o intuito de reproduzir o território de acordo com os objetivos do agente principal.

No caso de Ponto Novo o agente hegemônico foi o Estado, que, sob o comando do PFL, realizou uma série de ações, que compunham programas de governo específicos para a esfera do uso dos recursos hídricos, capazes de promover reestruturações espaciais com rebatimentos territoriais.

No entanto, essa ação estatal foi diferenciada e seletiva, ou seja, o Estado agiu, construindo uma relação diferenciada com os agentes específicos, de forma que podemos afirmar que:

- a relação do Estado com os pequenos proprietários foi de simples interesse econômico, num primeiro momento, quando propôs apenas indenizar a todos e não mais criar vínculo ou compromisso; e de negociação num segundo momento, quando foi hábil para negociar a relocação, o que recriou o vínculo e o compromisso de reassentá-los de forma digna e completa;
- a relação do Estado com o poder público municipal foi de total parceria e comprometimento mútuo, o que resultou numa facilitação da execução dos projetos propostos;
- a relação do Estado com a comunidade de Ponto Novo foi a de promotor do combate à seca e de provedor da água necessária para minimizar os problemas, e de muita propaganda

e promessa. Promessa de gerar emprego, renda e de diminuir a pobreza de forma significativa; promessas que até o momento não verificamos estarem sendo cumpridas;

- a relação do Estado com a Igreja Católica e com o CDL não foi efetiva o suficiente para ouvi-las como vozes discordantes, ao mesmo tempo essas instituições não se articularam para dizer não à execução dos projetos, o que só começou a acontecer agora com a tentativa do Estado de ampliar a área empresarial do perímetro irrigado;
- a relação do Estado com os empresários foi de total acordo e articulação, inclusive com a colocação da máquina pública a serviço dos representantes do grande capital;
- no processo de implantação da barragem e dos projetos derivados do uso da água o Estado envolveu todos os agentes de forma a minimizar conflitos de interesses através do uso da imagem de Nordeste seco e miserável em oposição à gestação de uma imagem de terra da agricultura irrigada, onde a água é projetada como capaz de trazer um progresso que produz melhorias para todos, legitimando sua ação como se fosse uma ação que representa o interesse e o anseio de todos.

Portanto, entendemos que nesse percurso de implantação das reestruturações no município de Ponto Novo é possível identificar uma série de contradições na ação do Estado que, em última instância deveria agir em benefício da maioria dos brasileiros que pagam cotidianamente seus impostos e zelar, fundamentalmente, por aqueles menos favorecidos, regulando os conflitos em favor de beneficiar sempre o maior número de cidadãos em detrimento dos interesses individuais de grupos e corporações. Pois não foi isso que verificamos na ação do Estado em Ponto Novo, de forma que é necessária a análise do que consideramos as contradições fundamentais desse processo.

É preciso salientar que uma análise superficial da ação do Estado, em Ponto Novo, pode enganar em função da confusão entre aquilo que foi proposto nos planos, aquilo que a propaganda e a imagem que vai sendo

gestada tenta impor ao cidadão comum e o que, de fato, realmente está acontecendo.

O Estado tinha um indicativo de que, desde a elaboração dos planos diretores de bacia, existia potencial para projetos de uso da água no semi-árido, desde que essa fosse armazenada e disponibilizada em quantidade suficiente. No entanto, essas propostas estavam centradas no levantamento das necessidades locais, no caso de Ponto Novo, com a necessidade de levar água às comunidades e a áreas que tinham sido usadas pelo INCRA para reforma agrária.

Quando o Estado decidiu realizar os projetos, e para isso contou com a parceria do Banco Mundial, o fez sem consultar a comunidade local. A idéia era simplesmente reestruturar o uso do solo e da água para colocar a terra e a tecnologia disponível a serviço de grandes empresários. Para os moradores do município deveria ficar apenas o emprego, o que parece muito num dos municípios mais pobres da Bahia.

Como vimos a proposta era indenizar os proprietários das terras, retirando-os de onde viviam por uma quantia em dinheiro que naquele momento parecia muito. Esse processo de indenização foi brutal, pois retirou de pessoas pobres o único meio que possuíam para sobreviver: a terra. Os depoimentos abaixo ilustram bem esse processo.

A gente participou ali aonde seria uma 3ª etapa do projeto, a gente participou de uma luta de resistência de não querer as indenizações para a implantação de uma 3ª etapa do projeto, porque muita gente sentiu que diversas pessoas que foram indenizadas na 1ª e na 2ª etapa tiveram problemas de subsistência até, porque não estavam preparados para essa mudança repentina de atividade, de local, porque essas indenizações elas causam esses impactos sociais tremendos e nós tivemos aí tanto na 1ª quanto na 2ª etapa esses impactos sociais e isso o pessoal da 3ª etapa, já observando esse impacto não aceitou, por uma questão cultural, problema de família, de situação geográfica, problema de atividade econômica.

Você diz: não, rapaz, vai ser bom você ter uma indenização porque você vai receber 10.000 reais; 10.000 reais para quem nunca teve 1.000 reais no bolso soa como um volume de recurso muito grande. Só que ele não consegue perceber que aquilo vai dar para comprar

muito pouca coisa e não vai dar uma sustentação, então ele vem compra uma casa de 9.000 e fica com 1.000 que vai dar para ele sobreviver dois, três meses só. Então esses impactos sociais houveram aqui, e por isso a gente mesmo tendo conhecimento que iam ocorrer esses impactos, a gente que tinha consciência disso não tinha como ser ouvido aqui porque a expectativa na época era extremamente positiva (Representante da Associação Comercial do Município de Ponto Novo e membro da COMUA).

Muita gente ficou seduzida em vender, como que a proposta era feita individualmente, esse pessoal que foi seduzido pelo vender, eles tão se dando conta do problema hoje, então na época eles não se deram conta, então conflito não chegou a ser uma coisa maior porque as pessoas não se deram conta de como seria depois. Se você vai aí no campo e oferece numa propriedade 20 ou 15 mil, numa seca dessa, as pessoas não vão pensar duas vezes. Então isso contribuiu bastante. Outro fator que contribuiu também foi que essas pessoas, 83 famílias, foram colocadas num projeto de reforma agrária. Mas o problema de lá está acontecendo hoje, violência no município, o grande número da periferia de Ponto Novo, principalmente Nova Esperança, Pedreira, aonde houve um acúmulo de pessoas que venderam a propriedade lá e vieram para a cidade e compraram uma casinha e depois... Então hoje que começam aparecer as conseqüências, pela sedução do momento, pela campanha feita pelo poder público, ainda hoje você entra na cidade e está lá estampado a barragem como sendo algo... (Representante da Igreja Católica no Município de Ponto Novo).

Os depoimentos ratificam que a propaganda, fundada numa imagem recriada pelo Estado, a pressão do dinheiro para aqueles que nunca tiveram vastos recursos, foram os fatores que levaram a uma concordância generalizada de que a ação do Estado estava sendo acertada, o que minimizou todos os conflitos. Com o tempo esses aspectos revelaram a verdadeira face da ação estatal, expondo os objetivos finais de privilegiar as grandes empresas, o que resultou já na articulação de grupos contrários a ampliação da área empresarial, o que vai demandar do Estado, se realmente optar pela ampliação, maior capacidade de negociação.

Além disso, o desejo do Estado era de indenizar a todos, como vimos foi necessária a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, único agente organizado em defesa dos proprietários, para que um grupo de pequenos agricultores fosse relocados. Aqui está uma contradição importante: o Estado deveria zelar pelos mais pobres, produzindo ações que provocassem inclusão social. Poderia ter incentivado que mais agricultores fossem relocados e passassem a produzir e a ter uma vida num local com infra-estrutura. Entretanto para isso teria que abrir mão de parte das terras e dos recursos que usou na implantação dos lotes empresariais.

Outro fator importante é que o Estado “se esqueceu” dos trabalhadores já reassentados em Ponto Novo. Existe no município dois assentamentos, o Pageu, com 315 famílias assentadas em 13.000 hectares de terra, e o assentamento Teimosia, com 99 famílias assentadas em 2.870 hectares. São a esses assentamentos que o Plano Diretor da Bacia se refere, mas até o momento eles não possuem água disponível. Então de que serviu a elaboração de um Plano Diretor? Por que ele não indicava uma necessidade dos agricultores de Ponto Novo, que não queriam um amplo projeto de irrigação e sim água para as propriedades, o que seria perfeitamente possível com a construção de barragens galgáveis, que são de pequeno porte e poderiam estar distribuídas ao longo de todo o rio, o plano foi simplesmente desconsiderado e o Estado passou a trabalhar apenas com o PGRH que indicava as ações de acordo com os interesses do governo e não da comunidade local.

O Estado também não fiscalizou apropriadamente o processo de licitação dos lotes empresariais. Foi realizado um processo de concessão de direito real de uso por 25 anos, renovável por igual período, e com possibilidade de transferência apenas com anuência da SEAGRI. Foram 63 lotes entre 15 e 62 hectares, a um preço que variou de 30.000 a 118.000 reais, de forma que foram vendidos a pessoas físicas e jurídicas.

Porém, houve um processo de especulação durante a licitação dos lotes, muitos compraram lotes e não implantaram projetos. De posse da terra buscaram revender a um preço maior. Além disso, as empresas usaram “laranjas”, expressão conhecida no Brasil para identificar uma pessoa que empresta o nome para um empreendimento que não lhe pertence, para

comprar lotes, ou reuniram grupos de compradores, uma vez que havia um limite de hectares por lote.

Atualmente (2007) uma empresa comanda 1.100 hectares de terra na área licitada e uma outra 300 hectares. Ou seja, o Estado foi o promotor da concentração de terras, retirando de pequenos e médios produtores para colocá-las a serviço do grande capital.

Em nossa perspectiva, em um país como o Brasil, onde a concentração de terras é um problema estrutural e fonte de concentração de renda, de um lado, e de geração de pobreza de outro, a ação do Estado deveria, ao contrário do que foi realizado em Ponto Novo, solidificar assentamentos da reforma agrária e implantar novos.

Outro aspecto fundamental é o crescimento intenso da área urbana de Ponto Novo (anexo E - foto 4). Como verificamos in loco é um crescimento rápido e pouco planejado, carente de infra-estrutura. Como sempre os pobres são os mais atingidos vivendo em condições precárias. O governo do estado sabia que atrairia para Ponto Novo grande número de famílias que estão em busca de trabalho nas empresas do perímetro irrigado, mas em nenhum momento pensou em investir em moradias dignas e saneamento, por exemplo.

Outro fator relevante é o fato dos projetos terem desencadeado uma interação maior entre Ponto Novo e os municípios de seu entorno imediato. Muitos dos nossos entrevistados fazem referência à capacidade dos projetos de influenciar positivamente a microrregião, seja através da necessidade do uso de serviços, como os bancários, por exemplo, seja através do surgimento de empreendimentos que se originam nos municípios vizinhos, mas em estreita ligação com os projetos de Ponto Novo.

Além disso, o uso de um conjunto de dados que se referem ao crescimento econômico e à arrecadação de impostos no município nos permite traçar um panorama do impacto das intervenções em curso.

Em primeiro lugar destacamos, como analisado no capítulo 6, que o PIB municipal teve, a partir de 1999, uma curva crescente, onde verificamos que cresceu mais que o dobro, saindo de 14,7 para 35,8 milhões de reais em apenas 6 anos (figura 31), período que coincide com a implantação dos projetos derivados do uso da água da barragem. O crescimento foi contínuo,

mas em 2003 ocorreu um salto da ordem de 9 milhões, expressando os resultados obtidos com os projetos de irrigação.

Como já salientamos anteriormente, no tópico que caracteriza o município de Ponto Novo, o setor agropecuário foi o que obteve crescimento mais relevante no que se refere à composição setorial do PIB aumentando sua participação relativa de 15 % em 1999 para 22,6 % em 2004, no entanto volta a cair no ano de 2005 ficando abaixo do patamar registrado em 1999, perdendo espaço relativo para o setor de serviços.

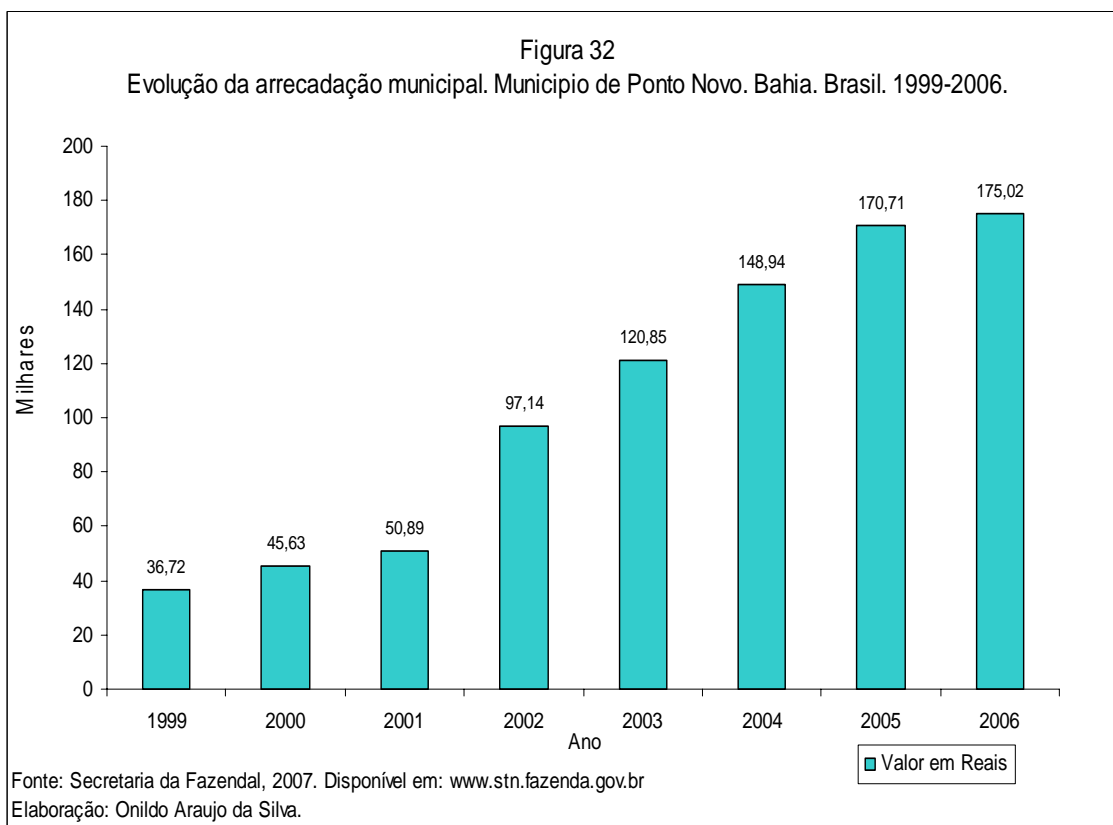
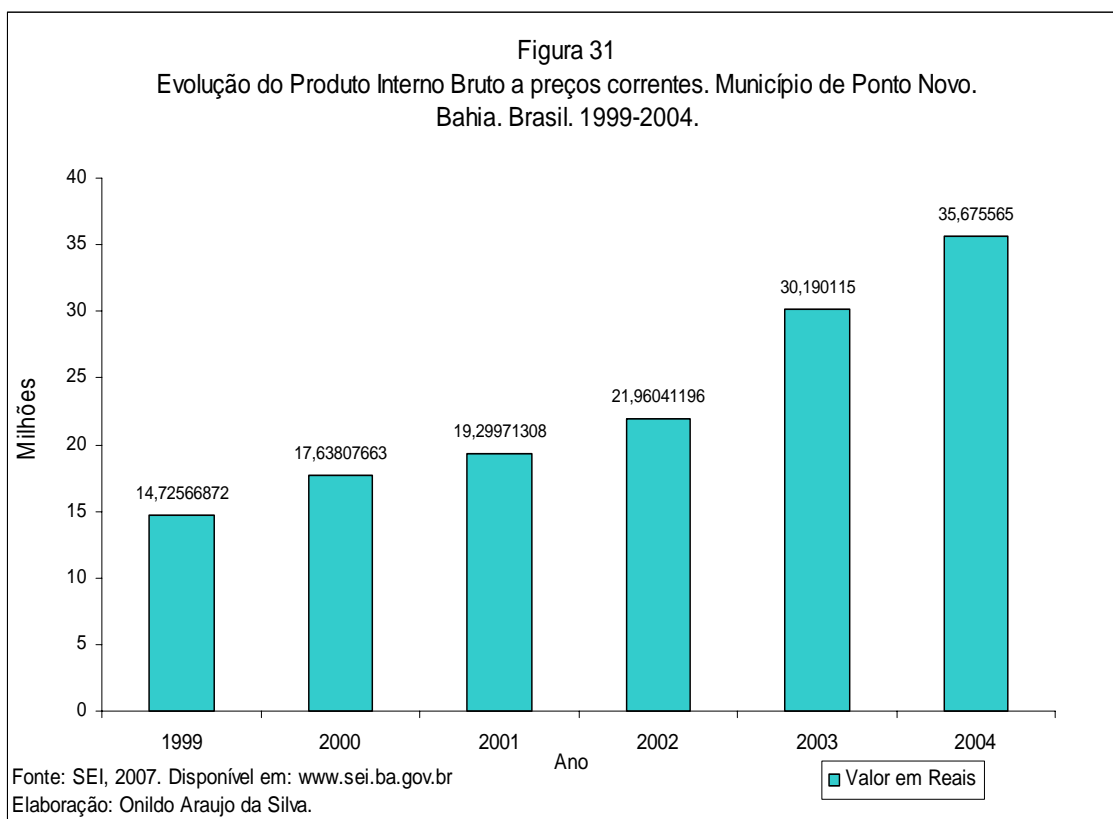
Porém, ressaltamos que esses dados ainda não computam o que está sendo atualmente produzido nas áreas empresariais, uma vez que o empreendimento Sítio Barreiras foi inaugurado em 2007 e os demais começaram a operar depois de 2005.

Outro dado relevante é a arrecadação municipal. Sua evolução está representada na figura 32, fazendo parte da composição do valor arrecadado os seguintes impostos: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Qualquer Bem ou Direito (ITD) e o Adicional do Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza (AIR), somados a demais taxas municipais.

Os dados demonstram que a arrecadação cresceu continuamente no período, quadruplicando em apenas 8 anos. Entre 2001 e 2002 a arrecadação praticamente dobrou, período que coincide com o aumento substancial da área plantada com a fruticultura irrigada.

Foi justamente entre 2001 e 2002 que a área plantada com banana passou de 2 para 56 hectares, enquanto a área com manga saltou de 0 para 26 hectares; a área com goiaba de 2 para 28 hectares e a área com coco saltou de 0 para 48 hectares.

Isso indica a ampliação do nível de consumo e de uma maior dinamicidade no comércio, além da formalização de procedimentos empresariais e fiscais.



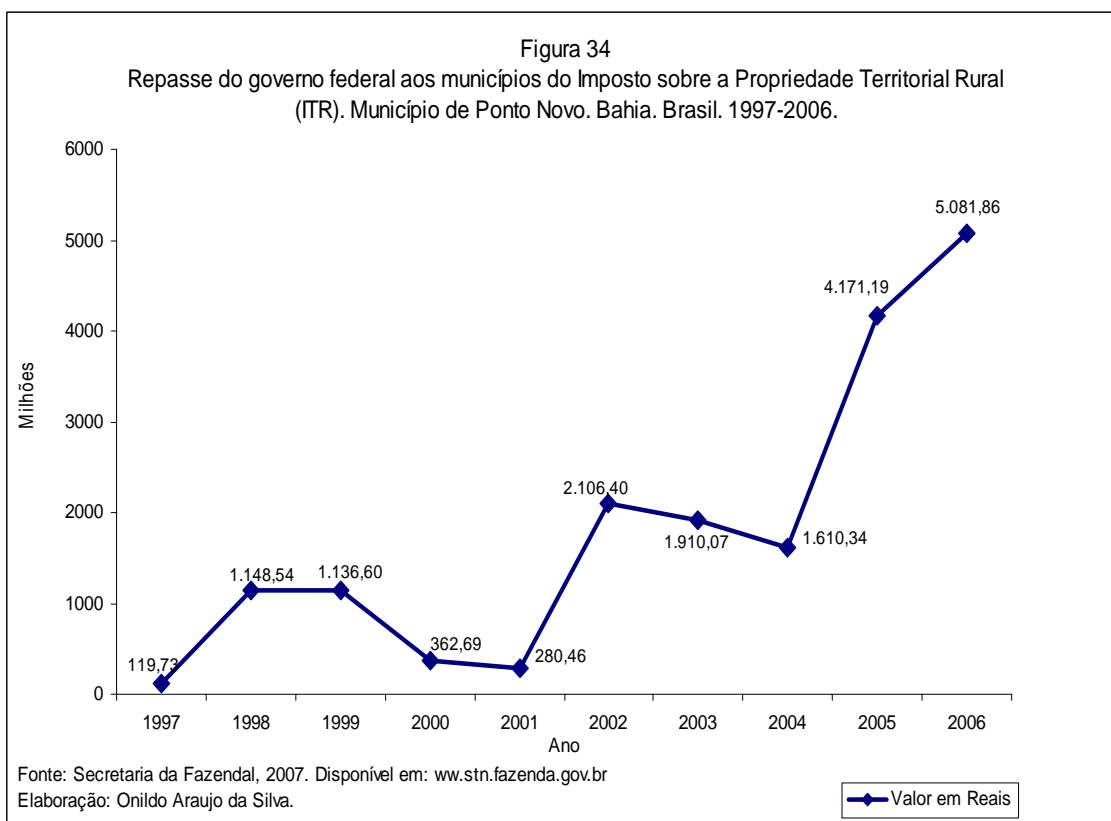
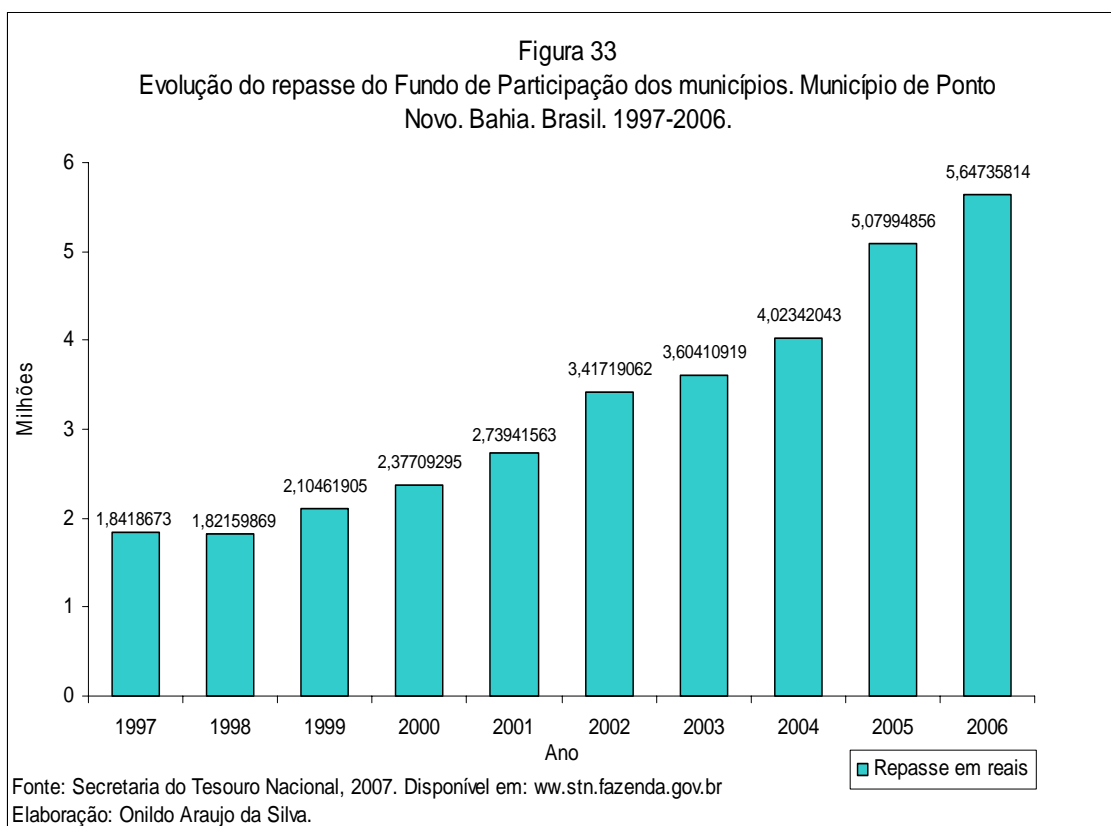
É importante salientar que os indicadores econômicos municipais de Ponto Novo ainda são inexpressivos no contexto do estado da Bahia, mas a pequena melhoria verificada internamente tem influenciado na elevação da renda média e diminuição da ampla pobreza ainda existente, ou seja, devemos reconhecer os impactos econômicos dos projetos, mas em contrapartida, devemos enfatizar que incidem sobre uma realidade extremamente ruim do ponto de vista social.

Outro indicador, o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), contribui para entendermos melhor esse processo. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional os fundos constitucionais derivam de parcelas das receitas federais arrecadadas pela União e são repassados aos estados e municípios com o objetivo de amenizar as desigualdades regionais e promover o equilíbrio sócio-econômico entre estados e municípios.

O FPM é uma transferência constitucional composta por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo o valor do repasse a cada município determinado, principalmente, pela proporção do número de habitantes estimados anualmente pelo IBGE.

No caso de Ponto Novo (figura 33) verificamos que houve uma queda do repasse entre 1997 e 1998, mas a tendência de queda se inverteu a partir de 1999, ocorrendo um salto entre 2001 e 2002 e entre os anos de 2004 e 2005, aliás com um incremento de mais de 1 milhão de reais em apenas 1 ano, em 2005. Essas datas coincidem, como já evidenciamos, com o término da construção da barragem de Ponto Novo e com a implantação do perímetro irrigado.

Outro importante indicador, o repasse do que foi arrecadado com o ITR (figura 34), é bastante ilustrativo. Esse imposto deve ser pago todos os anos, mas nem sempre o proprietário o mantém atualizado. Porém, quando necessita de realizar uma operação envolvendo a propriedade, como uma transferência de terra ou um empréstimo, por exemplo, tem que pagar os atrasados deixando a propriedade em dia com suas obrigações tributárias.



Pois bem, no município de Ponto Novo foi repassado, por conta do ITR no ano de 1997, o valor insignificante de R\$ 119,73. Já nos dois anos seguintes, anos de enchimento da barragem e conseqüente indenizações e relocações, o repasse saltou para R\$ 1.148,54 em 1998 e para R\$ 1.136,60 em 1999, voltando a cair bruscamente nos dois anos seguintes: R\$ 362,69 em 2000 e R\$ 280,40 em 2001.

Esse foi então um período em que a ação do Estado impulsionou a ação dos proprietários de terra, com as indenizações e relocações. Logo em seguida, nos anos subseqüentes, período de consolidação do Distrito de Irrigação de Ponto Novo, o repasse aumentou significativamente de R\$ 2.160,40 em 2002 para R\$ 5.081,86 em 2006. Logo, o comportamento do ITR expressa a reestruturação do uso do solo agrícola no município, induzida pela ação do Estado, que envolve novos e antigos agentes.

No primeiro caso novas empresas rurais se instalaram, já no segundo caso os pequenos proprietários mudaram a forma como lidavam com a terra, de modo que a relação entre esses agentes se modificou substancialmente, com tendência à formalização dos processos produtivos, antes relegados a segundo plano e eminentemente informais do ponto de vista fiscal.

Ou seja, os números indicam que ocorreu aumento na arrecadação de impostos, aumento de indicadores econômicos como o PIB, refletindo significativas transformações acompanhadas por mudanças no uso do solo e no espaço geográfico, como, por exemplo, o crescimento das taxas de urbanização.

Além disso, muda a relação entre agentes implicando em novas territorialidades. Aliás, a taxa de urbanização, que saltou de 32,28% em 1991 para 39,37% em 2000, é um indicador do que podemos observar hoje no município: um rápido crescimento da sede, que recebe novas famílias de trabalhadores e comerciantes e demais pessoas em busca de novas oportunidades.

Apesar do IBGE considerar urbanos todas as sedes dos pequenos municípios, como já destacamos anteriormente, as atividades continuam sendo eminentemente rurais. Logo, esse crescimento da sede ocorre sem um planejamento eficiente, gerando, para os mais pobres,

condições inadequadas de habitação e problemas sociais como fome, insegurança e amplo exército de reserva, o que ratifica o questionamento sobre a coerência desse processo de urbanização.

Como afirmamos anteriormente, a ação do Estado ocorre pela via da implementação de políticas públicas, que são orientações de governo com vistas a atingir um determinado objetivo. No caso de Ponto Novo, o governo, explicitamente neoliberal, foi muito eficiente para criar as condições para a atuação das empresas rurais, deixando em segundo plano as políticas sociais.

Assim, o crescimento econômico que verificamos com os dados, fruto da ação de diversos agentes sob a tutela hegemônica do Estado, não se traduziu em benefícios para a maior parcela da população, principalmente porque, como vimos anteriormente, os indicadores sociais do município continuam muito ruins.

Ou seja, a intervenção estatal, com o uso do dinheiro público, poderia ter um rebatimento imediato na diminuição da pobreza e da miséria no município se a opção fosse promover reforma agrária, incentivar a ocupação e o uso do solo agrícola pelos produtores locais ao invés de criar um ambiente favorável as grandes empresas, esperando que elas gerem empregos para os mais pobres.

Outra importante contradição na ação do Estado foi a não fiscalização eficiente da ação dos parceiros locais, principalmente na esfera pública. O Estado permitiu que não agricultores, mas que possuíam terras, fossem inseridos no programa de irrigação apenas para beneficiar-se dos subsídios, chegando ao absurdo do prefeito e do vice-prefeito do município terem recebidos lotes entre os 54 reassentados da 1ª etapa fase 2.

Eles nunca plantaram nada, os lotes estavam abandonados e eles receberam kits de irrigação e insumos, além de receberem, o que é ainda mais absurdo, auxílio alimentação como se fossem pequenos proprietários pobres e em condição de vulnerabilidade.

Esses favorecimentos aconteceram em várias ações e estavam sempre destinados a aliados na política partidária; o governo do PFL fez vistas grossas a situações irregulares ou mesmo ilegais, além de criar um ambiente para a execução de ações que não são em si ilegais, mas são imorais, pois

usam as distorções das leis brasileiras para criarem mecanismos de transferir recursos do Estado para as elites no poder.

São exemplos desses processos a constituição do lote do Programa Cabra Forte, a distribuição de lotes de 5 hectares a aliados, o favorecimento de determinadas empresas na implantação da etapa empresarial e a criação de mecanismos que dificultam a participação da maioria das pessoas atingidas pelas ações do projeto de implantação da barragem e da agricultura irrigada na tomada final de decisão.

Isso já resultou numa movimentação popular contrária à ampliação dos projetos, como já verificamos anteriormente, liderados por importantes instituições como a Igreja Católica, a CDL e o STR. Finalmente as pessoas perceberam que a propaganda não corresponde ao que de fato está acontecendo no município e começaram a se mobilizar, principalmente agora com o novo governo do PT que promete reestruturar as relações do Estado com os movimentos sociais de base, favorecendo mais os pobres e pessoas em condições de vulnerabilidade que os já ricos e poderosos donos da terra e do capital.

Além disso, a privatização do uso da água é um processo que está em curso no município, apesar da EMBASA, empresa estatal que distribui água, continuar pública, foram criados mecanismos para favorecer o acesso a quem pode pagar, como evidencia o depoimento a seguir, do representante da Igreja Católica, quando responde sobre as diferenças entre a 1ª e a 2ª etapa do projeto de irrigação:

O primeiro reassentamento, o 1, foi algo assim muito interessante, porque ali no 1, foram colocadas famílias, que receberam 5 hectares, casa, implantação da água, luz, então se você andar pelo interior hoje você vai ver que a maioria do município não tem luz, a maioria das casas não têm água potável e eles há oito anos atrás receberam as propriedades com tudo direitinho. Então há um elemento positivo, no reassentamento 1. Já no 2 veio a consequência, o governo achou que simplesmente dando para as famílias o resultado era muito simplório e projetou o reassentamento 2 para os empresários. Então diminuiu o número de famílias reassentadas, diminuiu o número de pessoas diretamente ligadas a propriedade e a produção e jogou no 2 para os empresários, para as grandes empresas, que se voltou

para a monocultura, então o efeito do 1 e do 2 é completamente diferente. Todo o benefício foi para as empresas, as plantações de pimenta, do abacaxi, do café, a banana... Isso acabou **fazendo uma privatização da água** já, então a grande maioria do município não tem água potável, famílias que estão a cem metros de lá não tem água potável, mas em compensação essas empresas têm água a vontade. Então o principal problema é a privatização lá. A água não para o ser humano, a água não para a sobrevivência, mas a água para produzir, e produzir frutas que vão para exportação (Representante da Igreja Católica do Município de Ponto Novo).

Assim, mais uma vez a ação do Estado não visou beneficiar a maioria da população, mas sim grupos específicos. Isso resultou num constante descontentamento, por parte da população baiana, à medida que as ações do governo do Estado, sob o comando do PFL, iam sendo efetivadas e seus resultados desvelados.

Ora, à medida que as pessoas, as empresas, as firmas e as instituições se relacionavam com o governo do estado, durante 16 anos, foi crescendo o descontentamento com os rumos da política explicitamente neoliberal e sob o comando de um político tradicional, que esteve do lado dos ditadores entre 1964 e 1984, que criou e consolidou na Bahia uma forma de usar o governo a serviço de uma elite que o apoiava, movimento conhecido como carlismo, em função do seu líder Antonio Carlos Magalhães.

Essa elite conseguiu, com muita propaganda e uso da máquina pública, eleger governadores de Estado e a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa em 4 eleições seguidas. Porém, em 2006, o povo baiano reprovou esse tipo de governo, elegendo, já no primeiro turno, um governo do PT, principal partido de oposição ao carlismo na Bahia.

Dessa forma, entendemos que, numa sociedade democrática, o povo deve exercer a fiscalização da ação de determinado governo podendo, inclusive, reprová-lo numa eleição. Mas esse é um processo complexo, que inclui mecanismos que extrapolam os limites desse trabalho. Importa demarcar que na Bahia, depois de 16 anos, a política neoliberal, carlista e conservadora foi amplamente reprovada.

Assim, o conjunto de relações entre os agentes que fazem e refazem, cotidianamente o território, em Ponto Novo, é ilustrativo da forma como a presença de um agente hegemônico, capaz de delinear o rumo das ações, é capaz de gerir o território de acordo com os interesses estabelecidos por esse mesmo agente hegemônico.

Em primeiro lugar destacamos o incondicional apoio recíproco entre poder público local e poder público estadual. O poder público municipal assumiu o projeto de irrigação também como seu, como capaz de beneficiar a todos no município, difundindo a imagem projetada pelo Estado e dando suporte para que a ação acontecesse com o mínimo de conflito possível, o que elevou a capacidade do agente hegemônico de agir com o máximo de consenso.

Em ambos os casos os dois agentes públicos possuem do seu lado a norma, ou seja, a capacidade de fazer cumprir leis estabelecidas e até mesmo, em parceria com os poderes legislativos, modificarem leis ou mesmo criá-las para atender a determinados fins. Possuem também recursos públicos efetivos que podem ser aplicados de acordo com seus projetos e programas e, para, além disso, o apoio do Banco Mundial.

Logo, o poder de convencimento e de negociação que esses agentes possuem com relação aos proprietários de terras, empresários, comerciantes e demais agentes da comunidade é considerável. Mesmo assim, a relação do Estado com os principais atingidos pelas reestruturações espaciais foi de negociação objetiva de um lado, quando cedeu a primeira pressão da sua entidade representativa, o sindicato; e de pressão individual, por outro, quando seus agentes disseram que as únicas opções que os proprietários possuíam eram as indenizações ou a relocação. Como a relocação obteve êxito o Estado passou a contar com um aliado muito importante: o produtor rural relocado que elogia o projeto e as ações de reestruturação levadas a cabo.

Importante salientar que não verificamos uma ação de solidariedade entre as empresas instaladas no Distrito de Irrigação de Ponto Novo, muito menos qualquer tipo de parceria. Além disso, essas empresas não estabeleceram relações efetivas com a comunidade de Ponto Novo, com os pequenos agricultores ou mesmo com os comerciantes locais.

Essas empresas se beneficiaram da iniciativa do Estado neoliberal que empreendeu todas as reestruturações que já analisamos, com objetivo de provê-las com água e infra-estrutura. Para o município de Ponto Novo ficou apenas o emprego e os impostos gerados; todos os outros benefícios, como o lucro gerado no projeto, por exemplo, passou a fazer parte do patrimônio de empresários forasteiros, que pouco ou nada se envolvem com os problemas municipais.

Já os comerciantes, que inicialmente apoiaram as ações em curso, perceberam que os benefícios da instalação de empresas no Distrito de Irrigação de Ponto Novo, para o comércio local, está muito aquém do que era prometido. Eles começaram a perceber que o desenvolvimento do comércio local está mais na dependência dos pequenos produtores, que comprem insumos e todos os bens e serviços que necessitam nas lojas instaladas em Ponto Novo e Senhor do Bonfim, principalmente, e a associação comercial já chegou a participar de reuniões com proprietários que são contra a ampliação dos lotes empresariais.

Ou seja, cria-se uma nova solidariedade entre comerciantes e proprietários de terras que não estão mais dispostos a trocar suas propriedades por uma indenização. Além disso, esses agentes recebem o apoio de líderes da Igreja Católica e começam a formar uma frente de luta com bom poder de negociação.

Do ponto de vista da territorialidade a consolidação do projeto, como planejado inicialmente pelo Estado, já passa a depender de maior negociação, pois acabou a fase do deslumbramento e da crença absoluta na propaganda veiculada pelo agente hegemônico que terá que demonstrar um poder de negociação ainda maior se quiser, de fato, terminar de implementar o pólo de irrigação de Ponto Novo.

Outro aspecto importante é o fato de constatarmos que várias comunidades e vários produtores rurais, pois não existe um levantamento que os identifiquem e os quantifiquem, que estão localizados a poucos quilômetros da represa não dispõem de água. Certamente devem reclamar o direito de utilizá-la, estando aí um foco importante de conflito. Como exemplo, podemos citar as 414 famílias dos assentamentos Pageu e Teimosia que ficaram de fora

das ações do Estado, mesmo tendo sido identificadas no Plano Diretor da Bacia.

O conflito que se configura, que certamente será também um conflito pelo uso da água como aspecto fundamental da gestão integrada do território, coloca de um lado comerciantes, representantes da Igreja e proprietários de terras e, de outro, o Estado e os empresários da agricultura irrigada. E nesse caso reafirmamos que é mesmo o Estado, por dispor dos instrumentos jurídicos necessários, por dispor do comando atual das ações implementadas, o único agente capaz de obter um consenso que ratifique seu papel de agente hegemônico na produção do território em Ponto Novo, caso não aconteça um fato capaz de reestruturar as territorialidades estabelecidas, como, por exemplo, o surgimento de entidades da sociedade civil organizada ou de uma empresa com capacidade de reestruturar relações, reconstituindo o território em favor de seus interesses.

Considerações Finais

A água é uma riqueza pública porque é a base ecológica de toda vida e porque sua sustentabilidade e alocação eqüitativa dependem da cooperação entre os membros da comunidade.

Vandana Shiva

A investigação, da qual resulta esta tese, definiu como objetivo analisar os rebatimentos da ação do Estado para a reordenação territorial do município de Ponto Novo – Bahia, a partir da construção da barragem de Ponto Novo, no rio Itapicuru, e da conseqüente gestão do uso da água armazenada no lago que antes não existia. Para isso tivemos que analisar a reorganização espacial comandada pelo Estado como agente hegemônico que produziu um novo território e novas territorialidades.

A ação envolve a relação entre esse agente hegemônico e proprietários de terra, agricultores, comerciantes, empresários e gestores públicos, a qual denominamos de territorialidade. Portanto, podemos afirmar que a ação do Estado, fortemente normatizada, foi sim capaz de reorganizar o espaço, inserindo um novo aparato técnico, que gera um território sob seu comando. Para isso usa o poder da norma formal, as imagens projetadas sobre o Nordeste brasileiro e aquela que constrói sobre Ponto Novo e uma ampla capacidade de obter um consenso entre todos os envolvidos nas reestruturações.

O Estado intervêm disponibilizando um aparato técnico que antes não existia, portanto podemos demarcar para o município em questão uma periodização que se iniciou em 1999, com a implantação da barragem, e terminou em 2006, quando a ação do Estado finalizou a disponibilização do aparato tecnológico em questão e deixou de atuar mais efetivamente, pois os novos agentes da reprodução do território já podem levar a cabo as reestruturações necessárias. Está viabilizada a implantação dos lotes empresariais, os pequenos agricultores já dominam as técnicas de irrigação e o Distrito de Irrigação de Ponto Novo já está suficientemente estruturado para atuar sem a tutela do Estado.

Porém, o Estado continua agente hegemônico, pois o processo que desencadeou resultou numa reordenação do uso do solo onde a base não é a propriedade privada da terra, mas sim a concessão do direito de uso por período pré-determinado. Além disso, quem detém a tecnologia de armazenar a água e pode distribuí-la de acordo com os interesses que estabelece é o Estado que mantém em seu poder a chave do cofre, ou seja, numa região semi-árida o controle do registro da tubulação significa poder de decidir quem

recebe a água, e esse processo em si já transforma quem tem esse poder num definidor de territorialidades específicas.

No entanto, a ação é subordinada às normas. A ação do agente hegemônico, nesse caso, resulta em territorialidades constituídas na ação que, normatizada, é influenciada pelo tipo de agir. Esse agir, que como vimos pode ser técnico, formal e simbólico, se estrutura quando considera, em primeiro lugar, as interações requeridas pelas técnicas, ou seja, não seria possível desencadear as relações estabelecidas sem a ação que disponibilizou a tecnologia, não apenas os instrumentos técnicos, mas o saber fazer que lhes são inerentes, como no caso dos pequenos agricultores que tiveram que ser treinados para aprenderem a utilização de novas técnicas de irrigação.

Em segundo lugar, a ação teve que se conformar às leis vigentes no Brasil e no estado da Bahia, teve também que ser planejada na forma de programa de governo, como é o caso do PGRH, e obedeceu a estudos técnicos como aqueles estudos de priorização das ações de infra-estrutura nos quais a barragem de Ponto Novo obteve a maior média entre todas as obras propostas.

Claro que identificamos os desvios de conduta, aquela distorção da ação normatizada produto da não fiscalização efetiva do Estado quando repassou o poder de agir a seus parceiros, principalmente os aliados da política local, como no caso da distribuição de lotes a políticos de Ponto Novo; já o agir simbólico, que compreende formas afetivas, emotivas e rituais, é extremamente influente na configuração das territorialidades, pois como vimos o Estado usou duas imagens resultantes de representações sociais:

- a do Nordeste seco que causa a miséria, reafirmando para negá-la em seguida quando propõe a gestão de uma segunda imagem que é a de portal da agricultura irrigada;
- a segunda imagem de portal da agricultura irrigada que se generalizou entre os agentes envolvidos facilitando a ação do Estado, mesmo tendo sido definido em analogia com um real que de fato ainda não existe enquanto totalidade.

Assim, está evidente que a ação é uma ação normatizada e se configura enquanto sistema, que interage para fazer funcionar os objetos disponibilizados e aqueles incorporados de forma funcional ao processo que reestruturou as relações territoriais. Resulta que é dessa interação, sistema de objetos e sistema de ações, que temos o espaço geográfico como um híbrido, passível de estudo e delimitação, pois a delimitação temporal é resultado da implantação e hegemonia de um dado aparato técnico e a delimitação espacial demarcada pela amplitude da abrangência das ações.

Ou seja, a reestruturação espacial em Ponto Novo está, até o momento, já que se trata de um processo que deve ser ampliado com a finalização da etapa empresarial, restrita ao município, pois não foi capaz de estruturar redes contínuas com o seu entorno imediato ou mesmo estabelecer relações amplas para influenciar processos nacionais.

Os produtos do Distrito de Irrigação de Ponto Novo são distribuídos no estado da Bahia principalmente, estando ainda no início a gestão de processos mais amplos de exportação e de distribuição em escala nacional. Logo, o território em questão tem uma inserção muito incipiente no contexto de outras redes territoriais, por isso mesmo reafirmamos que a idéia de portal da agricultura irrigada é uma projeção para o futuro.

Assim, a organização resultante, que é temporalmente dinâmica, está condicionada pela ação, que por sua vez se constituiu condicionada pela norma, seja norma formal juridicamente estabelecida, como as leis que instituem as diretrizes da política de recursos hídricos no Brasil, seja norma informal.

Esse processo de atender a norma para concretizar a ação, ou mesmo do próprio processo de agir, é influenciado pela percepção dos indivíduos que é direcionada pelas imagens que internalizam e projetam. Esses aspectos foram todos requalificados pela disponibilização de um novo aparato técnico, que não determina a ação social que transforma o espaço, mas condiciona todos os demais. Pois bem, técnica, norma, ação e percepção são assim instrumentos capazes de fornecer uma leitura sistêmica do espaço geográfico em questão.

Devemos considerar também que a tecnologia disponibilizada foi especificamente destinada para armazenar e distribuir água. Nesse caso a

gestão do uso da água pode ser diretamente articulada a gestão do território. Porém, a ação do Estado foca a água como recursos que foi colocado a serviço da iniciativa privada e não como um ativo eco social, pois, como vimos, a água está para a agricultura irrigada prioritariamente, enquanto as pessoas que vivem a poucos quilômetros da represa não têm acesso a ela.

Outro fator relevante é a associação do governo do estado da Bahia com a ONU, o FMI e o Banco Mundial, uma vez que essa associação se direciona para resguardar os interesses das grandes empresas, dos estrategistas do mercado global, instituindo inclusive mecanismo de cobrança pelo uso da água o que a torna não mais um bem da humanidade, onde todos têm o mesmo direito ao uso, mas sim uma mercadoria capitalista básica que anima os mercados locais e globais.

Isso reinstitui a dificuldade de acesso e reafirma o que a própria ONU, como vimos anteriormente, reconhece: que os pobres serão, mais uma vez, os mais afetados. Contraditoriamente a ação da ONU, através de suas agências e do apoio incondicional a governos neoliberais, trabalha no sentido de excluir ainda mais, apesar de sustentar um discurso de inclusão.

Portanto, em Ponto Novo existe uma ordem para o território, mas essa ordenação foi produto da ação do Estado sem envolver diretamente os agentes locais na tomada de decisão, o que aborta a possibilidade de um envolvimento dos habitantes do município, que poderia ter sido solidificado pela via da articulação solidariamente definida pelos habitantes do lugar.

Ou seja, o que fica no município não é suficiente para alavancar um processo de ampla inclusão social, mais uma vez, repete-se no Brasil o histórico processo de crescimento econômico com renda concentrada por uma pequena elite pouco incomodada com a condição de miséria de cerca de 30 milhões de brasileiros.

Outro fator relevante é a constatação de que a ação do governo do estado da Bahia não foi coordenada com a ação do governo federal a ponto de criar um ambiente de continuidade. Ou seja, a existência de dois grandes reassentamentos no município de Ponto Novo, produto da ação do INCRA, não foi considerada, pois foi entendida como concorrente da ação do governo do estado da Bahia. Poder público estadual que não se comunicava com poder público federal em função das diferenças entre os partidos políticos dos

governantes que estavam no poder. Inclusive gerando um centro de tensão e conflito pelo uso da água, pois as famílias desconsideradas não são do INCRA, mas sim formadas por cidadãos brasileiros com os mesmos direitos e deveres.

Voltamos a esse exemplo para defender o argumento de que podemos ampliar a idéia que temos de políticas públicas para entendê-las como a expressão das concepções e dos valores dos grupos que estão governando, e não apenas como um conjunto de procedimentos com rebatimento na esfera econômica.

Um grupo político que assume o governo de um estado economicamente viável e politicamente estruturado pode empreender ações que atendam a interesses diversos. As políticas públicas expressam as opções desse grupo que governa.

No caso da Bahia, ao longo dos 16 anos, que recortamos para focar a nossa investigação, a ação foi do Partido da Frente Liberal. Podemos afirmar, sem receio, que essa ação supervalorizou o fornecimento de infraestrutura para a iniciativa privada, reduziu o Estado à idéia de Estado mínimo com privatizações e terceirizações e negligenciou o investimento em educação, saúde, lazer e demais ações de inclusão social.

Os projetos executados em Ponto Novo são a expressão dessa forma de governar e pensar a ação estatal. Investimentos expressivos em infraestrutura, reordenação do uso do solo, constituição de novas territorialidades, tudo com o objetivo de favorecer a ação de apenas dois grupos empresariais que concentraram os lotes concedidos. Em contrapartida o município continua com as carências básicas de saneamento, de água tratada em zonas rurais difusas, de projetos que evitem a precarização da moradia, de serviços essenciais à disposição dos mais pobres.

Logo, não podemos concordar que a ação do Estado tenha sido acertada, pois a quantidade de dinheiro público utilizada, se comparado com os resultados obtidos, não justifica essa mesma ação. Ou seja, dinheiro público colocado a serviço do capital para gerar um processo de reconcentração da terra e da renda. É pertinente perguntar: por que a ação do Estado não utilizou a área empresarial para fazer reforma agrária ou por que não se direcionou para os que já estavam assentados?

A resposta parece um chavão político partidário: no poder, no governo do estado, estava um grupo acostumado a privilegiar as elites, pois assim estava privilegiando a si mesmo; acostumado a usar o dinheiro público em benefício do seu grupo político e das elites locais que os mantinham no poder; acostumado a práticas clientelistas e assistencialistas para manter os pobres como pobres, mas sob controle efetivo pela via da propaganda enganosa e da comunicação de imagens que dificultam a ação daqueles menos instruídos; grupo acostumado, enfim, a fazer da política partidária uma via de manutenção contínua do poder a cada quatro anos, liderado por um líder carismático que se autointitulava o maior defensor dos interesses da Bahia e do povo baiano. Os resultados são os altos índices de pobreza, analfabetismo e desemprego verificados na Bahia nessa última década.

Porém, o governo, na democracia brasileira, é avaliado a cada quatro anos e essa forma de governar foi reprovada em 2006 quando o PFL perdeu as eleições ainda no primeiro turno. Isso evidencia que a forma como um dado governo implementa suas políticas públicas tem, cedo ou tarde, ampla avaliação pela sociedade que representa.

O espaço geográfico, socialmente produzido como resultado da ação de diversos agentes, foi reestruturado tendo o Estado como indutor da ação de pequenos proprietários, firmas e instituições, e como agente de produção quando atuou diretamente na construção das redes de abastecimento de água, de canais para irrigação, redes de energia elétrica, de estradas, etc., de forma que o resultado foi uma configuração espacial, onde o novo espaço é produzido sob espaço preexistente, gerando permanências que demarcam as transformações.

Bom exemplo desse processo é a identificação de propriedades onde a prática da agricultura de sequeiro está lado a lado com as propriedades irrigadas, demonstrando que a ação de reestruturação é seletiva e privilegia alguns setores sociais em detrimento de outros, justamente porque a reestruturação ocorre sob as bases estabelecidas por um agente hegemônico através do consenso que estabelece com os demais ou mesmo da forma como resolve os conflitos gerados no processo.

Outro aspecto relevante é o impacto causado pela construção das barragens. Constatamos que elas foram implantadas sem conflito, fato

relativamente esdrúxulo, pois normalmente as barragens provocam fortes reações pelos atingidos diretamente e até por pessoas indiretamente prejudicadas.

Esse processo é marcante a ponto de existir, no Brasil, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que reúne pessoas de todo o país que se sentiram prejudicados e lutam por indenizações ou mesmo para impedir a construção de novas represas. Em Ponto Novo não existe o MAB, o que ratifica a inexistência de conflito.

Queremos destacar aqui que o Estado foi hábil quando fechou um amplo acordo onde dava aos atingidos pela construção da barragem a “opção” de receber dinheiro ou um outro lote num local próximo da terra que possuía. As pessoas se sentiram incluídas no processo que estava associado a uma propaganda positiva de tornar o município um portal da agricultura irrigada.

Além disso, devemos reconhecer que o reassentamento da 1ª etapa obteve êxito em melhorar de fato a vida dos pequenos produtores sem causar grandes danos emocionais, pois a relocação foi para um espaço muito próximo, cuja dinâmica eles já conheciam.

Porém, com a solidificação da área empresarial e com a constatação de que a indenização resultou em mais penúria e miséria, os proprietários de terras na área onde a fase empresarial deveria ser ampliada já se organizam para dizer não. Ou seja, eles aceitam e fazem elogios à 1ª etapa, mas já se posicionam contrários a lotes empresariais, pois começaram a perceber que o objetivo final do Estado era fornecer terra, água e infraestrutura para grandes agentes do capitalismo financeiro internacional.

Ou seja, ratificamos a idéia de Santos (2000) de que o Estado está fortalecido para empreender as ações necessárias para a solidificação dos investimentos do capital internacional, garantindo um ambiente excepcional para realização de lucros, em detrimento dos pobres que se tornaram assalariados com salários aviltantes e péssimas condições de trabalho. Em Ponto Novo, nas áreas empresariais, os cargos de chefia estão sendo ocupados por pessoas que vêm de fora do município, de forma que para os residentes resta apenas a vaga de peão de lavoura.

Assim, na relação capital x trabalho, o Estado age como um mediador de duas facetas: uma que cria as condições que gera o emprego, o

que parece ser em primeiro plano positivo; e uma outra que não fiscaliza a ação da empresa na consolidação da relação trabalhista, fechando os olhos para os baixos salários e as condições inadequadas de trabalho ao qual estão submetidos os assalariados.

Porém, mesmo essa face aparentemente positiva da geração do emprego pode ser questionada. Ora, o Estado poderia, ao invés de tornar as pessoas em Ponto Novo assalariadas de empresas rurais, ter dividido toda a terra em pequenos lotes de 5 hectares, o que os tornariam pequenos proprietários rurais. Como vimos os lotes de 5 hectares dos relocados são viáveis, produtivos e rentáveis.

Logo, na área empresarial poderiam ser assentadas 392 famílias que passariam a viver de forma digna, pois como vimos, apenas com a renda do plantio de banana, os lotes de 5 hectares tiveram um rendimento médio anual de 8.486.00 reais. Se o número médio de pessoas em cada lote é de 6, seriam mais 2.352 pessoas assistidas. Se considerarmos que em todos os lotes ainda existe pelo menos 1 ou 2 trabalhadores temporários ou mesmo fixo, a ação estatal atingiria no mínimo 4.700 pessoas.

Mas certamente os defensores dos mega projetos empresariais contestariam afirmando que as empresas geraram mais empregos. Isso é uma falácia, pois como verificamos a maior empresa implantada em Ponto Novo gera apenas 93 empregos e espera chegar em 2011 a 1000 empregos diretos. Sem esquecer de dizer que é um emprego que paga salários que não permite viver de forma digna, com acesso aos elementos básicos da vida moderna.

Além disso, o pequeno produtor compra tudo que precisa no próprio município ou em municípios vizinhos, o que amplia a atividade comercial e gera mais renda e mais emprego. Temos o dever de destacar que muito dinheiro público foi utilizado para favorecer uma minoria em detrimento da maioria em função das políticas públicas adotadas na Bahia nos últimos 16 anos. Isso reflete uma questão de opção, tecnicamente tanto a ação de implantar lotes empresariais quanto a ação de implantar lotes de 5 hectares são viáveis e produtivos, em ambos os casos é gerada uma renda que, em última instância acaba voltando aos cofres públicos na forma de impostos, a questão está na opção.

Defendemos que favorecer os mais carentes em detrimento dos mais ricos é uma opção mais nobre, justa e politicamente correta, quando se trata do uso do dinheiro público pela via da ação do Estado. Aliás, o Estado deveria ser um defensor da causa dos mais pobres no Brasil, pois são justamente os que historicamente sofreram com todo tipo de exclusão.

Outro fator que queremos destacar é a inspiração neoliberal da ação do Estado. No caso pesquisado o receituário neoliberal foi seguido a risca, pois o Estado criou as condições para a livre iniciativa, participou da ação apenas até o momento em que empresas e organismos independentes pudessem fazer sua função, pouco ou nada fiscaliza a ação das empresas e demais parceiros do projeto, não se preocupa efetivamente com as questões ambientais e, o mais grave de tudo, não está preocupado com políticas de inclusão social, mas sim com gerar um processo de ampliação do lucro gerado.

O resultado desse processo é muito óbvio: manutenção dos índices de pobreza e analfabetismo, ampliação da violência urbana, precarização do trabalho, reconcentração da terra e da renda e um impacto ínfimo no contexto geral do município onde as reestruturações se efetivaram.

Portanto, precisamos repensar a ação do Estado, a forma como fiscalizamos essa ação, precisamos repensar a opção neoliberal, precisamos passar a ter vergonha da existência de milhares de pessoas pobres no mundo, colocando nossa ação em defesa de um novo paradigma para vivermos.

É tecnicamente possível um mundo sem pobres, sem os excluídos do uso da água, da terra e dos frutos da modernidade, mas isso depende das opções sociais que cotidianamente construímos. Após esse intenso processo de pesquisa os dados e fatos desvelados não nos permitem uma postura pretensamente neutra, mas sim a reafirmação que não resistiremos muito tempo se o Estado continuar fazendo de conta que os pobres não existem.

Precisamos dar novos passos em novas direções, há que se ter sim a utopia de um mundo melhor, mas ele só será possível com um primeiro passo de cada um de nós, e esperamos que essa tese contribua um pouco para isso.

Referências

Oh! bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia ...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É gérmen --- que faz a palma,
É chuva --- que faz o mar.

Castro Alves

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) (2005): **PRÓÁGUA Semi-árido**: realizações resultados. Inventário das principais realizações no âmbito de estado da Bahia. Brasília.

Albuquerque Júnior, D. M. de (2001): **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 2ª ed. FIN/Ed. Massangana/Cortez. Recife/São Paulo.

Almeida, G. S.; Torres, A. J. G. ; Cerqueira, N. B.; Xavier, A. (2003): **Projeto de gerenciamento de recursos hídricos do estado da Bahia – PGRH/BA**. Bahia Análise e Dados. Salvador.

Andrade, M. C. de (1993): **O Nordeste e a Questão Regional**. 2ª ed. Ática. São Paulo.

Andrade, M. C. de. (1994): **Uma geografia para o século XXI**. Papirus. Campinas.

Andrade, M. C. de. (1995): A questão do território. In: **A Questão do território no Brasil**. Hucitec/IPECPE. São Paulo/Recife.

Arendt, H (2005): **Sobre la violencia**. Alianza Editorial. Madrid.

BAHIA (2007): **Constituição do Estado da Bahia - 1989**. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Salvador.

Bahillo, J. (2004): Equilibrar el território. **Eco: revista de economia**. n. 153.

Bedin, G. A. (1999): Estado, Cidadania e Globalização do Mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos. In: Oliveira, O. M. de (Coord) **Relações Internacionais e Globalização**. Editora da UNIJUÍ. Ijuí.

Bobbio, N. (1999): **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Paz e Terra. São Paulo.

BRASIL (1988): **Constituição da República Federativa do Brasil**. MEC. Brasília.

Brito, C. (2002): Revisitando o conceito de território. In: **Revista RDE**. Ano IV. Nº 6. UNIFACS. Salvador.

Broek, J. O. M. (1967): **Iniciação ao estudo da Geografia**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Camdessus, M. et all (2005): **Água: Oito Milhões de Mortos por Ano. Um Escândalo Mundial.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

CAR (BA). (1995): **Recursos hídricos no Estado da Bahia – Ênfase no semi-árido.** CAR. Salvador.

Castells, M. (1999 a): **O poder da identidade.** Paz e Terra. São Paulo.

Castells, M. (1999): **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede.** 2ª ed. Paz e Terra. São Paulo.

Castro, C. F. de A. e Scariot, A. (2005): A água e os objetivos de desenvolvimento do milênio. In: Dowbor, L; Tagnin, R. A. **Administrando a água como se importante.** Editora SENAC. São Paulo.

Castro, I. E. de (Org.). (1995): **Geografia: conceitos e temas.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Castro, I. E. de. (1996): Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C.; Corrêa, R. L. (Orgs). **Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Castro, I. E. de. (1992): **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C; Corrêa, R. L. (1997): **Explorações geográficas.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Caubet, C. J. (2006): **Água doce nas relações internacionais.** Manole. Barueri.

Cebrião, J. L. (1999): **A rede: como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação.** Summus. São Paulo.

CEI (BA). (1992): **Análise e dados: desenvolvimento regional.** CEI. Salvador.

CEI (BA). (1994): **Informações básicas dos municípios baianos.** CEI. Salvador.

Claval, P. (2001): **A Geografia cultural.** 2ª ed. Editora da UEMS. Florianópolis.

Claval, P. (2002): A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: Mendonça, F; Kozel, S. (Orgs). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Editora da UFP. Curitiba.

CMB – Comisión Mundial de Represas. (2000): **Represas y Desarrollo. Un nuevo marco para la toma de decisiones. El reporte final de la comisión mundial de represas**. Chile. Santiago de Chile.

Corrêa, R. L. (1997): **Trajetórias Geográficas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Corrêa, R. L. (1995): **Região e Organização Espacial**. 5ª ed. Ática. São Paulo.

Corrêa, R. L. (1993): **A rede urbana**. Ática. São Paulo.

Costa, R. H. da. (1990): Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Revista Terra Livre**. 7, p. 61-92. AGB. São Paulo.

Dallari, D. de A. (2002): Sociedade, Estado e Direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: **Brasil: 500 anos depois**. USC. Santiago de Compostela.

Demo, P. (1995): **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. Atlas. São Paulo.

DESAGRO/UFBA (1997): **Análise dos planos diretores das bacias hidrográficas do Estado da Bahia – B09 rio Itapicuru**. Salvador

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE PONTO NOVO (2004): **Relatório de ATER**. DIPN. Ponto Novo.

Dowbor, L; Tagnin, R. A. (2005): **Administrando a água como se importante**. Editora SENAC. São Paulo.

Drew, D. (1994): **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. 3ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Fernandes, B. M. (2001): **Questão agrária, pesquisa e MST**. Cortez. São Paulo.

Ferreira, A. D. D; Brandenburg, A. (Orgs). (1998): **Para pensar outra agricultura**. Ed. da UFPR. Curitiba.

Fiori, J. L. (2007): **A governabilidade democrática na nova ordem econômica**. IEA/USP. Disponível em www.iea.usp.br/artigos.

Fischer, G. (1994): **Psicologia social do ambiente**. Perspectiva ecológicas. Lisboa.

Fischer, M. F; Askari, H. (2001): Optimal Water Management in The Middle East and Other Regions. **Finance and Development (IMF)**. September, 2001. Volume 38, Number 3. Washington.

Freitas, V. P. de (Coord). (2005): **Águas: aspectos jurídicos e ambientais**. Juruá. Curitiba.

FUNDICOT. (2001): **III Congreso internacional de ordenación del território: política regional, urbanismo y medio ambiente**. Asociación interprofesional de ordenación del territorio. FUNDICOT. Gijón.

Furtado, C. (1998): **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo.

Garcia, C. (1995): **O que é Nordeste brasileiro**. Editora brasiliense. São Paulo.

Garjulli, R; Rodrigues, H. E.; Oliveira, J. L. F. (2004): **A Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Semi-árido: a Experiência do Ceará**. Interciência. Rio de Janeiro.

Gerardi, L. H. de O; Silva, B. N. (1981): **Quantificação em Geografia**. DIFEL. São Paulo.

Giovana, S. A; Armando, J. G. T; Neli B.C; Amaury X. (2003): Projeto de Gerenciamento de recursos hídricos do estado da Bahia – PGRH/BA. **Bahia Análise e Dados**. v. 13. p. 517-530. SEI. Salvador.

Goldenstein, S; Salvador, Z. (2005): Sustentabilidade da gestão da água e desenvolvimento sustentável. In: Dowbor, L; Tagnin, R. A. **Administrando a água como se importante**. Editora SENAC. São Paulo.

Gomes, P. C. da C. (1996): **Geografia e Modernidade**. Bertrand Brasil. Rio de

Janeiro.

González, R. R. **Xeografía, entre Cultura e Profesión Territorial**. IR INDO Edicións. Vigo.

González, R. R. (2005): **Territorio y gobierno local in España: Plateamiento de reestructuración por fusión como realidad necesaria**. Thomson. Navarra.

González, R. R. (Director) (2004): **Os concellos galegos cara o século XXI, Tomo I y II. Instituto de estudos e desarrollo de Galicia**. Santiago de Compostela.

Gregory, D; Martin, R; Smith, G. (1996): **Geografia humana. Sociedade, espaço e ciência social**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

Haesbaert, R. (2002): **Territórios Alternativos**. Contexto. São Paulo.

Haesbaert, R. (Org.) (2001): **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. EdUFF. Niterói.

Harvey, D. (1999): **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola. São Paulo.

INSTITUCIÓN FERNANDO EL CATÓLICO (1999): **El agua a debate desde la universidad. Hacia una nueva cultura del agua. 1º Congreso ibérico sobre gestión y planificación de aguas**. Zaragoza.

Jodelet, D. (1986): La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. **Psicología social II: pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales**. Barcelona: Paidós (p. 369-494).

Joly, M. (1996): **Introdução a Análise da Imagem**. Campinas: Papirus.

Klink, F. A. (1998) Hacia una nueva economía del agua: cuestiones fundamentales. In: **El agua a debate desde la universidad: Hacia una nueva cultura del agua**. Congreso Ibérico Sobre Gestión y Planificación de Aguas. Universidad de Zaragoza. Zaragoza.

Leal, I. O. J. (2004): **Avaliação do processo de gestão participativa de recursos hídricos na bacia do rio Itapicuru: O caso da microrregião de Jacobina**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília.

Lévy, P. (1999): **Cibercultura**. Editora 34. São Paulo.

Lévy, P. (1993): **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Editora 34. Rio de Janeiro

Lima, O. A. L. de. (2003): **Geosistemas e recursos hídricos: água subterrânea no estado da Bahia**. Revista Bahia Análise e Dados. v. 13. p. 391-402. SEI. Salvador.

Machado, C. J. S. (Org) (2004): **Gestão de águas doces**. Interciência. Rio de Janeiro.

Maquiavel (2001): **O príncipe. Comentado por Napoleão Bonaparte**. Martin Claret. São Paulo. (Coleção A obra prima de cada autor).

Marx, K; Engels, F. (2001): **Manifesto do partido comunista**. Martin Claret. São Paulo. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

Massey, D. (2008): **Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Mendonça, F.; Kozel, S. (Orgs) (2002): **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Editora da UFPR. Curitiba.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI (2005): **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**. Brasília.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI (2005a): **Estudos de Avaliação de impacto das ações do PRÓÁGUA/Semi-árido**. Brasília.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI (2003): **Bases para recriação da SUDENE: Por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste**. Brasília.

Miorin, V. M. F. (2003): O novo papel do Estado. In: **Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional**. NPGeo-UFS. São Cristóvão.

Mitchell, D. (2007): Muerte entre la abundancia: los paisajes como sistemas de reproducción social. In: **La construcción social del paisaje**. Biblioteca Nueva. Madrid.

Moraes, A. C. R. ; Costa, W. M. (1999): **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. 4ª ed. HUCITEC. São Paulo.

Moscovici, S. (2002): **La representación social: un concepto perdido**. Lima: IEP – Instituto de Estudios Peruanos. Maio.

Moscovici, S. (1985): **Psicología social I: influencia y cambio de actitudes. Individuos y grupos**. Barcelona: Paidós.

Moscovici, S. (1986): **Psicología social II: pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales**. Barcelona: Paidós.

Oliveira, J. F. de. (1999): **Uma reflexão dos impactos da tecnologia da informação no Brasil: a visão da sociedade, das empresas e dos sindicatos**. Érica. São Paulo.

ONU (2002): Programa de las naciones unidas para el desarrollo, programa de las naciones unidas para el medio ambiente, Banco Mundial y Instituto de Recursos Mundiales. **Recursos Mundiales. La gente y los ecosistemas: se deteriora el tejido de la vida**. Ecoespaña Editorial. Madrid.

Orea, D. G. (2002): **Ordenación Territorial**. Ediciones Mundi – Prensa y Editorial Agrícola Española S. A. Madrid.

Pompeu, C. T. (2006): **Direito de águas no Brasil**. Revista dos Tribunais. São Paulo.

Raffestin, C. O (1993): **Por uma Geografia do Poder**. Ática. São Paulo.

Rebouças, A. (2004): **Uso Inteligente da Água**. Escrituras. São Paulo.

Rebouças, A. (Org) (2006): **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. Escrituras. São Paulo.

Rocha, A. A. (1995): A problemática da Água. In: **Problemas Chave do Meio Ambiente**. Instituto de Geociências da UFBA. Salvador.

Roncayolo, M. (1986): **Território**. Enciclopedia Cinoud. nº 08. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Portugal.

Rosenfield, D. I. (1999): Modernização caipira e desenvolvimento científico-tecnológico. **Revista Universidade e Sociedade**. v.9. n. 20.p. 56-58, set/dez. ANDES. Brasília.

Rousseau, J. J. (2001): **Do Contrato Social**. Martin Claret. São Paulo. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

Santalla, L. O. (1997): Homem e as máquinas. In: Domingues, D (Org.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. Unesp. São Paulo.

Santana, M. R. C. (2004): Redes Técnicas: Os Avatares Geográficos da Cidade Mediada Eletronicamente. In: Santos, J. M. dos; Faria, M. (Orgs) **Reflexões e Contribuições Geográficas Contemporâneas**. Salvador.

Santos, E. (2002): As Águas como Direito e como Comodity: uma contradição em termos? In: **Revista RDE**. Ano IV. Nº 6. UNIFACS. Salvador.

Santos, E. M. C (2000): **A Sociedade Civil Organizada e a (Re) Organização Espacial no Semi-Árido Baiano: O Caso da APAEB – Valente**. Monografia de Especialização. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana.

Santos, E. M. C. (2002): **Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Santos, E. M. C. (2007): **Associativismo e territorialidade na região sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju.

Santos, M. (1985): **Espaço e método**. Nobel. São Paulo.

Santos, M. (1988): **Metamorfoses do espaço habitado**. HUCITEC. São Paulo.

Santos, M. (1993): **Urbanização brasileira**. HUCITEC. São Paulo.

Santos, M. (1996): **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. HUCITEC. São Paulo.

Santos, M. (1998): **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. HUCITEC. São Paulo.

Santos, M. (2000): **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. HUCITEC. São Paulo.

SEI (2007): **Atlas dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia** (versão preliminar em CD). Governo do Estado da Bahia. Salvador.

SEINFRA/SRH (1999). **Bacia do alto médio Itapicuru. Projeto Ponto Novo. Barragem, sistema integrado de abastecimento de água, irrigação.** Salvador.

Senellart, M. (2006): **As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo.** Editora 34. São Paulo.

Shiva, V (2006): **Guerras por água. Privatização, poluição e lucro.** Radical livros. São paulo.

Silva, O. A. da; Santos, E. M. C. (2005): **Associativismo e Desenvolvimento Local: O Caso da APAEB no Município de Valente - Estado da Bahia (Brasil).** In: El Desarrollo Local em su Complejidad. USC. Santiago de Compostela.

Silva, O. A. da. (2006): **Políticas públicas, recursos hídricos e reorganoização espacial no semi-árido baiano: o caso da barragem de Ponto Novo na Bacia do Rio Itapicuru. Bahia – Brasil.** Trabalho de Investigação Tutelada. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela.

Silva, O. A. da. (2005): Água e seca no semi-árido baiano: relações com a tecnologia e com o território. **Revista Abalar: A geografia galega en construción.** n. 3. Proxecto Abalar. Santiago de Compostela.

Silva, O. A. da. (2002): **A influência do uso do computador para a aprendizagem no ensino superior: a experiência do LAGOE/UEFS.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Silva, O. A. da. (2002a): **O Ensino de Geografia e as Imagens do Nordeste Brasileiro.** In: Anais do XIII Encontro Nacional de geógrafos. AGB. João Pessoa.

Silva, O. A. da. (1999): **A Geografia e a Imagem do Nordeste Brasileiro, Construção ou Desconstrução no Espaço Escolar?** Monografia de especialização. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana.

Silva, S. B. de M.; Silva, B, C, N. (2006): **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** UFBA. Salvador.

Soja, E. W. (1993): **Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro.

Souza, M. J. L. de. (1995): O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

SRH/Ba (1999): **Expectativa da área a ser irrigada no entorno do lago da barragem de Ponto Novo.** Salvador.

SRH/Ba (2000): **Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) – Relatório de Estudos de Base – Volume I.** Consórcio HYDROS. Salvador.

SRH/Ba. (1997): **Recursos hídricos: legislação básica do estado da Bahia.** SRH. Salvador.

SRHSH/SRH/Ba. (1997): **Projeto de gerenciamento de recursos hídricos – PGRH.** SRH. Salvador.

Stedille, João Pedro (Coord.) (2002): **A questão agrária hoje.** UFRS. Porto Alegre.

Tedesco, J. C. (Org) (2001): **Agricultura familiar: realidade e perspectivas.** UPF. Passo Fundo.

Teixeira, F. J. C. (2004): **Modelos de gerenciamento de recursos hídricos: análises e propostas de aperfeiçoamento do sistema do Ceará.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

Thomaz Júnior, A. (2005): **Geografia passo-a-passo.** Ensaio crítico dos anos 90. Centella. Presidente Prudente.

UNESCO (2003): **Agua para todos, agua para la vida – informe de las Naciones Unidas sobre el desarrollo de los recursos hídricos en el mundo.** Prensa libros. España.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA (1999): **Desarrollo local y regional en iberoamérica.** Seminario internacional sobre perspectiva de desarrollo en iberoamerica. USC. Santiago de Compostela.

Valiente, O. (1999): El Binomio Sequía-Desarrollo en el Nordeste Semiárido de Brasil. In: **Desarrollo Local y Regional en Iberoamérica**. USC. Santiago de Compostela.

Veiga, J. E. da. (2002): **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Autores Associados. Campinas.

Villaverde, A. (1999): Por uma política de ciência e tecnologia para o país. **Revista Universidade e Sociedade**. v.9. n. 20. p. 51-55, set/dez. ANDES. Brasília.

Vincente, K. J. (2005): **Homens e Máquinas**. Rio de Janeiro, Brasil. Ediouro.

Sites consultados

<http://www.abrh.org.br>

<http://www.adene.gov.br/>

<http://www.ana.gov.br>

<http://www.ana.gov.br/proagua>

<http://www.codevasf.gov.br>

<http://www.fundicot.org>

<http://www.ibge.br>

<http://www.iea.usp.br>

<http://www.mi.gov.br>

<http://www.mma.gov.br>

<http://www.pund.org.br>

<http://www.sei.gov.ba.br>

<http://www.srh.gov.ba.br>

<http://www.sudene.gov.br/>

Anexos

... Mas gerar a luz. Supõe uma triste
metade de sombra.

Paul Valéry

Anexo A



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA PARA TESE DOUTORAL

PESQUISADOR: Onildo Araújo da Silva

ORIENTADORES: Rubén Camilo Lois Gonzáles e Antonio Thomaz Junior.

QUESTIONÁRIO PARA REASSENTADOS DE PONTO NOVO – SISTEMA DE IRRIGAÇÃO 1ª ETAPA – FASE I

1. Atividades produtivas que exercia antes do reassentamento (respostas múltiplas):

Agricultura: <input type="checkbox"/> Plantio de Sisal <input type="checkbox"/> Plantio de Milho <input type="checkbox"/> Plantio de Feijão <input type="checkbox"/> Plantio de Mandioca de <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <hr/>	Pecuária: <input type="checkbox"/> Criação de Bovino <input type="checkbox"/> Criação de Ovinos <input type="checkbox"/> Criação de Caprinos <input type="checkbox"/> Criação de Suínos <input type="checkbox"/> Criação de Aves <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <hr/>	Diversas: <input type="checkbox"/> Piscicultura <input type="checkbox"/> Apicultura <input type="checkbox"/> Turismo rural <input type="checkbox"/> Extração Mineral <input type="checkbox"/> Extração vegetal Obs.:	<input type="checkbox"/> Outras. Quais? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
--	--	---	--

2. Atividades produtivas que exerce atualmente (respostas múltiplas):

Agricultura: <input type="checkbox"/> Plantio de Sisal <input type="checkbox"/> Plantio de Milho <input type="checkbox"/> Plantio de Feijão <input type="checkbox"/> Plantio de Mandioca de <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <hr/> Identificar com o símbolo IRR os plantios irrigados.	Pecuária: <input type="checkbox"/> Criação de Bovino <input type="checkbox"/> Criação de Ovinos <input type="checkbox"/> Criação de Caprinos <input type="checkbox"/> Criação de Suínos <input type="checkbox"/> Criação de Aves <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <hr/> <hr/>	Diversas: <input type="checkbox"/> Piscicultura <input type="checkbox"/> Apicultura <input type="checkbox"/> Turismo rural <input type="checkbox"/> Extração Mineral <input type="checkbox"/> Extração vegetal Obs.:	<input type="checkbox"/> Outras. Quais? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
--	--	---	--

3. Utilizava irrigação antes do reassentamento? ☐ Sim ☐ Não

3.1 Utiliza irrigação agora? ☐ Sim ☐ Não

3.2 Como aprendeu a utilizar sistemas de irrigação (caso de resposta anteriorpositiva)

<input type="checkbox"/>	Por tentativa e erro.
<input type="checkbox"/>	Com outro agricultor.
<input type="checkbox"/>	Em _____ cursos _____ de _____ capacitação. Quais?
<input type="checkbox"/>	Outras. Quais?

4. Quais os tipos de irrigação que utiliza (respostas múltiplas): (caso de resposta anterior positiva)

<input type="checkbox"/>	Aspersão	<input type="checkbox"/>	Pivô Central	<input type="checkbox"/>	Gotejamento	<input type="checkbox"/>	Canais no Solo
<input type="checkbox"/>	Outros. Quais?						

5. Quais as formas utilizadas para armazenar água na propriedade (respostas múltiplas):

Tipo	Capacidade em litros	Tipo	Capacidade em litros
<input type="checkbox"/> Cisterna	()	<input type="checkbox"/> Represa	()
<input type="checkbox"/> Tanque	()	Outras. Quais?	()
<input type="checkbox"/> Açude	()	_____	()
	()	_____	()
			()

6. Qual a quantidade média mensal de água é utilizada na propriedade?
_____ litros mês.

- ☐ Não tem idéia porque não faz acompanhamento da relação água armazenada x água utilizada.

7. Como a água da propriedade é utilizada (respostas múltiplas)?

Tipo de uso	Quantidade média mensal	Outras. Quais?	Quantidade média mensal
<input type="checkbox"/> Afeito doméstico	()	_____	()
<input type="checkbox"/> Pecuária	()	_____	()
<input type="checkbox"/> Agricultura	()	_____	()
<input type="checkbox"/> Piscicultura	()	_____	()

8. Qual o destino tem a água servida (respostas múltiplas)?

<input type="checkbox"/> Tanque de captação <input type="checkbox"/> Fossa antiséptica	<input type="checkbox"/> Rio ou riacho <input type="checkbox"/> Despejada no solo	<input type="checkbox"/> Outras? Quais? <hr/> <hr/>
---	--	--

9. Foi consultado previamente sobre a construção da barragem e sobre o reassentamento? ☐ Sim ☐ Não

10. Quando e como soube da construção da barragem e do reassentamento?

11. Já realizou algum curso ou treinamento sobre uso e gestão da água?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Em caso afirmativo quais? <hr/>
------------------------------	------------------------------	------------------------------------

12. Na sua visão a vida melhorou depois do reassentamento?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Porque? <hr/> <hr/> <hr/>
------------------------------	------------------------------	------------------------------

13. Informações Gerais

Tamanho da propriedade:	Atividade econômica principal:	Número residentes	de	Número de trabalhadores
<hr/>	<hr/>	<hr/>		<hr/>
		<hr/>		<hr/>

Muito Obrigado

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES
QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE PONTO NOVO**

1. O que, desde sua perspectiva, melhor representa o município de Ponto Novo? Se uma pessoa que não conhece Ponto Novo pedisse para você caracterizar o município com uma palavra ou frase curta, qual seria? Por que?
2. Você participou do processo de implantação da barragem de Ponto Novo? Caso positivo relate como foi essa participação. Caso negativo justifique o porquê.
3. A instituição que você representa participou do processo de decisão sobre a implantação da barragem? Caso positivo relate como foi essa participação. Caso negativo justifique o porquê.
4. Você tomou conhecimento de algum conflito durante o processo de implantação da barragem ou após sua operacionalização? Houve alguma pessoa ou grupo organizado contra a implantação? Por que?
5. O uso da água da barragem tem influenciado modificações nas relações de poder no município de Ponto Novo? Caso positivo relate como foi essa participação. Caso negativo justifique o porquê.
6. Aqui no município existe conflito pelo uso da água? Caso positivo relate como foi essa participação. Caso negativo justifique porque.
7. A implantação da barragem, da forma que ocorreu, foi uma decisão acertada? Justifique.
8. Qual a importância da barragem para o município de Ponto Novo? Por que?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROPRIETÁRIOS E AGREGADOS
RELOCADOS NO MUNICÍPIO DE PONTO NOVO**

1. Onde se localizava sua antiga propriedade e quais atividades você desenvolvia antes de relocado?
2. Foi consultado previamente sobre a desapropriação das terras?
3. Como tomou conhecimento da construção da barragem e do projeto de irrigação?
4. Como está sua condição de vida depois de relocado? Por que?
5. Teve problemas para passar a viver no novo local? Justifique.
6. A decisão do Estado de construir a barragem e implementar o projeto de irrigação foi acertada? Por que?

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS PESQUISADOS

1. Plano Diretor de Recursos Hídricos
2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
3. Constituição do Estado da Bahia de 1989
4. Lei Federal nº 9433/97 que rege a política nacional de recursos hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)
5. Lei Estadual nº 6.855/95 que estabelece princípios e normas que regem a política, o gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos
6. Decreto estadual nº 6.295/97
7. Decreto estadual nº 6.296/97
8. Código de Águas de 1934
9. Manual de Outorga da SRH
10. PGRH/Ba – Plano de Implementação, Volume A
11. Estatuto Social do Distrito de Irrigação de Ponto Novo
12. Levantamento sobre as *Expectativas da Área a Ser Irrigada no Entorno do Lago da Barragem de Ponto Novo* – documento base da SRH
13. Projeto da Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Irrigação de Ponto Novo – SRH/SEINFRA
14. Directiva 2000/60/CE del Parlamento europeo y del consejo de 23 de octubre de 2000
15. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. Relatório de gestão. Banco do Nordeste. Ano 2000

Anexo E
Memória Fotográfica



Foto 1. Barragem de Ponto Novo



Foto 2. Barragem de Pindobaçu



Foto 3. Portal da entrada da cidade de Ponto Novo – Bahia – Brasil



Foto 4. Novo loteamento da cidade de Ponto Novo



Foto 5. Reassentamento de Ponto Novo. Lote, casa, estrada, rede de energia elétrica e canal de distribuição de água para irrigação



Foto 6. Estação de bombeamento de água do Distrito de Irrigação



Fotos 7 e 8. Sistemas de irrigação por aspersão e microaspersão, utilizados por pequenos produtores do Distrito de Irrigação



Foto 9. Pivô central do lote do Programa Cabra Forte localizado no Distrito de Irrigação.



Foto 10. Máquina para enfardar feno no lote do Programa Cabra Forte